

Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

Art. 40

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.
União poderá instituir contribuição de que trata este artigo não excedê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde.
A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada antes de 15 de agosto de 2010.

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação



Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 40. O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

- a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;
- b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;
- c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
- d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado

integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

1 – Sugestões localizadas¹

SUGESTÃO:00023 DT REC:17/03/87

Autor:

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

Texto:

SUGERE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, AOS 65 (SESSENTA E CINCO) ANOS DE IDADE, AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO.

SUGESTÃO:00051 DT REC:19/03/87

Autor:

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

Texto:

SUGERE QUE AS APOSENTADORIAS SEJAM VOLUNTÁRIAS OU POR MOTIVO DE DOENÇAS SEM LIMITE MÁXIMO DE PERMANÊNCIA NO SERVIÇO ATIVO; VEDADA A SERVIDORES VÁLIDOS COM MENOS DE 50 ANOS, SALVO CASOS DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO OU TRABALHADORES QUE ENVOLVAM RISCO DE VIDA OU PERICULOSIDADE.

SUGESTÃO:00062 DT REC:13/03/87

Autor:

NELSON CARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

SUGERE PARIDADE DE PROVENTOS DA APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS TRÊS PODERES QUANDO AS DENOMINAÇÕES E AS ATRIBUIÇÕES SÃO AS MESMAS.

SUGESTÃO:00167 DT REC:31/03/87

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituientes/sugestoes-dos-constituientes-pagina-principal

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

SUGERE SEREM OS PROVENTOS DOS SERVIDORES APOSENTADOS IGUAIS AOS DOS EM ATIVIDADE, PARA CARGOS OU FUNÇÕES IGUAIS OU EQUIVALENTES.

SUGESTÃO:00255 DT REC:01/04/87

Autor:

MOZARILDO CAVALCANTI (PFL/RR)

Texto:

SUGERE IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS, DE MODO QUE OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA, EM HIPÓTESE ALGUMA SEJAM FIXADOS EM VALOR INFERIOR À REMUNERAÇÃO ATRIBUÍDA, NA ATIVIDADE, A CARGOS OU EMPREGOS DO MESMO NÍVEL.

SUGESTÃO:00584 DT REC:09/04/87

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DA INATIVIDADE SEJAM REVISTOS SEMPRE QUE SE MODIFICAREM OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE, A PARTIR DA MESMA DATA E NA MESMA PROPORÇÃO, BEM COMO SEMPRE QUE FOR TRANSFORMADO OU RECLASSIFICADO O CARGO OU FUNÇÃO EM QUE SE DEU A APOSENTADORIA. ESTENDER-SE-ÃO IGUALMENTE AOS INATIVOS IGUAIS BENEFÍCIOS OU VANTAGENS POSTERIORMENTE CONCEDIDOS AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:00712 DT REC:09/04/87

Autor:

JOAQUIM FRANCISCO (PFL/PE)

Texto:

SUGERE NORMAS, QUE DISPONHAM SOBRE A APOSENTADORIA DO FUNCIONÁRIO, ESPECIALMENTE ELIMINANDO A REDUÇÃO DO SALÁRIO DO APOSENTADO, PELO CÔMPUTO DO SERVIÇO PRESTADO À INICIATIVA PRIVADA NÃO CONCOMITANTEMENTE. SUGERE NORMAS DISPONDO SOBRE A APOSENTADORIA DO FUNCIONÁRIO, NAS CONDIÇÕES QUE ESTABELECE.

SUGESTÃO:00748 DT REC:09/04/87

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE NORMA QUE ASSEGURE AOS APOSENTADOS PROVENTOS IGUAIS A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. A EXTENSÃO AOS APOSENTADOS DE TODOS OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS CONCEDIDAS AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:00762 DT REC:10/04/87

Autor:

PAES DE ANDRADE (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA ACOMPANHEM OS SALÁRIOS DA ATIVIDADE QUE CORRESPONDAM ÀS MESMAS FUNÇÕES DA CATEGORIA OU DO QUADRO FUNCIONAL DO SERVIÇO PÚBLICO DIRETO OU INDIRETO.

SUGESTÃO:00798 DT REC:13/04/87

Autor:

EDME TAVARES (PFL/PB)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS, TENHAM COMPOSIÇÕES IDÊNTICAS AOS VALORES PERCEBIDOS PELO BENEFICIÁRIO NO SERVIÇO ATIVO, COMPREENDENDO-SE NESSES VALORES OS VENCIMENTOS BÁSICOS E QUAISQUER VANTAGENS, SEJAM ELAS ESTABELECIDAS DURANTE O SERVIÇO ATIVO OU APÓS A APOSENTADORIA.

SUGESTÃO:00878 DT REC:14/04/87

Autor:

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

Texto:

SUGERE NO CAPÍTULO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES QUE OS CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS SEJAM ACESSÍVEIS A TODOS OS BRASILEIROS; 10. INVESTIDURA DEPENDERÁ DE APROVAÇÃO PRÉVIA EM CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS, OU DE PROVAS E TÍTULOS; OS CARGOS EM COMISSÃO SÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E DEMISSÃO; VEDA ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGOS E FUNÇÕES; TRATA DA ESTABILIDADE DOS SERVIDORES NOMEADOS POR CONCURSO; E DE SIA APOSENTADORIA: I - INVALIDEZ; II - COMPULSÓRIA (70); III - VOLUNTÁRIA, AOS TRINTA ANOS DE SERVIÇO; OS PROVENTOS PODEM SER INTEGRAIS OU PROPORCIONAIS.

SUGESTÃO:00900 DT REC:13/04/87

Autor:

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

Texto:

SUGERE NORMAS QUE ASSEGUREM ASSISTÊNCIA AO MENOR E AO IDOSO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DE SUAS FAIXAS ETÁRIAS; PROTEÇÃO ESPECIAL DO ESTADO PARA ÓRFÃOS E ABANDONADOS; REAJUSTE DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA PROPORCIONALMENTE AOS AUMENTOS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE; PROIBIÇÃO DE INCIDÊNCIA DE QUALQUER CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS PROVENTOS.

SUGESTÃO:00930 DT REC:14/04/87

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE QUE EM QUALQUER HIPÓTESE EM QUE OCORRA APOSENTADORIA, OS PROVENTOS SEJAM SEMPRE INTEGRAIS E ATUALIZADOS DENTRO DOS MESMOS CRITÉRIOS DOS REAJUSTES DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:01174 DT REC:06/05/87

Autor:

GONZAGA PATRIOTA (PMDB/PE)

Texto:

SUGERE QUE AS CONDIÇÕES PARA PROVIMENTO DE CARGOS, ESTABILIDADE, DISPONIBILIDADE E APOSENTADORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS SEJAM AS CONSTANTES NA CONSTITUIÇÃO.

SUGESTÃO:01309 DT REC:06/05/87

Autor:

JESUS TAJRA (PFL/PI)

Texto:

SUGERE NORMAS DISPONDO SOBRE OS CASOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM PROVENTOS INTEGRAIS OU PROPORCIONAIS AO TEMPO DE SERVIÇO; SOBRE A REVISÃO DOS PROVENTOS, SEMPRE QUE SE MODIFICAREM OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:01395 DT REC:06/05/87

Autor:

COSTA FERREIRA (PFL/MA)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE A JORNADA DE TRABALHO, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, FÉRIAS, ESTABILIDADE, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E APOSENTADORIA DO TRABALHADOR E DO SERVIDOR PÚBLICO.

SUGESTÃO:01508 DT REC:23/04/87

Autor:

GILSON MACHADO (PFL/PE)

Texto:

SUGERE NORMA QUE DISPONHA SOBRE A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DO SERVIDOR PÚBLICO, AOS 60 ANOS PARA OS HOMENS E AOS 55 ANOS PARA AS MULHERES.

SUGESTÃO:01576 DT REC:06/05/87

Autor:

JORGE LEITE (PMDB/RJ)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DOS INATIVOS SEJAM REVISTOS NAS MESMAS BASES EM QUE SÃO ALTERADOS OS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:01591 DT REC:06/05/87

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE A APOSENTADORIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO.

SUGESTÃO:01669 DT REC:24/04/87

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS APOSENTADOS SEJAM REAJUSTADOS AUTOMATICAMENTE NA MESMA PROPORÇÃO DO AUMENTO DOS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:01774 DT REC:06/05/87

Autor:

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)

Texto:

SUGERE QUE A APOSENTADORIA SEJA COMPLUSÓRIA AOS 70 (SETENTA) ANOS DE IDADE E FACULTATIVA APÓS 30 (TRINTA) ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO, SENDO PERMITIDO AO SERVIDOR APOSENTAR-SE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS APÓS DEZ (10) ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO.

SUGESTÃO:01928 DT REC:28/04/87

Autor:

MAURO BENEVIDES (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE SEJA ASSEGURADA A APOSENTADORIA INTEGRAL AOS PROFESSORES E SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, INCLUÍDOS NO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS.

SUGESTÃO:01936 DT REC:28/04/87

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DO APOSENTADO DA UNIÃO, DO ESTADO OU DO MUNICÍPIO TENHAM COMPOSIÇÃO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS PECUNIÁRIAS IGUAL AO DO RESPECTIVO CARGO DOS SERVIDORES DA ATIVA, FICANDO ESTABELECIDO A PARIDADE SALARIAL ENTRE AS DUAS CLASSES.

SUGESTÃO:01940 DT REC:28/04/87

Autor:

NIVALDO MACHADO (PFL/PE)

Texto:

SUGERE NORMA QUE APOSENTE O FUNCIONÁRIO PÚBLICO, COMPULSORIAMENTE, AOS 70 (SETENTA) ANOS DE IDADE SE DO SEXO MASCULINO, E AOS 65 (SESSENTA E CINCO) ANOS SE DO SEXO FEMININO, E, VOLUNTARIAMENTE, AOS 35 (TRINTA E CINCO) ANOS DE SERVIÇO O HOMEM E AOS 25 (VINTE E CINCO) ANOS A MULHER.

SUGESTÃO:01947 DT REC:28/04/87

Autor:

NELSON CARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE DIREITOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, PENSÕES PREVIDENCIÁRIAS E MANDATOS DE PRESIDENTES DE COOPERATIVAS, DE SINDICATOS, DE FEDERAÇÕES, CONFEDERAÇÕES E DE ASSOCIAÇÕES DE CLASSE.

SUGESTÃO:02165 DT REC:29/04/87

Autor:

SERGIO NAYA (PMDB/MG)

Texto:

SUGERE NORMA ESTABELECENDO QUE A APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO SEJA FACULTATIVA APÓS 15 (QUINZE) ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE SERVIÇO.

SUGESTÃO:02271 DT REC:06/05/87

Autor:

KOYU IHA (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE NORMA QUE ASSEGURE A EQUIPARAÇÃO DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS DOS APOSENTADOS ÀS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:02273 DT REC:06/05/87

Autor:

KOYU IHA (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE PROVENTOS DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DO SERVIDOR PÚBLICO.

SUGESTÃO:02286 DT REC:06/05/87

Autor:

MIRO TEIXEIRA (PMDB/RJ)

Texto:

SUGERE NORMA QUE ASSEGURE PARIDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS.

SUGESTÃO:02515 DT REC:30/04/87

Autor:

JOSÉ CAMARGO (PFL/SP)

Texto:

SUGERE NORMAS QUE ASSEGUREM A PARIDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE OS SERVIDORES EM ATIVIDADE E OS APOSENTADOS.

SUGESTÃO:02538 DT REC:30/04/87

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

SUGERE NORMA DISPONDO SOBRE A PARIDADE DE REMUNERAÇÃO DOS APOSENTADOS COM A DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:02581 DT REC:30/04/87

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

SUGERE QUE O VALOR DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO CIVIL E DO MILITAR NÃO SEJA INFERIOR À REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELO SERVIDOR EM ATIVIDADE, CONFORME ESPECIFICA.

SUGESTÃO:02649 DT REC:30/04/87

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE A APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, PARA O FUNCIONÁRIO PÚBLICO

SUGESTÃO:02651 DT REC:30/04/87

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVO SOBRE A APOSENTADORIA FACULTATIVA DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

SUGESTÃO:02800 DT REC:30/04/87

Autor:

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

Texto:

SUGERE QUE O DIREITO DE PROPRIEDADE URBANA SEJA EXERCIDO EM CONSONÂNCIA COM A FUNÇÃO SOCIAL DESSA PROPRIEDADE E TENHA SEU CONTEÚDO DETERMINADO PELA LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:02970 DT REC:04/05/87

Entidade:

CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVA - SP
WALTER SCHETTINI - PRESIDENTE
MUNICÍPIO: CATANDUVA CEP: 15800 UF: SP)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVO QUE ASSEGURE AOS APOSENTADOS PROVENTOS IGUAIS AOS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:03065 DT REC:05/05/87

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE NORMA SOBRE A APOSENTADORIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO.

SUGESTÃO:03136 DT REC:06/05/87

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE NORMAS E DIREITOS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

SUGESTÃO:03281 DT REC:06/05/87

Autor:

ALÉRCIO DIAS (PFL/AC)

Texto:

SUGERE QUE O LIMITE MÍNIMO DE IDADE PARA APOSENTADORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS E SEGURADOS PREVIDENCIÁRIOS SEJA DE 55 ANOS PARA O HOMEM E 50 ANOS PARA A MULHER.

SUGESTÃO:03306 DT REC:06/05/87

Autor:

AMARAL NETTO (PDS/RJ)

Texto:

SUGERE QUE NENHUM SERVIDOR PERCEBA, AO SE APOSENTAR, REMUNERAÇÃO INFERIOR À PERCEBIDA DURANTE A ATIVIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:03443 DT REC:06/05/87

Autor:

EDISON LOBÃO (PFL/MA)

Texto:

SUGERE QUE OS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO E REAJUSTE DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES SEJAM IDÊNTICOS PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO CIVIL E MILITAR.

SUGESTÃO:03466 DT REC:06/05/87

Autor:

EDIVALDO MOTTA (PMDB/PB)

Texto:

SUGERE NORMA QUE DISPONHA SOBRE APOSENTADORIA ESPECIAL E VOLUNTÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

SUGESTÃO:03513 DT REC:06/05/87

Autor:

ERALDO TRINDADE (PFL/AP)

Texto:

SUGERE APOSENTADORIA PARA O HOMEM AOS 35 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO E PARA A MULHER AOS 30, COM SALÁRIO INTEGRAL.

SUGESTÃO:03605 DT REC:06/05/87

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

SUGERE LIMITE DE IDADE PARA A APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO.

SUGESTÃO:03607 DT REC:06/05/87

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

SUGERE SEJA CONSIDERADO PARA EFEITO DE DIREITOS DO SERVIDOR PÚBLICO O TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS.

SUGESTÃO:03749 DT REC:06/05/87

Autor:

JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL/RJ)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DOS APOSENTADOS GUARDEM PARIDADE COM A REMUNERAÇÃO ATRIBUÍDA AOS QUE SE ENCONTREM EM ATIVIDADE, OCUPANDO CARGOS OU FUNÇÕES IDÊNTICAS.

SUGESTÃO:03984 DT REC:06/05/87

Autor:

SANTINHO FURTADO (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA AOS SERVIDORES, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS, A PARTIR DOS QUINZE ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO.

SUGESTÃO:03989 DT REC:05/05/87

Autor:

SÉRGIO BRITO (PFL/BA)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA AOS SERVIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:04040 DT REC:06/05/87

Autor:

JOSÉ CAMARGO (PFL/SP)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DOS SERVIDORES APOSENTADOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS SEJAM EQUIVALENTES AOS VENCIMENTOS DOS QUE PERMANEÇAM NA ATIVA, INCLUSIVE QUANTO A NOVAS VANTAGENS -----' PECUNIÁRIAS RECEBIDAS POR ESTES.

SUGESTÃO:04150 DT REC:06/05/87

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE A APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO.

SUGESTÃO:04328 DT REC:06/05/87

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE QUE SEJA FACULTADO AOS FUNCIONÁRIOS EM GERAL A APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO COM PROVENTOS PROPORCIONAIS APÓS 20 ANOS DE ATIVIDADE.

SUGESTÃO:04734 DT REC:06/05/87

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE QUE TODA PROPRIEDADE RURAL CUMPRA OBRIGATORIAMENTE FUNÇÃO SOCIAL PARA A COLETIVIDADE.

SUGESTÃO:04881 DT REC:06/05/87

Autor:

VICTOR FONTANA (PFL/SC)

Texto:

SUGERE NORMAS GARANTINDO A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL.

SUGESTÃO:05018 DT REC:06/05/87

Autor:

RAUL FERRAZ (PMDB/BA)

Texto:

SUGERE NORMA QUE DEFINA A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:05046 DT REC:06/05/87

Autor:

RENAN CALHEIROS (PMDB/AL)

Texto:

SUGERE SEJA ASSEGURADA A EQUIPARAÇÃO DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS AOS PERCEBIDOS PELOS FUNCIONÁRIOS EM EXERCÍCIO.

SUGESTÃO:05074 DT REC:06/05/87

Autor:

ANTÔNIO CÂMARA (PMDB/RN)

Texto:

SUGERE SEJA ASSEGURADA AO SERVIDOR PÚBLICO, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA APÓS 30 ANOS DE SERVIÇO, COM PROVENTOS INTEGRAIS OU COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE SERVIÇO.

SUGESTÃO:05375 DT REC:06/05/87

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DOS APOSENTADOS NÃO SEJAM INFERIORES AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:05460 DT REC:06/05/87

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

SUGERE NORMAS PARA A APOSENTADORIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO.

SUGESTÃO:05683 DT REC:06/05/87

Autor:

ÁLVARO ANTÔNIO (PMDB/MG)

Texto:

SUGERE QUE SE ASSEGURE AOS APOSENTADOS, VENCIMENTOS NÃO INFERIORES AOS DOS SERVIDORES ATIVOS COM DIREITO AOS REAJUSTES FUTUROS.

SUGESTÃO:05750 DT REC:06/05/87

Autor:

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

Texto:

SUGERE NORMAS PARA A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

SUGESTÃO:05800 DT REC:06/05/87

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

SUGERE QUE A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS SE DÊ: POR INVALIDEZ; COMPULSORIAMENTE, AOS SETENTA ANOS DE IDADE; E VOLUNTARIAMENTE, APÓS TRINTA ANOS DE SERVIÇO PARA OS HOMENS E VINTE E CINCO ANOS PARA AS MULHERES.

SUGESTÃO:05860 DT REC:06/05/87

Autor:

DORETO CAMPANARI (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE QUE O SERVIDOR PÚBLICO, SOB QUALQUER REGIME JURÍDICO, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 70 (SETENTA) ANOS, POSSA APOSENTAR-SE, VOLUNTARIAMENTE, COM SALÁRIO INTEGRAL.

SUGESTÃO:05900 DT REC:06/05/87

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE NORMA DISPONDO SOBRE A APOSENTADORIA DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:06306 DT REC:06/05/87

Autor:

ALOYSIO TEIXEIRA (PMDB/RJ)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE A ADMISSÃO EM CARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SOBRE ESTABILIDADE DO SERVIDOR E DIREITOS DOS APOSENTADOS.

SUGESTÃO:06422 DT REC:06/05/87

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE A INVESTIDURA EM CARGOS PÚBLICOS, A ADMISSÃO DE SERVIDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER TEMPORÁRIO, A PARIDADE ENTRE OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA E OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA ATIVA.

SUGESTÃO:06492 DT REC:06/05/87

Autor:

MÁRIO ASSAD (PFL/MG)

Texto:

SUGERE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PROPORCIONAL, APÓS 10 ANOS DE SERVIÇO, AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, FACULTANDO-LHE RETORNO AO TRABALHO.

SUGESTÃO:07246 DT REC:06/05/87

Autor:

FÁBIO RAUNHEITTI (PTB/RJ)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DA INATIVIDADE SEJAM IGUAIS AOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA ATIVA E REAJUSTADOS NA MESMA PROPORÇÃO DESTES.

SUGESTÃO:07391 DT REC:07/05/87

Autor:

FIRMO DE CASTRO (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE SEJA FACULTADA AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, APÓS 15 ANOS DE EXERCÍCIO, APOSENTADORIA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE SERVIÇO.

SUGESTÃO:07450 DT REC:06/05/87

Autor:

RENATO JOHNSON (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE QUE NÃO HAJA DISTINÇÕES ENTRE OS CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE

APOSENTADORIA AOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES E AOS TRABALHADORES EM GERAL.

SUGESTÃO:07475 DT REC:06/05/87

Autor:

MOEMA SÃO THIAGO (PDT/CE)

Texto:

SUGERE PARIDADE ENTRE SERVIDORES ATIVOS E APOSENTADOS.

SUGESTÃO:07563 DT REC:06/05/87

Autor:

EDME TAVARES (PFL/PB)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DOS APOSENTADOS SEJAM IGUAIS AOS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:07568 DT REC:06/05/87

Autor:

EDME TAVARES (PFL/PB)

Texto:

SUGERE SEJA COMPUTADO, PARA FINS DE APOSENTADORIA, O TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

SUGESTÃO:07926 DT REC:06/05/87

Autor:

ZIZA VALADARES (PMDB/MG)

Texto:

SUGERE SEJA DEFINIDA EM LEI A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.

SUGESTÃO:08003 DT REC:06/05/87

Autor:

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

Texto:

SUGERE SEJAM MANTIDAS AO SERVIDOR APOSENTADO TODAS AS VANTAGENS EM RELAÇÃO AO RESPECTIVO CARGO NA ATIVA.

SUGESTÃO:08017 DT REC:06/05/87

Autor:

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

Texto:

SUGERE QUE AS CONDIÇÕES PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS, ESTABILIDADE, DISPONIBILIDADE E APOSENTADORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS SEJAM AS CONSTANTES DA CONSTITUIÇÃO.

SUGESTÃO:08259 DT REC:06/05/87

Autor:

BORGES DA SILVEIRA (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE SEJAM REVISTOS OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA SEMPRE QUE HOUVER NOVO ESCALONAMENTO PARA O SERVIDOR DA ATIVA E OCORRER REAJUSTE DE VALORES.

SUGESTÃO:08391 DT REC:06/05/87

Autor:

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVO SOBRE APOSENTADORIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, CONFORME ESTABELECE.

SUGESTÃO:08491 DT REC:06/05/87

Autor:

ALUIZIO BEZERRA (PMDB/AC)

Texto:

SUGERE NORMA SOBRE A APOSENTADORIA PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS.

SUGESTÃO:08723 DT REC:06/05/87

Autor:

MAURÍCIO CORRÊA (PDT/DF)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVO SOBRE A APOSENTADORIA.

SUGESTÃO:08862 DT REC:06/05/87

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO.

SUGESTÃO:08978 DT REC:06/05/87

Autor:

DIONÍSIO DAL-PRÁ (PFL/PR)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE PROVENTOS DA APOSENTADORIA E CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.

SUGESTÃO:09259 DT REC:06/05/87

Autor:

BENEDICTO MONTEIRO (PMDB/PA)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.

SUGESTÃO:09286 DT REC:06/05/87

Autor:

LÚCIO ALCÂNTARA (PFL/CE)

Texto:

SUGERE QUE OS APOSENTADOS TENHAM PROVENTOS IGUAIS AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:09655 DT REC:06/05/87

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

SUGERE NORMAS DISPONDO SOBRE OS SERVIDORES PÚBLICOS E OS MILITARES.

SUGESTÃO:09734 DT REC:06/05/87

Autor:

GANDI JAMIL (PFL/MS)

Texto:

SUGERE SEJA ASSEGURADO O DIREITO DE APOSENTADORIA PARA TODOS OS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO

DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, APÓS VINTE E CINCO ANOS DE TRABALHO, E COM PROVENTOS INTEGRAIS.

SUGESTÃO:09936 DT REC:06/05/87

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS SEJAM ISENTOS DO IMPOSTO DE RENDA.

SUGESTÃO:09942 DT REC:06/05/87

Autor:

JOSÉ RICHÁ (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE QUE OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA SEJAM REVISTOS SEMPRE QUE SE MODIFICAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

SUGESTÃO:10051 DT REC:18/05/87

Entidade:

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA - SP
WIDERSON TADEU ANZELOTTI - PRESIDENTE
MUNICÍPIO: FRANCO DA ROCHA CEP: 07780 UF: SP)

Texto:

SUGERE NORMAS PARA ESTABILIDADE, EFETIVAÇÃO E APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

SUGESTÃO:10180 DT REC:25/05/87

Entidade:

ASSOC.DOS FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS DO ESTADO DE MG
MARTA NAIR MONTEIRO - PRESIDENTE

Texto:

SUGERE NORMA ASSEGURANDO A PARIDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE OS SERVIDORES APOSENTADOS E OS DA ATIVIDADE.

SUGESTÃO:10219 DT REC:25/05/87

Entidade:

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO - RS
ENIO KINZEL - PRESIDENTE
MUNICÍPIO: CEP: 00000 UF: RS)

Texto:

SUGERE A PROIBIÇÃO DE APOSENTADORIAS PREMATURAS NO EXECUTIVO E NO LEGISLATIVO.

SUGESTÃO:10241 DT REC:25/05/87

Entidade:

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANA - SP
LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES - PRESIDENTE
MUNICÍPIO: SERRANA CEP: 14150 UF: SP)

Texto:

SUGERE SEJA CONCEDIDA AOS TRABALHADORES APOSENTADORIA AOS 25 (VINTE E CINCO) ANOS DE SERVIÇO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:10444 DT REC:25/05/87

Entidade:

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
ANTONIOS XOUSSIF RAAD - PRESIDENTE
MUNICÍPIO: JACAREÍ CEP: 12300 UF: SP)

Texto:

SUGERE QUE A APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E FEDERAL SEJA PROPORCIONAL AOS 25 (VINTE E CINCO) ANOS DE SERVIÇO.

SUGESTÃO:10865 DT REC:12/06/87

Entidade:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CARMELITA FERREIRA DE OLIVEIRA E OUTROS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS-AV 'X', 135 S.AEROPORTO MUNICÍPIO: GOIANIA CEP: 74000 UF: GO)

Texto:

SUGERE INCLUSÃO DA APOSENTADORIA INTEGRAL PARA SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, SOB REGIME ESTATUTÁRIO OU CELETISTA.

SUGESTÃO:11133 DT REC:27/07/87

Entidade:

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ENSINO MÉDIO - APPEM.
JOSÉ DE CUSATIS - PRESIDENTE MUNICÍPIO: NITEROI CEP: 24000 UF: RJ)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE A APOSENTADORIA DOS PROFESSORES; REVISÃO DOS PROVENTOS DA INATIVIDADE; E IGUALDADE DE DIREITOS E VANTAGENS ENTRE OS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS.

SUGESTÃO:11138 DT REC:27/07/87

Entidade:

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ - REGIONAL DE VARGINHA.
RUY DE OLIVEIRA BRAGA - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO MUNICÍPIO: VARGINHA CEP: 37100 UF: MG)

Texto:

SUGERE APOSENTADORIA PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SEXO MASCULINO AOS 30 ANOS DE IDADE E PARA OS DO SEXO FEMININO AOS 25 ANOS.

SUGESTÃO:11983 DT REC:20/10/87

Entidade:

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO - PR
PEDRO PAULO GASPARELO - PRESIDENTE
MUNICÍPIO: BOM SUCESSO CEP: 86940 UF: PR)

Texto:

SUGERE APOSENTADORIA AOS 25 (VINTE E CINCO) ANOS PARA O MAGISTÉRIO; QUE SEJA MANTIDO UM PERCENTUAL SIGNIFICATIVO DE VERBA PARA A EDUCAÇÃO; QUE SEJA MANTIDO E DESVINCULADO DO INAMPS O IPE (INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO); QUE OS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS PROFESSORES SEJAM ESTENDIDOS AOS DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA REDE ESCOLAR.

2 – Audiências públicas

Não foram localizadas audiências públicas sobre o tema. A relação de reuniões e audiências públicas realizadas pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos está disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao7/subcomissao7a

3 – Subcomissões temáticas

Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos VIIa

<p>FASE A – Anteprojeto do relator</p>	<p>Art. 12 - O servidor será aposentado:</p> <p>I - Por invalidez.</p> <p>II - Compulsoriamente aos setenta anos de idade.</p> <p>III - Voluntariamente após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos para a mulher.</p> <p>Parágrafo único - Serão equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria no serviço público civil e militar.</p> <p>Art. 13 - Os proventos da aposentadoria serão:</p> <p>I - Integrais, quando o servidor:</p> <p>a) contar com o tempo exigido nesta Constituição;</p> <p>b) sofrer invalidez permanente.</p> <p>II - Proporcionais ao tempo de serviço, quando compulsória.</p> <p>Art. 14 - Os proventos da aposentadoria serão revistos sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, a partir da mesma data e na mesma proporção, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria.</p> <p>Art. 15 - Aos beneficiários de pensão por falecimento, assegura-se a manutenção da totalidade da remuneração ou soldo, gratificações ou vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido.</p> <p>Parágrafo único - A lei estabelecerá critérios iguais na regulamentação das pensões devidas em razão do falecimento de servidores civis e militares.</p>
<p>FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator</p>	<p>Total de emendas localizadas: 23.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase B, ao final deste documento).</p>
<p>FASE C – Anteprojeto da subcomissão</p>	<p>Art. 13 - O servidor será aposentado:</p> <p>I - Por invalidez.</p> <p>II - Compulsoriamente aos setenta anos de idade.</p> <p>III - Voluntariamente após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos para a mulher.</p> <p>Parágrafo único - Serão equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria no serviço público civil e militar.</p> <p>Art. 14 - Os proventos da aposentadoria serão:</p> <p>I - Integrais, quando o servidor:</p> <p>a) contar com o tempo exigido nesta Constituição;</p> <p>b) sofrer invalidez permanente.</p> <p>II - Proporcionais ao tempo de serviço, quando compulsória.</p> <p>Art. 15 - Os proventos da aposentadoria serão revistos sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, a partir da mesma data e na mesma proporção, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria.</p> <p>Art. 16 - Aos beneficiários de pensão por falecimento, assegura-se a manutenção da totalidade da remuneração ou soldo, gratificações ou vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido.</p>

	<p>Parágrafo único - Critérios iguais serão obedecidos na regulamentação das pensões devidas em razão do falecimento de servidores civis e militares, inclusive quanto ao seu valor, segundo estabelecer a lei.</p> <p>Consulte na 24ª reunião da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, a votação da redação final do Anteprojeto.</p> <p>Publicação: DANC de 25/07/1987, suplemento 104, a partir da p. 174.</p> <p>http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao7/subcomissao7a</p>
--	--

4 – Comissões temáticas

Comissão da Ordem Social - VII

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	<p>Total de emendas localizadas: 32.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase E, ao final deste documento).</p>
FASE F – Substitutivo do relator	<p>Art. 13 - O servidor será aposentado:</p> <p>I - por invalidez;</p> <p>II - compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade para o homem e aos 65 (sessenta e cinco) para a mulher;</p> <p>III - voluntariamente após 35 (trinta e cinco) anos de serviço para o homem e 30 (trinta) anos para a mulher.</p> <p>§ 1º- Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários;</p> <p>§ 2º- São equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar.</p> <p>Art. 14 - Os proventos da aposentadoria serão:</p> <p>I - integrais, quando o servidor:</p> <p>a) contar com o tempo de serviço exigido nesta Constituição;</p> <p>b) sofrer invalidez permanente;</p> <p>II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos.</p> <p>Art. 15 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.</p> <p>Art. 16 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.</p>
FASE G – Emenda ao substitutivo	<p>Total de emendas localizadas: 62.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase G, ao final deste documento).</p>
FASE H – Anteprojeto da comissão	<p>Art. 15 - O servidor será aposentado:</p> <p>a) por invalidez;</p> <p>b) compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade para o homem e aos 65</p>

	<p>(sessenta e cinco) para a mulher;</p> <p>c) voluntariamente, após 35 (trinta e cinco) anos de serviço para o homem e 30 (trinta) anos para a mulher.</p> <p>d) voluntariamente, a partir dos 10 (dez) anos de trabalho, a qualquer momento, desde que requerida pelo servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.</p> <p>§ 1º- Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários.</p> <p>§ 2º- São equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar.</p> <p>Art. 16 - Os proventos da aposentadoria serão:</p> <p>I - integrais, quando o servidor:</p> <p>a) contar com o tempo de serviço exigido nesta Constituição;</p> <p>b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;</p> <p>II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos.</p> <p>Art. 17 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.</p> <p>Art. 18 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.</p> <p>(Consulte na 9ª reunião da Comissão da Ordem Social a votação do Substitutivo do Relator. Publicação: DANC de 5/8/1987, suplemento, a partir da p. 120, disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao7/comissao7).</p>
--	--

5 – Comissão de Sistematização

<p>FASE I – Anteprojeto de Constituição</p>	<p>Art. 87 - O servidor será aposentado:</p> <p>a) por invalidez;</p> <p>b) compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade para o homem e aos 65 (sessenta e cinco) para a mulher;</p> <p>c) voluntariamente, após 35 (trinta e cinco) anos de serviço para o homem e 30 (trinta) anos para a mulher.</p> <p>d) voluntariamente, a partir dos 10 (dez) anos de trabalho, a qualquer momento, desde que requerida pelo servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.</p> <p>§ 1º- Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários.</p> <p>§ 2º- São equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar.</p> <p>Art. 88 - Os proventos da aposentadoria serão:</p> <p>I - integrais, quando o servidor:</p> <p>a) contar com o tempo de serviço exigido nesta Constituição;</p> <p>b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;</p>
---	--

	<p>II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos.</p> <p>Art. 89 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.</p> <p>Art. 90 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.</p>
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	<p>Total de emendas localizadas: 64.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas no Anexo das Fases J e K, ao final deste documento).</p>
FASE L – Projeto de Constituição	<p>Art. 88 - O servidor será aposentado:</p> <p>a) por invalidez;</p> <p>b) compulsoriamente, aos setenta anos de idade para o homem e aos sessenta e cinco para a mulher;</p> <p>c) voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta anos para a mulher.</p> <p>d) voluntariamente, a partir dos dez anos de trabalho, a qualquer momento, desde que requerida pelo servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.</p> <p>§ 1º - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários.</p> <p>§ 2º - São equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar.</p> <p>Art. 89 - Os proventos da aposentadoria serão:</p> <p>I - integrais, quando o servidor:</p> <p>a) contar com o tempo de serviço exigido nesta Constituição;</p> <p>b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;</p> <p>II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos.</p> <p>Art. 90 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.</p> <p>Art. 91 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.</p>
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	<p>Total de emendas localizadas: 268.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase M, ao final deste documento).</p>
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	<p>Art. 65 - O servidor será aposentado:</p> <p>I - por invalidez;</p> <p>II - compulsoriamente, aos setenta anos;</p> <p>III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta para a mulher.</p> <p>§ 1º - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários.</p> <p>§ 2º - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto neste artigo no</p>

	<p>caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.</p> <p>Art. 66 - Os proventos da aposentadoria serão:</p> <p>I - integrais, quando o servidor:</p> <p>a) contar com o tempo de serviço exigido nesta Constituição;</p> <p>b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;</p> <p>II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos.</p> <p>Art. 67 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.</p> <p>Art. 68 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior.</p>
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	<p>Total de emendas localizadas: 155.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase O, ao final deste documento).</p>
FASE P – Segundo substitutivo do relator	<p>Art. 45 - O servidor será aposentado:</p> <p>I - por invalidez;</p> <p>II - compulsoriamente, aos setenta anos;</p> <p>III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta para a mulher.</p> <p>§ 1º - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários.</p> <p>§ 2º - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no "caput" deste artigo, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.</p> <p>Art. 46 - Os proventos da aposentadoria serão:</p> <p>I - integrais, quando o servidor:</p> <p>a) contar com o tempo de serviço exigido, na forma do disposto no artigo anterior;</p> <p>b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;</p> <p>II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos.</p> <p>Art. 47 - Os proventos da inatividade e as pensões serão reajustados, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.</p> <p>Parágrafo único - O benefício de pensão por morte equivalerá a cinquenta por cento da remuneração ou dos proventos do servidor público falecido, acrescido de dez por cento por dependente econômico, até o limite da totalidade da remuneração ou dos proventos.</p> <p>Discussão e votação:</p> <p>Destaque(s) apresentado(s) nº 4250/87, (referente à emenda 32695); nº 4579/87 (referente à emenda 32860); nº 37674/87, (referente à emenda 27504); nº 4226 e nº 4221/87.</p> <p>Publicação Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento C), de 27/01/1988, a partir da p. 1612.</p>

6 – Plenário

<p>FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias</p>	<p>Art. 46. O servidor será aposentado:</p> <p>I - por invalidez;</p> <p>II - compulsoriamente, aos setenta anos;</p> <p>III - voluntariamente:</p> <p>a) após trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta, se do feminino;</p> <p>b) após trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, ou vinte e cinco, se professora.</p> <p>§ 1º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, alínea "a", deste artigo, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.</p> <p>§ 2º Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários.</p> <p>Art. 47. Os proventos da aposentadoria serão:</p> <p>I - integrais, quando o servidor:</p> <p>a) contar o tempo de serviço exigido, na forma do disposto no artigo anterior;</p> <p>b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;</p> <p>II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos.</p> <p>Art. 48. Os proventos da inatividade e as pensões serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.</p> <p>Parágrafo único. O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no "caput".</p>
<p>FASE S – Emendas de Plenário (2P)</p>	<p>Total de emendas localizadas: 39. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.)</p> <p>Emenda Substitutiva do Centrão² nº 2039, art. 45, 46 e 47.</p> <p>Requerimento de fusão de emendas e destaques. A fusão foi aprovada.</p> <p>Publicação Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 15/3/1988, a partir da p. 8414.</p>
<p>FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)</p>	<p>Art. 41. O servidor será aposentado:</p> <p>I - por invalidez permanente, decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificadas em lei, com proventos integrais;</p> <p>II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;</p>

² Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

	<p>III - voluntariamente:</p> <p>a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;</p> <p>b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;</p> <p>c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;</p> <p>d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.</p> <p>§ 1º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.</p> <p>§ 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.</p> <p>§ 3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.</p> <p>§ 4º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, e estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.</p> <p>§ 5º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.</p> <p>Nota: foi dada nova redação, pelo relator para os artigos, agora agrupados no artigo 41, conforme relatório geral, volume 299, página IX, disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-299.pdf</p>
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	<p>Total de emendas localizadas: 16.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase U, ao final deste documento).</p>
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	<p>Art. 39. O servidor será aposentado:</p> <p>I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;</p> <p>II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;</p> <p>III - voluntariamente:</p> <p>a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;</p> <p>b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;</p> <p>c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;</p> <p>d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.</p> <p>§ 1º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e</p>

	<p>"c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.</p> <p>§ 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.</p> <p>§ 3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.</p> <p>§ 4º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, e estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.</p> <p>§ 5º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.</p>
--	---

7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	<p>Total de emendas localizadas: 10. (consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase W, ao final deste documento).</p> <p>Na Comissão de Redação, foi discutido o texto do art. 39.</p> <p>Publicação Diário da Assembleia Nacional Constituinte Suplemento B, de 23/9/1988, a partir da p. 210.</p>
FASE X – Projeto D – redação final	<p>Art. 40. O servidor será aposentado:</p> <p>I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;</p> <p>II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;</p> <p>III - voluntariamente:</p> <p>a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;</p> <p>b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;</p> <p>c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;</p> <p>d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.</p> <p>§ 1º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.</p> <p>§ 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.</p> <p>§ 3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.</p> <p>§ 4º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade,</p>

	<p>sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.</p> <p>§ 5º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.</p> <p>Nota: Prevaleceu alteração redacional proposta pelo Professor Celso Cunha para a alínea 'd' do inciso III, e para os parágrafos 3º e 4º.</p> <p>O artigo foi renumerado.</p> <p>(consulte quadro comparativo das propostas de redação, p. 44 e 45).</p>
--	---

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE³

FASE B

EMENDA:00041 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

COSTA FERREIRA (PFL/MA)

Texto:

Acrescente-se ao inciso II do artigo 13, a seguinte redação:

"Art. 13

a)

b)

II - Proporcionais ao tempo de serviço, quando:

a) Compulsória e

b) O servidor contar menos de 30 anos de serviço, sendo homem, e menos de 25, sendo mulher."

Justificativa:

O servidor público poderá muito bem antes de completar o seu tempo de serviço para se aposentar, usufruir do benefício da aposentadoria proporcional ao tempo de serviço que, no caso, ocorrerá para homem aos 25 anos e para a mulher aos 20, tornando-se integral após decorrer os anos que completarem o tempo de serviço exigido por lei para tal aposentadoria.

Parecer:

A proposta de Emenda do nobre Constituinte já consta do Anteprojeto no que se refere à aposentadoria proporcionais ao tempo de serviço quando o servidor contar menos de 30 anos de serviço, sendo homem, e menos de 25, sendo mulher, o texto do anteprojeto já contempla a aposentadoria voluntária dentro desses limites de idade, pelo que julgamos prejudicada a pretensão da emenda.

³ As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada-o-processo-constituinte

EMENDA:00042 NÃO INFORMADO

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

COSTA FERREIRA (PFL/MA)

Texto:

Acrescente-se ao art. 12 o inciso IV, com a seguinte redação:

"Art. 12.

I -

II -

III -

IV - Por velhice, após 60 anos para homens e 55 para mulheres."

Justificativa:

A aposentadoria por velhice deve ser assegurada por ser um direito já existente em leis ordinárias e para que não seja confundido com a aposentadoria compulsória, sugerimos a sua presença na nova Carta Magna, afim de dirimir qualquer dúvida a esse respeito.

EMENDA:00070 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Inclua-se no anteprojeto de texto constitucional, na parte relativa à Ordem Econômica e Social, o seguinte dispositivo:

"Art. A remuneração da aposentadoria acompanhará, obrigatoriamente, os reajustes de vencimentos da atividade bem como os acréscimos a qualquer título, da categoria profissional a que pertencia o aposentado."

Justificativa:

É imprescindível que a remuneração da aposentadoria obedeça cláusula de reajuste não só acompanhando as modificações da contraprestação na atividade como, também, receba os acréscimos decorrentes de reposições, produtividade, etc., de tal forma que o beneficiário, mantenha, com a dignidade de que é credor, o padrão de vencimentos que ao longo de uma vida de trabalho serviu de índole e paradigma para os descontos previdenciários de lei.

Parecer:

O que esta Emenda propõe encontra-se plenamente contemplado no art. 14 do anteprojeto, que, aliás, é mais amplo. Opinamos pela rejeição, por prejudicialidade.

EMENDA:00073 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MÁRIO MAIA (PDT/AC)

Texto:

Inclua-se o seguinte item no art. 1o.:

"XIV - Aos beneficiários de pensão por falecimento, inclusive ao cônjuge sobrevivente, assegura-se a manutenção da totalidade dos vencimentos ou soldos, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido, desde que incorporáveis à aposentadoria. Parágrafo único. A lei estabelecerá critérios iguais para a fixação do valor das pensões devidas em razão do falecimento de servidores civis e militares."

Justificativa:

A fixação do valor das pensões devidas por morte do servidor, deve guardar estreita relação com os encargos familiares do cônjuge sobrevivente. Os dependentes de servidores civis falecidos estão, hoje, condenados a uma situação de penúria social, dado que o valor das pensões é muitas vezes irrisório, quando comparado à remuneração a que fazia jus o servidor falecido. Sob esse aspecto, não se pode admitir cálculos diferenciados para civis militares, devendo a lei, em ambos os casos, fixar critérios iguais para o estabelecimento do valor da pensão. A pensão deve ser fixada em função da morte do funcionário e não em decorrência da sua natureza. Em nossa sociedade atual a interdependência econômica entre os cônjuges deve ser reconhecida também em matéria de pensionamento.

Parecer:

A Emenda propõe tão somente um deslocamento da matéria contida no art. 15 e sem parágrafo único, da seção que trata das normas específicas aplicáveis aos servidores públicos civis, para a seção que trata dos princípios em que se baseia a ordem social. Entretanto, a localização adotada no anteprojeto parece-nos mais adequada, vista tratar-se de normas específicas dos servidores públicos civis. Opinamos, pela rejeição, por prejudicialidade e impertinência.

EMENDA:00094 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ANTONIO UENO (PFL/PR)

Texto:

Dos Servidores Públicos:

Art. 257 Os proventos da aposentadoria serão:

.....
"§ 2o. Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em nenhum caso os proventos de inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO.

Objetivo:

O acréscimo no parágrafo em Caixa Alta, visa proteger o Direito Adquirido."

Justificativa:

Respeitado o Direito Adquirido evitaria o artifício hoje usado, como transferências para fronteiras, nomeação em função, apenas para formar o lastro para aposentadoria.

Parecer:

Os proventos da aposentadoria do servidor público são correspondentes à remuneração dos servidores em atividade e conforme preceitua o artigo 14 do anteprojeto. Assim, não há como se configurar a hipótese prevista na Emenda, razão pela qual opinamos pela sua rejeição.

EMENDA:00148 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

"Art. 12 O servidor será aposentado:

I V - O policial civil, pela periculosidade de suas atividades, aos 25 anos de serviço estritamente policial."

Justificativa:

O exercício da atividade policial exige pleno e excepcional gozo das faculdades físicas e psíquicas, sobrepondo às rotinas normais dos demais servidores públicos, para sujeitar os policiais ao trabalho noturno, horários incertos e, em muitos casos, nas piores e arriscadas circunstâncias, haja vista a incessante luta contra o crime em suas diferentes modalidades.

A peculiaridade da atividade policial no Brasil têm demonstrado na prática que eficácia, mobilidade e motivação são fatores de declinam profundamente após longo período de atividade. No caso, em torno de 20 a 25 anos.

Portanto, nada mais justo do que inserir no texto da Constituição norma que conceda aposentadoria aos policiais civis aos 25 anos de serviço estritamente policial.

A segurança da população exige uma força policial com condições de combater e, especialmente, prevenir o crime. As condições de trabalho dos policiais civis são precárias e cabe a nós, constituintes, promover essa profissão garantindo-lhe uma aposentadoria após o período adequado.

Parecer:

A emenda do ilustre Constituinte estabelece que o policial civil será aposentado aos 25 anos de serviço, pela periculosidade de suas atividades, estritamente policial.

O Constituinte enfatiza que o exercício da atividade policial exige pleno e excepcional gozo das faculdades físicas e psíquicas, sobrepondo às rotinas normais dos demais servidores públicos, para sujeitar os policiais ao trabalho noturno, horários incertos e sérios riscos na luta permanente contra o crime em suas diferentes modalidades.

Na verdade, não é pertinente a matéria da competência desta subcomissão.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição.

EMENDA:00161 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MATHEUS IENSEN (PMDB/PR)

Texto:

Promover alterações do anteprojeto, conforme Relator Deputado Constituinte Mário Lima.

Dos Servidores Público Civil

"Art. 12. O servidor será aposentado.

§ III - Voluntariamente após 30 anos de serviço, tanto para o Homem como para a Mulher."

Justificativa:

Devemos indiscriminar o homem e a mulher, sendo que a luta pela equiparação e igualdade dos sexos está tão evidente, que devemos considerar as igualdades de direitos e obrigações uniformes. Também o chamado "Sexo Frágil", recebe o privilégio de incumbência das tarefas de que sua condição física permite, que devemos considerar que o mesmo tempo de aposentadoria voluntária seja a maneira mais sábia de equiparação.

O tempo de após 30 anos de serviço, é suficiente para que o trabalhador tenha cumprido a sua parte em prol do desenvolvimento Nacional.

Parecer:

A proposta de Emenda do nobre Constituinte, encontra-se, em parte, contemplada no texto do Anteprojeto, de vez que, estabelece a aposentadoria voluntária para o servidor público, - homem - , após 30 anos de serviço. No caso da aposentadoria voluntária da mulher, que o Anteprojeto lhe

assegura após 25 anos de serviço, parece-nos concessão adequada, sem encarecermos numa indiscriminação para o homem, considerando-se seu relevante desempenho como dona de casa, às voltas com os inúmeros afazeres domésticos, o que não acontece com o homem, cuja missão precípua é garantir fora de casa a subsistência do lar, pelo que aprovamos parcialmente a Emenda em epígrafe.

EMENDA:00162 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MATHEUS IENSEN (PMDB/PR)

Texto:

Promover alterações do anteprojeto, conforme

Relator Deputados Constituinte Mário Lima.

"Dos Servidores Públicos Civis"

"Art. 12. O Servidor será aposentado.

§ II - Compulsoriamente aos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade."

Justificativa:

Hoje pelos índices comprovados de tempo de vida, o povo brasileiro vive em média 60 (sessenta) anos, devido as condições de vida e alimentação inadequada.

Deveremos dar oportunidade as pessoas da faixa etária de 55 (cinquenta e cinco) anos, sem a necessidade do cumprimento de jornada de trabalho, possa usufruir da alegria de viver, enquanto suas forças ainda o permitem.

Não é justo que o trabalhador que normalmente começa a trabalhar em torno dos vinte anos, tenha que sofrer sanções e restrições, por não haver cumprido obrigatoriamente, os 35 (trinta e cinco) anos de Registro em Carteira comprovado como ocorre na maioria dos casos, sendo que muitas vezes o Trabalhador não consegue trabalho com Registro em Carteira Profissional, e passa a prática de nome popular de Biscates, que é o serviço esporádico e temporário.

Parecer:

A Emenda do nobre Constituinte estabelece que "o servidor será aposentado compulsoriamente aos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

O anteprojeto dispõe que o servidor será aposentado compulsoriamente aos 70(setenta) anos de idade.

A grande maioria dos brasileiros vivem em miséria absoluta, qual seja; 80% da população economicamente ativa ganham até 2 salários mínimos, destes 60% ganham até 1 salário mínimo e 25% menos de 1 salário mínimo.

Hoje, no Brasil mais de 40 milhões de brasileiros vivem sem a menor condição social, (educação, saúde, emprego, alimentação, moradia etc.), formam o grande leque de carência da nossa população.

Diante deste fato, a maioria dos brasileiros ainda na adolescência, buscam à oportunidade de emprego no mercado de trabalho formal ou informal na verdade, o trabalhador começa a trabalhar ainda quando menor, por total falta de condições sociais e econômicas e quando o contrário acontece muitos só conseguem esta oportunidade na velhice.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição.

EMENDA:00222 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Aditiva.

Onde couber:

"Art. A pensão, percebida por viúva e filhos, é de valor igual à da aposentadoria a que o segurado tinha direito."

Justificativa:

Trata-se de reparação de injustiça social, porque não se pode admitir que uma viúva, carregada de filhos menores, passe a perceber somente sessenta por cento do equivalente à aposentadoria a que, em vida, o marido teria direito, como segurado da Previdência Social. O aposentado tem condição de aumentar o ganho mensal por serviços que executa. Mas, a mulher, ao enviuvar, tem de ficar em casa, para cuidar dos filhos menores, carentes de sua assistência. Na hora em que as necessidades aumentam dentro do lar, pelo desaparecimento do pater-família, reduz-se injustificadamente, a renda, ao baixar para sessenta por cento o valor da pensão, em relação à aposentadoria, com a circunstância de que a mesma deve ser ainda dividida entre a mulher e as crianças. Quando a inflação destrói a economia nacional e a alta descontrolada de preços faz desmoronar qualquer orçamento doméstico, nada mais justo nem mais humano do que pagar à viúva pensão igual ao valor da aposentadoria a que o de cujus teria direito. É ajudar, com isso, a consolidação da paz social no Brasil.

Parecer:

O objetivo da Emenda já está atendido, com maior detalhamento, pelo artigo 15 do Anteprojeto. Pela prejudicialidade.

EMENDA:00223 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MÁRCIA KUBITSCHKE (PMDB/DF)

Texto:

O funcionário aposentado que houver exercido Cargo em Comissão por mais de 4 (quatro) anos consecutivos ou não, anteriores ou a partir da vigência desta Constituição, terá direito, ao cessar aquele exercício, a um acréscimo de proventos correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor da média dos últimos 12 meses de vencimentos.

Justificativa:

O Projeto não prevê a hipótese regulada no Art. 183 do atual Estatuto. A hipótese é ocorrente e merece tratamento atualizado. É o que se propõe. O servidor nas condições previstas, isto é, depois de muitos anos de exercício de Cargo em Comissão, sofre sensível desajuste ao voltar à condição de simples aposentado no seu cargo efetivo. Até a contribuição para o INPS, durante o tempo de exercício nos cargos em Comissão, é perdida, porque não afetar a ela; a pensão que vier a deixar, em caso de falecimento. A medida tem, assim, um elevado alcance social, compensando os serviços prestados nas comissões exercidas e atenuando os inconvenientes aposentados.

Parecer:

O que aqui vem proposto é um acréscimo de proventos do aposentado que houver exercido cargo em comissão por mais de quatro anos, consecutivos ou não, anteriores ou posteriores à promulgação da nova constituição.

O que o anteprojeto visou, relativamente ao aposentado, foi a garantia de uma aposentadoria condigna, conforme norma do art. 14, o que evita soluções parciais múltiplas.

Pela rejeição

EMENDA:00246 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

AMILCAR MOREIRA (PMDB/PA)

Texto:

O Art. 15 passa a ter a redação abaixo:
"Aos beneficiários de pensão por falecimento, inclusive ao cônjuge sobrevivente, fica assegurado a manutenção da totalidade dos vencimentos ou soldos, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido desde que incorporáveis a aposentadoria."

Justificativa:

Entendemos que a redação acima é mais clara e explícita quanto ao objetivo da preservação dos valores destinados a pensão dos dependentes de servidores civis e militares falecidos, substituindo "...gratificações ou vantagens..", por "...gratificações e vantagens...", forma bem mais objetiva. Também cuidamos de preservar, explicitamente, a figura do cônjuge sobrevivente.

Parecer:

A emenda propõe "aos beneficiários da pensão por falecimento, inclusive ao cônjuge sobrevivente, fica assegurada a manutenção da totalidade dos vencimentos ou soldos, gratificações e vantagens pessoais a que fizer jus o servidor falecido, desde que incorporáveis a aposentadoria".

O anteprojeto contempla de maneira implícita "aos beneficiários, quando assegura a manutenção da totalidade da remuneração aos beneficiários da pensão por falecimento".

Ante o exposto, opinamos pela prejudicialidade.

EMENDA:00248 APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

AMILCAR MOREIRA (PMDB/PA)

Texto:

O parágrafo único do art. 15 passa a ter a redação abaixo:
"Critérios iguais serão obedecidos na regulamentação das pensões devidas em razão do falecimento de servidores civis e militares, inclusive quanto ao seu valor, segundo estabelecer a lei."

Justificativa:

Faz-se necessário um enunciado mais explícito na questão da equiparação dos critérios para o estabelecimento do valor pensões devidas em razão do falecimento de servidores civis e militares. Assim, acreditamos que a redação acima atinge plenamente o objetivo de eliminar cálculos diferenciados no valor da pensão devida aos dependentes de servidores civis e militares.

Parecer:

O que a presente Emenda propõe deve ser incorporado ao Anteprojeto, ou seja, a referência expressa à igualdade de critérios para se chegar ao valor das pensões devidas por falecimento de servidores civis e militares.

Isso evitará processos de cálculo diferenciados como diz o autor na justificação.

Opinamos pela aprovação.

EMENDA:00263 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JAIRO CARNEIRO (PFL/BA)

Texto:

Inclua-se no artigo 12, parágrafo com a seguinte redação:

"Parágrafo - O tempo de serviço público só poderá ser contado, para quaisquer fins, uma única vez."

Justificativa:

A proposta objetiva vedar o que acontece nos dias de hoje, com o tempo de serviço de determinado sendo contado duas ou mais vezes para fins de aposentadoria, com o pagamento de dois ou mais proventos.

Parecer:

O Anteprojeto veda a acumulação de proventos. A contagem do tempo de serviço não pode ser concomitante em mais de uma atividade. Assim, da conjugação desses dois princípios (artigo 11 § 5o. e artigo 2º - XXIX) se alcança o objetivo da Emenda, expresso na sua "Justificação". Somos pela rejeição.

EMENDA:00269 APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Emenda ao Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos. Dê-se a seguinte redação:
Dos Servidores Públicos Civis

"Art. O servidor será aposentado:

I -

.....

II -

III - Voluntariamente após 35 anos de serviço para o homem e 30 anos para a mulher.

Art. Os proventos da aposentadoria serão:

I -

a)

b)

II -

Art. Aos beneficiários de pensão por falecimento, assegura-se a manutenção da totalidade do salário ou vencimento, gratificações ou vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido.

Art. O servidor público federal estadual ou municipal, da Administração Direta ou Indireta, exercerá mandato eletivo obedecendo as disposições seguintes:

I -

II -

III -

IV -

V -

VI -

Justificativa:

Procurou-se manter o tempo de serviço para a aposentadoria do homem em 35 anos e para a mulher em 30 anos, com a finalidade de não se elevar a despesa com os inativos preservando o erário público.

A supressão do Parágrafo Único deste artigo, deve-se ao fato de haver necessidade de legislações diferenciadas e específicas para as aposentadorias dos Civis e dos Militares, pois não há correlação entre os dois, devido as diferenças que pontuam suas carreiras.

Assim também ocorreu com o artigo que estabelece como devem ser as pensões por falecimento, com a consequente extinção de seu parágrafo único.

Ficou fora do texto, o artigo que concede direito de sindicalização ao funcionário público, em razão de serem, as atividades desenvolvidas por estes profissionais, prestação de serviço público, não sendo cabível a sua interrupção.

Parecer:

Aprovamos à proposta de Emenda do nobre Constituinte:
 - quanto ao que propõe para os beneficiários de pensão por falecimento, conforme texto do anteprojeto, no seu art. 15;
 - quanto ao exercício do mandato eletivo do servidor público federal, estadual ou municipal, da administração direta e indireta, conforme dizeres do anteprojeto, no seu art. 17;
 - e rejeitamos à proposta da Emenda ao item III do art. 12, considerando-se que o texto do anteprojeto nesse dispositivo, já assegura para o servidor público, sua aposentadoria voluntária após 30 anos de serviço para homem e 25 anos para a mulher, considerando-se, portanto, que a pretensão da proposta preceito, contrária a concessão estabelecida.

EMENDA:00271 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

Texto:

"Art. 11. É vedada a acumulação renumerada de cargos e funções públicas, quer na administração pública direta ou indireta.

I - (Supressiva)

II - (Supressiva)

§§ 1o., 2o., 3o., 4o. e 5o. (Supressiva)"

Art. 13.

II - Proporcionais ao tempo de serviço, quando o servidor não satisfizer os requisitos os requisitos exigidos para a aposentadoria voluntária."

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

a) art. 11

A execução consigna a boa norma institucional e favorece a alocação de capacitações em áreas críticas onde especializações são escassas, como é o caso do magistério. Por isso mesmo as constituições passadas adotaram o princípio da execução. A redação do anteprojeto, representa uma depravação dos excessos das de 1967 e 1969, e, ao mesmo tempo, um aprimoramento.

b) art. 13.

O Estado não pode arcar com ônus da aposentadoria indiscriminada por tempo de serviço inferior ao estabelecido. Por isso mesmo o anteprojeto consigna as modalidades possíveis (invalidez e compulsória).

EMENDA:00280 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

Texto:

Acrescenta ao Art. 12 o seguinte Parágrafo:

§ Os prazos referidos no inciso terceiro ficam reduzidos em cinco anos para os professores

e os ocupantes de cargos privativos de portadores de diploma de nível universitário."

Justificativa:

No caso dos professores a redução do prazo para aposentadoria justifica-se inteiramente pela natureza da atividade.

No caso dos portadores de diploma de nível universitário trata-se de servidor que ingressa em função privativa de nível universitário, porque às suas custas, em período médio de cinco anos, se auto investiu em cultura como única e incontornável forma de poder habilitar-se à cargo daquela natureza. Nada mais justo que, exclusivamente para fins de aposentadoria, seja ele recompensado deste período de tempo que na verdade lhe fora exigido como pré-requisito aquele ingresso.

Parecer:

A emenda pretende introduzir um parágrafo no art. 12 do anteprojeto, para reduzir o tempo de serviço propiciador de aposentadoria, no caso dos professores, propondo 25 anos para os professores e 20 para a professora.

Não nos parece que a atividade do professor como dos ocupantes de cargos privativos de portadores de diploma de nível universitário seja de tal modo desgastante que demande tratamento especial quanto à aposentadoria.

O mais justo é o que se contém no anteprojeto.

Opinamos pela rejeição.

EMENDA:00309 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

Texto:

Substituir no artigo 12 a expressão "será" por "poderá", no inciso III a expressão "70 anos" por "75 anos comprovada a capacitação aos 70 anos"; no inciso III as expressões "30 anos" e "25 anos" respectivamente por "35 anos" e "30 anos".

Justificativa:

A expressão imperativa "será" não se acopla ao ato voluntário expresso pelo inciso III. Os períodos de 35 e 30 anos por isonomia com o por mim proposto para os trabalhadores em geral.

Parecer:

Rejeitamos a proposta da Emenda do Nobre Constituinte, considerando-se que a sua pretensão não é condizente com o que estabelece o texto do anteprojeto.

EMENDA:00368 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se onde couber:

"Art. 13. Os proventos do aposentado da União, Estado ou Município terão igual composição de valores de vencimentos e de quaisquer vantagens pecuniárias consideradas objeto de pagamento em relação ao do respectivo cargo da ativa, inclusive quando a esse cargo forem atribuídas condições inovadas por norma legal.

Parágrafo único. Toda norma legal de

alteração relativa a cargo ou função pública da União, estado ou Município deverá prever igual tratamento para o pessoal inativo vinculado à referência do respectivo cargo ou função, no momento da aposentadoria."

Justificativa:

Pretendemos, com esta sugestão, pôr fim a uma injustiça que se perpetua na Administração Pública, tanto Federal, Estadual, quando Municipal, em relação aos aposentados.

O texto vigente da Constituição estabelece que "os proventos da inatividade serão revisto sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modifiquem os vencimentos dos funcionários em atividade" (art. 102, § 1º). No entanto, o que vem ocorrendo na prática é que sucessivas gratificações têm sido dadas ao pessoal da ativa, sem modificar os vencimentos, não atingindo, assim, os aposentados.

Tem sido usual, também, alterar a denominação do Cargo como fórmula de alijar o aposentado de aumentos equitativos ao cargo da ativa.

A presente sugestão, embora extensa, é necessária para evitar a "criatividade" dos dirigentes públicos que, no afã de diminuir as despesas com pessoal, procuram atingir os aposentados por não terem estes forte poder de pressão.

Mais do que atender uma reivindicação dos aposentados da Administração Pública, esta sugestão pretende dar o devido reconhecimento àqueles que, com galhardia, deram tanto de si em favor da causa pública.

Parecer:

A Emenda do Constituinte estabelece que "os proventos do aposentado da União, Estado ou Município terão igual composição de valores de vencimentos e de quaisquer vantagem pecuniárias consideradas objeto de pagamento em relação ao do respectivo cargo da ativa, inclusive quando a esse cargo forem atribuídas condições inovadas por norma legal".

"Toda norma de alteração relativa a cargo ou função pública da União, Estado ou Município deverá prever igual tratamento para o pessoal inativo vinculado à referência do respectivo cargo ou função, no momento da aposentadoria". O anteprojeto no caput art. 10, do Título dos Servidores Públicos Civis, no art. 14, 15 e parágrafo único, já contempla a proposta do Constituinte.

Desta forma, opinamos pela prejudicialidade.

EMENDA:00376 NÃO INFORMADO

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

HORÁCIO FERRAZ (PFL/PE)

Texto:

Substitua-se os art. 13 e 14, do anteprojeto do Relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, dando-se-lhe a seguinte redação:

"Art. 13. Os proventos da aposentadoria serão:

I - Integrais, quando o funcionário:

a) Contar com o tempo de serviço exigido nesta Constituição;

b) Invalidar-se por acidente, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II - Proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos.

§ 1o. Os proventos dos inativos serão revistos, a partir da mesma data e na mesma proporção, sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos servidores em atividade.

§ 2o. Serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

§ 3o. Ressalvado o disposto nos parágrafos anteriores, em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

§ 4o. O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, da administração direta, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da lei."

Justificativa:

Ao propormos a fusão dos Arts. 13 e 14 - com uma nova redação, buscamos dar forma mais precisa aos direitos dos inativos, vedar que sejam criadas vantagens estranhas para a aposentadoria dos servidores e dispor quais os tempos de serviços contarão para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

Parecer:

A emenda propõe um artigo único em substituição aos de número 13 e 14 do anteprojeto que trata da aposentadoria do servidor público.

A nosso ver a emenda introduz modificações apenas na redação dos dispositivos, vez que seu conteúdo está integralmente contemplado nos referidos artigos, bem como no inciso XXIX do artigo 2o.

Embora a redação da emenda obedeça a boa técnica legislativa, consideramos que o texto do anteprojeto guarda grau de generalidade maior, mais compatível, portanto, com o espírito da constituição.

Somos pela prejudicialidade da emenda.

EMENDA:00383 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

Dê-se à alínea b do inciso I do art. 13 a seguinte redação:

"b) sofrer invalidez permanente, de qualquer natureza, comprovada através de avaliação por junta médica oficial."

Justificativa:

A invalidez é uma situação involuntária e penosa do servidor que obriga a interromper, por motivo alheio à sua vontade, a prestação de serviços à União. Dessa forma, qualquer que seja a causa da invalidez, ao servidor desse ter assegurados os proventos integrais para a aposentadoria. Atualmente apenas alguns casos da invalidez, previstos em lei, dão direito a proventos integrais. Em vários outros casos, embora o funcionário seja considerado inválido, recebe apenas proventos proporcionais. Os casos de invalidez, portanto, não podem ser previstos em lei mas, sim, devem depender de laudo especializado elaborado por órgãos oficiais e idôneos.

Parecer:

Cabe à nova constituição estabelecer o princípio da aposentadoria por invalidez. O texto do nosso anteprojeto também assegura proventos integrais se o servidor sofrer invalidez permanente.

De fato, a invalidez é um situação involuntária que acarreta a interrupção de prestação de serviços à união. Somos sabedores que hoje apenas alguns casos, previstos em lei, dão direito a proventos integrais.

Acreditamos que os dispositivos constantes do texto assegurarão, sem qualquer sombra de dúvida, a garantia de uma aposentadoria digna ao servidor público.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição.

EMENDA:00416 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MAX ROSENMANN (PMDB/PR)

Texto:

Sejam suprimidos os itens XII do art. 10, II do art. 12 e II do art. 13 do Anteprojeto de Constituição elaborado pela Subcomissão.

Justificativa:

O artigo 10 regula a maior numeração do servidor público em dois itens: XII e XIII.

O XII limita em vinte e cinco vezes a menor remuneração e o XIII limita a retribuição prevista para o Presidente da República.

Um dos dois casos, deve ser suprimido no momento da aplicação da regra constitucional.

Parece mais justo que seja suprimido o item que vincula o maior a uma proporção do menor vencimento.

Com relação à supressão dos itens II do artigo 12 e II do artigo 13, foi feita esta proposição pelo fato de o item II, alínea A, do artigo 10, declarar que independe de limite de idade a inscrição em concurso público. Consequentemente, não se justifica estabelecer no artigo 12, inciso II, que o servidor será aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade. Se ele pode ingressar no serviço público com qualquer idade, porque limita-se a idade para a sua aposentadoria? Pelo mesmo fato faz-se necessária a supressão do item II do artigo 13.

Parecer:

A Emenda objetiva suprimos os incisos XII do artigo 10, II do artigo 12 e II do artigo 13 do anteprojeto.

O inciso XII do artigo 10 limita a maior remuneração da Administração Pública em 25 vezes o valor do menor. Considera o autor ser esse item contraditório com o XIII que fixa como remuneração máxima aquela prevista para o Presidente da República. Na verdade, os dois itens não se contradizem. Se a máxima remuneração é a percebida pelo Presidente e a mínima 1/25 do valor desta, decorre disso que o peso salarial do servidor deve elevar-se do salário mínimo até aquele valor.

No que se refere à supressão dos itens relativos à aposentadoria compulsória, reluz o autor a contradição que existiria entre eles e o dispositivo que faz independer de idade a inscrição em concurso público. A nosso ver não deva respeitar o limite fixado para aposentadoria compulsória. Da mesma maneira, a não consideração da idade para tal efeito não quer dizer que estará aberta a crianças a possibilidade de inscrição em concurso público.

EMENDA:00436 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MAX ROSENMANN (PMDB/PR)

Texto:

Art. 12.

III - voluntariamente após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos de serviço para a mulher, desde que contem, pelo menos, 55 anos de idade."

Justificativa:

Há necessidade de estabelecer-se um limite mínimo de idade, para efeito de aposentadoria, no sentido de evitar-se aposentadorias precoces, tendo-se em vista que o tempo mínimo para a aposentadoria, que hoje é de 35 anos, está sendo reduzido para 30 e 25 anos, no caso do homem ou mulher.

Parecer:

Preocupamo-nos em estabelecer o tempo de serviço para o homem e para a mulher, para fins de aposentadoria, sem levar em conta a idade. E isso foi proposital. Sendo essa a Subcomissão dos direitos dos trabalhadores, não nos competia falar da idade ideal para a aposentadoria, uma vez que essa é matéria para exame da Subcomissão de Seguridade Social. Portanto, a presente emenda é impertinente e opinamos pela sua rejeição.

EMENDA:00438 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MAX ROSENMAN (PMDB/PR)

Texto:

Seja aditado ao anteprojeto de Constituição, onde couber, um artigo com a redação seguinte:

"Art. Somente será aposentado, voluntariamente, o servidor que tiver prestado, pelo menos dois terços do tempo legalmente exigido, a pessoa jurídica de direito público pela qual será inativado, admitida a complementação de, no máximo, um terço de tempo de serviço de serviços originários de outras fontes."

Justificativa:

Os reconhecimentos de tempo de serviço prestados a outras instituições de direitos públicos, sem qualquer limitação pode tornar-se insuportável para a instituição obrigada a conceder aposentadoria para certos servidores. Com a eliminação do limite de idade para inscrição em concurso, poderão ingressar no serviço público pessoas providas de outras instituições de direito público com tempo de serviço que lhe assegure em curto prazo, ou até de imediato o direito de aposentar-se sem prestar serviços à instituição que vai arcar com o ônus da inativação.

Parecer:

São pessoas jurídicas de direito público a União, os Estados, os Municípios e seus órgãos representativos, de administração direta ou indireta, excetuados os casos previstos em lei, como as empresas públicas e assemelhadas, quando estatutariamente, regidas pelas normas de direito privado. Ora, todos os servidores públicos civis, quando aposentados, passam a receber proventos pagos pelo Tesouro Nacional e não pela repartição ou órgão ao qual serviam. Nessas condições, a Emenda perde seu sentido porquanto não há a hipótese de ficar "insuportável" a situação de certas "instituições" devido ao acúmulo de servidores para esta transferidos com tempo de serviço prestado a outras entidades. Somos pela rejeição.

FASE E

EMENDA:00021 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 14 - Os proventos do aposentado da

União, Estados e Municípios terão igual composição de valores de vencimentos e de quaisquer vantagens pecuniárias, objeto de pagamento em relação ao do respectivo cargo da ativa, inclusive, quando a este forem atribuídas condições inovadas por forma legal, ficando estabelecida a paridade remuneratória entre as duas classes.

§ 1o. - Toda forma legal de alteração ou inovação atribuída a cargo ou função da União, Estado ou Município somente poderá ser apresentada deliberada, aprovada ou sancionada quando acompanhada de igual tratamento extensivo ao pessoal que, ao respectivo cargo ou função, tenha sido vinculado como referência no momento da aposentadoria.

§ 2o. - Ficam reajustados, a partir desta data, todos os casos abrangidos pelo caput deste artigo.

Justificativa:

A sociedade brasileira vive constantemente aturdida com a desigualdade de tratamento, permitida pela legislação brasileira, entre funcionários públicos da ativa e seus colegas aposentados.

Ora, diante dos constantes – e justos – apelos dos servidores aposentados, não poderia, como Constituinte, deixar de atentar para uma reivindicação que atinge boa parte da comunidade.

Uma velhice tranquila é o que desejam milhares de brasileiros.

O funcionário é um agente do serviço público. Como tal, ele cumpre o seu papel, satisfazendo as condições que lhe impõe a Constituição ou a legislação ordinária.

Durante décadas de um constante e fiel trabalho, a sua expectativa se transforma em um sonho acalentado para seu merecido descaso: a aposentadoria.

As leis, os estatutos, os códigos acenam-lhe com a manutenção da mesma situação remuneratória, como se na ativa estivesse; equivalem àquela atingida no momento de sua passagem para a inatividade.

A realidade, entretanto, apresenta-se de outra forma.

Ele passa a observar, a assistir o sofrimento de seus colegas, pois a perda remuneratória em relação ao pessoal da atividade é notória – a defasagem se faz em cada reajustamento, principalmente pela política do Estado de legislar através de conceitos de serviço ativo. É, também, pela pressão de servidores em atividade – com o poder da greve. É conveniente ao Estado proporcionar vantagens do que melhorar os pisos salariais, pois, estes benefícios não atingirem o aposentado. E assim, cada vez mais, um se afasta do outro.

As prioridades de atualização pecuniária são dirigidas com destaque, para as classes protegidas politicamente; ou para atender interesses financeiros e discasais com a valorização das funções arrecadadoras de tributos; outras para os setores fortes junto ao Executivo. Enquanto isso a desprotegida classe burocrática e o Magistério que somam os grandes contingentes anônimos de simples agentes das máquinas públicas.

Mas, a maior diferenciação e a aviltante injustiça é reservada aos aposentados, considerado como improdutivo. É o peso morto para o erário razão justificatória para deixá-lo à margem de um equilíbrio remuneratório.

As políticas de tratamento remuneratório seja para o pessoal da atividade como o da inatividade – principalmente este – não são fundamentais em um pensamento coletivo e coerente. São, isto sim, frutos de decisões individuais tomadas para atender situações casuísticas, muitas vezes. E, na maioria das vezes, para acertar interesses de ordem política, beneficiando parte.

Apesar de tudo isto começar a tomar corpo e força o sentimento e ideia desse estabelecer um conceito permanente e de respeito ao aposentado.

Sem poder usufruir do que lhe é de direito, o aposentado se sentirá – e será – alijado do meio em sempre viveu e produziu para que a sociedade não se transforme numa coletividade insensível, economizada, míope e surda para com os valores humanos, é necessário resgatar o aposentado para ao seu ambiente.

O que se deseja, neste momento, é um comportamento digno e que represente o mais vivo pensamento social de reconhecimento àqueles que trabalharam e deram suas vidas para essa mesma sociedade.

Perseguindo esse ideal, sugerimos um dispositivo constitucional que venha a permitir, finalmente, o estabelecimento de um critério justo e permanente, assegurando ao aposentado a manutenção, pelo menos, da situação relativa possuída no momento de sua passagem para a inatividade. O referido dispositivo assegurará ao aposentado da União, Estados e Municípios a mesma remuneração que seria percebida em razão do cargo que ocupava na atividade, mesmo que este viesse a sofrer alterações de classificação funcional e pecuniária, com suas vantagens também atualizadas, desde que determinadas por forma legal.

Diante do exposto, apelo ao ilustre constituinte para que, com sua sensibilidade, empreste especial apoio a esta Emenda visando a inclusão dessa justa norma no novo texto constitucional.

Parecer:

REJEITADA. O anteprojeto, no capítulo dos trabalhadores, dispõe sobre o assunto em vários dispositivos, sem perda do referencial institucional.

EMENDA:00022 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 13 - O Servidor será aposentado:

I -

II -

III -

Parágrafo único - Fica assegurada aos bancários a aposentadoria aos 25 anos de atividades ininterruptas.

Justificativa:

A aposentadoria, como direito em expectativa, de longo prazo, não pode subordinar-se a fatos conjunturais, nem estar sujeita a alterações casuísticas para menos, a depender da vontade do legislador ordinário, sob pena de descaracterizar a garantia de uma velhice tranquila como prêmio para toda uma vida de trabalho.

A lei vigente reza que, diante do considerável esforço mental exigido pelas tarefas executadas pelos bancários, a jornada de trabalho considerada ideal é de 6 (seis) horas diárias, com um intervalo de 15 minutos para descanso.

Nessas condições, o funcionário adquire o direito de requer aposentadoria após 30 anos de serviço, presumindo-se que, assim seu estado físico será preservado das mazelas que frequentemente aparecem em decorrência do desempenho da rotineira atividade bancária.

Entretanto, os bancários têm uma jornada de trabalho superior a 6 horas. Isso ocorre na maior parte dos estabelecimentos bancários, que ansiosos para auferir maiores lucros, submetem seus funcionários a uma tarefa por estafante por um período além da jornada normal.

Este é o caso dos bancários, detentores de cargos em comissão, que teoricamente cumprem uma jornada de 8 horas e, na prática, são obrigados a permanecer em seus postos pelo tempo que se fizer necessário para assegurar o bom andamento dos trabalhos em suas áreas, tendo como recompensa a simples remuneração das 02 horas, e nada mais.

Estamos de pleno acordo com o que determina a Lei. O servidor, trabalhando 6 horas diárias fará jus a aposentadoria após 30 anos de serviço prestado, isto é, cumprindo 39.600 horas de sua vida profissional, já deduzido aí um mês de férias a que tem direito.

Nada mais justo e sensato admitir que um funcionário trabalhando 08 horas diárias, submetido às mesmas condições, faça jus a uma redução de tempo para a sua aposentadoria. As consequências de uma maior carga horária virão, indiscutivelmente, mais cedo ou mais tarde, refletir-se no estado físico-psíquico do servidor, levando-se em conta que, neste regime de trabalho as 39.600 horas serão cumpridas em 22 anos e 6 meses.

Mesmo submetidos a todo esse sacrifício, nenhum benefício lhes é concedido para efeito de aposentadoria. Muitos funcionários, bem antes de cumprirem a longa jornada nos 30 anos de

atividade, padecem de males que os impedem de desfrutar uma vida sequer razoável – muitos desses dedicados servidores falecem antes de cumprido o tempo necessário para a aposentadoria. A morte prematura, detectada entre bancários que podem ser considerados jovens, após um período relativamente curto de atividades bancárias, já está se tornando um fato rotineiro entre a classe bancária. Outros, que conseguem “escapar” desse infortúnio, são aposentados por invalidez, em face de haverem contraído moléstias ocasionadas pelo trabalho estafante. A um grupo, também elevado, de servidores que exercem atividades em estabelecimentos bancários está reservada a possibilidade de adquirirem problemas psíquicos ou o surgimento de distúrbio cardiovasculares. Diante de tal argumentação, não creio na possibilidade de encontrar opositores à presente Emenda. É indispensável o apoio do ilustre Constituinte para que a matéria seja incluída no novo texto Constitucional.

Parecer:

REJEITADA. O anteprojeto não particulariza e se firma em princípios. A proposta quebrou a regra da isonomia de tratamento e abre precedente inaceitável.

EMENDA:00062 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Acrescente-se, após o art. 14, dispositivo com a seguinte redação:

Art. - O tempo de serviço público federal, estadual e municipal, da administração direta ou indireta, será computado integralmente para todos os efeitos, na forma da lei.

Justificativa:

A contagem de tempo de serviço público, para outra pessoa jurídica de direito público, deve ser contada, para todos os efeitos.

Parecer:

Rejeitada. A reciprocidade de tempo de serviço tem sido objeto de lei específica e depende de consentimento das unidades da Federação. Por isso, o anteprojeto deixa de incluir disposição específica a respeito.

EMENDA:00064 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Altere-se a redação do art. 14, pela seguinte Emenda Substitutiva:

Art. 14 - Os proventos da inatividade serão revistos sempre que se modificarem os vencimentos dos servidores em atividades, a partir da mesma data e na mesma proporção. Estender-se-ão aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade.

§ (....) Ressalvado o disposto no artigo anterior, em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração que o aposentado perceberia se estivesse em atividade.

Justificativa:

O dispositivo visa assegurar, de forma mais ampla, a extensão aos aposentados de quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, além da transformação ou reclassificação. O parágrafo tem evidente intuito moralizante.

Parecer:

REJEITADA. A proposta é abundante e se extravasa para o âmbito da legislação ordinária. O anteprojeto dispõe de maneira hábil sobre o assunto.

EMENDA:00130 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

COSTA FERREIRA (PFL/MA)

Texto:

Acrescente-se ao artigo 13 do presente anteprojeto, o inciso IV, e ao artigo 14, a alínea c, ao seu inciso I, e as alíneas a e b ao inciso II, cuja redação será a seguinte:

Art. 13

I -

II -

III -

IV - Por velhice, quando o homem atingir 60 anos e a mulher tiver 55.

Art. 14

I -

a) -

b) -

c) - Por velhice.

II - Proporcionais ao tempo de serviço, quando:

a) - Compulsória e

b) - O servidor atingir a 25 anos de serviço, sendo homem, e 20 anos, sendo mulher.

Justificativa:

Além das modalidades de aposentadorias previstas no presente anteprojeto para Servidores Públicos, acrescentamos a aposentadoria por velhice. Quanto aos proventos para os aposentados, perceberão integralmente os que atingirem 30 anos e 25 homens e mulheres, por invalidez e por velhice. E proporcionalmente quando a aposentadoria for compulsória, e o Servidor alcançar 25 anos sendo homens e mulher 20, tornando-se integral esta modalidade, após decorrer os anos exigidos por lei, isto é, 30 anos para homens e 25 para mulheres.

Parecer:

Rejeitada. O anteprojeto assimilou as formas tradicionalmente aceitas não apenas nas Constituições Brasileiras, como também nas de vários países mais avançados tradicionalmente. Além disso, já dispõe sobre a aposentadoria por idade, que é a compulsória.

EMENDA:00173 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JOSÉ LOURENÇO (PFL/BA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se da Redação Final da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores

Públicos o Parágrafo Único do art. 16, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 16

Parágrafo Único - A lei estabelecerá critérios nas regulamentações das pensões devidas em razão do falecimento do servidor civil e militar.

Justificativa:

Considerando as peculiaridades das categorias de servidores públicos – civis e militares – julga-se conveniente deixar que os mesmos sejam regidos através de disposições constantes das leis que disciplinam os respectivos regimes jurídicos.

Parecer:

Rejeitada. A sugestão é genérica e abundante. O anteprojeto já dá vasta margem ao trato do assunto em lei ordinária.

EMENDA:00242 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ANTONIO UENO (PFL/PR)

Texto:

Incluir.

DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 14 - OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA

SERÃO:

§ 1o. - EM NENHUM CASO OS PROVENTOS DE INATIVIDADE PODERÃO EXCEDER A REMUNERAÇÃO PERCEBIDA NA ATIVIDADE, OBSERVADO O DISPOSTO NO ARTIGO 14 DA CONSTITUIÇÃO.

Objetivo: O ACRÉSCIMO NO PARÁGRAFO EM CAIXA ALTA, VISA PROTEGER O DIREITO ADQUIRIDO.

Justificativa:

Respeitando o DIREITO ADQUIRIDO evitaria o artifício hoje usado, como transferência para fronteiras, nomeações em função, apenas para formar o lastro para aposentadoria.

Parecer:

Rejeitada.

A sugestão pertence ao âmbito da legislação ordinária, e decorrerá do que vier a ser definido no respectivo ordenamento jurídicos dos servidores públicos civis.

EMENDA:00255 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ALBÉRICO FILHO (PMDB/MA)

Texto:

Emenda N.

No Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, inclua-se o inciso IV, ao Art. 13, com a seguinte redação.

IV - Com 25 anos de serviço, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso.

Justificativa:

A proposta pretende proteger os servidores que desempenham tarefas de campo de natureza braçal, em atividades de conservação de rodovias, usinas de asfalto, vigilância, abastecimento de combustível, telefonia, produtos químicos, programas de saúde (SUCAM), operadores de copiadoras (xerox), Raio X e outros, cujas tarefas exigem dos seus titulares grandes esforços, com desgaste físico insuportável para tratamento esse aplicado aos trabalhadores, na letra "A", inciso XXXV do art. 2º do anteprojeto em referência.

Parecer:

REJEITADA. A proposta é abundante. O anteprojeto já consigna o instituto da aposentadoria nas três modalidades tradicionais. Além disso a questão do trabalho penoso, perigoso ou insalubre já está presente no corpo do anteprojeto.

EMENDA:00318 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos - Art. 13, item II
Seja incluída a seguinte norma:
Art. A aposentadoria compulsória do funcionário público, dar-se-á aos setenta anos de idade.

Justificativa:

Esse é um pleito dos próprios funcionários e tem relação com outra proposta que apresentei, relativa à possibilidade de aposentadoria proporcional. Há funcionários que mesmo aos setenta anos de idade, não se sentem cansados e gostariam de ter uma atividade para ocupar-lhes o tempo. Transmitiram-se esses funcionários seu desagrado pessoal quanto à pretendida redução da aposentadoria compulsória para 60 (sessenta) ou 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Parecer:

APROVADA PARCIALMENTE. A substância do enunciado já está presente no dispositivo do anteprojeto em seu artigo 13.

EMENDA:00322 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos - Art. 13 § 2o.
Seja incluída a seguinte norma:
Art. O funcionário público poderá requerer aposentadoria com proventos proporcionais após quinze anos de efetivo exercício.

Justificativa:

O Estado deve contar sempre com servidores aptos a desempenhar suas funções. Se alguém não deseja mais prestar serviços ao Estado, que lhe seja facultado aposentar-se, com proventos proporcionais, desde que tenha mais de quinze anos de efetivo exercício. É medida que satisfaz a ambas as partes.

Parecer:

Rejeitada. A disposição do anteprojeto é institucionalmente equilibrada e elide o afastamento voluntário remunerado por tempo de serviço abaixo da faixa tradicionalmente aceita.

EMENDA:00362 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Do Servidor Público

Art. É assegurada aos funcionários públicos da União, Estados e Municípios, a aposentadoria voluntária aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço ou 65 (sessenta e cinco) anos de idade. Aos servidores do sexo feminino, os prazos são reduzidos para 30 (trinta) ou 60 (sessenta) anos, respectivamente, revogados os dispositivos da aposentadoria compulsória.

Justificativa:

A matéria é relevante, por ser a categoria dos servidores públicos a única que atualmente não goza do direito de aposentar-se voluntariamente, estando prevista unicamente a aposentadoria compulsória aos 70 (setenta) anos de idade, o que se constitui em verdadeira injustiça, pois não há qualquer limite de idade para as outras categorias e a capacidade laboral deve ser avaliada pelo próprio interessado. A aposentadoria compulsória dá a impressão de que o funcionário é considerado incapaz de exercer atividade laboral após setenta (70) anos de idade, porém não restringe a que qualquer cidadão brasileiro possa ser eleito Presidente da República, por exemplo, o supremo mandatário da Nação.

Já a aposentadoria voluntária, viria equilibrar o direito dos servidores ao dos trabalhadores em geral. Inversamente ao caso de aposentadoria compulsória. A voluntária permite àquele que sente sua capacidade física ou laboral deficiente, possa aposentar-se na situação que primeiro alcançar, o tempo de serviço ou a idade mínima.

Parecer:

REJEITADA. A disposição que se contém no anteprojeto é avançada e equilibrada e representa uma postura institucional que reflete a visão social da questão, rivalizando em atualidade com as conquistas dos países mais desenvolvidos nesse setor.

EMENDA:00364 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Exclua-se do anteprojeto da Subcomissão dos Direitos do trabalhador e dos servidores públicos o dispositivo que estabelece a aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade.

Justificativa:

O limite de setenta anos para permanência em atividade é arbitrário e não encontra apoio na realidade. A velhice pode ocorrer precocemente, incapacitado para o trabalho menores de cinquenta ou sessenta anos, vitimados por demência senil ou males outros que afetam irremediavelmente o organismo.

Por outro lado, cidadãos como o Constituinte Afonso Arinos de Mello Franco, aos oitenta anos de idade, apresentam lucidez ímpar, fazendo-se indispensáveis ao interesse da coletividade. Tanto é verdadeiro que o eleitorado jovem de uma comunidade de vanguarda, como é o Estado do Rio de Janeiro, maciçamente confiou-lhe o encargo de representá-los na Assembleia Nacional Constituinte. Aliás é um contrassenso afastar-se compulsoriamente os maiores de setenta anos do serviço público e facultar-lhes o exercício de funções públicas da maior relevância, tais como a Presidência da República e o mandato parlamentar.

Substitua-se no Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos o item III, relativo à aposentadoria do funcionalismo público, pelo seguinte:

“III – voluntariamente após trinta e cinco anos de serviço.”

Justificativa:

A medida proposta vem ao encontro de uma reivindicação legítima do segmento feminino da sociedade que, com justa causa, não aceita discriminações, ainda que revestidas de conotação de privilégio.

Situa-se, ademais, em consonância com o princípio constitucional da isonomia, que informa o nosso direito positivo de tempo imemorial. É uma tradição que não pode ser rompida no momento em que restabelece o estado de direito em sua plenitude.

Acrescente-se ao anteprojeto da Subcomissão dos Direitos do Trabalhador e dos Servidores Públicos, na parte relativa à aposentadoria, o seguinte dispositivo:

“..... após vinte anos de exercício, com proventos proporcionais.”

Justificativa:

Os servidores públicos reivindicam redução do tempo de serviço para aposentadoria. É um direito que lhes assiste, mas que não pode ser concedido às expensas de sacrifício para o contribuinte, que arca com o ônus dos tributos necessários ao custeio desse benefício. Assim, sendo, concede-se o privilégio, e exige-se, em contrapartida, que sejam equitativamente redistribuídos os encargos, sob a forma de proventos não integrais.

Inclua-se no anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos, na parte relativa às Disposições Transitórias, o seguinte dispositivo:

“Art. São estáveis os atuais servidores públicos que contem dez anos de efetivo exercício, e os de menor tempo serão submetidos a concurso público, no prazo de 120 dias da promulgação desta Constituição.”.

Justificativa:

A medida proposta segue tradição de nossas constituições republicanas, a partir do momento em que foi instituída a estabilidade no serviço público, adquirida mediante aprovação em concurso. Inova-se ao determinar a realização de concurso para aqueles que não satisfaçam o requisito de tempo de serviço. Trata-se de uma providência necessária, porquanto se evita prejudicar pessoas que estejam no limiar do requisito, facultando-lhes obter a estabilidade através de recurso hábil à comprovação do mérito dos beneficiários.

Parecer:

A disposição do anteprojeto não apenas assegura o afastamento a tempo de o servidor dispor de alcance de vida na senectude com dignidade, como também favorece a mobilidade essencial à absorção de novos valores na administração pública.
Rejeitada.

EMENDA:00448 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Ao Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, suprimam-se o artigo 16 e seu parágrafo único, renumerando-se os demais.

Justificativa:

A supressão do artigo 16 e seu parágrafo único, deve-se ao fato de existirem legislações sobre pensões que são diferenciadas e específicas para as pensões dos civis e dos militares, já que não existe correlação entre ambas.

O assunto deve ser tratado em lei ordinária.

Parecer:

Rejeitada. A orientação geral do anteprojeto, que se reflete em toda a sua estrutura, é pelo respeito à isonomia de tratamento.

EMENDA:00491 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Ao Substitutivo da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos, suprima-se o Parágrafo único do artigo 13.

Justificativa:

A supressão do Parágrafo único deste artigo, deve-se ao fato de haver necessidade de legislações diferenciadas e específicas para as aposentadorias dos civis e dos militares, pois não há correlação entre os dois, devido as diferenças que pontuam suas carreiras.

Parecer:

Rejeitada. O ilustre constituinte propõe, que suprima-se o parágrafo único do artigo 13. O anteprojeto na sua redação procura fazer justiça, sem distinção de atividade, seja ele civil ou militar.

Na verdade, a emenda proposta não contribui para aprimorar o dispositivo; ao contrário, suprime elementos que realmente não consultam o espírito da redação, contida no anteprojeto.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição.

EMENDA:00597 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

Nova redação ao Artigo 15.

Art. 15 - Os proventos dos aposentados serão revistos, em igual proporção, sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, pela concessão ou majoração de vantagens permanentes, ou por transformação ou reclassificação de cargos, se modificar a remuneração de funcionário em atividade ocupante de cargo ou função correspondente.

Justificativa:

A presente emenda visa evitar a deterioração dos proventos dos aposentados, dando-se solução à situação de injustiça desigualdade financeira daqueles que, por dedicação ao serviço público conquistaram o direito à aposentadoria por tempo de serviço, doença, ou implemento de idade. A presente emenda visa também dar o mesmo tratamento tanto aos servidores públicos civis e militares, como está previsto no inciso XII do Artigo 1º e o parágrafo 5º do artigo 20 desta subcomissão.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

No mérito, a sugestão já se contém, sem particularismos, na redação oferecida pelo Anteprojeto. (art. 15).

EMENDA:00625 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FRANCISCO PINTO (PMDB/BA)

Texto:

Altera o inciso III do artigo 13 do anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, com a redação abaixo:

Art. 13

.....

III - Voluntariamente aos 25 anos de serviço, desde que tenha completado 45 anos de idade, se do sexo masculino.

Justificativa:

A Constituição de 1946 no seu artigo 191 § 2º consagrou o princípio de que, o funcionário, contando trinta (30) anos de serviço, poderia aposentar-se, com vencimentos integrais.

A Constituição de 1967, no artigo 101, III e 102, I a, exigiu do funcionário um maior tempo de serviço para aposentar-se com salário integral, isto é, 35 anos, se do sexo masculino ou 30 anos se do feminino. A Emenda Constitucional n. 18 de 1981 estabelece a excepcionalidade desta exigência "para professores após 30 anos e professores após 25 anos de efetivo exercício de magistério" também com salários integrais (art. 165, XX).

Quando se raciocina, seriamente sobre aposentadoria, que é um tema extremamente sensível, não se pode pensar em lances demagógicos. Tem que se fixar a sua atenção e o seu cuidado sobre o sujeito e no objetivo da aposentadoria, ou melhor, na figura do Previdenciário e da Previdência. Não se pode admitir a distorção de Previdenciário fraco com uma Previdência forte, nem um Previdenciário que pretenda ser forte com uma Previdência falida. A Previdência não foi idealizada como se fora uma empresa privada, para obter lucro ou enriquecer-se. Ela foi instituída como um instrumento de proteção e defesa do trabalhador e do funcionário, amparando-os com a aposentadoria, protegendo-os nas doenças e tranquilizando-os na velhice, ampliando e melhorando sempre os serviços que vai prestar. Por outro lado, se o Instituto da previdência não dispõe de recursos financeiros suficientes, em razão de contribuição inadequadas, a Previdência se arrebenta. Nos últimos anos, aumentou o ciclo de vida dos brasileiros, isto significa que aumentou, naturalmente, os gastos da Previdência com os inativos e, se a aposentadoria é precoce tanto maior as suas despesas. A Previdência não pode, portanto, para bem se servir e servir-se bem, sem encontrar este equilíbrio.

É evidente, que outras razões, sobretudo no Brasil, contribuem para debilitar a saúde financeira da Previdência. Ela não pode prescindir da incorruptibilidade, da eficiência e da capacidade administrativa dos seus administradores, o que não vem ocorrendo, a não ser excepcionalmente, como na administração dos dois últimos Ministros.

É evidente, que outras razões, sobretudo no Brasil, contribuem para debilitar a saúde financeira da Previdência. Ela não pode prescindir da incorruptibilidade, da eficiência e da capacidade administrativa dos seus administradores, o que não vem ocorrendo, a não ser excepcionalmente, como na administração dos dois últimos Ministros.

É bom verdade que os governos precisam se acostumar a injetar recursos na previdência, quando ela atravessa dificuldades momentâneas. Há cerca de três anos atrás, o déficit da Previdência nos Estados Unidos era de mais de 100 bilhões de dólares.

NO MÉRITO

De um modo geral, atualmente, as pessoas começam a trabalhar e, obviamente, a contribuir para a Previdência, bem mais cedo. Mas, o Brasil não pode se dar ao luxo de aposentar pessoas aos 40 anos de idade, no pleno vigor de sua vitaliciedade, maturidade e experiência.

A proposta de emenda que apresentamos reduz o tempo de serviço para aposentadoria para 25 anos de serviço indistintamente para todos os sexos, e, no caso dos homens, desde que tenha completado 45 anos de idade. Reduz, portanto, de 30 anos, como aprovada pela Subcomissão, para 25 anos mas condiciona a ter contemplado 45 anos de idade.

Parecer:

Rejeitada. A emenda do ilustre constituinte estabelece que "o servidor será aposentado voluntariamente aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, desde que tenha completado 45 (quarenta e cinco) anos de idade, se do sexo masculino".

No Brasil, os trabalhadores ingressam no mercado de trabalho formal ou informal, normalmente ainda

adolescente, na busca de encontrar formas de contribuírem para a renda familiar. Na verdade, a participação dos trabalhadores do campo ou da cidade, acontece sempre de maneira prematura, sobretudo para atender às necessidades básicas de sobrevivência. Hoje pelos índices comprovados de expectativa de vida, o povo brasileiro vive em média 60 (sessenta) anos, devido às condições de vida, alimentação e saúde inadequada. O anteprojeto, na questão da aposentadoria, ateve-se à tendência majoritária dos Constituintes da subcomissão dos Trabalhadores e Servidores Públicos, bem como das entidades sindicais representativas dos trabalhadores. Ante o exposto, opinamos pela rejeição da emenda.

EMENDA:00673 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

Altera a redação do inciso II do artigo 13, que passa a vigorar da seguinte maneira:

Art. 13

II - Compulsoriamente aos sessenta e cinco anos de idade.

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória para o servidor público deva ser reduzida para sessenta e cinco anos de idade, haja vista que, dessa idade em diante o seu vigor físico e mental deva ser mais preservado para que conseqüentemente tenha uma velhice tumultuada e os seus dias de vida subsequentes mais zelados.

O servidor público passa toda fase de sua vida em exclusiva dedicação ao trabalho, a maior parte do seu tempo eximindo-se ao lazer e até à própria assistência familiar.

Ponderamos a nossa justificativa por entendermos que ela representa os anseios da classe e por assentar-se melhor aos padrões de justiça social.

Parecer:

Rejeitada. A emenda do nobre constituinte dispõe que "o servidor será aposentado compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade".

O anteprojeto estabelece 70 (setenta) anos de idade para a aposentadoria compulsória é resultado de consultas às entidades representativas dos trabalhadores e servidores, que a consideraram justa. Ante o exposto, opinamos pela rejeição da emenda.

EMENDA:00748 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda ao parecer do relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos:

- Dê-se as seguintes redações aos incisos I e II do art. 14:

"I - integrais, inclusive eventuais direitos e vantagens já incorporados, quando o servidor:"

a)

b)

"II - Proporcionais ao tempo de serviço, inclusive eventuais direitos e vantagens já incorporados, quando compulsória."

Justificativa:

A emenda visa apenas explicitar que se incorporam no valor de aposentadoria os direitos e vantagens auferidas pelos servidores.

Parecer:

Rejeitada. A proposta é abundante. O princípio satisfaz como norma, sem necessidade de maiores detalhes.

EMENDA:00782 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

Art. 13

I -

II - Compulsoriamente aos setenta anos para o homem e 65 anos para mulher.

III -

§ Único

Justificativa:

A emenda visa manter o critério de proporcionalidade com o item III do mesmo artigo.

Parecer:

Aprovada. A presente emenda visa conceder aposentadoria "compulsoriamente aos 70 anos para o homem e 65 para a mulher". O nosso anteprojeto já contempla ambos os sexos com 70 anos. Na realidade, é tradição do direito positivo brasileiro que a mulher sempre se aposente antes do homem. É portanto, um direito consagrado e seria anacrônico, ao nosso julgamento, optar diferentemente. Ante o exposto, opinamos pela aprovação da emenda.

EMENDA:00817 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

Acrescente-se ao inciso II, do art. 13, do anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos - "Salvo para os policiais, que será aos 65 anos de idade".

Justificativa:

Tradicionalmente se tem reconhecido a necessidade da redução de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, aos integrantes das carreiras policiais. Tal fato não constitui um privilégio, ou uma prerrogativa dessas funções, mas, antes, um imperativo inerente à própria natureza do serviço policial.

É uma sistemática adotada e seguida no mundo inteiro pois jamais se pode admitir, sob pena de comprometimento da própria instituição policial e do que ela representa para a manutenção da ordem e da tranquilidade pública, que permaneçam em serviço, cuja tipicidade do trabalho requer pleno e excepcional gozo das faculdades físicas e psíquicas, pessoas incapacitadas, não só pela idade como pelo próprio desgaste nervoso, consequente de uma atividade exercida em situações que refogem geralmente à normalidade e à rotina.

A polícia atua permanentemente exigindo o exercício da função trabalho-noturno, assemelhado ao diurno, em horários incertos e nas piores circunstâncias, pois a luta incessante contra o crime assim o reclama. Julgamos, por isso, que a faculdade a exceção à regra da aposentadoria compulsória aos 65 anos de idade, como consta na Constituição vigente, e nenhuma função se aplicaria melhor do que às carreiras policiais, que sempre gozam entre nós desse benefício. A necessidade de se dar tratamento especial às carreiras policiais é gritante e não tardará que se verifique, caso não se

modifique a atual situação, o agravamento dos problemas administrativos – policiais em todo o País, pela presença predominante nos seus efetivos em atividade, de policiais nas mais precárias condições físicas e mentalmente em razão da faina diuturna, arriscada e tensa, sem possibilidades de aperfeiçoarem-se nas novas técnicas e ciências do trabalho policial, que poderá enfrentar o perigo representado pelo crime organizado e pelo crescente e avassalador aumento da criminalidade comum que começa e nos ameaçar, torando a tranquilidade do povo brasileiro.

As carreiras policiais devem ser tratadas distintamente das demais funções públicas, pois diferem na sua essência e objetivos, das existentes no quadro do funcionalismo, além de não encontrarem similares quanto à natureza dos serviços.

Parecer:

Rejeitada. A emenda do ilustre constituinte estabelece "que o servidor será aposentado compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, quando no exercício de atividades policiais".

O anteprojeto contempla aos servidores civis e militares à aposentadoria compulsória aos 70 (setenta) anos de idade.

Na verdade, a proposta do anteprojeto foi motivo de várias consultas às entidades representativas dos servidores civis e policiais, que a acharam justa.

O tratamento igual aos servidores civis e militares, sem dúvida é um fato que faz justiça as duas classes profissionais no âmbito do direito comum.

Diante do exposto, julgamos que a matéria deve ser objeto de legislação ordinária, razão pela qual opinamos pela rejeição da emenda.

EMENDA:00827 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

Dê-se à alínea b do inciso I do art. 13 a seguinte redação:

b) sofrer invalidez permanente, de qualquer natureza, comprovada através de avaliação por junta médica oficial.

Justificativa:

A invalidez é uma situação involuntária e penosa do servidor que obriga a interromper, por motivo alheio à sua vontade a prestação de serviços à União. Dessa forma, qualquer que seja a causa da invalidez, ao servidor deve ter assegurados os proventos integrais para a aposentadoria. Atualmente apenas alguns casos de invalidez, previstos em lei, dão direito e proventos integrais. Em vários outros casos, embora o funcionário seja considerado inválido, recebe apenas previstos em lei mas, sim, devem depender de laudo especializado elaborando por órgão oficiais e idôneos.

Parecer:

Rejeitada. A emenda do ilustre constituinte estabelece que o servidor será aposentado por invalidez permanente, de qualquer natureza, comprovada através de avaliação por junta médica oficial. O anteprojeto já contempla à aposentadoria por invalidez; julgamos, que a sistemática de avaliação por junta médica oficial, deve objeto de matéria ordinária ou de lei complementar que instituiu o Estatutos dos Funcionários.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição da emenda.

EMENDA:00906 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

A letra b, do item I e o item II, do art. 14,

do anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 14

I

a)

b) sofrer invalidez permanente em decorrência de acidente em serviço; por moléstia profissional ou doença especificada em lei.

II - Proporcionais ao tempo de serviço quando compulsória ou por invalidez permanente causada por acidente estranho ao serviço."

Constituinte Adylson Motta

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

Aprovada parcialmente. A sugestão está implícita na disposiçõ do anteprojeto (art.13 e 14).

EMENDA:00915 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

Texto:

Altere-se o artigo 15, do Anteprojeto referente aos direitos dos Servidores Públicos, para a seguinte forma:

Art. 15 O reajuste de proventos e pensão dos inativos e pensionistas será feito na mesma proporção e na mesma época dos aumentos, a qualquer título, concedidos aos servidores ativos, guardada a correspondência dos cargos.

Justificativa:

Nada mais justo do que assegurar, constitucionalmente, a todos os inativos e pensionistas o direito a manter o seu padrão salarial obtido ao longo do seu período de atividade.

Inconcebível seria a Constituição permitir que a aposentadoria, longe de ser um prêmio pelo trabalho executado, se transformasse numa penalização, pois, se não ocorrer a paridade de vencimentos entre inativos e pensionistas com aqueles que continuam em atividade, acontecerá irremediavelmente uma perda salarial.

Seria, além de uma profunda injustiça social, um fator proibitivo nos propósitos de aposentadoria. A aposentadoria é prêmio, o mais elevado na hierarquia dos benefícios sociais, portanto a Constituição não pode deixar dúvidas aos direitos salariais, que constituem o seu real patrimônio, construído ao longo de vários anos de trabalho.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

No mérito, a sugestão está acatada na redação oferecida ao artigo 15 pelo Anteprojeto.

EMENDA:00920 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

Dê-se ao art. 16, do anteprojeto da

Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, a seguinte redação:

"Art. 16 - Aos beneficiários de pensão por falecimento, assegura-se a manutenção da totalidade da remuneração ou soldo, gratificações ou vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido em razão de acidente em serviço.

Parágrafo único. A pensão por falecimento em virtude de causa estranha ao serviço, será calculada proporcionalmente ao tempo de serviço."

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

O anteprojeto contempla o assunto em referência, parcialmente de vez que no seu texto não faz alusão ao parágrafo único.

EMENDA:00971 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

RONARO CORRÊA (PFL/MG)

Texto:

Substituam-se, no Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, integralmente, o artigo 14, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14 - Nenhum servidor público dos três Poderes da União, dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, receberá, na inatividade, proventos inferiores aos vencimentos dos servidores em atividade que exerçam cargo ou função similar, respeitada a proporcionalidade do tempo de serviço."

Justificativa:

É preciso que se corrija o lamentável engano que norteia o atual disciplinamento jurídico e constitucional da questão dos servidores públicos é supor que o aposentado tenha menos necessidades financeiras que o funcionário em atividade.

Enquanto o funcionário em atividade pode complementar seus ganhos com um trabalho paralelo, se assim o quiser, o aposentado, já alquebrado pelo rigor dos anos, não conta com esta chance.

Muito pelo contrário, enquanto não encontram trabalho, ou não estão em condições de realizá-lo, geralmente são enfermos, padecem com despesas de medicamentos, tratamentos, etc.

Por isto que entendemos a necessidade de um tratamento paritário em relação aos rendimentos das duas classes de servidores.

Será o momento de retribuição a pessoas que serviram honrosamente em diversas funções públicas.

Ao incorporarmos a presente emenda no corpo da nova Constituição, estaremos impedindo um procedimento injusto por parte de alguns governos estaduais e municipais.

Pela justiça embutida na mesma emenda, temos a certeza de podermos contar com o endosso dos ilustres colegas constituintes para sua transfiguração em norma constitucional.

Parecer:

Rejeitada. A proposta é despicienda do ponto de vista institucional, diante da multiplicidade de situações concretas ocorrentes na dinâmica das relações de trabalho.

EMENDA:01055 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FRANCISCO KUSTER (PMDB/SC)

Texto:

O artigo abaixo indicado, constante do anteprojeto da subcomissão acima referida, passa a ter a seguinte redação:

Art. 14

I -

"a) contar com o tempo de serviço exigido para a aposentadoria voluntária;"

Justificativa:

Os proventos serão integrais quando o servidor contar com o tempo de serviço necessário à concessão da aposentadoria voluntária, este o princípio geral, já configurado na Constituição em vigor e nas normas deste anteprojeto.

A redação oferecida como emenda, visa dar à letra "a" do inciso I, do art. 14, uma redação mais explícita e objetiva de conformidade com a ordenação jurídica do art. 13, inciso III, combinado com a presente redação.

Parecer:

Aprovada. A forma de apresentação sugerida aprimora o texto.

EMENDA:01062 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

Art. 13

I -

II - Compulsoriamente aos setenta anos de idade para o homem e 65 anos de idade para a mulher.

Justificativa:

Emenda sem justificacão.

Parecer:

Aprovado parcialmente. A presente emenda visa conceder aposentadoria "compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade para o homem e 65 (sessenta e cinco) anos de idade para a mulher". O nosso anteprojeto já contempla ambos os sexos com 70 (setenta) anos.

Na realidade, é tradiçao do direito positivo brasileiro que a mulher sempre se aposente antes do homem.

É, portanto, um direito consagrado e seria anacrônico, ao nosso julgamento, optar diferentemente.

Ante o exposto, opinamos pela aprovacão parcial da emenda.

EMENDA:01065 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

Suprima-se do anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, o parágrafo único, do artigo 13.

Justificativa:

Emenda sem justificacão.

Parecer:

Rejeitada. A emenda do nobre constituinte visa suprimir o parágrafo único do artigo 13, que diz o seguinte: "Serão equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria no serviço público civil e militar".

Na verdade, a emenda proposta não contribui para aprimorar o dispositivo, ao contrário, suprime elementos que realmente não consultam o espírito da redação, contido no anteprojeto.

EMENDA:01136 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JOÃO PAULO (PT/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA DO ARTIGO 14.

Artigo 14. Os proventos da aposentadoria serão:

I - Integrais, quando o servidor:

- a) contar com o tempo exigido nesta Constituição;
- b) sofrer invalidez permanente;
- c) exercer atividade insalubre, penosa ou perigosa.

II - Proporcionais ao tempo de serviço, quando compulsória.

- a) Atingir a idade limite para permanência em serviço.
- b) contar com 50% (cinquenta) por cento do tempo exigido para aposentadoria voluntária.

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

Rejeitada. A proposta contraria o princípio da aposentadoria e introduz regra contraditória da sua própria natureza.

EMENDA:01137 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JOÃO PAULO (PT/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA DO ARTIGO 13.

Artigo 13. O servidor será aposentado:

I - Por invalidez.

II - Por exercício da atividade insalubre, penosa ou perigosa.

III - Voluntariamente após 30 anos de serviço para o homem e 25 para a mulher.

IV - Após completar 50 (cinquenta) por cento do tempo de serviço exigido para aposentadoria voluntária.

V - aos 70 (setenta) anos de idade.

Parágrafo único. Serão equivalentes os critérios para aposentadoria no serviço público civil e militar.

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

Rejeitada. A emenda do nobre constituinte estabelece que o servidor será aposentado:

I - Por invalidez;

II - Por exercício da atividade insalubre, penosa ou perigosa;

III - Voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para a mulher;

IV - Após completar 50% (cinquenta por cento) do tempo de serviço exigido para aposentadoria voluntária;

V - Aos 70 (setenta) anos de idade compulsoriamente.

Na verdade, o anteprojeto no título "Dos Direitos dos Trabalhadores", no item XIX do artigo 2o., já ampara em termos econômicas e sociais o trabalhador, quando em atividade insalubres e perigosas, porém, com referência à aposentadoria, creio que tal matéria deva ser examinado quando da regulamentação das profissões, isto é, através de legislação ordinária.

Com referência à aposentadoria após completar 50% (cinquenta por cento) do tempo de serviço exigido para aposentadoria voluntária; julgamos, que o Estado não pode arcar com o ônus da aposentadoria indiscriminada por tempo de serviço inferior ao estabelecido. Por isso mesmo, o anteprojeto consigna as modalidades possíveis (invalidez, compulsória e voluntária).

Diante do exposto, somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:01182 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MAX ROSENMANN (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao inciso III, do Artigo 13, do anteprojeto, a seguinte redação:

III - voluntariamente após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos de serviço para a mulher, desde que contem, pelo menos, 55 anos de idade.

Justificativa:

Há necessidade de estabelecer-se um limite mínimo de idade para efeito de aposentadoria, no sentido de evitar-se a aposentadoria, que hoje é de 35 anos, está sendo reduzido para 30 e 25 anos, no caso de homem ou mulher.

Parecer:

Rejeitada. Propõe a emenda que o servidor será aposentado voluntariamente após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos para a mulher, desde que contém, pelo menos, 55 anos de idade. O objetivo da emenda é estabelecer um limite mínimo de idade para efeito de aposentadoria, evitando aposentadorias precoces.

Na verdade, a grande maioria dos brasileiros vivem em miséria absoluta; qual seja, 80% da população economicamente ativa ganham até 1 salário mínimo e 25% menos de 1 salário mínimo. Hoje, no Brasil mais de 40 milhões de brasileiros vivem sem a menor condição social e econômica de sobrevivência.

Diante desta fato, a maioria dos brasileiros ainda na adolescência, buscam à oportunidade de emprego no mercado de trabalho formal ou informal.

Na verdade, o trabalhador começa sua atividade, ainda quando menor, visando ajudar na renda familiar, que é ínfima.

Nem sempre conseguem oportunidades no mercado de trabalho, ficando desta forma no subemprego e quando o contrário acontece, muitos só conseguem tal oportunidade esporadicamente.

O anteprojeto já contempla parte da emenda do nobre constituinte, e com referência a idade no item II do art. 13, estabelece a idade de 70 anos para aposentadoria compulsória.

Na verdade, não podemos restringir o direito do trabalhador, iniciar suas atividades profissionais quando jovens, além do mais que vivemos em um país subdesenvolvido, onde a característica marcante é o ingresso no mercado de trabalho ainda menor, por total carência socioeconômica e em particular de sobrevivência.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição da emenda.

EMENDA:01243 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MAX ROSENMANN (PMDB/PR)

Texto:

Acrescente-se, onde couber no anteprojeto, o seguinte artigo:

Art. Somente será aposentado, voluntariamente, o servidor que tiver prestado, pelo menos dois terços do tempo legalmente exigido, a pessoa jurídica de direito público pela qual será inativado, admitida a complementação de, no máximo, um terço de serviço originário de outras fontes.

Justificativa:

O reconhecimento de tempo de serviço prestados a outras instituições de direitos públicos, sem qualquer limitação, pode tornar-se insuportável para a instituição obrigada a conceder aposentadoria para certos servidores. Com a eliminação do limite de idade para a inscrição em concurso, poderão ingressar no serviço público com tempo de serviço que lhe assegure em curto prazo, ou até de imediato o direito de aposentar-se sem prestar serviços à instituição que vai arcar com o ônus da inativação.

Parecer:

A proposta vem de encontro ao instituto que considera as outras formas de aposentadoria que independem de tempo de serviço, e as invalidaria caso adotada.

EMENDA:01244 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MAX ROSENMANN (PMDB/PR)

Texto:

Suprimam-se os itens XI e XII do artigo 11, II do art. 13 e II, do art. 14, do anteprojeto.

Justificativa:

O artigo 11 regula a maior remuneração do servidor público em dois itens: XI e XII.

O XI limita em vinte e cinco vezes a menor remuneração e XII limita a retribuição prevista para o Presidente da República.

Um dos dois casos, deve ser suprimido o item que vincula o maior a uma proporção do menor vencimento.

Com relação à supressão dos itens II do artigo 13 e II do artigo 14, foi feita esta proposição pelo fato de o item II, alínea A, do artigo 11 declarar que depende de limite de idade a inscrição em concurso público. Consequentemente, não se justifica no artigo 13, inciso II, que o servidor será aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade. Se ele pode ingressar no serviço público com qualquer idade, porque limitar-se a idade para a sua aposentadoria? Pelo mesmo fato faz-se necessária a supressão do item II do artigo 14.

Parecer:

REJEITADA por força do art. 23, parágrafo 2o., Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.

FASE G

EMENDA:00013 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NELSON CARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

VII - Comissão da Ordem Social

Emenda Aditiva

Art. 13, III

Acrescente-se, seja no caput, seja como parágrafo do citado no. III -

- Aos trinta (30) anos de serviço para o homem e aos vinte e cinco (25) para a mulher, a aposentadoria voluntária será concedida com vencimentos proporcionais.

Justificativa:

Justo seria conceder-se aposentadoria às mulheres aos 25 anos, tal como proposta em Emendas anterior e pelas razões que a justificam. Mas se assim não entender a douta Comissão, justo é que se assegure às mulheres a faculdade de pedir aposentadoria aos 25 anos de serviço com vencimentos proporcionais, tal como já se permite aos homens, quando completam 30 anos em atividade. Já não haveria com invocar o aumento de despesa para os cofres públicos, por menos relevante que isso represente em face do benefício social que desse acréscimo resultaria para o país.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não condiz com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00021 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ERALDO TRINDADE (PFL/AP)

Texto:

Inclua-se o seguinte texto à Seção II dos Servidores Públicos Civis, art. 13, item II

Comissão da Ordem Social:

II - Compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade para o homem e aos 60 (sessenta) para a mulher.

Justificativa:

Entendemos que a presente proposta apresenta-se coerente diante da atual situação por que passa o Brasil, onde o ser humano segundo pesquisas científicas comprovadas tem sua existência fixada em torno de 65 anos. Em razão disso, achamos que é preciso dar ao servidor público que compulsoriamente atingir os requisitos explicitados no texto, a oportunidade de desfrutar de uma aposentadoria num tempo justificável de trabalho.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a presente Emenda, uma vez que a sua pretensão não condiz com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00056 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ALFREDO CAMPOS (PMDB/MG)

Texto:

Inclua-se o seguinte disposições Transitórias do Anteprojeto da Comissão da Ordem Social, renumerando-se os seguintes:

Art. 24 - A lei garantirá paridade de proventos aos atuais aposentados, em relação aos salários e vencimentos dos trabalhadores e servidores em atividade.

Justificativa:

A presente Emenda visa a restaurar o princípio básico que rege a aposentadoria, seja ela em decorrência da atividade no serviço público ou a empresa privada.

Historicamente, nunca houve igualdade de tratamento salarial entre o trabalhador em atividade e o aposentado, que garantisse a necessária segurança após uma vida dedicada ao trabalho.

O que se pretende é manter a proporcionalidade do poder aquisitivo do dinheiro e maior tranquilidade para o aposentado.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

A paridade dos proventos da aposentadoria com a remuneração dos servidores em atividade foi assegurada no artigo 15 do substitutivo.

EMENDA:00084 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Emenda supressiva.

Suprima-se a expressão "para o homem e aos 65 para a mulher" constante do inciso II, do art. 13.

Justificativa:

Deve ser suprimida a discriminação constante no texto.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não condiz com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00085 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Emenda aditiva.

Acrescente-se ao inciso III, do art. 13, a expressão "ressalvadas as aposentadorias especiais já existentes", após a última palavra do texto.

Justificativa:

Devem ser preservadas as aposentadorias especiais existentes.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não condiz com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00128 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

Nova Redação ao Artigo 16.

Art. 16 - Aos beneficiários de pensão, por falecimento, qualquer que tenha sido o evento causador do óbito, assegura-se a manutenção da totalidade dos proventos, vencimentos ou remuneração, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido.

Justificativa:

A redação anterior ficou abrangente para um assunto de alto interesse para os beneficiários de pensão deixada pelo servidor público.

É indispensável que a Constituição fixe norma definitiva que evite interpretação restritiva dessa concessão.

Parecer:

Rejeitada.

Não nos parece que a expressão "totalidade da remuneração" seja menos abrangente que a especificação das parcelas dessa mesma remuneração, até porque, ao enumerá-las, corre-se o risco da omissão de uma delas.

EMENDA:00133 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

Dê-se ao art. 13 a seguinte redação:

Art. 13 - O servidor será aposentado:

I - Por invalidez.

II - Compulsoriamente aos setenta anos de idade.

III - Voluntariamente após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos para a mulher.

Parágrafo Único - Serão equivalente os critérios e valores para a aposentadoria no Serviço Público Civil e Militar.

Justificativa:

A emenda visa a reincorporar esse dispositivo no anteprojeto do Relator da Comissão, por ele não considerado, embora aprovado na subcomissão após longos debates. No encaminhamento da votação ser se terá nova oportunidade de justificar-se a necessidade da inclusão da medida na futura Carta Maior.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

Consideramos aprovada parcialmente a Emenda em questão, sem prejuízo do que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00191 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

Texto:

Altere-se o art. 16 do Substitutivo

Preliminar da "Ordem Social" para os termos seguintes:

Art. 16 - O benefício de pensão por morte corresponderá á totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior.

Justificativa:

A previsão do benefício de pensão concedida como medida de justiça, acaba, na prática, transformando-se em prática inoperante, em virtude da defasagem de valores, que não acompanha os valores revisados concedidos aos servidores.

O relatório, atento a esta circunstância, cuidou de garantir aos aposentados o direito de ver adaptados os valores dos proventos que forem modificados os vencimentos dos servidores em atividade.

O mesmo fundamento haverá que servir à extensão de tal garantia àqueles que recebem o benefício de pensão, pois o contrário seria tratar com desonomia situações iguais e conduzir, ainda uma vez, aquele benefício a uma absoluta inoperância, pois não será atendido o objetivo da norma, que é de dar garantia àqueles que sofrem a situação ensejadora do seu pagamento.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

O acréscimo redacional sugerido é óbvio e já está implícito na redação oferecida pelo substitutivo.

EMENDA:00209 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

DIONÍSIO DAL-PRÁ (PFL/PR)

Texto:

Nova Redação ao artigo 16.

Art. 16 - Aos beneficiários de pensão, por falecimento, qualquer que tenha sido o evento causador do óbito, assegura-se a manutenção da totalidade dos proventos, vencimentos ou remuneração, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido.

Justificativa:

A redação anterior ficou pouco abrangente para um assunto de alto interesse para os beneficiários de pensões deixada pelo servidor público.

É indispensável que a Constituição fixe norma definitiva que evite interpretação restritiva dessa concessão.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

Merece acolhida, sem prejuízo da forma redacional oferecida pelo substitutivo.

EMENDA:00223 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JORGE UEQUED (PMDB/RS)

Texto:

Nova Redação ao artigo 16.

Art. 16 - Aos beneficiários de pensão, por falecimento, qualquer que tenha sido o evento causador do óbito, assegura-se a manutenção da totalidade dos proventos, vencimentos ou remuneração, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido.

Justificativa:

A redação anterior ficou pouco abrangente para um assunto de alto interesse para os beneficiários de pensão deixada pelo servidor público.

É indispensável que a Constituição fixe norma definitiva que evite interpretação restritiva dessa concessão.

Parecer:

Rejeitada.

Repetimos aqui, os argumentos expendidos ao analisarmos a emenda no. 7s0028-9, do Constituinte Rodrigues Palma.

EMENDA:00229 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NELSON CARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

VII - Comissão de Ordem Social

Art. 13, III

Redija-se assim:

"voluntariamente após trinta e cinco (35) anos de serviço para homem e vinte e cinco (25) para a mulher."

Justificativa:

A igualdade de direitos justamente conseguida pelas mulheres não importa necessariamente em igualdade de deveres. Isso mesmo compreende o eminente autor do Substitutivo, ao fixar idades diferentes para a aposentadoria do homem e da mulher, tal como figurava na Constituição de 1967 e foi mantido pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969. A presente emenda, reduzindo a 25 a idade para a aposentadoria da mulher, atende inicialmente aos encargos impostos pela natureza às mulheres, tornando-as mais frágeis e impondo-lhes deveres distintos dos que cabem aos seus companheiros de criação. Mas sobre essas considerações, sobreleva hoje um motivo da mais alta relevância social. Quaisquer estatísticas que acaso se fizessem no país, delas tão carente, demonstrariam que o desvio para o vício e o crime de milhares de jovens resulta da circunstância de pai e mãe estarem ausentes do lar, impedidos assim de encaminhá-los a outros rumos. Discute-se o que gastaria o Estado com o possível aumento de aposentadorias femininas. Mas, por maior que seja essa despesa, será muito menor do que a despesa para cobrir as consequências da presença de tantos jovens nos desvios da pré-criminalidade, por falta de quem os aconselhe e assista quando mais necessitam. E o Estado responderá por despesas infinitamente superiores pelas medidas de segurança, prisões, delitos, e sobretudo, pelo sacrifício de parte considerável das futuras gerações. O barato acabará saindo caro.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não se compatibiliza com o substituto do anteprojeto.

EMENDA:00230 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NELSON CARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao artigo 15 do Substitutivo:

"Art. 15 -

Parágrafo único - Ressalvadas as vantagens pessoais, em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida pelo servidor na atividade."

Justificativa:

Não é justo que o servidor, ao se aposentar, perca as vantagens e adicionais a que fazia jus pelos seus méritos pessoais.

A remuneração básica deve ser igual ao do nível ou referência em que se encontrava no ato da aposentadoria. É critério de equidade e justiça. Porém, aquelas vantagens que são fruto do seu esforço e que arduamente, por longos anos, lutou para conseguir, constituem, além do seu patrimônio financeiro, o seu patrimônio moral e profissional.

Parecer:

Rejeitada.

É matéria de lei ordinária.

EMENDA:00328 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda ao Substitutivo

Acrescente-se § 1o. ao artigo 16:

Art. 16

§ 1o. - terão direito a pensão por morte o cônjuge viúvo, qualquer que seja seu sexo, e os filhos do falecido.

Justificativa:

Esta Emenda visa a sanar uma injustiça até hoje existente em nossas leis: a de não permitir à esposa o deixar, para seu marido, pensão por morte.

Em outros tempos, quando a mulher exercia suas atividades apenas no campo das prendas domésticas, bastava que a lei protegesse o direito de o homem deixar pensão para a esposa, ao morrer.

Em nossos dias, porém, quando marido e mulher contribuem, igualmente, para o sustento do lar, é necessário que se permita, ao homem, o recebimento de pensão por morte da esposa. De outra forma, com o falecimento desta estaria abalado todo o equilíbrio financeiro da família, inclusive com prejuízo para a prole.

Parecer:

Rejeitada.

Na nova redação oferecida pelo substitutivo é remota a possibilidade de se negar a pensão a qualquer dos cônjuges sobreviventes.

EMENDA:00342 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FRANCISCO KUSTER (PMDB/SC)

Texto:

No art. 14, inciso I, a letra "a", do substitutivo apresentado pela Comissão da Ordem Social, passará a ter a seguinte redação:

Art. 14 -

I -

a) - contar com o tempo de serviço exigido para a aposentadoria voluntária."

Justificativa:

A redação proposta pela Comissão da Ordem Social, no seu substitutivo, não expressa um conceito completo.

Os proventos da aposentadoria serão integrais, quando o servidor contar com o tempo de serviço estabelecido no art. 13, II, da proposta, já que a aposentadoria por invalidez independe de tempo de serviço e a compulsória também não está relacionada com o tempo de serviço.

Assim, nos casos de aposentadoria integral, por tempo de serviço, a aplicação fica restrita a figura da voluntária, prevista no inciso III, do art. 13, citado.

Parecer:

REJEITADA

Não satisfaz como alternativa à redação do substitutivo (art. 14, I, a).

EMENDA:00345 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FRANCISCO KUSTER (PMDB/SC)

Texto:

O art. 16, do substitutivo apresentado pela Comissão da Ordem Social, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 16 - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração ou do provento do servidor falecido."

Justificativa:

O benefício da pensão não pode ser calculado somente sobre a remuneração e vantagens do servidor da ativa, eis que pode a atingir também o servidor aposentado, quando estão percebe "proventos".

A emenda objetiva abranger as duas (2) situações: se ativo, a pensão será calculada sobre a remuneração, entendida aqui como a soma dos vencimentos e das vantagens; quando aposentado, o cálculo recairia sobre o valor dos proventos percebidos.

Não pode a nova Constituição criar esta discriminação entre a pensão devida por morte do servidor ativo ou aposentado.

Neste sentido, a presente emenda é mais prática em sua redação e abrange as situações tratadas acima.

Parecer:

Rejeitada.

A sugestão não contempla aspectos importante da questão e restringe o disposto no substitutivo.

EMENDA:00373 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MÁRIO MAIA (PDT/AC)

Texto:

No Anteprojeto da Ordem Social,
Seção II, Art. 13, Substitua-se o item III
pelo seguinte:

III - Voluntariamente após 30 (trinta) anos
de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos
para a mulher.

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

Rejeitada.

Parecer idêntico dado à emenda número 7s0760-7.

EMENDA:00376 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS/SP)

Texto:

Substitua-se o inciso III do art. 13 do
Substitutivo da Comissão VII:
É assegurada ao trabalhador aposentadoria
voluntária aos 30 anos de serviço, com salário integral.
§ 1o. - À mulher é assegurada aposentadoria
voluntária, com salário integral, aos 25 anos de serviço.
§ 2o. - O professor poderá aposentar-se
voluntariamente após 25 anos de efetivo exercício
de magistério, com salário integral.
§ 3o. - O disposto neste artigo aplica-se
igualmente a empregados de empresas privadas e a
servidores da administração pública direta ou
indireta da União, Estados e Municípios.

Justificativa:

A presente sugestão objetiva assegurar à mulher brasileira e à funcionária pública celetista ou estatutária a aposentadoria voluntária aos 25 anos de serviço.

Justifica-se a concessão de um tratamento diferenciado ao do homem em função das peculiaridades do trabalho feminino, que jamais é exclusivo em sua atividade profissional, somando-se às atividades domésticas que, concomitantemente, executa.

Assim, cumpre ampliar a proteção já adotada em nosso sistema legal, que premia a mulher com a exigência de conhecer em sua plenitude a significação do trabalho doméstico feminino, elemento imprescindível para a própria vida econômica da Nação.

Parecer:

Rejeitada.

consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não condiz em o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00380 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

Modifica a redação dos itens II e III do art.

13, que passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 13 - Item II - compulsoriamente aos 60 (sessenta) anos de idade para o homem e para a mulher"

Item III - Voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para a mulher."

Justificativa:

Presente emenda tem como motivação maior a expectativa de vida média do brasileiro, nas diversas regiões. A região Sul, por exemplo, tem uma expectativa de vida média em torno de 60 (sessenta) anos a esta é a mais alta do país. Temos também a região do Nordeste do país com expectativa de vida média de 45 (quarenta e cinco) anos.

Dessa forma é injustificável a aposentadoria aos 70 (sessenta) anos que fica muito acima da média brasileira.

Embora haja uma permanente melhoria na performance de média de vida do brasileiro é muito lenta, não justificando portanto a idade proposta no relatório.

Parecer:

Rejeitada.

Parecer idêntico dado à emenda número 7s0760-7.

EMENDA:00469 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB/MT)

Texto:

Concede aposentadoria integral aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço aos servidores que, comprovadamente, desenvolvem suas atividades em regime permanente de insalubridade.

Acrescente-se ao art. 13, do Substitutivo da Comissão da Ordem Social, o inciso IV com a seguinte redação:

"Art. 13.

IV - com 25 (vinte e cinco) anos pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, penoso, perigoso e aos servidores que, comprovadamente, desenvolvem as suas atividades em regime de permanente insalubridade."

Justificativa:

A alteração aqui proposta não só fixa numericamente o tempo para 25 (vinte e cinco) anos, como também acrescenta com maior clareza e justiça, a necessidade da comprovação das atividades em regime permanente de insalubridade, isto é, destacando-se com precisão indubitável os servidores que têm contato prolongado com ambientes e materiais insalubres, os quais debilitam a ser humano levando-o a letalidade precoce.

Parecer:

Rejeitada.

O substitutivo do anteprojeto não contempla a pretensão da Emenda em questão, pelo que consideramo-la rejeitada.

EMENDA:00481 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 15, entre a expressão inicial "os proventos da inatividade" e a expressão "serão revistos", a expressão seguinte: "aos quais se incorporam as vantagens decorrentes de lei."

Justificativa:

O aposentado deve levar as vantagens atuais de gratificação na aposentadoria. Os militares, quando passam à reserva, saltam um posto. O tratamento precisa ser igual.

Parecer:

Rejeitada.

A expressão sugerida é abundante e sua ausência no artigo não prejudicará o direito adquirido.

EMENDA:00521 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

RAIMUNDO LIRA (PMDB/PB)

Texto:

Proposta de Emenda ao Anteprojeto - Emenda Supressiva

Suprima-se o parágrafo 2o. do Art. 13.

Justificativa:

A equivalência de critérios e valores pretendida é impraticável em termos tão simplificados com a redação apresenta. A situação do militar em inatividade é caracterizada por uma fase de Reserva em que é mobilizável a qualquer momento, e por uma fase de Reforma, imposta pela idade em que seus serviços não mais são utilizados. O quadro difere bastante do aplicável ao servidor civil.

A colocação, em termos da Carta magna, criará problemas de considerável grandeza, embora o mérito do pretendido seja inatacável. Entende-se, no entanto, que esse mérito deva ser buscado pelo Congresso Nacional no momento oportuno de legislar quanto aos estatutos próprios dos servidores civis e militares, ocasião apropriada para comparações e correção de desigualdades.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não se compatibiliza com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00526 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

Ao Substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Social, suprima-se o parágrafo 2o. do Art. 13 renumerando-se os demais.

Justificativa:

A supressão do parágrafo 2º do Art. 13 deve-se às diferenças que ocorrem no exercício das funções civis e militares. Tais diferenças, principalmente baseadas em critérios relacionados à disciplina,

hierarquia e, ainda, a necessidade de mobilização em caso de guerra, devem fundamentar legislações peculiares. Por outro lado, a mutabilidade que caracteriza a adoção de critérios para a aposentadoria em qualquer categoria profissional, causada pela evolução constante nas condições de trabalho, requer que a matéria não seja considerada de nível constitucional, devendo ser objeto da legislação ordinária.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não se compatibiliza com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00554 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ANTONIO UENO (PFL/PR)

Texto:

Incluir, Seção II, dos Servidores Públicos Civis do Substitutivo da Comissão da Ordem Social.

Art. 14. Os proventos da aposentadoria serão:

§ 1o. Em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade, observado o disposto no artigo 14 da Constituição.

Objetivo - o acréscimo no parágrafo em caixa alta, visando proteger o direito adquirido.

Justificativa:

Respeitando o DIREITO ADQUIRIDO evitaria o artifício hoje usado, como transferências para fronteiras, nomeações em função, apenas para formar o lastro para aposentadoria.

Parecer:

Rejeitada.

A emenda pertence ao âmbito da legislação ordinária e decorrerá do que vem a ser definido no respectivo ordenamento jurídico dos serviços públicos civis.

EMENDA:00563 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

EDUARDO JORGE (PT/SP)

Texto:

Substituir inciso III do art. 13 por:

Art. 13.

III - Voluntariamente após os 30 anos de serviço.

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

Rejeitada.

A emenda em referência além de não especificar a quem se destina a pretensão da aposentadoria voluntária após 30 anos de serviço, não se compatibiliza com o substitutivo do anteprojeto, pelo que, consideramo-la rejeitada.

EMENDA:00570 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

Dê-se art. 13 a seguinte redação:

Art. 13. O servidor será aposentado:

I - Por invalidez.

II - Compulsoriamente aos setenta anos de idade.

III - Voluntariamente após 30 anos de serviço para o homem 25 anos para a mulher.

Parágrafo único. Serão equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria no serviço público civil e militar.

Justificativa:

A emenda visa a reincorporar esse dispositivo no anteprojeto do Relator da Comissão, por ele não considerado, embora aprovado na subcomissão após longos debates. No encaminhamento da votação ser se terá nova oportunidade de justificar-se a necessidade da inclusão da medida na futura Carta Maior.

Parecer:

Aprovada Parcialmente.

Consideramos aprovada parcialmente a presente emenda, sem prejuízo do que contempla o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00576 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

Modifique-se o art. 15 do Substitutivo, pela seguinte redação:

Art. 15 - Os proventos da inatividade serão sempre iguais aos da remuneração dos servidores em atividade, para cargos ou funções iguais.

Justificativa:

Entendemos que a redação dada pela presente emenda, simplifica o dispositivo e atende aos objetivos de conceder-se ao servidor aposentado, remuneração igual ao do servidor em atividade.

Parecer:

Rejeitada.

É matéria de lei ordinária.

EMENDA:00577 NÃO INFORMADO

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

Modifique-se o art. 13 do Substitutivo, para a seguinte redação:

Art. 13

I -

II - Compulsoriamente, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

III - Voluntariamente, aos 30 (trinta) anos de serviço para o homem e aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço para a mulher, bem como para os profissionais de Magistério, Enfermagem e Secretariado.

Justificativa:

Não deve haver discriminação entre o homem e a mulher, no caso da aposentadoria compulsória. No caso da aposentadoria voluntária, por tempo de serviço, entendemos que deve ser estabelecido o tempo de 30 anos para homem e o de 25 anos para a mulher, bem como para os profissionais de Magistério, Enfermagem e Secretariado.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não condiz com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00580 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

EDUARDO JORGE (PT/SP)

Texto:

Substituir inciso III do art. 13 por:

Art. 13

.....

III - "Voluntariamente aos 30 anos de serviço para o homem e 25 anos de serviço para a mulher.

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a emenda em referência, uma vez que a sua pretensão não compatibiliza com o estabelecido no substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00649 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

Incluir § Único ao art. 14

Parágrafo Único - Os proventos de qualquer espécie e as pensões devidas não sofrerão incidência de Imposto sobre Renda.

Justificativa:

Provento e pensão não podem ser considerados renda e portanto não deve incidir imposto sobre tal. Isto não quer dizer que fiquem isentos de declaração e até sujeitos ao pagamento desde que transacionem ou mesmo pratiquem atos de valor que signifiquem lucro ou acréscimo de renda patrimonial.

Parecer:

Rejeitada.

O assunto é impertinente nesse capítulo.

EMENDA:00691 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

"Proposta de Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Social."
Acrescente-se ao art. 13, do Substitutivo da Comissão da Ordem Social o seguinte parágrafo:

.....
§ 3o. Lei Complementar indicará as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza do serviço, para a aposentadora, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade.

Justificativa:

A presente emenda permite, de forma mais abrangente, de que as exceções previstas no texto sejam materializadas através de Lei Complementar no exame de cada caso concreto, sem que a exclusividade da iniciativa seja estritamente do Presidente da República como hoje acontece (art. 103 da CF).

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que, a sua pretensão não se compatibiliza com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00698 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

BOSCO FRANÇA (PMDB/SE)

Texto:

Dê-se ao inciso III do artigo 13 do Substitutivo da Ordem Social, a seguinte redação:
O Servidor Público ou trabalhador da livre empresa, será aposentado voluntariamente, após 30 anos de serviço para o homem, e 25 anos para a mulher.

Justificativa:

Aos 30 anos de serviço, o trabalhador necessita descanso, pois, já contribuiu bastante para a sociedade. Nada mais justo do que, nesta época, passarmos para os mais jovens, a oportunidade de trabalho, dando para quem trabalhou durante 30 anos, o descanso e a remuneração merecidos. O Brasil é um País onde muitos jovens não têm a oportunidade de trabalho e onde muitos idosos ainda têm essa obrigação. Precisamos inverter esse quadro.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não se compatibiliza com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00704 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

Texto:

Acrescente-se ao artigo 15 do Substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Social, os seguintes parágrafos:

"§ Na falta de referência à categoria profissional, a correção salarial se dará com base nos mesmos percentuais dos reajustes do salário mínimo".

"§ Nenhum benefício da Previdência Social, aposentadoria e pensão poderá ser inferior ao salário mínimo".

§ O disposto neste artigo aplica-se também aos funcionários públicos aposentados e pensionistas da União, dos Estados e dos Municípios".

Justificativa:

Complementando dispositivo do Substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Social, achamos por bem apresentar a presente emenda como forma de se criar uma legislação justa e digna para os aposentados e pensionistas da Previdência Social.

Parecer:

Rejeitada.
É matéria de lei ordinária.

EMENDA:00737 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

HORÁCIO FERRAZ (PFL/PE)

Texto:

Suprima-se o art. 15 e dê-se ao art. 14 a seguinte redação:

"Art. 14 - Os proventos do servidor aposentado serão:

I - Com remuneração permanente integral, quando:

- a) contar o tempo de serviço exigido nesta Constituição;
- b) sofrer invalidez permanente;

II - Com a remuneração permanente proporcional ao tempo de serviço, nos demais casos.

§ 1o. - Os proventos dos inativos serão revistos, a partir da mesma data e na mesma proporção, sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos servidores em atividade.

§ 2o. - Serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

§ 3o. - Ressalvado o disposto nos parágrafos anteriores, em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade."

Justificativa:

A aposentadoria de servidor público estatutário difere daquela concedida ao servidor público trabalhista, que se inativa com base na Lei Orgânica da Previdência Social.

A redação dos artigos 13 e 14 poderá ensejar polêmica de ordem interpretativa: seu alcance se restringe aos estatutários ou se estenderia, inclusive, aos trabalhistas?

Para contemplar os servidores estatutários e trabalhistas, é conveniente precisar a ideia. Pode a expressão “qualquer que seja seu regime jurídico” ser colocada após o vocábulo “aposentadoria”. Aposentar o servidor com proventos integrais não impedirá possível redução entre o que for percebido na atividade e que passara receber como aposentado. Daí, a modificação da redação do artigo 14.

Parecer:

Aprovada Parcialmente.
Merece ser acatada, sem prejuízo da redação apresentada no anteprojeto.

EMENDA:00753 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

GERALDO ALCKMIN FILHO - PMDB/SP

Texto:

NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 16.

Art. 16. Aos beneficiários de pensão, por falecimento, qualquer que tenha sido o evento causador do óbito, assegura-se a manutenção da totalidade dos proventos, vencimentos ou remuneração, gratificação e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido.

Justificativa:

A redação anterior ficou pouco abrangente para um assunto de alto interesse para os benefícios de pensão deixada pelo servidor público. É indispensável que a Constituição fixe norma definitiva que evite interpretação restritiva dessa concessão.

Parecer:

Aprovada parcialmente.
Merece acolhida, sem prejuízo da redação oferecida pelo substitutivo.

EMENDA:00754 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

GERALDO CAMPOS - PMDB/DF

Texto:

EMENDAS AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL

1) Ao art. 11, item III.

Acrescente-se, "in fine": "aprovados por lei"

2) Ao art. 15:

Acrescente-se, depois da expressão, "na mesma data", "computados os direitos e vantagens cabíveis"

3) Ao art. 26:

Intercale-se, depois da expressão "motivação política", ou por ato unilateral sem direito de manifestação ou defesa"

4) Ao art. 11:

Acrescente-se o seguinte item:

"IX - Estabilidade após dois anos de efetivo exercício."

Justificativa:

1ª.) Ao Art. 11, item III, "in fine":

Trata-se de evitar o que vem ocorrendo atualmente, quando o DASP, com meras “normativas”, baixadas com o poder que lhe foi outorgado, elabora, a “sua” classificação em aberto, criando e extinguindo direitos a seu alvedrio.

2ª.) Ao Art. 11, novo item:

Com a emenda se pretende, apenas, garantir o direito já existente, que poderá ser modificado em razão do que se dispõe, de modo geral, no art. II do Substitutivo.

3ª.) Ao Art. 26

A Emenda tem por escopo anistiar aqueles, quase todos trabalhadores contratados, que, em 1964, tiveram seus contratos anulados por simples ato administrativo unilateral, sem uma expressa alegação política, embora fosse essa a verdadeira motivação.

4ª.) Ao Art. 15:

O funcionário aposentado, com o transcorrer do tempo, vê seus proventos sofrerem verdadeira “capitis diminutio”.

Comparando com os militares é o mesmo que um General reformado, a pouco tenha seus proventos reduzidos ao de um Coronel, Major, Capitão, Tenente.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

A sugestão relativa ao art. 11, no sentido da inclusão da estabilidade no capítulo dos servidores civis, merece acolhida, pelo acréscimo de um inciso ao art. 11 (item IX).

EMENDA:00760 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao item III do art. 13 do Substitutivo, a seguinte redação:

Art. 13.

.....

III - Voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para mulheres.

Justificativa:

O Substitutivo do Relator, não altera os dispositivos da atual Constituição, confirmando desta maneira o item III do Art. 101, assim como o seu parágrafo único, deixando de atender ao clamor de milhões de brasileiros, que esperam o prêmio pelo seu trabalho.

Desta forma, em se considerando a aposentadoria, como um prêmio à dedicação do trabalhador em prol da Nação, durante a maior parte de sua vida, perde aquele o seu valor, por não poder ser usufruído, na maioria dos casos, pela idade avançada dos “premiados”.

Muito menos se poderia cogitar em falar em prejuízo para os cofres públicos por causa dos proventos pagos ao aposentado, visto que homens e mulheres, durante 30 e 25 anos respectivamente, contribuíram para a União, com trabalho, Imposto de Renda, Contribuições Previdenciárias e tantos outros.

Confirmando a validade da nossa proposta, a legislação previdenciária, já reconhece a necessidade de aposentadoria com 30 anos assegurando 80% do Salário-Benefício para quem possui aquele tempo de serviço e um acréscimo de 3% para cada ano de atividade acima de 30, até o máximo de 15% o que é soberbamente injusto.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não compatibiliza com o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00837 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Ao inciso III do artigo 13 do Substitutivo do Relator dessa Comissão, dê-se a seguinte redação:

"III - voluntariamente, após 35 anos de serviço, independentemente de sexo, desde que tenha no mínimo 55 anos de idade;"

Justificativa:

Não há razão de manter-se o privilégio das mulheres de obterem aposentadoria com idade inferior a dos homens, quando está provado que têm vida longa do que os próprios homens.

Ademais, o cidadão e a cidadã, com mesmos de 55 anos, é extremamente jovem para retirar-se do mercado de trabalho, podendo nele permanecer até aquela idade, já que se encontra no auge de suas potencialidades produtivas.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que o seu substitutivo não se compatibiliza com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00838 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Ao inciso II do artigo 13 do Substitutivo do Relator dessa Comissão, dê-se a seguinte redação:

"II - compulsoriamente, aos 70 anos de idade, independentemente de sexo;"

Justificativa:

Não há razão de manter-se o privilégio das mulheres de obterem aposentadoria com idade inferior a dos homens, quando está provado que têm vida mais longa do que os próprios homens.

Parecer:

Rejeitada.

O substitutivo do anteprojeto contempla a aposentadoria compulsória aos 70 anos de vida para o homem e aos 65 anos de vida para a mulher. A pretensão da emenda é estabelecer a idade única de 70 anos de idade para ambos os sexos, não se não se compatibilizando, portanto, com o referido substitutivo, pelo qual consideramo-la rejeitada.

EMENDA:00885 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

O § 2º. do inciso III do art. 13 passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º. Serão adotados nos três Poderes os mesmos critérios com relação ao cálculo dos proventos e concessão de pensões."

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

Consideremos aprovada parcialmente a Emenda em referência, sem prejuízo do que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00897 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao artigo 16 do Substitutivo da Comissão da Ordem Social, depois da "expressão: "...e vantagens pessoais do servidor falecido," o que se segue:

16 - ...nunca inferior ao salário mínimo regional.

Justificativa:

Em face constante encarecimento do custo de vida, a viúva e os filhos do servidor falecido devem receber ao menos o equivalente ao salário mínimo regional. Existem casos que o valor da pensão a receber é menor do que o preço da passagem de ônibus para ir-se ao órgão previdenciário pagador, o que é ridículo e, sobretudo, desumano.

Parecer:

Rejeitada.

O artigo 16 do substitutivo do anteprojeto contempla de modo abrangente a conversão de "benefício de pensão por morte do servidor", sendo desnecessário o acréscimo da expressão "nunca inferior ao salário mínimo regional", pelo que, entendemo-la rejeitada.

EMENDA:00960 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

Emenda

Inclua-se no Art. 13 do Substitutivo da Comissão VII:

I - Aposentadoria com proventos iguais à maior remuneração dos últimos 12 (doze) meses de serviço, verificada a regularidade dos reajustes salariais nos 36 (trinta e seis) meses anteriores ao pedido, garantido o reajustamento para preservação de seu valor real, que nunca será inferior ao número de salários mínimos percebidos quando da concessão do benefício:

a) Com 35 (trinta e cinco) anos de trabalho para o homem, e com 30 (trinta) anos de trabalho para a mulher, ficando asseguradas aos servidores públicos civis e militares, na inatividade, todas as vantagens do cargo percebidas na atividade.

b) Uma vez atingida, para ambos, a idade de 55 anos, fica possibilitada a aposentadoria, respectivamente, para o homem e a mulher, com 30

(trinta) anos e 25 (vinte e cinco) anos de trabalho.

C) Com tempo inferior ao das modalidades acima, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, insalubre ou perigoso;

II - Aposentadoria, a partir dos dez anos de trabalho, a qualquer momento, desde que requerida pelo trabalhador, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Justificativa:

Uma vez prevista, constitucionalmente, a seguridade social, muito mais justo, vantajoso, e benéfico, até sob o ponto de vista da produtividade e eficiência que requer o País da sua força de trabalho, em todos os setores, é o sistema aqui proposto.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

Consideramos aprovada parcialmente a Emenda em questão, no tocante à letra "a" do item "I" e rejeitamos as letras "b" e "c" do item "I" e o item "II", uma vez que as suas pretensões não condizem com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00972 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

Nova Redação ao art. 16.

Art. 16 - Aos beneficiários de pensão, por falecimento, qualquer que tenha sido o evento causador do óbito, assegura-se a manutenção da totalidade dos proventos, vencimentos ou remuneração, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido.

Justificativa:

A redação anterior ficou pouco abrangente para um assunto de alto interesse para os beneficiários de pensão deixada pelo servidor público.

É indispensável que a Constituição fixe norma definitiva que evite interpretação restritiva dessa concessão.

Parecer:

Aprovada.

Embora a redação da emenda em referência se apresente com alguma diferenciação, no mérito, no entanto, a sua pretensão se compatibiliza com o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00997 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

Nova redação para o § 1o. do item III do art.

13 do substitutivo do Relator.

Art. 13.

III -

§ 1o. Não se aposentará no cargo, função ou emprego aquele que foi admitido por tempo certo ou para uma tarefa isolada.

Justificativa:

A expressão “temporários”, com relação a cargos, funções ou empregos, poderá levar a dúvidas interpretações, haja vista os servidores que integram quadros temporários em diversos órgãos públicos e que seriam prejudicados. A expressão “admitidos por tempo certo” atende, de modo mais claro, ao pensamento contido no duto e respeitável substitutivo.

Não se trata de falar em nomeação, haja vista que esta, no novo sistema, sempre irá pressupor a prestação de concurso e não há concurso para cargo, função ou emprego por tempo certo, expressão trabalhista consagrada por lei, na jurisprudência e na doutrina.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não se compatibiliza com o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:00998 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

Amplia o item III do art. 13 do substitutivo do Relator:

Art. 13.

III - Voluntariamente, após trinta e cinco anos, para o homem e trinta anos para a mulher, ressalvadas disposições legais relativas a aposentadorias especiais.

Justificativa:

Para evitar dubiedades no texto constitucional, torna-se efetivo e satisfatório de logo mencionar a existência de aposentados especiais, como o caso de magistrados, etc.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

Consideramos aprovada parcialmente a Emenda em questão, sem prejuízo do que estabelecer o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:01031 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Dá nova redação ao inciso III, do art. 13, do Substitutivo da Comissão de Ordem Social:

III - Voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para a mulher.

Justificativa:

A proposta aprovada na Subcomissão dos Trabalhadores e Servidores Públicos revelou sensibilidade para captar uma das mais legítimas e necessárias aspirações da sociedade brasileira.

As condições adversas de trabalho a que foram submetidas as gerações anteriores, desprotegidas de legislação trabalhista e previdenciária eficazes, muitas vezes sem direito ao repouso semanal remunerado, férias regulares e até 3 (três) turnos de trabalho para tentar manter o sustento de famílias numerosas, se constituiriam por si só, razão relevantíssima para a redução proposta.

Por outro lado, esta redução viria possibilitar, em muitos casos, que elevado contingente de brasileiros, que não puderam estudar na infância e na adolescência, possam ainda dedicar-se ao

estudo, eliminando mancha do analfabetismo ou habilitando-se a continuar a servir o país em atividades outras, predominantemente de caráter liberal.

A aposentadoria deve se constituir no reconhecimento por parte do Estado, da contribuição dos seus cidadãos, ensejando-lhe algum tempo de sobrevivência após a aposentadoria, para dedicar-se aos seus descendentes e ao lazer, palavra proibitiva na sua vida ativa não só por falta de oportunidades, como também, e, principalmente, pelos baixos salários percebidos.

No que tange ao futuro, esperamos que a sociedade brasileira se desenvolva e seja capaz de assegurar melhores condições de escolaridade para os jovens brasileiros, retardando assim o seu ingresso no mercado do trabalho, idealmente, após concluir seus estudos universitários, permitindo-lhes, ao final de seu tempo de serviço aqui proposto, fazerem jus a maiores níveis de bem-estar. Esta sugestão foi encaminhada pelo Prof. José Mário Ribeiro da Costa, candidato a Constituinte pelo Estado do Maranhão e recebe o nosso endosso para que possa tramitar na Assembleia Constituinte.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não se compatibiliza com o substituto do anteprojeto.

EMENDA:01053 NÃO INFORMADO

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Suprima-se o § 1o. do artigo 13, do Substitutivo da Comissão da Ordem Social.

Justificativa:

Se alguém exerceu cargo, função ou emprego por tão longo período, terá que ter direito a aposentar-se.

Afinal, não deve haver trabalho permanentemente temporário.

Esta sugestão nos foi encaminhada pelo Prof. José Mário Ribeiro da Costa, candidato a Constituinte pelo Estado do Maranhão, que recebe nosso apoio, para que possa ser apreciada pelos órgãos competentes da Assembleia Nacional Constituinte.

EMENDA:01061 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JOÃO PAULO (PT/MG)

Texto:

Emenda modificativa do artigo 13.

Artigo 13 - O Servidor será aposentado:

I - Por invalidez.

II - Por exercício da atividade insalubre, penosa ou perigosa.

III - Voluntariamente após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos para a mulher.

IV - Após completar 50% (cinquenta por cento) do tempo de serviço exigido para aposentadoria voluntária.

V - Aos 70 (setenta) anos de idade.

Parágrafo único. Serão equivalentes os critérios para aposentadoria no serviço público civil e militar.

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não se compatibiliza com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:01066 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JOÃO PAULO (PT/MG)

Texto:

Emenda modificativa do artigo 14.

Artigo 14 - Os proventos da aposentadoria serão:

1 - Integrais, quando o servidor;

a) contar com o tempo exigido nesta Constituição;

b) sofrer invalidez permanente;

c) exercer atividade insalubre, penosa ou perigosa.

11 - Proporcionais ao tempo de serviço, quando compulsória

a) atingir a idade limite para permanência em serviço;

b) contar com 50% (cinquenta por cento) do tempo exigido para aposentadoria voluntária.

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

Rejeitada.

A proposta contraria o princípio da aposentadoria e introduz regra contraditória da sua própria natureza.

EMENDA:01095 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

Altera a redação do inciso II do artigo 13, que passa a vigorar da seguinte maneira:

Art. 13

II - Compulsoriamente aos sessenta e cinco anos de idade para ambos os sexos.

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória para o servidor público deva ser reduzida para sessenta e cinco anos de idade, haja vista que, dessa idade em diante o seu vigor físico e mental deva ser mais preservado para que consequentemente tenha uma velhice menos tumultuada e os seus dias de vida subsequentes mais zelados.

O servidor público passa toda tese de sua vida em exclusiva dedicação ao trabalho, a maior parte do seu tempo eximindo-se ao lazer e até à própria assistência familiar.

Ponderamos a nossa justificativa por entendermos que ela representa os anseios da classe e por assentar-se melhor aos padrões de justiça social.

Propugnamos a mesma faixa etária para a aposentaria por entendermos que esta é uma forma de evitar-se a discriminação a partir do texto constitucional.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não se compatibiliza com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:01104 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

Passa a ter a seguinte redação o art. 16:

"Art. 16. Benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração do servidor, se o falecimento ocorrer por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei."

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Rejeitada.

A regra contida no substitutivo deixa implícitas as modalidades ocorrentes.

EMENDA:01105 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

Passa a ter a seguinte redação o art. 14:

"Art. 14.

I -

a)

b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei."

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

A acrescentamos, ao final do dispositivo, a expressão "em serviço", aproveitando, assim, parte da Emenda. Quanto às espécies de ocorrências da invalidez, preferimos deixar o texto com seu sentido amplo.

EMENDA:01176 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

IVO MAINARDI (PMDB/RS)

Texto:

INCLUA-SE NO ANTEPROJETO DA COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL EMENDA AO ARTIGO 14, ITEM I, ORDENADA COMO

LETRA "c".

"c) for acometido de moléstia grave."

Justificativa:

O Anteprojeto, no citado artigo 14, Item I, prevê hipóteses de aposentadoria integral para o servidor, quando decorrido tempo de serviço (letra a) ou quando sofrer invalidez permanente.

A melhor jurisprudência, em atenção à equidade, com justiça faria incluir na "invalidez permanente" os casos de moléstia grave. Todavia, pela importância do tema, deve-se resguardar a proposta contra eventuais interpretações gramaticais ou meramente literais, restringindo injustamente o direito. Assim, propõe-se a inclusão expressa da hipótese "moléstia grave" como geradora da aposentadoria com proventos integrais, conforme oportunamente lembrando pelo digno servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. WERNER WARTH.

Parecer:

Rejeitada.

Já está contida na alínea "b" do artigo invocado.

EMENDA:01181 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

Texto:

Dê-se ao inciso II do art. 13, do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:
II Compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade.

Justificativa:

A redação dada ao inciso II do Art. 13 do anteprojeto cria situação de desigualdade em razão do sexo, o que contraria o disposto no Art. 1º inciso VI do próprio anteprojeto.

Parecer:

Aprovada.

Consideramos aprovada a Emenda em questão, uma vez que sua pretensão se compatibiliza com o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:01210 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Inclua-se como inciso IV no artigo 13:
IV - a aposentadoria para o professor após 30 anos e, para a professora, após 25 anos de efetivo exercício em função de magistério, com salário integral.

Justificativa:

A aposentadoria especial para professores já integra o elenco dos direitos desses profissionais, desde 30 junho de 1981 (Emenda Constitucional nº 18). Urge reparar a comissão do anteprojeto.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em referência, uma vez que, a sua pretensão não se compatibiliza com o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:01216 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NILSO SGUAREZI (PMDB/PR)

Texto:

Nova redação ao Artigo 16:

Art. 16 - Aos beneficiários de pensão, por falecimento, qualquer que tenha sido o evento causador do óbito, assegura-se a manutenção da totalidade dos proventos, vencimentos ou remuneração, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido.

Justificativa:

A redação anterior ficou pouco abrangente para um assunto de alto interesse para os benefícios de pensão deixada pelo servidor público.

É indispensável que a Constituição fixe norma definitiva que evite interpretação restritiva dessa concessão.

Parecer:

Aprovada.

Com pequena diferença tão somente em sua redação, a emenda em questão, no seu mérito, se compatibiliza com o Substitutivo do Anteprojeto, pelo que consideramo-la aprovada.

EMENDA:01231 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

Texto:

Os incisos II e III do artigo 13 passarão a ter a seguinte redação:

Artigo 13 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade para o homem e aos 60 (sessenta) anos para mulher;

III - voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para mulher.

§ 1o. e § 2o. mantida a redação do Substitutivo.

Justificativa:

É preciso permitir ao aposentado o gozo da dedicação ao trabalho. De que adianta determinar aposentadoria compulsória aos 70 anos, se a média de vida para o homem brasileiro, é, segundo dados científicos, 65 anos e para a mulher 68. Significa um direito impossível de exercitar, com raras exceções. Ou a velhice, o desgaste, a senilidade não permitem a satisfação de tempo de dedicação. Por outro lado, um trabalhador, após vinte e cinco anos de serviço, o que se transformou em rotina, atinge a raia da saturação e não produz satisfatoriamente. O país precisa, acima de tudo de produção, de produtividade, e precisamos colocar mecanismos de acesso aos nossos trabalhadores.

Parecer:

Rejeitada.

Consideramos rejeitada a Emenda em questão uma vez que a sua pretensão não se compatibiliza com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:01253 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MAURÍCIO FRUET (PMDB/PR)

Texto:

Sugere nova redação ao art. 16.

Art. 16. - Aos beneficiários de pensão, por falecimento, qualquer que tenha sido o evento causador do óbito, assegura-se a manutenção da totalidade dos proventos, vencimentos ou remuneração, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido.

Justificativa:

A redação anterior ficou abrangente para um assunto de alto interesse para os beneficiários de pensão deixada pelo servidor público.

É indispensável que a Constituição fixe norma definitiva que evite interpretação restritiva dessa concessão.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

Merece acolhida, sem prejuízo da redação oferecida pelo substitutivo.

EMENDA:01286 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

MÁRCIO BRAGA (PMDB/RJ)

Texto:

No art. 15 do substitutivo do relator, suprima-se o termo reforma e acrescente-se parágrafo único.

Art. 15. Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no caput desse art. em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida pelo aposentado, quando na atividade.

Justificativa:

O dispositivo está inserido na Seção que trata exclusivamente dos servidores públicos civis, que não estão sujeitos a reforma, mas tão somente à aposentadoria, como garantia de inatividade remunerada.

Por outro lado, necessário se faz a inclusão do parágrafo único, com a redação proposta, a fim de evitar sejam concedidas, na data da aposentadoria e em razão dela, vantagens econômicas que o servidor não possuía na atividade.

Parecer:

Rejeitada.

É matéria de lei ordinária.

EMENDA:01315 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

HORÁCIO FERRAZ (PFL/PE)

Texto:

Dê-se ao artigo 13 a seguinte redação:

"Art. 13. O servidor, qualquer que seja seu regime jurídico, será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade para o homem e aos 65 (sessenta e cinco) para a mulher;

III - voluntariamente, após 35 (trinta e cinco) anos do serviço para o homem e 30 (trinta) para a mulher.

§ 1º. Os prazos referidos no inciso III ficam reduzidos em cinco anos para os professores.

§ 2º. Não haverá aposentadoria em cargos temporários.

§ 3º. São equivalentes os critérios e valores dos proventos para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar.

§ 4º. O tempo de serviço federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, na administração direta e indireta, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da lei.

Justificativa:

A aposentadoria de servidor público estatutário difere daquela concedida ao servidor público trabalhista, que se inativa com base na Lei Orgânica da Previdência Social.

A Redação do artigo 13 poderá ensejar polêmica de ordem interpretativa: seu alcance se restringe aos estatutários ou se estenderia, inclusive, aos trabalhistas?

Pretende-se contemplar os servidores estatutários e trabalhistas, sendo conveniente, portanto, precisar a ideia. Deve a expressão "qualquer que seja seu regime jurídico" ser colocada após o vocábulo "servidor", para aclarar a redação do texto.

O termo "valor" é vago. Convém precisar que são os valores dos proventos.

Aliás, a atual Constituição assegura aos professores aposentadoria aos 25 e 30 anos de exercício de função de magistério, o que não está sendo mantido.

Daí a inserção do § 1º

Observe-se que a redação dos artigos 13 e 14 impede que lei ordinária estabeleça exceções às regras de aposentadoria, no que se refere ao tempo de serviço, como já se verifica em relação a algumas categorias.

O § 4º visa permitir a contagem, para todos os efeitos, do tempo de serviço prestado ao Serviço Público, sem estabelecerem-se distinções. É que o Serviço Público é um todo e assim deve ser considerado, no que concerne ao tratamento a ser concedido a seus servidores.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

Consideramos aprovada parcialmente a Emenda em questão, sem prejuízo do que estabelece o substitutivo do anteprojeto.

EMENDA:01338 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

HORÁCIO FERRAZ (PFL/PE)

Texto:

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. - Não será concedida aposentadoria

voluntária, por conta da União, Estados, Municípios, Distrito Federal, Territórios Federais ou de instituições públicas de previdência social, aos segurados do sexo masculino, com menos de cinquenta e três, e do sexo feminino, com menos de quarenta e oito anos de idade.

§ 1o. - Somente se excluem das disposições deste artigo as hipóteses previstas nesta Constituição e as concedidas por entidades privadas de previdência, que não recebam subvenções do poder público, inclusive de órgãos da administração indireta da União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios Federais.

§ 2o. - A lei assegurará abono de permanência ao servidor que, contando tempo de serviço suficiente para aposentadoria voluntária, não tenha alcançado a idade mínima exigida ou que, contando esse tempo e idade, permaneça em atividade".

Justificativa:

A restrição se impõe em virtude de as normas atuais admitirem aposentadoria dos servidores com idade em que se encontrem em perfeita higidez física e mental, estado, portanto, em perfeitas condições de continuarem trabalhando.

Parecer:

Rejeitada.

Dentre as aposentadorias voluntárias, destacam-se as concedidas por tempo de serviço. Estas, com exceção dos casos especialíssimos, são concedidas às mulheres e aos homens, respectivamente, após 30 e 35 anos de trabalho. Assim, se uma trabalhadora implementa tempo de serviço para se retirar da atividade, digamos, aos 44 anos de idade, não vemos como negar-lhe esse direito, principalmente através do expediente de se embaralhar o tempo de serviço com a idade técnica que já foi adotada há mais de 20 anos e que, se revigorada agora, soaria como retrocesso injustificável.

EMENDA:01340 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

HORÁCIO FERRAZ (PFL/PE)

Texto:

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. - O servidor público que contar, no mínimo, 15 (quinze) anos de serviço poderá ser aposentado, a pedido, com remuneração permanente proporcional."

Justificativa:

Estudos realizados indicaram ser conveniente possibilitar ao servidor público, que conte no mínimo, 15 anos de serviço, aposentar-se e dedicar-se às atividades da empresa privada, o que admite a renovação de valores por parte da Administração.

Parecer:

Rejeitada.

A proposta contraria o disposto nos art. 12 e 13, que firmam o princípio geral.

EMENDA:01408 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

COSTA FERREIRA (PFL/MA)

Texto:

Modifique-se os incisos II e III do artigo 13, acrescentando-se a este, o inciso IV, e modifique-se o inciso II do artigo 14, acrescentando-se a este, as alíneas "a", "b" e "c", com as seguintes redações:

Art. 13 -

I -

II - Voluntariamente após trinta anos de serviço para o homem e 25 para mulher.

III - Compulsoriamente aos setenta anos de idade para o homem e sessenta e cinco para a mulher.

Art. 14 -

I -

a) -

b) -

II - Proporcionais quando:

a) - Compulsoriamente;

b) - Por velhice,

c) - Tempo de serviço.

Justificativa:

O servidor público merece usufruir destes benefícios pelos relevantes serviços prestados à nação brasileira e que muitos anos lhe foi negado e nesta Constituinte este direito ser lembrando não é nada estranho, haja vista, o grande esforço com sacrifício de vida dedicado com o heroísmo peculiar do servidor público em prol da grandeza do nosso querido Brasil.

Parecer:

Aprovada parcialmente.

Consideramos aprovada parcialmente a Emenda em questão, sem prejuízo do que já estabelece o substitutivo.

EMENDA:01413 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

Texto:

Dê-se ao art. 13, inciso II, do Substitutivo, a seguinte redação:

Art. 13 -

"II - compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta e cinco anos de idade, para a mulher, comprovada a capacitação do homem aos setenta anos."

Justificativa:

A expressão imperativa "será" não se acopla ao ato voluntário expresso pelo inciso III. Os períodos de 35 e 30 anos por isonomia como o por mim proposto para os trabalhadores em geral.

Parecer:

Rejeitada.

Consideremos rejeitada a emenda em questão, uma vez que a sua pretensão não condiz com o substitutivo do anteprojeto.

FASES J e K

EMENDA:00106 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Emenda aditiva ao anteprojeto do Senhor Relator da Comissão de Sistematização, visando a adequação no disposto no art. 88.

Proponho a seguinte redação:

Os proventos da inatividade não poderão ser inferiores aos que o aposentado percebia na atividade.

Justificativa:

Não se pode permitir, sob pena de cometermos grave injustiça social, que o aposentado perceba proventos inferiores àqueles que auferiam, quando na atividade. A aposentadoria, antes de ser um prêmio a quem trabalhou durante longos anos, passaria a significar um tremendo castigo. Obrigaria ela ao aposentado ter de diminuir o seu padrão de vida e, alguns casos, até mesmo a solicitar o auxílio de parentes e amigos.

Devemos fixar, a nível constitucional, essa norma para que vejamos repetidos, no dia-a-dia, tristes exemplos que ocorreram devido a uma sistemática injustiça.

EMENDA:00143 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

Dá nova redação ao art. 87 do anteprojeto de Constituição:

Art. 87 - A aposentadoria ocorrerá voluntariamente, por invalidez ou será compulsória, aos setenta (70) anos de idade. O servidor público poderá aposentar-se, voluntariamente, aos trinta (30) anos de serviço, desde que não seja ocupante de cargo, função ou emprego temporário.

§ Único - São equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar.

Justificativa:

No momento em que têm êxito as lutas pela igualdade dos direitos do homem e da mulher é, na verdade, evidente que não mais se justifica, na aposentadoria, prazos diferentes para a formação do direito de que trata o presente dispositivo. A aposentadoria prêmio aos trinta (30) anos foi elaborada em centenas de sugestões á Assembleia Nacional Constituinte.

Não se trata, aqui, de modificar disposição advinda da Comissão competente e sim de compatibilizar as disposições da aposentadoria ás demais igualdades de direitos, sem que se faça diferença em razão do sexo do servidor.

EMENDA:00211 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

Texto:

Emenda ao Art. 87, item "b" do Anteprojeto.

Art. 87 -

a) -

b) - Compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade;

c) -

d) -

Justificativa:

O disposto no item "b" do Art. 87 está em confronto com o disposto na alínea "a", inciso III do Art. 13, do título II – Dos Direitos e Liberdades Fundamentais, que consagra que "todos são iguais perante a Constituição, a Lei e o Estado", na alínea "e", que consagra a igualdade dos DIREITOS e obrigações do homem e da mulher, na alínea "f", que consagra que ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão de sexo, ou qualquer outra condição social ou individual, não se justificando a discriminação odiosa de limite de idade diferenciado quando ao prazo estabelecido para a compulsória.

EMENDA:00233 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

Texto:

Altere-se as redações das alíneas b e c do

art. 87, do Capítulo VIII, Seção II.

b) compulsoriamente, aos 65 (sessenta e cinco) anos para o homem e aos 60 (sessenta) anos para a mulher;

c) voluntariamente, após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para a mulher;

Justificativa:

Considerando que grande parte do contingente de trabalhadores do País ingressa muito cedo na força de trabalho e tendo em vista a grande diversidade de atividades que exigem grandes esforços e provocam desgaste físico e mental, julgamos justo que seja reduzido o tempo de trabalho para 30 e 25 anos para homens e mulheres, respectivamente, para que possam, em pleno vigor gozar dos benefícios da aposentadoria e usufruir os frutos do seu trabalho.

EMENDA:00263 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 87, alíneas "B" e "C".

As alíneas "B" e "C", do art. 87, do anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 87 -

B - Compulsoriamente, aos 65 (Sessenta e cinco) anos de idade.

C - Voluntariamente, após 30 (Trinta) anos de serviço.

Justificativa:

O objetivo da presente emenda é adequá-la ao disposto no Art. 13, alínea “E” e “F” que estabelece que o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações e que ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão de sexo ou idade além do que dispõe o art. 362, alínea “E”, do anteprojeto, que estabelece a idade de Sessenta e cinco anos para aposentadoria por velhice sem distinção de sexo. Por essas razões, tratando-se de objetivar a necessidade de adequação entre dispositivos do anteprojeto aprovado, justificar-se a aprovação da presente emenda.

EMENDA:00478 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

Texto:

Emenda modificativa, ao artigo 90 do Anteprojeto.

O "caput" do art. 90 do anteprojeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 90 - O benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos ou vencimentos, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

No texto atual, não fica claro se se trata de morte do servidor inativo ou de ativo. Por essa razão, a nossa intenção é esclarecer este primeiro ponto.

O termo técnico “remuneração” compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já estão incluídas na remuneração.

É mister, pois, fazer uma compatibilização de linguagem, no texto constitucional, no que tange ao Art. 14, inciso V, Art. 85, inciso IX, Art. 89 e 90, nos quais a palavra “remuneração” é usada indistintamente para caracterizar vencimento e para caracterizar o todo, isto é, vencimento, gratificação e vantagens.

A palavra “vencimento” está tecnicamente correta no Art. 14, incisos VI e XI, no Art. 85, inciso III, no Art. 194, inciso III, alínea “b” no Art. 479 e no Art. 483, inciso II.

A introdução da palavra “proventos” é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância.

EMENDA:00532 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO SILVA (PMDB/PI)

Texto:

Art. 87

e) O professor será aposentado após 25 anos de exercício em funções de magistério, com salário integral.

Parágrafo Único - O tempo de serviço militar será computado integralmente para os efeitos da aposentadoria.

Justificativa:

O nobilitante exercício da função de professor mereceu a devida atenção pela Constituição de 18 de setembro de 1946, prescrevendo aposentadoria após 25 anos de trabalho, indistintamente para homens e mulheres.

A Constituição de 24 de janeiro de 1967, desconhecendo a realidade da tradição constitucional e dos empecilhos do exercício do magistério, elevou o tempo de aposentadoria para 35 anos para professor e de 30 anos para professora. O Congresso Nacional, pela Emenda constitucional nº 18, de 30 de junho de 1981 diminuiu o tempo de serviço para 30 e 25 anos, respectivamente.

No momento em que a Assembleia Nacional Constituinte se propõe traduzir todos os anseios das nobres classes trabalhadoras, o magistério, em particular, merece uma reparação histórica, uma vez que desde a revogação da Carta de 1946, em nada diminuíram as lutas e vicissitudes dos professores. Daí a justeza da aposentadoria para homens e mulheres após 25 anos de trabalho em sala de aula.

O aproveitamento na sua integridade do tempo militar é uma justiça para todos quantos prestaram serviço às Forças Armadas. Sabe-se que há uma íntima correlação entre as duas atividades, não só pelo alcance do trabalho prestado, mas também pela relevância social e patriótica do serviço.

EMENDA:00555 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

Texto:

Emenda substitutiva.

Dispositivo emendado: art. 90.

Dê-se ao art. 90 a redação seguinte:

"Art. 90. O benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos, vencimento, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido."

Justificativa:

No texto atual, não fica claro se se trata de morte do servidor inativo ou de ativo. Por essa razão, a nossa intenção é esclarecer este primeiro ponto.

O termo técnico "remuneração" compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já estão incluídas na remuneração.

É mister, pois, fazer uma compatibilização de linguagem, no texto constitucional, no que tange ao Art. 14, inciso V, Art. 85, inciso IX, Arts. 89 e 90, nos quais a palavra "remuneração" é usada indistintamente para caracterizar vencimento e para caracterizar o todo, isto é, vencimento, gratificação e vantagens.

A palavra "vencimento" está tecnicamente correta no Art. 14, incisos VI e XI, no Art. 85, inciso III, no Art. 194, inciso III, alínea "b" no Art. 479 e no Art. 483, inciso II.

A introdução da palavra "proventos" é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância.

EMENDA:00572 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ORLANDO BEZERRA (PFL/CE)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 87, Letra "c"

A letra "c" do Artigo 87 do anteprojeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 87 -

c) voluntariamente, após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) para a mulher.

Justificativa:

O ônus dessa medida não será assim tão imensurável. Hoje, as mulheres, a imensidão dessas grandes mulheres que se vêm em todas as partes, em atividades diversas, buscando e conquistando seu espaço, já se aposentam com 25 e 30 anos de serviço. Hoje, os jornalistas, professores e médicos também se aposentam, com proventos integrais, com esse tempo de serviço. Ademais, quem usufruiu dos recursos da Previdência não é o aposentado, mas a indústria das drogas, equipamentos e as empresas hospitalares. Cabe ao aposentado, apenas, incorrer em processo de degenerescência.

EMENDA:00614 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

COSTA FERREIRA (PFL/MA)

Texto:

Dê-se à alínea c, do artigo 87, da seção II, do presente anteprojeto, a seguinte redação:

Art. 87.....

c) voluntariamente, após 30 (trinta) anos de serviço para homem e 25 (vinte e cinco) para mulher.

Justificativa:

Considerando a idade média de vida do brasileiro e a sua grande contribuição para o desenvolvimento do Brasil no setor público, por um pleito de justiça e gratidão, os servidores públicos devem gozar da redução de 5 (cinco) anos na sua aposentadoria por tempo de serviço, os benefícios necessários a que desfrutem desses cinco anos por aqueles que ainda restam a saúde na convivência com os seus familiares, por ser de justiça e de pleno direito.

EMENDA:00634 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA AO ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Acrescentar ao Art. 89, in fine, expressão:

"inclusive militares"

Justificativa:

É evidente que se deve aplicar aos militantes o tanto que se destinou aos civis, na compreensão de que civis e militares são servidores e que diante da Constituição são exatamente iguais, sendo certo que quando à sociedade apresentam-se em pé de igualdade, quanto à servi-la bem.

Convém ressaltar o trabalho desenvolvido nas Comissões Temáticas, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, pelo Deputado FARABULINI JÚNIOR, neste sentido.

EMENDA:00635 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA AO ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Acrescentar ao art. 90 do anteprojeto da

Constituição a seguinte expressão:

"inclusive militar"

Justificativa:

É indubitável que os benefícios constantes do Art. 90 são extensivos aos militares. Cumpre, porém, esclarecer para que não parem dúvidas a ser suscitadas pelos tecnocratas que hão de resolver questões na área administrativa.

Cumpre, pois, aditar.

Convém ressaltar o trabalho desenvolvido nas Comissões Temáticas, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, pelo Deputado FARABULINI JÚNIOR, neste sentido.

EMENDA:00698 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Emenda Supressiva ao Anteprojeto do Relator para adequação do texto

Seja suprimido o § 2º do Art. 87 do anteprojeto de Constituição.

Justificativa:

A carreira dos servidores públicos civis é, completamente, diferente e distinta da carreira dos servidores públicos militares.

Os Estatutos e as leis a que se subordinam são específicos para cada um deles, voltados para atender as peculiaridades de cada um.

As condições de trabalho, com os militares se submetendo, por exemplo, ao trabalho noturno, horas extras e nos finais de semana e feriados, sem haver acréscimos em seus vencimentos, são alguns fatos que bem demonstram a diferença para com os servidores públicos civis.

Assim, tornar equivalente os critérios para aposentadoria e reforma é querer igualar os desiguais.

Por tudo isso, é que o referido parágrafo deve ser suprimido do atual anteprojeto de Constituição.

EMENDA:00704 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

Texto:

Ao Anteprojeto de Constituição, suprima-se o parágrafo 2o. do Artigo 87.

Justificativa:

A retribuição à prestação de serviços deve ser baseada na natureza desses serviços. São diferentes as tarefas desempenhadas por servidores civis e militares.

Os servidores públicos militares não recebem retribuição por horas extras, serviço noturno e serviço aos sábados e domingos e feriados. O seu horário de expediente pode ser prorrogado sem que por isso tenham direito à percepção de quaisquer adicionais ou gratificações.

A equivalência de critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar pode gerar reivindicações de isonomia que se traduzirão em aumento de despesas com pagamento de proventos de pessoal militar na reserva e reformado.

A carreira militar, pelas suas peculiaridades, tem exigências de higidez e de idades que não permitem a simples aposentadoria aos 70 anos como os civis. Assim, para cada posto ou graduação, face às características das funções exercidas existem limites diferenciados de permanência no serviço ativo, perfeitamente definidas nos Estatutos Militares. Por aquele Estatuto, por exemplo, a idade de permanência na ativa para Cabo é de 45 anos e para um Capitão-de-Mar-e-Guerra é de 59 anos.

EMENDA:00913 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Modifique-se para a seguinte a redação do Artigo 90:

"Art. 90 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior".

Justificativa:

A emenda insere a paridade no benefício de pensão.

EMENDA:00979 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DARCY POZZA (PDS/RS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA:

Emenda ao Art. 90 do Anteprojeto.

Art. 90 - O benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos, vencimento, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

No texto atual, não fica claro se se trata de morte do servidor inativo ou de ativo. Por essa razão, a nossa intenção é esclarecer este primeiro ponto.

O termo técnico "remuneração" compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já estão incluídas na remuneração.

É mister, pois, fazer uma compatibilização de linguagem, no texto constitucional, no que tange ao Art. 14, inciso V, Art. 85, inciso IX, Arts. 89 e 90, nos quais a palavra "remuneração" é usada indistintamente para caracterizar vencimento e para caracterizar o todo, isto é, vencimento, gratificação e vantagens.

A palavra "vencimento" está tecnicamente correta no Art. 14, incisos VI e XI, no Art. 85, inciso III, no Art. 194, inciso III, alínea "b" no Art. 479 e no Art. 483, inciso II.

A introdução da palavra "proventos" é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância.

EMENDA:01079 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ LUIZ MAIA (PDS/PI)

Texto:

emenda supressiva

Dispositivo emendado: Artigo 87, § 2o.

Suprima-se do anteprojeto o § 2o. do Art. 87.

Justificativa:

São nitidamente diferenciadas as categorias de servidores públicos civis e militares.

Os estatutos e leis a que se subordinam são específicos e voltados para atender as peculiaridades de cada um.

As condições de trabalho, com os militares se submetendo, por exemplo, a servirem em guarnições desprovidas de recursos e conforto, ao trabalho noturno, horas extras, fins de semana e feriados sem que haja a correspondente remuneração, são alguns fatos que bem demonstram a diferença existente.

A fim de não se igualar o que é diferenciado, tal parágrafo deve ser suprimido.

EMENDA:01250 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SANTINHO FURTADO (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 87, letra "b", parágrafo 1o.

A letra "b" e o parágrafo 1o. do Artigo 87 do Anteprojeto, passam a ter a seguinte redação:

Artigo 87:

a)

b) Voluntariamente, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade para o homem e aos 60 (sessenta) anos para a mulher;

c)

d)

§ 1o. - não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, desde que o tempo de serviço prestado seja inferior a 35 (trinta e cinco) anos.

§ 2o. -

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória é um desrespeito ao servidor que, após dedicar a maior parte de sua vida à função pública, passa a ser considerado Senil pelo Estado a que serviu com dedicação durante várias décadas. No tocante a idade, a proposta é das mais justas, tendo em vista a média atual de vida do trabalhador brasileiro que é de 55 (cinquenta e cinco) anos de vida. Em relação ao desempenho de cargos, funções ou empregos temporários, há que se determinar o tempo de serviço prestado, sendo que ao atingir 35 (trinta e cinco) anos, nada mais justo que a lei lhe garanta a aposentadoria voluntária.

EMENDA:01451 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Substitutiva
Dê-se ao item b do art. 87 a seguinte redação:
Art. 87.

- a)
- b) Compulsoriamente aos 65 anos de idade.

Justificativa:

Em se considerando a aposentadoria como um Prêmio à dedicação do trabalhador durante a maior parte de sua vida, em prol da Nação, perde aquele e seu valor, por não poder ser usufruído, na maioria dos casos, pela idade avançada dos “premiados”.

EMENDA:01456 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Substitutiva
Dê-se ao item c do art. 87 a seguinte redação:
Art. 87.

- a)
- b)
- c) Voluntariamente, após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para a mulher.

Justificativa:

O Substitutivo do Relator, não altera os dispositivos da atual Constituição, confirmando desta maneira o item III do Art. 101, assim como o seu parágrafo único, deixando de atender ao clamor de milhões de brasileiros, que esperam o prêmio pelo seu trabalho.

Desta forma, em se considerando a aposentadoria, como um prêmio à dedicação do trabalhador em prol da Nação, durante a maior parte de sua vida, perde aquele o seu valor, por não poder ser usufruído, na maioria dos casos, pela idade avançada dos “premiados”.

Muito menos se poderia cogitar em falar em prejuízo para os cofres públicos por causa dos proventos pagos ao aposentado, visto que homens e mulheres, durante 30 e 25 anos respectivamente, contribuíram para a União, com trabalho, Imposto de Renda, Contribuições Previdenciárias e tantos outros.

Confirmando a validade da nossa proposta, a legislação previdenciária, já reconhece a necessidade de aposentadoria com 30 anos assegurando 80% do Salário-Benefício para quem possui aquele tempo de serviço e um acréscimo de 3% para cada ano de atividade acima de 30, até o máximo de 15% o que é soberbamente injusto.

EMENDA:01695 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

Texto:

Nos termos do § 2o. do Art. 23, do Regimento Interno da Comissão de Sistematização - (Resolução no. 01/87 C.S.).

Acrescente-se no Art. 90, após o termo "totalidade" e antes da palavra "remuneração" a expressão "dos proventos ou da".

Justificativa:

Tecnicamente remuneração é o que se percebe no serviço ativo; proventos o que se percebe na aposentadoria.

Ao mencionar o termo “totalidade” torna-se patente que foi intenção do redator do dispositivo incluir como pensão, após a morte do aposentado, tudo o que ele percebia da Administração enquanto vivo, aposentado ou no serviço ativo.

Daí a necessidade de se incluir o termo “proventos” para tornar claro o dispositivo.

EMENDA:01789 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA DE ADEQUAÇÃO

Inclua-se no artigo 87 a alínea "e", com a seguinte redação:

e) com tempo inferior aos das modalidades acima, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso, segundo se dispuser em lei.

Justificativa:

A peculiaridade funcional de algumas categorias gera maior desgaste físico e psíquico, aliado aos trabalhos insalubre e perigoso. Assim, é de justiça que possam usufruir de aposentadoria com menor tempo de serviço.

O artigo 362, letra “c” contempla com aposentadoria especial os trabalhadores que se enquadrem nas categorias acima citadas. Seria odioso que servidores públicos civis exercendo o mesmo tipo de atividade, tivessem tratamento diferenciado.

Acrescente-se, também, que a Comissão da Ordem Social quando aprovou o texto acima estendeu aos servidores públicos civis. Porém, por ocasião do ordenamento e compatibilização das matérias aprovadas, tal benefício não foi expressado no capítulo que trata dos servidores públicos, permanecendo tão somente para os trabalhadores.

EMENDA:01981 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Modifica o inciso II do artigo 88:

Art. 88 -

Inc. II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos, não podendo ser inferior a oitenta por cento dos rendimentos.

Justificativa:

A aposentadoria proporcional deve ser quantitativa, tal qual acontece com a Lei da Previdência Social (nesta é prevista com setenta e cinco por cento do salário a uma carência de sessenta contribuições no mínimo e mais um por cento para cada ano de serviço até o limite de noventa e cinco por cento). Sem quantificação a aposentadoria passa a ser irrisória e prejudica não apenas ao funcionário, mas toda a sua família. Ninguém com cinco ou dez anos de serviço conseguiria viver com apenas dez ou vinte por cento de salário, por maior que seja.

EMENDA:02013 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 87

Suprima-se o § 1o. do artigo 87, passando o atual § 2o. a ser seu parágrafo único:

Justificativa:

A norma que se pretende suprimir infligiria pena drástica aos servidores temporários que, ademais, são isentos de qualquer culpa na permanência prolongada dentro da Administração Pública. A norma será absolutamente inócua se a Administração observar, como é de seu dever, a legislação ordinária que impede que o serviço temporário, pelas suas próprias características, se eternize. Não pode o texto constitucional consagrar dispositivo para o fim de reconhecer expressamente falhas da Administração Pública.

EMENDA:02101 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ABIGAIL FEITOSA (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se na Seção II, dos Servidores

Públicos Civis, art. 87, alínea "c" a seguinte emenda:

A aposentadoria voluntária será após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para a mulher.

Justificativa:

O novo texto Constitucional deve avançar nos direitos sociais e baseado na taxa de sobrevivência, na necessidade de uma velhice com lazer e na duplicidade da jornada de serviço da mulher, ser diminuído o tempo de serviço para conquista da aposentadoria como forma de premiação ao esforço dispendido pelos servidores.

EMENDA:02102 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ABIGAIL FEITOSA (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se na Seção II, dos Servidores

Públicos Civis, art. 87, alínea "d", parágrafo 1o.

a seguinte emenda:

Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, a não ser no caso de tempo de serviço de 30 (trinta) anos para o homem e 25 (vinte e cinco) para a mulher.

Justificativa:

Consagrou a Revolução Francesa que a lei é igual para todos. Sendo assim, é inadmissível que o servidor que exerça cargo ou função de confiança nos tempos acima estabelecidos não possa gozar de aposentadoria.

EMENDA:02104 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ABIGAIL FEITOSA (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se na Seção II, dos Servidores Públicos Civis, art. 87, alínea "b" a seguinte emenda:
Aposentadoria compulsoriamente, aos 60 (sessenta) anos de idade para o homem e 55 (cinquenta e cinco) anos para a mulher.

Justificativa:

A taxa de sobrevivência do brasileiro é de 65 (sessenta e cinco) anos e nada mais justo que a aposentadoria compulsória seja para o homem aos 60 (sessenta) anos de idade e para a mulher aos 55 (cinquenta e cinco) anos, devido a sua jornada dupla de trabalho no lar e no serviço público.

EMENDA:02142 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HORÁCIO FERRAZ (PFL/PE)

Texto:

EMENDA MODIFICADA
DISPOSITIVO EMENDADO: CAPÍTULO VIII - SEÇÃO II
A Seção II, do Capítulo VIII, do projeto da Constituição, possa ter a seguinte redação
Art. - Aplicam-se, ainda aos servidores públicos civis da União, Estados, Territórios e Municípios, as seguintes normas específicas:
I - os cargos e empregos públicos são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
II - a admissão ao serviço público sob qualquer regime, dependerá sempre da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos;
III - vencimento não inferior ao salário mínimo vigente para o setor privado.
IV - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão regime jurídico único para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como planos de classificação de cargos e de carreiras;
V - a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício, o servidor público assíduo que não houver sido punido, terá direito a licença especial de 3 (três) meses com todos os direitos e vantagens do seu cargo ou emprego, facultada sua conversão em indenização pecuniária, se não gozada ou contada em dobro quando da aposentadoria do servidor;
VI - é assegurado ao servidor público, adicional por tempo de serviço, a cada ano de efetivo exercício, vedada a incidência de cada adicional sobre a soma das anteriores;

VII - os cargos em comissão ou funções de confiança serão exercidos privativamente por servidores públicos, exceto os de chefia de gabinete e de direção ou assessoramento imediato da autoridade máxima de cada órgão ou entidade;

VIII - a remuneração dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, não poderá ser superior aos pagos pelo Poder Executivo, para cargos de atribuições iguais ou assemelhados;

IX - é vedado às entidades da administração indireta da União, Estados, Municípios Distrito Federal e Territórios, pagarem vencimentos e salários ou gratificações superiores aos pagos aos servidores da administração direta do Poder Executivo pelo exercício de cargos de atribuições iguais ou assemelhados;

IX - é vedado às entidades da administração indireta da União, Estados, Municípios Distrito Federal e Territórios, pagarem vencimentos e salários ou gratificações superiores aos pagos aos servidores da administração direta do Poder Executivo pelo exercício de cargos de atribuições iguais ou assemelhados;

X - nenhum servidor público poderá receber, a qualquer título, remuneração superior à que for percebida pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. - São estáveis, após dois anos de exercício os servidores nomeados por concurso.

Parágrafo único. - A demissão será aplicada ao servidor estável:

I - em virtude de sentença judiciária;

II - mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Art. É vedada a acumulação remunerada de cargos, funções públicas, empregos e proventos, exceto:

I - a de dois cargos de professor;

II - a de um cargo de professor com um técnico ou científico;

§ 1o. - Em qualquer dos casos a acumulação somente é permitida quando houver compatibilidade de horário e correlação de matéria.

§ 2o. - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos ou funções em autarquias da economia mista e fundações.

§ 3o. - A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados quanto ao exercício de mandato eletivo, de magistério ou de cargo em comissão.

Art. - O Servidor, qualquer que seja seu regime jurídico, será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade para o homem e aos 65 (sessenta e cinco) para a mulher;

III - voluntariamente, após 35 (trinta e cinco) anos de serviço para o homem e 30 (trinta)

anos para a mulher;

IV - após 10 (dez) anos de serviço, a pedido do servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

§ 1o. - Os prazos referidos no inciso III ficam reduzidos em 5 (cinco) anos para os professores.

§ 2o. - Não haverá aposentadoria em cargos temporários.

§ 3o. - São equivalentes os critérios, e valores dos proventos para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar.

§ 4o. - O tempo de serviço federal, estadual e municipal ou do Distrito Federal, da administração direta e indireta, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da lei.

Art. - Os proventos da aposentadoria serão:

I - integrais, quando o funcionário:

a) contar com o tempo de serviço, exigido no inciso III e § 1o. do artigo anterior;

b) invalidar-se por acidente, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II - proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos.

§ 1o. - os proventos dos inativos serão revistos a partir da mesma data e na mesma proporção, sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificada os vencimentos dos servidores em atividade.

§ 2o. - Serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se der a aposentadoria.

§ 3o. - Ressalvado o disposto nos parágrafos anteriores, em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

Art. - Não será concedida aposentadoria voluntária, por conta da União, Estados, Municípios, Distrito Federal, Territórios Federais ou de instituições previdência social, aos segurados do sexo masculino, com menos de cinquenta e três, e do sexo feminino, com menos de quarenta e oito anos de idade.

§ 1o. - Somente se excluem das disposições deste artigo as hipóteses previstas nesta Constituição e as concedidas por entidades privadas de previdência, que não recebem subvenções do poder público, inclusive de órgãos da administração indireta da União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios Federais.

§ 2o. - A lei assegurará abono de permanência ao servidor que, contanto tempo de serviço suficiente para aposentadoria voluntária, não

tenha alcançado a idade mínima exigida ou que, constando esse tempo e idade, permaneça em atividade.

Art. - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Art. - É assegurado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

Art. - Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as disposições seguintes:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, facultada a opção pela remuneração de um deles;

II - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais;

Art. - Integram a administração direta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, como órgãos descentralizados, as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. - As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus servidores; nessa qualidade, causarem a terceiros.

Parágrafo Único. - O servidor será solidariamente responsável quando agir como dolo ou culpa. Nesse caso, a entidade administrativa que houver satisfação a indenização proporá ação regressiva contra o servidor responsável.

Art. - O disposto nesta seção aplica-se aos servidores dos três Poderes da União e aos servidores em geral, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Justificativa:

Optando por uma Emenda Modificativa, envolvendo toda a seção II, do Capítulo VIII – Dos servidores públicos civis -, procuramos fazer uma melhor adequação do anteprojeto às reais necessidades da categoria, modernizando-se as linhas básicas da política governamental e fixando-se benefícios que corrijam injustiças e desvios decorrentes do desajustamento observado na atual legislação.

Merecem destaque na Emenda que estamos apresentado alguns aspectos que dizem respeito a admissão por concurso, a estabilidade, a adoção de regime jurídico único para os servidores da administração direta, das autarquias e também, das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, as quais passam a integrar a administração direta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Procuramos oferecer ao professorado a redução de cinco anos nos prazos referidos à aposentadoria do servidor, o que consideramos, é uma medida de justiça.

Aos inativos estamos assegurando todos os benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Outro dispositivo de fundamental importância que procuramos incluir no anteprojeto é o que se refere à remuneração dos cargos do Poder Executivo como limite para os dos Poderes Legislativo e Judiciário. Tal dispositivos evitará que os Poderes Legislativo e Judiciário elevem o nível de remuneração de seus servidores compelindo o Poder Executivo a acompanhar a revisão.

Quanto ao estabelecimento do limite máximo de remuneração, admitimos que o teto deve ser fixado com base no que percebem os ministros do STF, uma vez que o anteprojeto omite este dispositivo, que é altamente significativo quando se pretende eliminar os abusos atualmente observados.

A acolhida desta Emenda significa o reconhecimento do que o país deve à categoria, resgatando-se, dessa forma, uma parcela da grande dívida acumulada ao longo dos anos.

EMENDA:02253 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PFL/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

EMENDA ao Art. 90 de Anteprojeto

Art. 90 - O benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos ou vencimento, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

No texto atual, não fica claro se se trata de morte do servidor inativo ou de ativo. Por essa razão, a nossa intenção é esclarecer este primeiro ponto.

O termo técnico “remuneração” compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já estão incluídas na remuneração.

É mister, pois, fazer uma compatibilização de linguagem, no texto constitucional, no que tange ao Art. 14, inciso V, Art. 85, inciso IX, Art. 89 e 90, nos quais a palavra “remuneração” é usada indistintamente para caracterizar vencimento e para caracterizar o todo, isto é, vencimento, gratificação e vantagens.

A palavra “vencimento” está tecnicamente correta no Art. 14, incisos VI e XI, no Art. 85, inciso III, no Art. 194, inciso III, alínea “b” no Art. 479 e no Art. 483, inciso II.

A introdução da palavra “proventos” é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância.

EMENDA:02405 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

Texto:

Dá nova redação ao inciso II do artigo 88 do Anteprojeto de Constituição:

Artigo 88:

Inciso II: proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos, não podendo ser inferior a oitenta por cento dos rendimentos;

Justificativa:

Tomando-se por base a atual Lei de Previdência Social, verifica-se que nesta está prevista o piso referente a 75% do salário e uma carência de 60 contribuições (cinco anos) e mais 1% por ano de serviço, até o limite de 95%, verifica-se que a aposentadoria proporcional caberá ser quantitativa, com um mínimo de 80% dos rendimentos. Caso seja adotada outra forma, referida aposentadoria será inevitavelmente ente irrisória e prejudicará o funcionário e sua família. Ninguém consegue sobreviver com 10 ou 20% dos rendimentos e isto acontecerá como funcionário sua tenha 5 ou 10 anos de serviço.

EMENDA:02481 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO VANDERLINDE (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa

Modifique-se para a seguinte a redação do Artigo 90:

"Art. 90 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior".

Justificativa:

A emenda insere a paridade de benefício de pensão.

EMENDA:02641 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Dispositivo Emendado: Artigo 88 Inciso I, letra "B".

A letra "B" do inciso I do art. 88 do anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 88

I -

B - sofrer invalidez permanente;

Justificativa:

O inválido não deve ser julgado pelo motivo causador da invalidez.

Não vemos razão para conceder aposentadoria integral apenas em determinados casos de invalidez.

A proposta deve ser mais abrangente: uma vez inválido, por qualquer motivo, fará jus o servidor à aposentadoria integral.

EMENDA:02643 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Dispositivo Emendado: Artigo 88.

O Art. 88 do anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 88 - Os proventos da aposentadoria corresponderão à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais e serão:

Justificativa:

Não seria justo que o servidor público após dezenas de anos de prestação de serviço, ao se aposentar, tivesse como base para cálculo de seus proventos, somente o seu vencimento básico, desprezadas as demais vantagens adquiridas ao longo de sua profícua e importante atividade, que lhe foram conferidas pela legislação pertinente.

EMENDA:02652 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Dispositivo Emendado: Artigo 87 § 2o.

O § 2o. do Art. 87

§ 2o. - São equivalentes os princípios e critérios para a aposentadoria e reforma no servidor público civil e militar.

Justificativa:

O § 2º do Art. 87, como consta do anteprojeto, prevê a equivalência de critérios e “valores”, na aposentadoria dos servidores civis e militares.

Não há como haver equivalência em “valores”, pois cada situação será individual e distinta. O que poderá ser assegurado, como deve, é a equivalência de critérios e princípios, de modo geral, entre servidores civis e militares, como consta desta emenda.

EMENDA:02654 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Aditiva.

Dispositivo Emendado: Artigo 90.

O Art. 90 do anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 90 do anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 90 - O benefício de pensão por morte do servidor ativo ou aposentado, corresponderá à totalidade da renumeração, proventos, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

A emenda visa garantir a pensão, com a totalidade dos proventos por morte do servidor inativo, aos seus beneficiários.

Como consta do texto emendado o benefício da pensão só corresponderia, á totalidade da remuneração e vantagens quando se tratasse de serviço ativo, pois não foi consignada a expressão “proventos” que é a própria do inativo.

EMENDA:02682 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO ART. 88

Suprimam-se o art. 88 do anteprojeto.

Justificativa:

A matéria do art. 88 já se encontra totalmente regulamentada no art. 362, da Previdência Social, o órgão competente e capacitado para regular e pagar os benefícios sociais. A aposentadoria – um benefício do trabalhador – deve apresentar uma forma única e bases homogêneas em todo o território nacional, sem nenhuma discriminação.

EMENDA:02872 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Emenda Aditiva

Acrescente-se o seguinte § 3o. ao artigo 87 do Anteprojeto:

"§ 3o. - Atendendo à natureza especial do serviço, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso, a lei federal indicará as exceções às regras estabelecidas para a aposentadoria, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade."

Justificativa:

A emenda é técnica e tem como objetivo ADEQUAR a matéria aprovada na Comissão da Ordem Social, aplicável aos trabalhadores e servidores públicos, porém, por ocasião do ordenamento lógico dos assuntos, foi apartada daquele contexto, ficando a questão dos servidores públicos na Seção II do Capítulo VIII – Da Administração Pública (Título IV), enquanto a matéria alusiva aos trabalhadores em geral prevista na Seção II – Da previdência Social, do Capítulo II do Título IX.

Assim é que as exceções às regras gerais da aposentadoria dos trabalhadores estão previstas na letra "c" do art. 362 do Anteprojeto de Constituição.

Porém, essa matéria não foi assegurada no artigo 87 que trata da aposentadoria do funcionário público, EMBORA O ASSUNTO TENHA SIDO APROVADO na Comissão Temática para beneficiar, também, os servidores públicos.

Aliás, no mérito, os servidores públicos conquistaram o direito á aposentadoria especial – decorrente da natureza de alguns serviços que desgastam física e mentalmente, de maneira precoce – HÁ 41 ANOS, quando o § 4º do artigo 191 da Constituição de 1946 dispõe que a lei poderia reduzir os limites de tempo para a aposentadoria nesses casos.

Igualmente, a Constituição de 1967, em seu artigo 100 § 2º, também assim o fez, sendo que a Emenda Constitucional de 1969, em seu artigo 103, manteve esse direito já consagrado para os servidores públicos.

Desse modo, a emenda proposta nada acrescenta de novo ao que foi aprovado nas Comissões Temáticas, adequando a redação do parágrafo às formas de inatividade previstas no Direito Administrativo Brasileiro.

EMENDA:02924 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON WEDEKIN (PMDB/SC)

Texto:

Acrescente-se ao Art. 87 do Anteprojeto de Constituição, um parágrafo 3o. com a seguinte redação:

Art. 87 -

§ 1o. -

§ 2o. -

§ 3o. - "O tempo de serviço público federal,

estadual, ou municipal em toda administração pública, será computado, reciprocamente, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade".

Justificativa:

O inciso IV do Art. 85 estabelece que "a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios instituirão regime jurídico único para seus servidores da administração direta e autárquica, bem como planos de classificação de cargos e de carreiras".

Se os servidores públicos, em todos os níveis, terão regime jurídico único, não há porque deixar de solucionar, de uma vez por todos, um problema que gera tantas controvérsias e mal-estar no seio daquela classe.

Tal prática já vem sendo adotada a nível federal, em algumas unidades da federação e em poucos municípios, fixando, portanto, essa norma, na constituição, estaremos corrigindo uma injustiça que atinge grande número de servidores e dando um tratamento igual a toda categoria.

EMENDA:02963 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o art. 90 do anteprojeto de Constituição.

Justificativa:

O artigo é perfeitamente disponível. Nenhum país soberano permite, deliberadamente, que conflitos internacionais atinjam seu território.

EMENDA:02967 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Título IV

Capítulo VIII

Seção II - Art. 90.

Dê-se ao art. 90 do anteprojeto de

Constituição a redação que se segue:

"Art. 90 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações, vantagens pessoais ou proventos do servidor falecido".

Justificativa:

O termo técnico "remuneração" compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há redundância, pois as gratificações e as vantagens já se encontram incluídas na remuneração.

Todavia, não está claro o direito à pensão integral, quando no caso de morte do servidor inativo, já que a técnica usual tem adotado a palavra "proventos" para significar a aposentadoria do inativo.

É mister, pois, fazer-se uma compatibilização de linguagem, no texto do anteprojeto, no que tange ao art. 14, inciso V, art. 85, inciso IX, art. 89 e 90, nos quais a palavra "remuneração" é usada indistintamente para caracterizar vencimento e este também com os acréscimos a título de gratificações e vantagens.

A palavra "vencimento" encontra-se corretamente colocada no art. 14, incisos VI e XI, no art. 85, inciso III, no art. 194, inciso III, alínea "b", no art. 479 e no art. 483, inciso II.

A introdução da palavra “proventos” no texto do art. 90, que se propõe nesta Emenda, é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância. O termo encontra-se, outrossim, impresso na Proposta nº 8, inciso IV do art. (pág. 47) do Relatório da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comissão.

EMENDA:02985 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 87, alínea b

A alínea b, do artigo 87, do anteprojeto, passa a vigorar da seguinte maneira.

Art. 87.....

b) - Compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade para ambos os sexos.

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória para o servidor público deva ser reduzida para sessenta e cinco anos de idade, haja vista que, dessa idade em diante o seu vigor físico e mental deva ser mais preservado para que conseqüentemente tenha uma velhice menos tumultuada e os seus dias de vida subsequentes mais zelados.

O servidor público passa toda tese de sua vida em exclusiva dedicação ao trabalho, a maior parte do seu tempo eximindo-se ao lazer e até à própria assistência familiar.

Ponderamos a nossa justificativa por entendermos que ela representa os anseios da classe e por assentar-se melhor aos padrões de justiça social.

Propugnamos a mesma faixa etária para a aposentaria por entendermos que esta é uma forma de evitar-se a discriminação a partir do texto constitucional.

EMENDA:03026 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Aditiva.

Dispositivo Emendado: Artigo 89.

O Art. 89 do anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 89 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a renumeração dos servidores em atividades, bem como sempre que for transformado, reestruturado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.

Justificativa:

A emenda inclui a expressão “reestruturado”, tendo em vista que a reestruturação de cargos e carreiras, é uma modalidade utilizada no servidor público, para alterar a situação dos servidores da ativa.

A omissão da “reestruturação”, permitiria à administração utilizar-se desta omissão, para, por intermédio dela, conceder novas vantagens somente aos servidores da ativa, sem atingir o inativo, o que contraria o espírito do texto.

EMENDA:03063 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Emenda aditiva ao anteprojeto de constituição
Acrescentar ao art. 90 do anteprojeto de
Constituição a seguinte expressão:
"inclusive militar"

Justificativa:

É indubitável que os benefícios constantes do Art. 90 são extensivos aos militares. Cumpre, porém, esclarecer para que não parem dúvidas a ser suscitadas pelos tecnocratas que hão de resolver questões na área administrativa.
Cumpre, pois, aditar.

EMENDA:03074 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Anteprojeto de Constituição
Dá nova redação ao artigo 38 no seu inciso II:
Art. 88:
Inc. II: proporcionais ao tempo de serviço,
nos demais casos, não podendo ser inferior a
oitenta por cento dos rendimentos;

Justificativa:

A aposentadoria proporcional deve ser quantitativa, tal como acontece com a atual Lei de Previdência Social, onde está prevista com setenta e cinco por cento do salário e uma carência de sessenta contribuições no mínimo e mais um por cento por ano de serviço, até o limite de noventa e cinco por cento.
Sem a quantificação, a aposentadoria será irrisória a prejudicará não só funcionário, mas também a toda sua família. Ninguém com cinco ou dez anos de serviço conseguirá viver com apenas dez ou vinte por cento do salário, por maior que seja.

EMENDA:03173 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MENDONÇA DE MORAIS (PMDB/MG)

Texto:

Modifique-se para a seguinte a redação do Artigo 90:
"Art. 90 - O benefício de pensão por morte
corresponderá à totalidade da remuneração,
gratificações e vantagens pessoais do servidor
falecido, observado o disposto no artigo anterior".

Justificativa:

A emenda insere a paridade no benefício de pensão.

EMENDA:03486 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

Texto:

Modifica o inciso II do art. 88:

II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos, não podendo ser inferior a oitenta por cento dos rendimentos.

Justificativa:

Aposentadoria proporcional deve ser quantificada, tal qual acontece com a Lei da Previdência Social (nesta é prevista com 75 por cento do salário e uma carência de sessenta contribuições no mínimo e mais 1% para cada ano de serviço até o limite de 95%).

Sem quantificação a aposentadoria passa a ser irrisória e prejudica não apenas ao funcionário, mas a toda sua família. Ninguém com cinco ou dez anos de serviço conseguiria viver com apenas dez ou vinte por cento do salário, por maior que seja.

EMENDA:03634 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda supressiva

- suprimir do art. 87 do anteprojeto a alínea d)

Justificativa:

A possibilidade de aposentadoria proporcional, após dez anos de serviço público é privilegio incompatível com todos os princípios de isonomia adotados pelo anteprojeto.

Visando compatibilizar o texto do anteprojeto, o dispositivo deve ser suprimido.

EMENDA:03735 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AUREO MELLO (PMDB/AM)

Texto:

Dê-se a alínea "c" do art. 87 do anteprojeto da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

c) voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço.

Justificativa:

Não se entende porque a odiosa discriminação entre uns e outros servidores da Administração Pública Federal, algumas classes se aposentando com apenas 25 anos de serviço e outras com 35 anos. Num país em que a média de vida é baixíssima, o mesmo homem, servidor público, tem que trabalhar mais 40% (quarenta por cento) do tempo que trabalha o militar o policial ou o professor, por exemplo todos estes se aposentando com 25 anos de serviço. Ademais o parágrafo 2º do art. 87 do Anteprojeto da Comissão de Sistematização determina que "São equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar" (grifo nosso). Ora como critério entende-se também o tempo de serviço daí a justeza da nossa proposição que equipara também o homem e a mulher em termos de direitos.

EMENDA:03884 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GIDEL DANTAS (PMDB/CE)

Texto:

Emenda no.

Dê-se ao Título IV do Anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

Título IV

Da organização do Estado

Capítulo I

[...]

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I

DOS SERVIDORES PÚBLICOS

[...]

Art. O servidor será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente aos setenta anos de idade para o homem e aos sessenta e cinco para a mulher;

III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta e anos para a mulher.

Art. Os proventos da aposentadoria dos servidores serão:

I - integrais, quando:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta anos de serviço, se do feminino; ou

b) invalidar-se por acidente, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II - proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou menos de trinta, se do sexo feminino.

Art. os proventos da inatividade serão revistos na mesma data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade e em igual proporção.

[...]

Justificativa:

O Título em epígrafe trata da Organização do Estado.

Objetivou-se dar ao texto redação mais técnica e suprimir toda a matéria que deva ser tratada em lei complementar, orgânica ou ordinária.

Em razão da autonomia política, administrativa e financeira outorgada ao DF. pelo anteprojeto de Constituição, deu-se lhe tratamento igual ao dispensado aos Estados.

No elenco da matéria de competência da União, buscou-se melhor técnica, ordenando as espécies segundo seu gênero, sem que modificação de forma importasse a de conteúdo.

No tocante às Regiões de Desenvolvimento Econômico, Áreas Metropolitanas e Microrregiões, previu-se apenas criação, ao entendimento de que o “modus faciendi” deva ser deferido à lei.

Toda a parte suprimida no capítulo referente à Administração Pública é, sem dúvida, matéria de lei, e que decorre dos princípios da legalidade e moralidade consagrados no anteprojeto. É mantida a essência do conteúdo do anteprojeto.

EMENDA:03961 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO ALVES (PFL/BA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: artigo 87, parágrafo 1o.

O parágrafo 1o. do art. 87 do anteprojeto, passa a ter a seguinte redação.

Art. 87.

§ 1o. Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, ressalvados os direitos dos trabalhadores temporários que contribuem para a previdência social.

Justificativa:

A Lei 6.019, de 1974, que instituiu o regime de trabalho temporário no País, já conta com três milhões e meio de trabalhadores por ela redigidos (motoristas, guardas de segurança, garis, ascensoristas, pessoal de limpeza, etc.). As empresas descontam para a previdência desses trabalhadores temporários como se fossem eles do quadro; direito à aposentadoria? Por que? Seria absurdo. O Estado utiliza os serviços de dezenas de milhares desses trabalhadores temporários, fornecidos por empresas, mas a lei considera o tomador do serviço corresponsável pelas indenizações e direitos previdenciários do pessoal, mesmo sem vínculo empregatício.

EMENDA:03996 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MAURÍCIO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Art. 87 adicionar § 3o.

No caso da alínea B em se tratando de Professor Universitário, magistrado, ou membro de Tribunais de Contas o funcionário poderá requerer sua permanência na atividade por mais 2 anos, desde que submetido o exame médico apresente condições de saúde.

Justificativa:

Todo brasileiro com mais de 70 anos pode ser Presidente da República, Governador de Estado, Ministro de Estado e ocupar outros cargos.

Entrementes, há mestres catedráticos, Juízes, Desembargadores e Ministros com requintada competência e reconhecimento saber que estão impedidos de exercerem tais atividades após 70 anos.

O dispositivo abre-se lhe alternativas e coloca à disposição do País o seu conhecimento e sua bagagem intelectual.

EMENDA:04040 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda de Adequação

Dispositivo Modificado: art. 87.

Propõe-se a seguinte modificação no texto:

Art. 87 - O servidor será aposentado:

a)

b)

c)

d)

e) Os professores, homens ou mulheres, terão direito à aposentadoria voluntária aos 25 anos de exercício do magistério.

Justificativa:

A emenda Constitucional nº 18, de 1981, alterou o item III, do art. 101, da Constituição de 1967, assegurando a aposentadoria para a professora aos 30 anos e para o professor aos 35 anos. A emenda acima propõe uma adequação ao que dispõe o Art. 378, inciso V.

EMENDA:04143 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Aditiva: Acrescente-se § 3o. ao Artigo

87 da Seção II do Capítulo VIII - Da Administração

Pública, com a seguinte redação:

§ 3o. - Lei Complementar indicará quais as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza do serviço, para a aposentadoria, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade.

Justificativa:

A presente emenda permite, de forma mais abrangente, de que as exceções previstas no texto sejam materializadas através de Lei Complementar no exame de cada caso concreto, sem que a exclusividade da iniciativa seja estritamente do Presidente da República como hoje acontece (art. 103 da CF).

Ressalte-se, por oportuno, que na Seção II do Capítulo II – Da Seguridade Social – que assegura os direitos sociais relativos a previdência do trabalhador e sua aposentadoria, idêntica medida é prevista, tanto assim que a alínea “c” do Artigo 362 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização estabelece expressamente: “com tempo inferior ao das modalidades acima (aposentadoria compulsória e voluntária), pelo trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso”, requisitos que se enquadram, em sua totalidade, na natureza especial do serviço do policial.

EMENDA:04717 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OTTOMAR PINTO (PTB/RR)

Texto:

- Suprima-se o § 2o. do art. 87.

Justificativa:

A equivalência de critérios e valores pretendida é impraticável em termos tão simplificados com a redação apresenta. A situação do militar em inatividade é caracterizada por uma fase de Reserva em que é mobilizável a qualquer momento, e por uma fase de Reforma, imposta pela idade em que seus serviços não mais são utilizados. O quadro difere bastante do aplicável ao servidor civil.

A colocação, em termos da Carta magna, criará problemas de considerável grandeza, embora o mérito do pretendido seja inatacável. Entende-se, no entanto, que esse mérito deva ser buscado pelo Congresso Nacional no momento oportuno de legislar quanto aos estatutos próprios dos servidores civis e militares, ocasião apropriada para comparações e correção de desigualdades.

EMENDA:04959 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HAROLDO SABÓIA (PMDB/MA)

Texto:

Acrescente-se letra "e", ao art. 87, com a seguinte redação:

e) Por velhice, aos 65 (sessenta e cinco) ano para o homem e aos 60 (sessenta) anos para a mulher.

Justificativa:

A proposta visa dar, também ao servidor público, o mesmo tratamento dispensado aos trabalhadores em geral, nos termos da redação proposta para a letra "d", do art. 362.

EMENDA:04986 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda supressiva

Dispositivo emendado: artigo 89, Seção II

Suprimam-se do anteprojeto:

O artigo 89, da Seção II

Justificativa:

A prosseguir esta série de vantagens que está sendo tentado distribuir, indiscriminadamente, àqueles que tiveram a sorte de entrar para os quadros funcionais do Governo, muito em breve seremos uma Nação em que, toda a sua arrecadação de impostos será para beneficiar os seus servidores, ativos e inativos.

EMENDA:05015 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Suprimam-se do anteprojeto:

a) letra "d" da Seção II, do art. 87.

Justificativa:

A manter o presente item, seríamos obrigados a utilizar os mesmos critérios para todos aqueles que prestam os seus serviços em qualquer entidade pública ou privada. Como o funcionário público, o pagamento que recebe é proveniente dos cofres públicos, ou seja, é o produto da arrecadação nacional, procura-se dar um privilégio que não é possível ser estendido a outras classes que também merecem nosso respeito, porque são trabalhadores.

EMENDA:05266 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DASO COIMBRA (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Artigo 89 - Suprima-se do texto a expressão:

"... transformado ou..."

Justificativa:

A transformação é um instituto de direito administrativo de pessoal que pressupõe o desvio de função de cada servidor. Visa a corrigir uma situação individual, de fato.

Ademais, a transformação, também conhecida anteriormente como readaptação, não se adequa ao propósito do constituinte de prestigiar o concurso público. Trata-se de expediente que se mostrou inconveniente, razão pela qual vários Atos Complementares vedaram continuasse a ser aplicado pelos Estados e Municípios. Tais circunstâncias desaconselham que a transformação venha a ganhar status constitucional. Na melhor das hipóteses, deve ser relegado à legislação ordinária.

EMENDA:05289 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LYSÂNEAS MACIEL (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se à alínea "b" do art. 87 do Anteprojeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 87

.....

b) Compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade;

Justificativa:

O disposto no item "b" do Art. 87 está em confronto com o disposto na alínea "a", inciso III do Art. 13, do título II – Dos Direitos e Liberdades Fundamentais, que consagra que "todos são iguais perante a Constituição, a Lei e o Estado", na alínea "e", que consagra a igualdade dos DIREITOS e obrigações do homem e da mulher, na alínea "f", que consagra que ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão de sexo, ou qualquer outra condição social ou individual, não se justificando a discriminação odiosa de limite de idade diferenciado quando ao prazo estabelecido para a compulsória.

EMENDA:05397 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA DE COMPATIBILIZAÇÃO

Dispositivo emendado: art. 90.

Inclua-se no art. 90:

"ou dos proventos",

Justificativa:

A Emenda apresentada visa aperfeiçoar o dispositivo constitucional, compatibilizando-o com a terminologia adotada no Anteprojeto, que no caput do art. 88 ao referir-se à aposentadoria fala em proventos, precavendo-se assim contra interpretações dúbias ou equívocas.

Na redação proposta serão contemplados objetivamente os herdeiros dependentes do servidor aposentado que recebe proventos e do servidor em atividade que percebe remuneração.

Nota-se que a hipótese mais corrente é a do falecimento do servidor já aposentado que recebe proventos e que estaria contraditoriamente excluído na redação anterior, se aplicada interpretação com rigor terminológico.

Para o aperfeiçoamento técnico, o artigo em foco corresponderá à totalidade de remuneração, proventos, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido”.

EMENDA:05398 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO.

Dispositivo emendado: caput do art. 88.

Acrescente-se ao caput do art. 88:

"... que corresponderão à totalidade dos vencimentos, gratificação, direitos e vantagens pessoais."

Justificativa:

A emenda propõe uma redação consentânea e abrangente ao artigo 88, estabelecendo a composição dos proventos de aposentadoria, adequando-o à redação do artigo 90 que, ao referir-se ao benefício da pensão por morte, estabelece que corresponderá à totalidade da remuneração gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Vale ressaltar a importância de se assegurar na aposentadoria a sua integridade, tal como o Anteprojeto dessa Egrégia Comissão o fez com o benefício da pensão, pois o que assistimos é o seu aviltamento continuado. Se por ocasião da morte do servidor seus dependentes receberão uma pensão abrangente, correspondente aos proventos, gratificações e vantagens pessoais, nada mais lógico do que, ao tratar dos proventos, se especifique idêntica inclusão.

O artigo emendado passará a ter a seguinte redação:

“art. 88: Os proventos da aposentadoria corresponderão à totalidade dos vencimentos, gratificação, direitos e vantagens pessoais do servidor, e serão:”

EMENDA:05423 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

Emenda substitutiva à Seção II, Capítulo VIII do Título IV, arts. 85, 86, 87, 88, 89, 90 e 91 do anteprojeto do Relator, dando-se a redação:

Suprima-se em parte os Artigos, 85, 86, 87, e no todo os artigos 88, 89, 90, 91, dando-se a seguinte nova redação à Seção II:

Dos Servidores Públicos Civis

Art. 84 -

Art. 85 -

I - Suprimido.

III - Suprimido.

IV - Suprimido.

VI - Suprimido.

VII - Suprimido.

VIII - suprimido.

.....

Art. 86 - É vedada a acumulação remunerada de cargos, funções públicas, empregos e proventos.

I - Suprimido.

II - Suprimido.

§ 1o. Suprimido.

.....

Art. 87 -

d) Suprimido.

.....

§ 2o. - Suprimido.

Art. 88 - Suprimido.

I - Suprimido.

a) Suprimido.

b) Suprimido.

II - Suprimido.

Art. 89 - Suprimido.

Art. 90 - Suprimido.

Art. 91 - Suprimido.

.....

Justificativa:

Nem uma palavra foi acrescida ou alterada no texto do anteprojeto apresentado à Comissão de Sistemática.

Procuramos, apenas, através de supressão, sistematizar o texto, tornando-o compatível consigo próprio, com o texto aprovado pelas Comissões, e enxugando-o de matéria não constitucional.

Com isto, apresentamos a plenário um texto mais adequado a uma Constituição.

EMENDA:00648 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHÁ (PMDB/PR)

Texto:

Nos termos do § 2o., art. 23 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização - (Resolução no. 01/87 C.S.)

- O Parágrafo único do art. 84, passa a ser Parágrafo único do art. 74.

- O art. 87 passa a ser item I do art. 85, renumerando-se os demais.

- Excluir a palavra, "ainda", do art. 85.

Justificativa:

Trata-se de uma emenda para melhor adequar o posicionamento dos dispositivos no texto.

São providências que devem ser tomadas já nesta fase de Sistematização.

A supressão da palavra "ainda" do Art. 85 é consequência da mudança do Art. 84 para o item I do referido Artigo.

Parecer:

A emenda procede somente quando pretende transferir o parágrafo único do art. 84 a parágrafo único do art. 74. Não podemos acatá-la nos demais objetivos. O deslocamento do art. 87 para o item I

do art. 85, desfiguraria a sequência lógica dos artigos do Anteprojeto.
Em vista do exposto, propomos a aprovação parcial da emenda, para deslocar o parágrafo único do art. 84, para o parágrafo único do art. 74.

EMENDA:01011 REJEITADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 87, ALÍNEA B

A alínea B, do artigo 87, do anteprojeto,
passa a vigorar da seguinte maneira.

Art. 87

b) - compulsoriamente, aos sessenta e cinco
anos de idade para ambos os sexos.

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória para o servidor público deva ser reduzida para sessenta e cinco anos de idade, haja vista que, dessa idade em diante o seu vigor físico e mental deva ser mais preservado para que consequentemente tenha uma velhice menos tumultuada e os seus dias de vida subseqüentes mais zelados.

O servidor público passa toda tese de sua vida em exclusiva dedicação ao trabalho, a maior parte do seu tempo eximindo-se ao lazer e até à própria assistência familiar.

Ponderamos a nossa justificativa por entendermos que ela representa os anseios da classe e por assentar-se melhor aos padrões de justiça social.

Propugnamos a mesma faixa etária para a aposentaria por entendermos que esta é uma forma de evitar-se a discriminação a partir do texto constitucional.

Parecer:

A alteração proposta transcende o poder de Emenda ao Anteprojeto, eis que visa modificação de mérito, sem apoio em idêntica propositura de qualquer das Comissões Temáticas.

Pela Rejeição.

FASE M

EMENDA:00095 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Emenda Aditiva ao Projeto da Comissão de Sistematização, visando a adequação no disposto no art. 89.

Proponho a seguinte redação:

III - Os proventos da inatividade não poderão
ser inferiores aos que o aposentado percebia na atividade.

Justificativa:

Não se pode permitir, sob pena de cometermos grave injustiça social, que o aposentado perceba proventos inferiores àqueles que auferia, quando na atividade. A aposentadoria, antes de ser um prêmio a quem trabalhou durante longos anos, passaria a significar um tremendo castigo. Obrigaria

ela ao aposentado ter de diminuir o seu padrão de vida e, em alguns casos, até mesmo a solicitar o auxílio de parentes e amigos.

Devemos fixar, a nível constitucional, essa norma para que vejamos repetidos, no dia-a-dia, tristes exemplos que ocorreram devido a uma sistemática injusta.

Parecer:

A emenda fica prejudicada face a dispositivos constantes no inciso I, do artigo 89 e no art. 90.

EMENDA:00130 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

Dá nova redação ao art. 88 do projeto de Constituição:

Art. 88 - A aposentadoria ocorrerá voluntariamente, por invalidez ou será compulsória, aos setenta (70) anos de idade. O servidor público poderá aposentar-se, voluntariamente, aos trinta (30) anos de serviço, desde que não seja ocupante de cargo, função ou emprego temporário.

§ Único - São equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar.

Justificativa:

No momento em que têm êxito as lutas pela igualdade dos direitos do homem e da mulher é, na verdade, evidente que não mais se justifica, na aposentadoria, prazos diferentes para a formação do direito de que trata o presente dispositivo. A aposentadoria prêmio aos trinta (30) anos foi elaborada em centenas de sugestões á Assembleia Nacional Constituinte.

Não se trata, aqui, de modificar disposição advinda da Comissão competente e sim de compatibilizar as disposições da aposentadoria ás demais igualdades de direitos, sem que se faça diferença em razão do sexo do servidor.

Parecer:

Fixar em 30 anos de serviço a aposentadoria voluntária gera uma precocidade dela. A média de vida do brasileiro vem aumentando a cada. E como estamos fazendo uma Constituição que se quer que dure, devemos elaborá-lo projetando-a para o futuro, sem, é claro, perder de vista o presente.

EMENDA:00189 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

Texto:

EMENDA ao Art. 88, item "b" do Anteprojeto.

Art. 88 -

a) -

b) - Compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade;

c) -

d) -

Justificativa:

O disposto no item "b" do Art. 88 está em confronto com o disposto na alínea "a", inciso III do Art. 13, do título II – Dos Direitos e Liberdades Fundamentais, que consagra que "todos são iguais perante a Constituição, a Lei e o Estado", na alínea "e", que consagra a igualdade dos DIREITOS e obrigações

do homem e da mulher, na alínea “f”, que consagra que ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão de sexo, ou qualquer outra condição social ou individual, não se justificando a discriminação odiosa de limite de idade diferenciado quando ao prazo estabelecido para a compulsória.

Parecer:

A aposentadoria compulsória aos 70 anos é utilizada, frequentemente, por servidores que já passaram dos 35 anos de serviço. Por outro lado, de certo modo, tal dispositivo é encarado por muitos como uma medida punitiva, uma vez que muitos gostariam de continuar trabalhando ainda. Assim sendo, diminuí-la para 65 anos, nenhum benefício trará para os interessados. Com relação à aposentadoria aos 30 e 25 anos de serviço para o homem e para a mulher, respectivamente, somos da opinião que estaríamos criando uma aposentadoria precoce. Entendemos que, diante da elevação da idade média dos brasileiros, preconizar tal medida não seria prudente e até mesmo inviável. Enfim, não podemos nos esquecer, há hoje uma grande conscientização no sentido de se evitar de criar condições que aumentem ainda mais a marginalização das pessoas com mais de 60 anos.

EMENDA:00209 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

Texto:

Altere-se as redações das alíneas b e c do art. 88, do Capítulo VIII, Seção II.
b) compulsoriamente, aos 65 (sessenta e cinco) anos para o homem e aos 60 (sessenta) anos para a mulher;
c) voluntariamente, após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para a mulher;

Justificativa:

Considerando que grande parte do contingente de trabalhadores do País ingressa muito cedo na força de trabalho e tendo em vista a grande diversidade de atividades que exigem grandes esforços e provocam desgaste físico e mental, julgamos justo que seja reduzido o tempo de trabalho para 30 e 25 anos para homens e mulheres, respectivamente, para que possam, em pleno vigor gozar dos benefícios da aposentadoria e usufruir os frutos do seu trabalho.

Parecer:

A Emenda pretende reduzir para 65 anos a aposentadoria compulsória e para 30 e 25 anos o tempo de serviço de aposentação do homem e da mulher, respectivamente. A proposição conflita com as diretrizes da previdência social, além de não ser recomendada, nas circunstâncias atuais, as reduções referidas. Pela rejeição da Emenda.

EMENDA:00240 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA.
DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 88, alíneas "B" e "C".
As alíneas "B" e "C", do art. 88, do anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:
Art. 88 -
B - Compulsoriamente, aos 65 (Sessenta e

cinco) anos de idade.

C - Voluntariamente, após 30 (Trinta) anos de serviço.

Justificativa:

O objetivo da presente emenda é adequá-la ao disposto no Art. 13, alínea “E” e “F” que estabelece que o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações e que ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão de sexo ou idade além do que dispõe o art. 362, alínea “E”, do anteprojeto, que estabelece a idade de Sessenta e cinco anos para aposentadoria por velhice sem distinção de sexo. Por essas razões, tratando-se de objetivar a necessidade de adequação entre dispositivos do anteprojeto aprovado, justificar-se a aprovação da presente emenda.

Parecer:

A aposentadoria compulsória aos 70 anos é utilizada, frequentemente, por servidores que já passaram dos 35 anos de serviço. Por outro lado, de certo modo, tal dispositivo é encarado por muitos como uma medida punitiva, uma vez que muitos gostariam de continuar trabalhando ainda. Assim sendo, diminuí-la para 65 anos, nenhum benefício trará para os interessados. Com relação à aposentadoria aos 30 e 25 anos de serviço para o homem e para a mulher, respectivamente, somos da opinião que estaríamos criando uma aposentadoria precoce. Entendemos que, diante da elevação da idade média dos brasileiros, preconizar tal medida não seria prudente e até mesmo inviável.

Enfim, não podemos nos esquecer, há hoje uma grande conscientização no sentido de se evitar de criar condições que aumente ainda mais a marginalização das pessoas com mais de 60 anos.

EMENDA:00437 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

Texto:

Emenda modificativa, ao artigo 91 do projeto.

O "caput" do art. 91 do projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 91 - O benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos ou vencimentos, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

No texto atual, não fica claro se se trata de morte do servidor inativo ou de ativo. Por essa razão, a nossa intenção é esclarecer este primeiro ponto.

O termo técnico “remuneração” compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já estão incluídas na remuneração.

É mister, pois, fazer uma compatibilização de linguagem, no texto constitucional, no que tange ao Art. 13, inciso V, Art. 86, inciso IX, Art. 90 e 91, nos quais a palavra “remuneração” é usada indistintamente para caracterizar vencimento e para caracterizar o todo, isto é, vencimento, gratificação e vantagens.

A palavra “vencimento” está tecnicamente correta no Art. 13, incisos VI e XI, no Art. 86, inciso III, no Art. 190, inciso III, alínea “c” no Art. 472 e no Art. 476, inciso II.

A introdução da palavra “proventos” é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância.

Parecer:

A alteração de redação proposta deve ser acolhida, pois aperfeiçoa o texto.

EMENDA:00488 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO SILVA (PMDB/PI)

Texto:

Art. 88

e) O professor será aposentado após 25 anos de exercício em funções de magistério, com salário integral.

1- O tempo de serviço militar será computado integralmente para os efeitos da aposentadoria.

Justificativa:

O nobilitante exercício da função de professor mereceu a devida atenção pela Constituição de 18 de setembro de 1946, prescrevendo aposentadoria após 25 anos de trabalho, indistintamente para homens e mulheres.

A Constituição de 24 de janeiro de 1967m desconhecendo a realidade da tradição constitucional e dos empecilhos do exercício do magistério, elevou o tempo de aposentadoria para 35 anos para professor e de 30 anos para professora. O Congresso Nacional, pela Emenda constitucional nº 18, de 30 de junho de 1981 diminuiu o tempo de serviço para 30 e 25 anos, respectivamente.

No momento em que a Assembleia Nacional Constituinte se propõe traduzir todos os anseios das nobres classes trabalhadoras, o magistério, em particular, merece uma reparação história, uma vez que desde a revogação da Carta de 1946, em nada diminuíram as lutas e vicissitudes dos professores. Daí a justeza da aposentadoria para homens e mulheres após 25 anos de trabalho em sala de aula.

O aproveitamento na sua integridade do tempo militar é uma justiça para todos quantos prestaram serviço às Forças Armadas. Sabe-se que há uma íntima correlação entre as duas atividades, não só pelo alcance do trabalho prestado, mas também pela relevância social e patriótica do serviço.

Parecer:

Entendemos que a aposentadoria aos 25 anos para o professor seria muito precoce e levaria, seguramente, ou a voltar exercer a profissão em escolas particulares ou procurar nova atividade.

EMENDA:00510 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: artigo 91

Dê-se ao artigo 91 a redação seguinte:

"Artigo 91 - O benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos, vencimento, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido."

Justificativa:

No texto atual, não fica claro se se trata de morte do servidor inativo ou de ativo. Por essa razão, a nossa intenção é esclarecer este primeiro ponto.

O termo técnico "remuneração" compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já estão incluídas na remuneração.

É mister, pois, fazer uma compatibilização de linguagem, no texto constitucional, no que tange ao Art. 13, inciso V, Art. 86, inciso IX, Art. 90 e 91, nos quais a palavra "remuneração" é usada indistintamente para caracterizar vencimento e para caracterizar o todo, isto é, vencimento, gratificação e vantagens.

A palavra “vencimento” está tecnicamente correta no Art. 13, incisos VI e XI, no Art. 86, inciso III, no Art. 190, inciso III, alínea “c” no Art. 472 e no Art. 476, inciso II.

A introdução da palavra “proventos” é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância.

Parecer:

A alteração de redação proposta deve ser acolhida, pois aperfeiçoa o texto.

EMENDA:00527 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ORLANDO BEZERRA (PFL/CE)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 88, Letra "c"

A letra "c" do Artigo 88 do anteprojeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 88 -

c) voluntariamente, após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) para a mulher.

Justificativa:

O ônus dessa medida não será assim tão imensurável. Hoje, as mulheres, a imensidão dessas grandes mulheres que se vêm em todas as partes, em atividades diversas, buscando e conquistando seu espaço, já se aposentam com 25 e 30 anos de serviço. Hoje, os jornalistas, professores e médicos também se aposentam, com proventos integrais, com esse tempo de serviço.

Ademais, quem usufruiu dos recursos da Previdência não é o aposentado, mas a indústria das drogas, equipamentos e as empresas hospitalares. Cabe ao aposentado, apenas, incorrer em processo de degenerescência.

Parecer:

Fixar em 30 anos de serviço a aposentadoria voluntária gera uma precocidade dela. A média de vida do brasileiro vem aumentando a cada. E como estamos fazendo uma Constituição que se quer que dure, devemos elaborá-lo projetando-a para o futuro, sem, é claro, perder de vista o presente.

EMENDA:00568 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

COSTA FERREIRA (PFL/MA)

Texto:

Dê-se à alínea c, do artigo 88, da seção II, do presente anteprojeto, a seguinte redação:

Art. 88.....

c) voluntariamente, após 30 (trinta) anos de serviço para homem e 25 (vinte e cinco) para mulher.

Justificativa:

Considerando a idade média de vida do brasileiro e a sua grande contribuição para o desenvolvimento do Brasil no setor público, por um pleito de justiça e gratidão, os servidores públicos devem gozar da redução de 5 (cinco) anos na sua aposentadoria por tempo de serviço, os benefícios necessários a que desfrutem desses cinco anos por aqueles que ainda restam a saúde na convivência com os seus familiares, por ser de justiça e de pleno direito.

Parecer:

A aposentadoria compulsória aos 70 anos é utilizada, frequentemente, por servidores que já passaram dos 35 anos de serviço. Por outro lado, de certo modo, tal dispositivo é encarado por

muitos como uma medida punitiva, uma vez que muitos gostariam de continuar trabalhando ainda. Assim sendo, diminuí-la para 65 anos, nenhum benefício trará para os interessados. Com relação à aposentadoria aos 30 e 25 anos de serviço para o homem e para a mulher, respectivamente, somos da opinião que estaríamos criando uma aposentadoria precoce. Entendemos que, diante da elevação da idade média dos brasileiros, preconizar tal medida não seria prudente e até mesmo inviável. Enfim, não podemos nos esquecer, há hoje uma grande conscientização no sentido de se evitar de criar condições que aumentem ainda mais a marginalização das pessoas com mais de 60 anos.

EMENDA:00586 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA AO ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Acrescentar ao Art. 90, in fine, expressão:

"inclusive militares"

Justificativa:

É evidente que se deve aplicar aos militares o tanto que se destinou aos civis, na compreensão de que civis e militares são servidores e que diante da Constituição são exatamente iguais, sendo certo que quanto à sociedade apresentam-se em pé de igualdade, quanto à servi-la bem.

Convém ressaltar o trabalho desenvolvido nas Comissões Temáticas, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, pelo Deputado FARABULINI JÚNIOR, neste sentido.

Parecer:

O artigo 90, "in fine" consta: "...em que se deu a aposentadoria ou a reforma". Desse modo, através do termo "reforma" fica garantido aos militares as disposições referentes aos servidores no que diz respeito aos proventos da inatividade.

EMENDA:00587 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA AO ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Acrescentar ao art. 91 do anteprojeto da

Constituição a seguinte expressão:

"inclusive militar"

Justificativa:

É indubitável que os benefícios constantes do Art. 90 são extensivos aos militares. Cumpre, porém, esclarecer para que não parem dúvidas a ser suscitadas pelos tecnocratas que hão de resolver questões na área administrativa.

Cumpra, pois, aditar.

Convém ressaltar o trabalho desenvolvido nas Comissões Temáticas, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, pelo Deputado FARABULINI JÚNIOR, neste sentido.

Parecer:

A seção II trata exclusivamente do servidor público civil, não cabendo, pois, qualquer referência ao militar.

EMENDA:00597 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

Texto:

Nos termos do § 2o., Art. 23 do Regimento Interno da Comissão da Sistematização - (Resolução no. 01/87 C.S.)

- O Artigo 88 passa a ser item I do Art. 86, renumerando-se os demais.

- Excluir a palavra, "ainda," do Art. 86.

Justificativa:

Trata-se de uma emenda para melhor adequar o posicionamento dos dispositivos no texto.

São providências que devem ser tomadas já nesta fase de Sistematização.

A supressão da palavra "ainda" do Art. 86 é consequência da mudança do Art. 85 para o item I do referido Artigo.

Parecer:

Acolhemos a supressão do termo "ainda".

Quanto ao artigo 88 passar a ser item I do art. 86, somos da opinião que a matéria deva ocupar um artigo próprio, devido sua importância e extensão.

EMENDA:00641 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Emenda Supressiva ao Anteprojeto do Relator para Adequação do Texto

Seja suprimido o § 2o. do Art. 88 do anteprojeto de Constituição.

Justificativa:

A carreira dos servidores públicos civis é, completamente, diferente e distinta da carreira dos servidores públicos militares.

Os Estatutos e as leis a que se subordinam são específicos para cada um deles, voltados para atender as peculiaridades de cada um.

As condições de trabalho, com os militares se submetendo, por exemplo, ao trabalho noturno, horas extras e nos finais de semana e feriados, sem haver acréscimos em seus vencimentos, são alguns fatos que bem demonstram a diferença para com os servidores públicos civis.

Assim, tornar equivalente os critérios para aposentadoria e reforma é querer igualar os desiguais. Por tudo isso, é que o referido parágrafo deve ser suprimido do atual anteprojeto de Constituição.

Parecer:

Parecer idêntico ao de nº. 1P06889-4

EMENDA:00646 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA AO ANTEPROJETO DO RELATOR PARA A ADEQUAÇÃO DO TEXTO

Ao Anteprojeto de Constituição, suprima-se o parágrafo 2o. do Artigo 88.

Justificativa:

A retribuição à prestação de serviços deve ser baseada na natureza desses serviços. São diferentes as tarefas desempenhadas por servidores civis e militares.

Os servidores públicos militares não recebem retribuição por horas extras, serviço noturno e serviço aos sábados e domingos e feriados. O seu horário de expediente pode ser prorrogado sem que por isso tenham direito à percepção de quaisquer adicionais ou gratificações.

A equivalência de critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar pode gerar reivindicações de isonomia que se traduzirão em aumento de despesas com pagamento de proventos de pessoal militar na reserva e reformado.

A carreira militar, pelas suas peculiaridades, tem exigências de higidez e de idades que não permitem a simples aposentadoria aos 70 anos como os civis. Assim, para cada posto ou graduação, face às características das funções exercidas existem limites diferenciados de permanência no serviço ativo, perfeitamente definidas nos Estatutos Militares. Por aquele Estatuto, por exemplo, a idade de permanência na ativa para Cabo é de 45 anos e para um Capitão-de-Mar-e-Guerra é de 59 anos.

Parecer:

Parecer idêntico ao de no. 1P06889-4

EMENDA:00848 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Modifique-se para a seguinte a redação do Artigo 91:

"Art. 91 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior".

Justificativa:

A emenda insere a paridade no benefício de pensão.

Parecer:

A alteração de redação proposta deve ser acolhida, pois aperfeiçoa o texto.

EMENDA:00906 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DARCY POZZA (PDS/RS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA:

Emenda ao Art. 91 do Projeto.

Art. 91 - O benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos, vencimento, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

No texto atual, não fica claro se se trata de morte do servidor inativo ou de ativo. Por essa razão, a nossa intenção é esclarecer este primeiro ponto.

O termo técnico "remuneração" compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já estão incluídas na remuneração.

É mister, pois, fazer uma compatibilização de linguagem, no texto constitucional, no que tange ao Art. 13, inciso V, Art. 86, inciso IX, Art. 90 e 91, nos quais a palavra “remuneração” é usada indistintamente para caracterizar vencimento e para caracterizar o todo, isto é, vencimento, gratificação e vantagens.

A palavra “vencimento” está tecnicamente correta no Art. 13, incisos VI e XI, no Art. 86, inciso III, no Art. 190, inciso III, alínea “c” no Art. 472 e no Art. 476, inciso II.

A introdução da palavra “proventos” é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância.

Parecer:

A alteração de redação proposta deve ser acolhida, pois aperfeiçoa o texto.

EMENDA:00944 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 87, ALÍNEA B

A alínea B, do artigo 88, do Projeto, passa a vigorar da seguinte maneira.

Art. 87

b) - compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade para ambos os sexos.

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória para o servidor público deva ser reduzida para sessenta e cinco anos de idade, haja vista que, dessa idade em diante o seu vigor físico e mental deva ser mais preservado para que conseqüentemente tenha uma velhice menos tumultuada e os seus dias de vida subseqüentes mais zelados.

O servidor público passa toda fase de sua vida em exclusiva dedicação ao trabalho, a maior parte do seu tempo eximindo-se ao lazer e até à própria assistência familiar.

Ponderamos a nossa justificativa por entendermos que ela representa os anseios da classe e por assentar-se melhor aos padrões de justiça social.

Propugnamos a mesma faixa etária para a aposentaria por entendermos que esta é uma forma de evitar-se a discriminação a partir do texto constitucional.

Parecer:

A aposentadoria compulsória aos 70 anos é utilizada, frequentemente, por servidores que já passaram dos 35 anos de serviço. Por outro lado, de certo modo, tal dispositivo é encarado por muitos como uma medida punitiva, uma vez que muitos gostariam de continuar trabalhando ainda. Assim sendo, diminuí-la para 65 anos, nenhum benefício trará para os interessados.

Com relação à aposentadoria aos 30 e 25 anos de serviço para o homem e para a mulher, respectivamente, somos da opinião que estaríamos criando uma aposentadoria precoce. Entendemos que, diante da elevação da idade média dos brasileiros, preconizar tal medida não seria prudente e até mesmo inviável.

Enfim, não podemos nos esquecer, há hoje uma grande conscientização no sentido de se evitar de criar condições que aumentem ainda mais a marginalização das pessoas com mais de 60 anos.

EMENDA:01010 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ LUIZ MAIA (PDS/PI)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 88, § 2o.
Suprima-se do projeto o § 2o. do Art. 88.

Justificativa:

São nitidamente diferenciadas as categorias de servidores públicos civis e militares. Os estatutos e leis a que se subordinam são específicos e voltados para atender as peculiaridades de cada um.

As condições de trabalho, com os militares se submetendo, por exemplo, a servirem em guarnições desprovidas de recursos e conforto, ao trabalho noturno, horas extras, fins de semana e feriados sem que haja a correspondente remuneração, são alguns fatos que bem demonstram a diferença existente.

A fim de não se igualar o que é diferenciado, tal parágrafo deve ser suprimido.

Parecer:

Ambos são servidores públicos e recebem dos mesmos cofres públicos e conseqüentemente, devem ter tratamento igual.

EMENDA:01155 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SANTINHO FURTADO (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 88, letra "b", parágrafo 1o.

A letra "b" e o parágrafo 1o. do Artigo 88 do Anteprojeto, passam a ter a seguinte redação:

Artigo 88:

a)

b) Voluntariamente, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade para o homem e aos 60 (sessenta) anos para a mulher;

c)

d)

§ 1o. - não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, desde que o tempo de serviço prestado seja inferior a 35 (trinta e cinco) anos.

§ 2o. -

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória é um desrespeito ao servidor que, após dedicar a maior parte de sua vida à função pública, passa a ser considerado Senil pelo Estado a que serviu com dedicação durante várias décadas. No tocante a idade, a proposta é das mais justas, tendo em vista a média atual de vida do trabalhador brasileiro que é de 55 (cinquenta e cinco) anos de vida. Em relação ao desempenho de cargos, funções ou empregos temporários, há que se determinar o tempo de serviço prestado, sendo que ao atingir 35 (trinta e cinco) anos, nada mais justo que a lei lhe garanta a aposentadoria voluntária.

Parecer:

A fixação da aposentadoria voluntária aos 65 e 60 anos não deve constar na nova Carta. Isso porque a referência deve ser os anos de serviço.

Quanto à compulsória, entendemos não ser ela uma decretação da senilidade do trabalhador, e sim, um "basta de trabalho" a quem já dedicou o suficiente de sua vida ao serviço público.

Quanto à aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporárias está deverá ser regulamentada através de lei ordinária.

EMENDA:01351 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dê-se ao item b do art. 88 a seguinte redação:

Art. 88.

a)

b) Compulsoriamente aos 65 anos de idade.

Justificativa:

Em se considerando a aposentadoria como um Prêmio à dedicação do trabalhador durante a maior parte de sua vida, em prol da Nação, perde aquele o seu valor, por não poder ser usufruído, na maioria dos casos, pela idade avançada dos “premiados”.

Parecer:

A aposentadoria deve ser vista como um prêmio à dedicação do trabalhador pelos anos de serviço prestados. Nesse sentido, a grande maioria dos servidores aposenta-se até os 65 anos.

A compulsória é em si negativa, como o significado do termo indica. Por isso, deve estar o mais distante possível, uma vez que ela encerra obrigatoriamente uma carreira e declara o indivíduo como tendo ingressado no estado senil.

EMENDA:01356 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dê-se ao item c do art. 88 a seguinte redação:

Art. 88.

a)

b)

c) Voluntariamente, após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para a mulher.

Justificativa:

O Substitutivo do Relator, não altera os dispositivos da atual Constituição, confirmando desta maneira o item III do Art. 101, assim como o seu parágrafo único, deixando de atender ao clamor de milhões de brasileiros, que esperam o prêmio pelo seu trabalho.

Desta forma, em se considerando a aposentadoria, como um prêmio à dedicação do trabalhador em prol da Nação, durante a maior parte de sua vida, perde aquele o seu valor, por não poder ser usufruído, na maioria dos casos, pela idade avançada dos “premiados”.

Muito menos se poderia cogitar em falar em prejuízo para os cofres públicos por causa dos proventos pagos ao aposentado, visto que homens e mulheres, durante 30 e 25 anos respectivamente, contribuíram para a União, com trabalho, Imposto de Renda, Contribuições Previdenciárias e tantos outros.

Confirmando a validade da nossa proposta, a legislação previdenciária, já reconhece a necessidade de aposentadoria com 30 anos assegurando 80% do Salário-Benefício para quem possui aquele tempo de serviço e um acréscimo de 3% para cada ano de atividade acima de 30, até o máximo de 15% o que é soberbamente injusto.

Parecer:

A aposentadoria seria precoce se concedida aos 30 e 25 anos de serviço. Não podemos nos esquecer que a vida média dos brasileiros vem aumentando a cada ano. Por outro lado, decretaríamos prematuramente a ida destes trabalhadores ao rol dos senis, como é sentido por muitos, atualmente.

EMENDA:01588 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

Texto:

Nos termos do § 2o. do Art. 23, do Regimento Interno da Comissão de Sistematização - (Resolução no. 01/87 C.S.).

Acrescente-se no Art. 91, após o termo "totalidade" e antes da palavra "remuneração" a expressão "dos proventos ou da".

Justificativa:

Tecnicamente remuneração é o que se percebe no serviço ativo; proventos o que se percebe na aposentadoria.

Ao mencionar o termo "totalidade" torna-se patente que foi intenção do redator do dispositivo incluir como pensão, após a morte do aposentado, tudo o que ele percebia da Administração enquanto vivo, aposentado ou no serviço ativo.

Daí a necessidade de se incluir o termo "proventos" para tornar claro o dispositivo.

Parecer:

Pela aprovação nos termos do substitutivo.

EMENDA:01679 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA DE ADEQUAÇÃO

Inclua-se no artigo 88 a alínea "e", com a seguinte redação:

e) com tempo inferior aos das modalidades acima, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso, segundo se dispuser em lei.

Justificativa:

A peculiaridade funcional de algumas categorias gera maior desgaste físico e psíquico, aliado aos trabalhos insalubre e perigoso. Assim, é de justiça que possam usufruir de aposentadoria com menor tempo de serviço.

O artigo 362, letra "c" contempla com aposentadoria especial os trabalhadores que se enquadrem nas categorias acima citadas. Seria odioso que servidores públicos civis exercendo o mesmo tipo de atividade, tivessem tratamento diferenciado.

Acrescente-se, também, que a Comissão da Ordem Social quando aprovou o texto acima estendeu aos servidores públicos civis. Porém, por ocasião do ordenamento e compatibilização das matérias aprovadas, tal benefício não foi expressado no capítulo que trata dos servidores públicos, permanecendo tão somente para os trabalhadores.

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:01864 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Modifica o inciso II do artigo 89:

Art. 89 -

Inc. II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos, não podendo ser inferior a oitenta por cento dos rendimentos.

Justificativa:

A aposentadoria proporcional deve ser quantitativa, tal qual acontece com a Lei da Previdência Social (nesta é prevista com setenta e cinco por cento do salário a uma carência de sessenta contribuições no mínimo e mais um por cento para cada ano de serviço até o limite de noventa e cinco por cento. Sem quantificação a aposentadoria passa a ser irrisória e prejudica não apenas ao funcionário, mas toda a sua família. Ninguém com cinco ou dez anos de serviço conseguiria viver com apenas dez ou vinte por cento de salário, por maior que seja.

Parecer:

A alteração proposta ao inciso II, do artigo 89 é bastante oportuna, mas deve ser tratada no âmbito da lei ordinária.

EMENDA:01867 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Modifica redação do art. 87, § 3o.:

§ 2o. - A proibição de acumular não se aplica aos aposentados.

Justificativa:

É preciso levar em conta que o aposentado não ocupa cargo e não exerce nenhuma função. O atual anteprojeto prevê três exceções para o caso dos aposentados, excetuando apenas o de ocupação de cargo por concurso público. Ora, justamente os que mais precisam de um complemento salarial é que estão impedidos, porque os funcionários não são todos formados em magistério, nem senadores, deputados, vereadores ou prefeitos e governadores. A exceção seria odiosa, levando-se em conta que a maioria dos casos permitidos se referem a pessoas que já têm contagem especial para se aposentar: professores com 25 anos, deputados com oito ou quatro anos vereadores, prefeitos e governadores com trinta anos.

Parecer:

Não poderia o aposentado se apresentar novamente no cargo para o qual fez concurso público. Por outro lado, o saneamento da irrisória aposentadoria que hoje recebe deve ser através de um mecanismo que lhe proporcione proventos dignos e não o obrigue a tentar nova atividade para compensar o pouco que ganha. Felizmente, os artigos 89 e 90 do nosso projeto corrigiu em grave injustiça.

EMENDA:01896 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 88 § 1o.

Suprima-se o § 1o. do artigo 88, passando o atual § 2o. a ser seu parágrafo único:

Justificativa:

A norma que se pretende suprimir infligiria pena drástica aos servidores temporários que, ademais, são isentos de qualquer culpa na permanência prolongada dentro da Administração Pública. A norma será absolutamente inócua se a Administração observar, como é de seu dever, a legislação ordinária que impede que o serviço temporário, pelas suas próprias características, se eternize. Não pode o texto constitucional consagrar dispositivo para o fim de reconhecer expressamente falhas da Administração Pública.

Parecer:

Quem desempenha um emprego temporário é regido pela CLT e, automaticamente, contribui para a Previdência Social. Quando, pois, completar os anos de serviço exigido pela Previdência, por ela será apresentado e não pela União no emprego ou cargo que o indivíduo exercia.

EMENDA:01983 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ABIGAIL FEITOSA (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se na Seção II, DOS SERVIDORES

PÚBLICOS CIVIS, art. 88, alínea "c" a seguinte emenda:

A aposentadoria voluntária será após 30

(trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para a mulher.

Justificativa:

O novo texto Constitucional deve avançar nos direitos sociais e baseado na taxa de sobrevivência, na necessidade de uma velhice com lazer e na duplicidade da jornada de serviço da mulher, ser diminuído o tempo de serviço para conquista da aposentadoria como forma de premiação ao esforço dispendido pelos servidores.

Parecer:

A aposentadoria seria precoce se concedida aos 30 e 25 anos de serviço. Não podemos nos esquecer que a vida média dos brasileiros vem aumentando a cada ano. Por outro lado, decretaríamos prematuramente a ida destes trabalhadores ao rol dos senis, como é sentido por muitos, atualmente.

EMENDA:01984 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ABIGAIL FEITOSA (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se na Seção II, dos Servidores

Públicos Civis, art. 88, alínea "d", parágrafo 1o.

a seguinte emenda:

Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, a não ser no caso de tempo de serviço de 30 (trinta) anos para o homem e 25 (vinte e cinco) para a mulher.

Justificativa:

Consagrou a Revolução Francesa que a lei é igual para todos. Sendo assim, é inadmissível que o servidor que exerça cargo ou função de confiança nos termos acima estabelecidos não possa gozar de aposentadoria.

Parecer:

Quem desempenha um emprego temporário é regido pela CLT e, automaticamente, contribui para a Previdência Social. Quando, pois, completar os anos de serviço exigido pela Previdência, por ela será apresentado e não pela União no emprego ou cargo que o indivíduo exercia.

EMENDA:01986 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ABIGAIL FEITOSA (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se na Seção II, dos Servidores Públicos Cíveis, art. 88, alínea "b" a seguinte emenda:
Aposentadoria compulsoriamente, aos 60 (sessenta) anos de idade para o homem e 55 (cinquenta e cinco) anos para a mulher.

Justificativa:

A taxa de sobrevivência do brasileiro é de 65 (sessenta e cinco) anos e nada mais justo que a aposentadoria compulsória seja para o homem aos 60 (sessenta) anos de idade e para a mulher aos 55 (cinquenta e cinco) anos, devido a sua jornada dupla de trabalho no lar e no serviço público.

Parecer:

A compulsória representa um limite de tempo de trabalho no serviço público. Normalmente, a grande maioria dos servidores se aposentam antes, por tempo de serviço. Diante disso, não vemos porque modificar tal limite que, no fundo, é até odioso para muitos.

EMENDA:02024 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HORÁCIO FERRAZ (PFL/PE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA
DISPOSITIVO EMENDADO: CAPÍTULO VIII - SEÇÃO II
A Seção II, do Capítulo VIII, do projeto da Constituição, possa a ter a seguinte redação, remunerando-se os artigos seguintes:
[...]
Art. - O Servidor, qualquer que seja seu regime jurídico, será aposentado:
I - por invalidez;
II - compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade para o homem e aos 65 (sessenta e cinco) para a mulher;
III - voluntariamente, após 35 (trinta e cinco) anos de serviço para o homem e 30 (trinta) anos para a mulher;
IV - após 10 (dez) anos de serviço, a pedido do servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
§ 1º. - Os prazos referidos no inciso III

ficam reduzidos em 5 (cinco) anos para os professores.

§ 2o. - Não haverá aposentadoria em cargos temporários.

§ 3o. - São equivalentes os critérios, e valores dos proventos para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar.

§ 4o. - O tempo de serviço federal, estadual e municipal ou do Distrito Federal, da administração direta e indireta, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da lei.

Art. - Os proventos da aposentadoria serão:

I - integrais, quando o funcionário:

a) contar com o tempo de serviço, exigido no inciso III e § 1o. do artigo anterior;

b) invalidar-se por acidente, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II - proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos.

§ 1o. - os proventos dos inativos serão revistos a partir da mesma data e na mesma proporção, sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificada os vencimentos dos servidores em atividade.

§ 2o. - Serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se der a aposentadoria.

§ 3o. - Ressalvado o disposto nos parágrafos anteriores, em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

Art. - Não será concedida aposentadoria voluntária, por conta da União, Estados, Municípios, Distrito Federal, Territórios Federais ou de instituições previdência social, aos segurados do sexo masculino, com menos de cinquenta e três, e do sexo feminino, com menos de quarenta e oito anos de idade.

§ 1o. - Somente se excluem das disposições deste artigo as hipóteses previstas nesta Constituição e as concedidas por entidades privadas de previdência, que não recebam subvenções do poder público, inclusive de órgãos da administração indireta da União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios Federais.

§ 2o. - A lei assegurará abono de permanência ao servidor que, contanto tempo de serviço suficiente para aposentadoria voluntária, não tenha alcançado a idade mínima exigida ou que, constando esse tempo e idade, permaneça em atividade.

Art. - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor

falecido.

[...]

Justificativa:

Optando por uma Emenda Modificativa, envolvendo toda a seção II, do Capítulo VIII – Dos servidores públicos civis -, procuramos fazer uma melhor adequação do anteprojeto às reais necessidades da categoria, modernizando-se as linhas básicas da política governamental e fixando-se benefícios que corrijam injustiças e desvios decorrentes do desajustamento observado na atual legislação.

Merecem destaque na Emenda que estamos apresentado alguns aspectos que dizem respeito a admissão por concurso, a estabilidade, a adoção de regime jurídico único para os servidores da administração direta, das autarquias e também, das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, as quais passam a integrar a administração direta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Procuramos oferecer ao professorado a redução de cinco anos nos prazos referidos à aposentadoria do servidor, o que consideramos, é uma medida de justiça.

Aos inativos estamos assegurando todos os benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Outro dispositivo de fundamental importância que procuramos incluir no anteprojeto é o que se refere à remuneração dos cargos do Poder Executivo como limite para os dos Poderes Legislativo e Judiciário. Tal dispositivo evitará que os Poderes Legislativo e Judiciário elevem o nível de remuneração de seus servidores compelindo o Poder Executivo a acompanhar a revisão.

Quanto ao estabelecimento do limite máximo de remuneração, admitimos que o teto deve ser fixado com base no que percebem os ministros do STF, uma vez que o anteprojeto omite este dispositivo, que é altamente significativo quando se pretende eliminar os abusos atualmente observados.

A acolhida desta Emenda significa o reconhecimento do que o país deve à categoria, resgatando-se, dessa forma, uma parcela da grande dívida acumulada ao longo dos anos.

Parecer:

Pelo acolhimento parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:02122 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PFL/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

EMENDA ao Art. 91 de Projeto

Art. 91 - O benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos ou vencimento, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

No texto atual, não fica claro se se trata de morte do servidor inativo ou de ativo. Por essa razão, a nossa intenção é esclarecer este primeiro ponto.

O termo técnico “remuneração” compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já estão incluídas na remuneração.

É mister, pois, fazer uma compatibilização de linguagem, no texto constitucional, no que tange ao Art. 13, inciso V, Art. 86, inciso IX, Arts. 90 e 91, nos quais a palavra “remuneração” é usada indistintamente para caracterizar vencimento e para caracterizar o todo, isto é, vencimento, gratificação e vantagens.

A palavra “vencimento” está tecnicamente correta no Art. 13, incisos VI e XI, no Art. 86, inciso III, no Art. 190, inciso III, alínea “c” no Art. 472 e no Art. 476, inciso II.

A introdução da palavra “proventos” é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância.

Parecer:

Parecer idêntico ao de número 1P11132-.

EMENDA:02265 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

Texto:

Dá nova redação ao inciso II do artigo 89 do Anteprojeto de Constituição:

Artigo 89:

Inciso II: proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos, não podendo ser inferior a oitenta por cento dos rendimentos;

Justificativa:

Tomando-se por base a atual Lei de Previdência Social, verifica-se que nesta está prevista o piso referente a 75% do salário e uma carência de 60 contribuições (cinco anos) e mais 1% por ano de serviço, até o limite de 95%, verifica-se que a aposentadoria proporcional caberá ser quantitativa, com um mínimo de 80% dos rendimentos. Caso seja adotada outra forma, referida aposentadoria será inevitavelmente ente irrisória e prejudicará o funcionário e sua família. Ninguém consegue sobreviver com 10 ou 20% dos rendimentos e isto acontecerá como funcionário sua tenha 5 ou 10 anos de serviço.

Parecer:

A questão da porcentagem para fins de cálculo de aposentadoria é matéria que deve ser examinada através de lei ordinária.

EMENDA:02314 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Título IX

- Criar Capítulo no Título IX, que reúna as seguintes Seções:

Seção I - "Princípios Gerais", que engloba os artigos 87, 88, 89 da Comissão VII.

Seção II - "Dos Índios", que engloba o Capítulo VIII do Título IX.

Seção III - "Da Pessoa Portadora de Deficiência", que reúne os artigos 90 a 94 da Comissão VII.

Justificativa:

A proposta concentra dispositivos que merecem um tratamento específico pois constituem-se em situações especiais a merecer salvaguardas também especiais.

Parecer:

Prejudicada, em face da sistematização adotada pelo Relator, segundo ajuste consensual.

EMENDA:02339 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO VANDERLINDE (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa

Modifique-se para a seguinte a redação do Artigo 91:

"Art. 91 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior".

Justificativa:

A emenda insere a paridade no benefício de pensão.

Parecer:

Desnecessária a preocupação. O artigo anterior (90) é de universal aplicação. Pela prejudicialidade.

EMENDA:02495 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 89 INCISO I, LETRA "B".

A letra "B" do inciso I do Art. 89 do anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 89

I -

B - sofrer invalidez permanente;

Justificativa:

O inválido não deve ser julgado pelo motivo causador da invalidez.

Não vemos razão para conceder aposentadoria integral apenas em determinados casos de invalidez.

A proposta deve ser mais abrangente: uma vez inválido, por qualquer motivo, fará jus o servidor à aposentadoria integral.

Parecer:

A especificação aposta à alínea do item que se deseja emendar consubstancia direito relativo ao exercício efetivo de cargo ou emprego e suas consequências. Sua supressão descaracterizaria o objetivo buscado.

EMENDA:02497 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 89.

O Art. 89 do projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 89 - Os proventos da aposentadoria corresponderão à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais e serão:

Justificativa:

Não seria justo que o servidor público após dezenas de anos de prestação de serviço, ao se aposentar, tivesse como base para cálculo de seus proventos, somente o seu vencimento básico,

desprezadas as demais vantagens adquiridas ao longo de sua profícua e importante atividade, que lhe foram conferidas pela legislação pertinente.

Parecer:

Os proventos sempre correspondem à remuneração e não ao vencimento do servidor. Consequentemente, não há porque fazer constar no texto constitucional o detalhamento sugerido.

EMENDA:02506 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Dispositivo Emendado: Artigo 88 § 2o.

O § 2o. do Art. 88 do Projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 88.

§ 2o. - São equivalentes os princípios e critérios para a aposentadoria e reforma no servidor público civil e militar.

Justificativa:

O § 2º do Art. 88, como consta do anteprojeto, prevê a equivalência de critérios e “valores”, na aposentadoria dos servidores civis e militares.

Não há como haver equivalência em “valores”, pois cada situação será individual e distinta. O que poderá ser assegurado, como deve, é a equivalência de critérios e princípios, de modo geral, entre servidores civis e militares, como consta desta emenda.

Parecer:

Prejudicada uma vez que o dispositivo foi suprimido do Substitutivo.

EMENDA:02508 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 91.

O art. 91 do Projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 91 - O benefício de pensão por morte do servidor ativo ou aposentado, corresponderá à totalidade da remuneração, proventos, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

A emenda visa garantir a pensão, com a totalidade dos proventos por morte do servidor inativo, aos seus beneficiários.

Como consta do texto emendado o benefício da pensão só corresponderia, à totalidade da remuneração e vantagens quando se tratasse de serviço ativo, pois não foi conseguida a expressão “proventos” que é própria do inativo.

Parecer:

O texto está incompleto. É necessário que nele fique o termo "provento", instituto este próprio dos inativos.

A expressão "remuneração" vem sendo também aqui usada impropriamente, exigindo imediata correção.

EMENDA:02536 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ART. 89

Suprimam-se o art. 89 do Projeto.

Justificativa:

A matéria do art. 88 já se encontra totalmente regulamentada no art. 362, da Previdência Social, o órgão competente e capacitado para regular e pagar os benefícios sociais. A aposentadoria – um benefício do trabalhador – deve apresentar uma forma única e bases homogêneas em todo o território nacional, sem nenhuma discriminação.

Parecer:

Já é uma tradição do direito positivo brasileiro estabelecer que a aposentadoria do servidor público esteja a cargo diretamente da União. Obviamente, nada obsta que no futuro tudo esteja concentrado na Previdência Social.

EMENDA:02720 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Emenda Aditiva

Acrescente-se o seguinte § 3o. ao artigo 88 do Anteprojeto:

"§ 3o. - Atendendo à natureza especial do serviço, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso, a lei federal indicará as exceções às regras estabelecidas para a aposentadoria, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade."

Justificativa:

A emenda é técnica e tem como objetivo ADEQUAR a matéria aprovada na Comissão da Ordem Social, aplicável aos trabalhadores e servidores públicos, porém, por ocasião do ordenamento lógico dos assuntos, foi apartada daquele contexto, ficando a questão dos servidores públicos na Seção II do Capítulo VIII – Da Administração Pública (Título IV), enquanto a matéria alusiva aos trabalhadores em geral prevista na Seção II – Da previdência Social, do Capítulo II do Título IX.

Assim é que as exceções às regras gerais da aposentadoria dos trabalhadores estão previstas na letra “c” do art. 362 do Anteprojeto de Constituição.

Porém, essa matéria não foi assegurada no artigo 87 que trata da aposentadoria do funcionário público, EMBORA O ASSUNTO TENHA SIDO APROVADO na Comissão Temática para beneficiar, também, os servidores públicos.

Aliás, no mérito, os servidores públicos conquistaram o direito á aposentadoria especial – decorrente da natureza de alguns serviços que desgastam física e mentalmente, de maneira precoce – HÁ 41 ANOS, quando o § 4º do artigo 191 da Constituição de 1946 dispõe que a lei poderia reduzir os limites de tempo para a aposentadoria nesses casos.

Igualmente, a Constituição de 1967, em seu artigo 100 § 2º, também assim o fez, sendo que a Emenda Constitucional de 1969, em seu artigo 103, manteve esse direito já consagrado para os servidores públicos.

Desse modo, a emenda proposta nada acrescenta de novo ao que foi aprovado nas Comissões Temáticas, adequando a redação do parágrafo às formas de inatividade previstas no Direito Administrativo Brasileiro.

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:02770 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON WEDEKIN (PMDB/SC)

Texto:

Acrescente-se ao Art. 88 do projeto de Constituição, um parágrafo 3o. com a seguinte redação:

Art. 88 -

§ 1o. -

§ 2o. -

§ 3o. - "O tempo de serviço Público Federal, Estadual, ou Municipal em toda administração Pública, será computado, reciprocamente, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade".

Justificativa:

O inciso IV do Art. 86 estabelece que "a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios instituirão regime jurídico único para seus servidores da administração direta e autárquica, bem como planos de classificação de cargos e de carreiras".

Se os servidores públicos, em todos os níveis, terão regime jurídico único, não há porque deixar de solucionar, de uma vez por todos, um problema que gera tantas controvérsias e mal-estar no seio daquela classe.

Tal prática já vem sendo adotada a nível federal, em algumas unidades da federação e em poucos municípios. Fixando, portanto, essa norma, na constituição, estaremos corrigindo uma injustiça que atinge grande número de servidores e dando um tratamento igual a toda categoria.

Parecer:

A contagem do serviço público federal, ainda que, atualmente, vem gerando muitas controvérsias, não deve constar do texto constitucional. Trata-se de matéria pertinente ao âmbito da legislação ordinária.

EMENDA:02810 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Título IV

Capítulo VIII

Seção II - Art. 91.

Dê-se ao art. 91 do Projeto de Constituição a redação que se segue:

"Art. 91 - O benefício de pensão por morte

corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações, vantagens pessoais ou proventos do servidor falecido".

Justificativa:

O termo técnico "remuneração" compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há redundância, pois as gratificações e as vantagens já se encontram incluídas na remuneração.

Todavia, não está claro o direito à pensão integral, quando no caso de morte do servidor inativo, já que a técnica usual tem adotado a palavra "proventos" para significar a aposentadoria do inativo. É mister, pois, fazer-se uma compatibilização de linguagem, no texto do anteprojeto, no que tange ao art. 13, inciso V, art. 86, inciso IX, art. 90 e 91, nos quais a palavra "remuneração" é usada indistintamente para caracterizar vencimento e este também com os acréscimos a título de gratificações e vantagens.

A palavra "vencimento" encontra-se corretamente colocada no art. 13, incisos VI e XI, no art. 86, inciso III, no art. 190, inciso I, alínea "c", no art. 472 e no art. 476, inciso II.

A introdução da palavra "proventos" no texto do art. 91, que se propõe nesta Emenda, é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância. O termo encontra-se, outrossim, impresso na Proposta nº 8, inciso IV do art. (pág. 47) do Relatório da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comissão.

Parecer:

O texto está incompleto. É necessário que nele fique o termo "provento", instituto este próprio dos inativos.

A expressão "remuneração" vem sendo também aqui usada impropriamente, exigindo imediata correção.

EMENDA:02828 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 88, alínea b

A alínea b, do artigo 88, do anteprojeto, passa a vigorar da seguinte maneira.

Art. 88.....

b) - Compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade para ambos os sexos.

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória para o servidor público deva ser reduzida para sessenta e cinco anos de idade, haja vista que, dessa idade em diante o seu vigor físico e mental deva ser mais preservado para que consequentemente tenha uma velhice menos tumultuada e os seus dias de vida subsequentes mais zelados.

O servidor público passa toda tese de sua vida em exclusiva dedicação ao trabalho, a maior parte do seu tempo eximindo-se ao lazer e até à própria assistência familiar.

Ponderamos a nossa justificativa por entendermos que ela representa os anseios da classe e por assentar-se melhor aos padrões de justiça social.

Propugnamos a mesma faixa etária para a aposentaria por entendermos que esta é uma forma de evitar-se a discriminação a partir do texto constitucional.

Parecer:

A aposentadoria compulsória existente no serviço público difere fundamentalmente da aposentadoria da Previdência que não é compulsória.

Se estabelecemos a idade limite de 65 ou 60 anos estaríamos proibindo ao servidor de continuar trabalhando mais um tempo que ele julga estar ainda apto. Para o aposentado pela Previdência não há impedimento algum de continuar exercendo sua atividade até quando ele quiser.

Quanto à aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e a mulher, indistintamente, entendemos que a ideia não deva prosperar. É tradição no direito positivo brasileiro uma aposentadoria diferenciada para um e outro. Enfim, a sugestão propõe algo que estaria gerando uma certa precocidade, prejudicial para uma nação carente e subdesenvolvida.

EMENDA:02865 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Aditiva.

Dispositivo Emendado: Artigo 90.

O Art. 90 do anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 90 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a renumeração dos servidores em atividades, bem como sempre que for transformado, reestruturado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.

Justificativa:

A emenda inclui a expressão “reestruturado”, tendo em vista que a reestruturação de cargos e carreiras, é uma modalidade utilizada no servidor público, para alterar a situação dos servidores da ativa. A omissão da “reestruturação”, permitiria à administração utilizar-se desta omissão, para, por intermédio dela, conceder novas vantagens somente aos servidores da ativa, sem atingir o inativo, o que contraria o espírito do texto.

Parecer:

Não há necessidade de se incluir o termo "reestruturado", uma vez que já está subentendido. Efetivamente, a reclassificação é consequência da reestruturação de cargos e funções.

EMENDA:02897 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Acrescentar ao Art. 90, in fine, expressão:

"inclusive militares"

Justificativa:

É evidente que se deve aplicar aos militantes o tanto que se destinou aos civis, na compreensão de que civis e militares são servidores e que diante da Constituição são exatamente iguais, sendo certo que quando à sociedade apresentam-se em pé de igualdade, quanto à servi-la bem.

Parecer:

A presente seção trata exclusivamente dos servidores públicos civis, razão pela qual não há sentido a inclusão de militar.

EMENDA:02901 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Emenda aditiva ao projeto de constituição
Acrescentar ao art. 91 do anteprojeto de
Constituição a seguinte expressão:
"inclusive militar"

Justificativa:

É indubitável que os benefícios constantes do Art. 91 são extensivos aos militares. Cumpre, porém, esclarecer para que não parem dúvidas a ser suscitadas pelos tecnocratas que hão de resolver questões na área administrativa.
Cumpre, pois, aditar.

Parecer:

Despiciendo o acréscimo. Servidor, como gênero, inclui todo e qualquer servidor, civil ou militar. Pelo acolhimento.

EMENDA:02911 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Projeto de Constituição
Dá nova redação ao artigo 89 no seu inciso II:
Art. 89:
Inc. II: proporcionais ao tempo de serviço,
nos demais casos, não podendo ser inferior a
oitenta por cento dos rendimentos;

Justificativa:

A aposentadoria proporcional deve ser quantitativa, tal qual acontece com a Lei da Previdência Social (nesta é prevista com setenta e cinco por cento do salário a uma carência de sessenta contribuições no mínimo e mais um por cento para cada ano de serviço até o limite de noventa e cinco por cento). Sem quantificação a aposentadoria passa a ser irrisória e prejudica não apenas ao funcionário, mas toda a sua família. Ninguém com cinco ou dez anos de serviço conseguiria viver com apenas dez ou vinte por cento de salário, por maior que seja.

Parecer:

A questão da porcentagem não deve constar no texto da Constituição. É matéria que deve figurar na regulamentação dessa aposentadoria através de lei ordinária.

EMENDA:03002 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MENDONÇA DE MORAIS (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Modificativa.
Modifique-se para a seguinte a redação do Artigo 91:
"ART. 91 - O benefício de pensão por morte
corresponderá à totalidade da remuneração,
gratificações e vantagens pessoais do servidor
falecido, observado o disposto no artigo anterior".

Justificativa:

A emenda insere a paridade no benefício de pensão.

Parecer:

A formulação adotada pelo substitutivo respeita o princípio de paridade no reconhecimento de pensões.

Pelo não acolhimento.

EMENDA:03289 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

Texto:

Modifica o inciso II do art. 89:

II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos, não podendo ser inferior a oitenta por cento dos rendimentos.

Justificativa:

Aposentadoria proporcional deve ser quantificada, tal qual acontece com a Lei da Previdência Social (nesta é prevista com 75 por cento do salário e uma carência de sessenta contribuições no mínimo e mais 1% para cada ano de serviço até o limite de 95%).

Sem quantificação a aposentadoria passa a ser irrisória e prejudica não apenas ao funcionário, mas a toda sua família. Ninguém com cinco ou dez anos de serviço conseguiria viver com apenas dez ou vinte por cento do salário, por maior que seja.

Parecer:

As proporções da aposentadoria são objeto de legislação comum, respeitado os princípios consignados neste e no dispositivo seguinte.

Pela rejeição.

EMENDA:03511 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AUREO MELLO (PMDB/AM)

Texto:

Dê-se a alínea "c" do art. 88 do Projeto da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:
c) voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço.

Justificativa:

Não se entende porque a odiosa discriminação entre uns e outros servidores da Administração Pública Federal, algumas classes se aposentando com apenas 25 anos de serviço e outras com 35 anos. Num país em que a média de vida é baixíssima, o mesmo homem, servidor público, tem que trabalhar mais 40% (quarenta por cento) do tempo que trabalha o militar o policial ou o professor, por exemplo todos estes se aposentando com 25 anos de serviço. Ademais o parágrafo 2º do art. 87 do Anteprojeto da Comissão de Sistematização determina que "São equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar" (grifo nosso). Ora como critério entende-se também o tempo de serviço daí a justeza da nossa proposição que equipara também o homem e a mulher em termos de direitos.

Parecer:

O Substitutivo opta por diretriz diversa. Pelo não acolhimento.

EMENDA:03679 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GIDEL DANTAS (PMDB/CE)

Texto:

Emenda no.

Dê-se ao Título IV do Anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

Título IV

Da Organização do Estado

[...]

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I

DOS SERVIDORES PÚBLICOS

[...]

Art. O servidor será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente aos setenta anos de idade para o homem e aos sessenta e cinco para a mulher;

III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta e anos para a mulher.

Art. Os proventos da aposentadoria dos servidores serão:

I - integrais, quando:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta anos de serviço, se do feminino; ou

b) invalidar-se por acidente, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II - proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou menos de trinta, se do sexo feminino.

Art. os proventos da inatividade serão revistos na mesma data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade e em igual proporção.

[...]

Justificativa:

O Título em epígrafe trata da Organização do Estado.

Objetivou-se dar ao texto redação mais técnica e suprimir toda a matéria que deva ser tratada em lei complementar, orgânica ou ordinária.

Em razão da autonomia política, administrativa e financeira outorgada ao DF. pelo anteprojeto de Constituição, deu-se lhe tratamento igual ao dispensado aos Estados.

No elenco da matéria de competência da União, buscou-se melhor técnica, ordenando as espécies segundo seu gênero, sem que modificação de forma importasse a de conteúdo.

No tocante às Regiões de Desenvolvimento Econômico, Áreas Metropolitanas e Microrregiões, previu-se apenas criação, ao entendimento de que o “modus faciendi” deva ser deferido à lei.

Toda a parte suprimida no capítulo referente à Administração Pública é, sem dúvida, matéria de lei, e que decorre dos princípios da legalidade e moralidade consagrados no anteprojeto.

É mantida a essência do conteúdo do anteprojeto.

Parecer:

Propõe a emenda uma nova redação no título IV do Projeto, concluímos pela aprovação parcial uma vez que vários dispositivos foram aceito no Substitutivo.

EMENDA:03727 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO ALVES (PFL/BA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 88, PARÁGRAFO 1o.

O parágrafo 1o. do art. 88 do Projeto, passa a ter a seguinte redação.

Art. 88.

§ 1o. Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, ressalvados os direitos dos trabalhadores temporários que contribuem para a previdência social.

Justificativa:

A Lei 6.019, de 1974, que instituiu o regime de trabalho temporário no País, já conta com três milhões e meio de trabalhadores por ela redigidos (motoristas, guardas de segurança, garis, ascensoristas, pessoal de limpeza, etc.). As empresas descontam para a previdência desses trabalhadores temporários como se fossem eles do quadro; direito à aposentadoria? Por que? Seria absurdo. O Estado utiliza os serviços de dezenas de milhares desses trabalhadores temporários, fornecidos por empresas, mas a lei considera o tomador do serviço corresponsável pelas indenizações e direitos previdenciários do pessoal, mesmo sem vínculo empregatício.

Parecer:

A aposentadoria dependente de continuidade de contribuição é incompatível com a temporariedade da relação de emprego.
Pelo não acolhimento.

EMENDA:03803 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda de Adequação

Dispositivo Modificado: art. 88.

Propõe-se a seguinte modificação no texto:

Art. 88 - O servidor será aposentado:

a)

b)

c)

d)

e) Os professores, homens ou mulheres, terão direito à aposentadoria voluntária aos 25 anos de exercício do magistério.

Justificativa:

A emenda Constitucional nº 18, de 1981, alterou o item III, do art. 101, da Constituição de 1967, assegurando a aposentadoria para a professora aos 30 anos e para o professor aos 35 anos. A emenda acima propõe uma adequação ao que dispõe o Art. 378, inciso V.

Parecer:

O substitutivo disciplina a espécie de modo diverso. Pelo não acolhimento.

EMENDA:03903 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA ADITIVA: Acrescente-se § 3o. ao Artigo 88 da Seção II do Capítulo VIII - Da Administração Pública, com a seguinte redação:
§ 3o. - Lei Complementar indicará quais as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza do serviço, para a aposentadoria, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade.

Justificativa:

A presente emenda permite, de forma mais abrangente, de que as exceções previstas no texto sejam materializadas através de Lei Complementar no exame de cada caso concreto, sem que a exclusividade da iniciativa seja estritamente do Presidente da República como hoje acontece (art. 103 da CF).

Ressalte-se, por oportuno, que na Seção II do Capítulo II – Da Seguridade Social – que assegura os direitos sociais relativos a previdência do trabalhador e sua aposentadoria, idêntica medida é prevista, tanto assim que a alínea “c” do Artigo 362 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização estabelece expressamente: “com tempo inferior ao das modalidades acima (aposentadoria compulsória e voluntária), pelo trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso”, requisitos que se enquadram, em sua totalidade, na natureza especial do serviço do policial.

Parecer:

Concluimos pela aprovação parcial conforme redução dada, ao dispositivo sugerido, no substitutivo.

EMENDA:04374 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ERALDO TINOCO (PFL/BA)

Texto:

- Suprima-se o § 2o. do art. 88.

Justificativa:

A equivalência de critérios e valores pretendida é impraticável em termos tão simplificados com a redação apresenta. A situação do militar em inatividade é caracterizada por uma fase de Reserva em que é mobilizável a qualquer momento, e por uma fase de Reforma, imposta pela idade em que seus serviços não mais são utilizados. O quadro difere bastante do aplicável ao servidor civil.

A colocação, em termos da Carta magna, criará problemas de considerável grandeza, embora o mérito do pretendido seja inatacável. Entende-se, no entanto, que esse mérito deva ser buscado pelo Congresso Nacional no momento oportuno de legislar quanto aos estatutos próprios dos servidores civis e militares, ocasião apropriada para comparações e correção de desigualdades.

Parecer:

As finalidades da emenda, contém aspectos que harmonizam com o entendimento da Comissão de Sistematização.

Assim, somos pela aprovação parcial desta emenda.

EMENDA:04607 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HAROLDO SABÓIA (PMDB/MA)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo emendado: Artigo 88

Acrescente-se letra "e", ao art. 88, com a seguinte redação:

e) Por velhice, aos 65 (sessenta e cinco) ano para o homem e aos 60 (sessenta) anos para a mulher.

Justificativa:

A proposta visa dar, também ao servidor público, o mesmo tratamento dispensado aos trabalhadores em geral, nos termos da redação proposta para a letra "d", do art. 356.

Parecer:

Pelo não acolhimento nos termos do Substitutivo.

EMENDA:04633 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 90, Seção II

Suprimam-se do anteprojeto:

O artigo 90, da Seção II

Justificativa:

A prosseguir esta série de vantagens que está sendo tentado distribuir, indiscriminadamente, àqueles que tiveram a sorte de entrar para os quadros funcionais do Governo, muito em breve seremos uma Nação em que, toda a sua arrecadação de impostos será para beneficiar os seus servidores, ativos e inativos.

Parecer:

Pelo não acolhimento por ser o dispositivo uma garantia para os aposentados.

EMENDA:04663 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 88, Seção II,

Letra "d".

Suprimam-se do anteprojeto:

a) letra "d" da Seção II, do art. 88.

Justificativa:

A manter o presente item, seríamos obrigados a utilizar os mesmos critérios para todos aqueles que prestam os seus serviços em qualquer entidade pública ou privada.

Como o funcionário público, o pagamento que recebe é proveniente dos cofres públicos, ou seja, é o produto da arrecadação nacional, procura-se dar um privilégio que não é possível ser estendido a outras classes que também merecem nosso respeito, porque são trabalhadores.

Parecer:

Pelo acolhimento nos termos do Substitutivo.

EMENDA:04900 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DASO COIMBRA (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Artigo 90 - Suprima-se do texto a expressão:

"... transformado ou..."

Justificativa:

A transformação é um instituto de direito administrativo de pessoal que pressupõe o desvio de função de cada servidor. Visa a corrigir uma situação individual, de fato.

Ademais, a transformação, também conhecida anteriormente como readaptação, não se adequa ao propósito do constituinte de prestigiar o concurso público. Trata-se de expediente que se mostrou inconveniente, razão pela qual vários Atos Complementares vedaram continuasse a ser aplicado pelos Estados e Municípios. Tais circunstâncias desaconselham que a transformação venha a ganhar status constitucional. Na melhor das hipóteses, deve ser relegado à legislação ordinária.

Parecer:

Pelo não acolhimento, pois a prática tem demonstrado a ocorrência de transformação de cargos sempre que um novo Plano de Classificação de cargos é instituído, trazendo grandes prejuízos para o pessoal inativo.

EMENDA:04922 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LYSÂNEAS MACIEL (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se à alínea "b" do art. 88 do Anteprojeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 88

.....

b) Compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade;

Justificativa:

O disposto no item "b" do Art. 88 está em confronto com o disposto na alínea "a", inciso III do Art. 12, do título II – Dos Direitos e Liberdades Fundamentais, que consagra que "todos são iguais perante a Constituição, a Lei e o Estado", na alínea "e", que consagra a igualdade dos direitos e obrigações do homem e da mulher, na alínea "f", que consagra que ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão de sexo, ou qualquer outra condição social ou individual, não se justificando a discriminação odiosa de limite de idade diferenciado quando ao prazo estabelecido para a compulsória.

Parecer:

Pela aprovação nos termos do Substitutivo.

EMENDA:05019 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVIA DE COMPATIBILIZAÇÃO

Dispositivo emendado: art. 91.

Inclua-se no art. 91:

"..." ou dos proventos", ...

Justificativa:

A Emenda apresentada visa aperfeiçoar o dispositivo constitucional, compatibilizando-o com a terminologia adotada no Anteprojeto, que no caput do art. 88 ao referir-se à aposentadoria fala em proventos, precavendo-se assim contra interpretações dúbias ou equívocas.

Na redação proposta serão contemplados objetivamente os herdeiros dependentes do servidor aposentado que recebe proventos e do servidor em atividade que percebe remuneração.

Nota-se que a hipótese mais corrente é a do falecimento do servidor já aposentado que recebe proventos e que estaria contraditoriamente excluído na redação anterior, se aplicada interpretação com rigor terminológico.

Para o aperfeiçoamento técnico, o artigo em foco fica com a seguinte redação:

“art. 91: O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade de remuneração, proventos, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido”.

Parecer:

Pela aprovação parcial nos termos do Substitutivo.

EMENDA:05020 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO.

Dispositivo emendado: caput do art. 89.

Acrescente-se ao caput do art. 89:

"... que corresponderão à totalidade dos vencimentos, gratificação, direitos e vantagens pessoais."

Justificativa:

A emenda propõe uma redação consentânea e abrangente ao artigo 88, estabelecendo a composição dos proventos de aposentadoria, adequando-o à redação do artigo 91 que, ao referir-se ao benefício da pensão por morte, estabelece que corresponderá à totalidade da remuneração gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Vale ressaltar a importância de se assegurar na aposentadoria a sua integridade, tal como o Anteprojeto dessa Egrégia Comissão o fez com o benefício da pensão, pois o que assistimos é o seu aviltamento continuado. Se por ocasião da morte do servidor seus dependentes receberão uma pensão abrangente, correspondente aos proventos, gratificações e vantagens pessoais, nada mais lógico do que, ao tratar dos proventos, se especifique idêntica inclusão.

O artigo emendado passará a ter a seguinte redação:

“art. 89: Os proventos da aposentadoria corresponderão à totalidade dos vencimentos, gratificação, direitos e vantagens pessoais do servidor, e serão:"

Parecer:

Pela aprovação parcial nos termos do Substitutivo.

EMENDA:05045 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

Emenda Substitutiva à Seção II, Capítulo VIII do Título IV, art. 87, 88, 89, 90, 91, do anteprojeto do Relator, dando-se a redação:

Suprima-se em parte os Artigos, 87, 88 89 e no todo os Artigos 90, 91 e 92, dando-se a seguinte nova redação à Seção II:

Dos Servidores Públicos Cíveis

Art. 85 -

Art. 86 -

I - Suprimido.

III - Suprimido.

IV - Suprimido.

VI - Suprimido.

VII - Suprimido.

VIII - suprimido.

.....
Art. 87 - É vedada a acumulação remunerada de cargos, funções públicas, empregos e proventos.

I - Suprimido.

II - Suprimido.

§ 1o. Suprimido.

.....
Art. 88 -

d) Suprimido.

.....
§ 2o. - Suprimido.

Art. 89 - Suprimido.

I - Suprimido.

a) Suprimido.

b) Suprimido.

II - Suprimido.

Art. 90 - Suprimido.

Art. 91 - Suprimido.

Art. 92 - Suprimido.

Justificativa:

Nem uma palavra foi acrescida ou alterada no texto do anteprojeto apresentado à Comissão de Sistemática.

Procuramos, apenas, através de supressão, sistematizar o texto, tornando-o compatível consigo próprio, com o texto aprovado pelas Comissões, e enxugando-o de matéria não constitucional.

Com isto, apresentamos a plenário um texto mais adequado a uma Constituição.

Parecer:

Pelo acolhimento parcial nos termos do Substitutivo.

EMENDA:05235 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MAURÍCIO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Art. 88 adicionar § 3o.

No caso da alínea B em se tratando de Professor Universitário, magistrado, ou membro de Tribunais de Contas o funcionário poderá requerer sua permanência na atividade por mais 2 anos, desde que submetido o exame médico apresente condição de saúde.

Justificativa:

Todo brasileiro com mais de 70 anos pode ser Presidente da República, Governador de Estado, Ministro de Estado e ocupar outros cargos.

Entrementes, há mestres catedráticos, Juízes, Desembargadores e Ministros com requintada competência e reconhecimento saber que estão impedidos de exercerem tais atividades após 70 anos.

O dispositivo abre-se-lhes alternativas e coloca à disposição do País o seu conhecimento e sua bagagem intelectual.

Parecer:

Pelo não acolhimento conforme orientação dada ao Substitutivo.

EMENDA:05366 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 88. LETRA c

A letra "c" do artigo 88 do projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 88 -

c) trinta anos de serviços para o homem e vinte e cinco anos para a mulher."

Justificativa:

A aposentadoria aos trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para a mulher constitui uma das maiores reivindicações dos servidores públicos do País, que aproveitam a elaboração de uma nova Constituição para a concretização de seus justos anseios.

Parecer:

A tendência é manter os atuais limites para aposentadoria. Pela rejeição nos termos do Substitutivo.

EMENDA:05413 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HOMERO SANTOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao artigo 91 o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. A lei estabelecerá critérios iguais na regulamentação das pensões devidas em razão do falecimento de servidores civis ou militares."

Justificativa:

Entre os avanços consignados nas diversas etapas de elaboração do projeto de Constituição, na parte relativa aos servidores públicos, constava o princípio da isonomia de tratamento entre civis e militares no que respeita a benefícios e vantagens pela condição de servidor público. Uma delas referia-se exatamente à questão das pensões cuja discrepância de tratamento, em detrimento dos servidores civis, tem merecido fundados reparos dos estudiosos e tentativas parlamentares de modificação. Por isso mesmo, não há que se deixar passar a oportunidade de se erigir à condição de preceito institucional o princípio que agora expressamos nos termos de um parágrafo ao artigo 91,

artigo que somente assim ficará completo na sua intenção superior de assegurar pensão igual à inteireza da remuneração da atividade.

Parecer:

A proposição visa estabelecer isonomia de tratamento quanto às pensões de servidores civis e militares pela aprovação parcial nos termos do Substitutivo.

EMENDA:05652 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HOMERO SANTOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Título IX, Capítulo II, Seção II

Acrescente-se à Seção II o seguinte artigo:

"Art. O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração mensal do empregado falecido."

Justificativa:

A inclusão se justifica diante do princípio – que fica claro no projeto em vários de seus dispositivos – de que tanto o empregado aposentado quanto o beneficiário de pensão relativa à sua condição de empregado não podem sofrer reduções relativamente à remuneração que vinha percebendo em atividade (aposentadoria) ou em vida (pensão).

De modo que a proposta que ora tenho a honra de submeter ao douto plenário da Constituinte está de acordo com a doutrina prevalecente no projeto elaborado pela Comissão de Sistematização e merece, por isso mesmo e principalmente por ser de justiça, ser acolhida.

Parecer:

Não obstante a emenda consubstancie propósitos dos mais meritórios e justos, vemo-nos impossibilitados de aproveitá-la por constituir seu assunto matéria de lei ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:05688 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MATHEUS IENSEN (PMDB/PR)

Texto:

Promover alterações do Projeto, conforme relator Deputado Constituinte Mário Lima.

Seção II

"Dos Servidores Públicos Civis"

Art. 88. O Servidor será aposentado.

c - Voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço, tanto para o Homem como para a Mulher.

Justificativa:

Devemos indiscriminar o homem e a mulher, sendo que a luta pela equiparação e igualdade dos sexos está tão evidente, que devemos considerar as igualdades de direitos e obrigações uniformes. Também o chamado "Sexo Frágil", recebe o privilégio de incumbência das tarefas de que sua condição física permite, que devemos considerar que o mesmo tempo de aposentadoria voluntária seja a maneira mais sábia de equiparação.

O tempo de após 30 anos de serviço, é p suficiente para que o trabalhador tenha cumprido a sua parte em prol do desenvolvimento Nacional.

Parecer:

Há tendência para manter os atuais limites de tempo de serviço para aposentadoria tanto para o homem como para a mulher.

EMENDA:05756 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL/RJ)

Texto:

Dê-se à alínea c do art. 87 do Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização a redação seguinte:

"Art. 87

c) voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço e 25 (vinte e cinco) anos quando em atividade de magistério que comprovadamente tenha sido efetivada em regência de classe, ou em caráter especial, quando tenha exercido atividade em área insalubre".

Justificativa:

A presente emenda visa dar um tratamento idêntico ao trabalhador brasileiro sem distinção de sexo. A redução proposta para aposentadoria aos 25 (vinte e cinco) anos para atividades do magistério tem como princípio o desgaste físico a que são submetidos os professores que, na maioria dos casos, ao se aposentarem apresentam graves problemas vocais e alérgicos provocados pelo uso constante de giz.

Quanto à aposentadoria especial por atividade em área insalubre visa dar ao servidor público igualdade de direito com os trabalhadores do setor privado.

Parecer:

Entendemos que 30 anos de serviço gera uma aposentadoria precoce para o homem. No tocante ao caso do professor, julgamos que a exceção ora vigente na nossa Constituição não deva prosperar. Não vai aqui nenhum desmerecimento, ao trabalho do profissional, apenas que muitas outras categorias deveriam ter, talvez, também uma aposentadoria especial. Multiplicaríamos assim as exceções, progressivamente, com o correr dos anos. Enfim, o artigo 13, item XXI já determina uma regulamentação quanto ao exercício de atividade em área insalubre, protegendo, assim, o servidor público. Porém, quanto a fazer constar na Constituição a aposentadoria especial, somos da opinião que tal matéria deva ser regulamentada pela legislação ordinária.

EMENDA:05992 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ÁLVARO VALLE (PL/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 356:

"Parágrafo único - Os proventos integrais da aposentadoria serão iguais aos que o trabalhador ou servidor perceberia se estivesse em atividade, sendo-lhe assegurados reajustes e demais vantagens correspondentes."

Justificativa:

Os proventos da aposentadoria devem assegurar o mesmo padrão de vida que tinha o trabalhador enquanto contribuía para a previdência. Sem esta segurança, a aposentadoria, que deve ser um prêmio por anos de trabalho, passa a representar um castigo, tais os prejuízos do aposentado.

Parecer:

O estabelecimento de correspondência entre o valor do benefício previdenciário e o do salário do trabalhador é nocivo aos interesses da previdência e injusta para os segurados, vez que o sistema tradicional, que leva em consideração o tempo de trabalho e de contribuição, não pode ser descartado.

EMENDA:06050 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

Texto:

Dê-se ao artigo 90 do Projeto de Comissão de Sistematização a seguinte redação:

"Art. 90 - Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por alteração do poder aquisitivo ou qualquer outro motivo, se modificarem os vencimentos dos servidores em atividade, a partir da mesma data e na mesma proporção, bem como sempre que for transformado ou, na forma da lei, reclassificado, o cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Estender-se-ão aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade.

Inclua-se, entre os artigos 475 e 476 das

"Disposições Transitórias" (Título X) do projeto da Comissão de Sistematização o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Art. 476 - Os proventos da inatividade anterior à data de promulgação desta Constituição serão revistos, atendido o disposto no artigo 90."

Justificativa:

O primeiro propósito da presente emenda é estabelecer, de forma clara e insofismável, o mecanismo de reajustamento dos proventos do servidor público inativo, não somente nos casos de correção monetária dos vencimentos dos servidores em atividade, mas em TODOS os casos em que forem concedidos benefícios ou vantagens aos servidores em atividade.

O artigo 90 do projeto da Comissão de Sistematização, a nosso ver, embora represente algum avanço ao prever a extensão, aos inativos, dos beneficiários decorrentes de transformação ou reclassificação de cargos, é ainda restritivo no que tange a outros benefícios e vantagens que são concedidos aos ativos e não se estendem aos inativos.

Ora, parece evidente que a aposentadoria concedida ao servidor não pode ser vista como um castigo, mas sim como um justo prêmio pelos serviços prestados à causa pública durante trinta e cinco anos ou mais. Assim sendo, não há como excluir os inativos do usufruto das vantagens concedidas aos servidores em geral sem ferir o mais elementar princípio de equidade a que se devem ater os atos da Administração Pública.

A emenda visa, outrossim, a estabelecer a revisão dos proventos pagos aos que passaram à inatividade antes de promulgação da nova Constituição, de modo que, também a estes, seja estendidos os benefícios da aplicação do critério de isonomia inscrito no artigo 90. Como não se trata de medida com efeito retroativo, tal revisão, além de justa, não deverá ter efeito ponderável na despesa pública.

Parecer:

A Emenda percute questão que deve ser examinada à luz do Substitutivo. Pela aprovação.

EMENDA:06247 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

Suprima-se a alínea "b" do art. 88 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Justificativa:

No Brasil, há uma expectativa de vida cada vez mais longa.

Com efeito, ela, que, em 1970, era de 57,4 anos, passou a 63,4 no período de 1975 a 1980, já se estimando seja hoje de 71,7 anos para os homens e 75,4 para as mulheres.

Por outro lado, o número de pessoas de 65 e mais anos de idade, de 3,5 milhões em 1975, ultrapassou os 4,2 milhões em 1980, sendo hoje de aproximadamente 9,3 milhões de pessoas.

Desta forma, se é evidente a melhoria na expectativa de vida da população brasileira, nada justifica permaneça entre nós o instituto da aposentadoria compulsória. Conquanto represente uma conquista do trabalhador, é ela, indiscutivelmente, humilhante para o empregado, face às circunstâncias em que este é obrigado a deixar o trabalho.

Não bastasse esse aspecto, por si só suficiente para justificar a supressão do benefício, é de se ver que o idoso quase sempre tenta permanecer no emprego, em vista de reconhecer que os rendimentos que irá auferir na inatividade são bastante inferiores aos que percebia na ativa.

Atento a esses aspectos, encorajamo-nos a oferecer a presente emenda ao alto descortino dos eminentes membros da Assembleia Nacional Constituinte.

Parecer:

A aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade já se tornou uma tradição no direito positivo brasileiro. Por outro lado, a renovação dos quadros do funcionalismo público faz-se necessária, a fim de se dar chance também àqueles que estão entrando agora no mercado de trabalho.

EMENDA:06309 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO AUGUSTO (PTB/RJ)

Texto:

Emenda Roberto Augusto

Art. 89 - Os proventos da aposentadoria serão:

I -

a)

b)

II -

Parágrafo único - Por contrair novas núpcias, não perderá o direito à Pensão o cônjuge viúvo.

Justificativa:

Após o tempo de contribuição no trabalho, conforme o estabelecimento de lei, é assegurado ao servidor uma aposentadoria para que possa usufruir, assim, com os recursos necessários de uma velhice digna. Ao mesmo tempo não se poderá excluir a participação do cônjuge, vez que é parte integrante do contrato bilateral que permitiu um esforço ao longo de uma existência conjunta. Logo a pensão é um "bem" adquirido por um esforço conjunto resultante de uma sociedade conjugal amparada por lei. Entretanto, por impedimento natural, verificando-se a morte de um dos cônjuges, não seria lícito se impedir uma nova sociedade conjugal, ao tempo que se impedisse o recebimento da pensão anteriormente adquirida. Por isso é apresentada a emenda que acresce ao artigo 89, um parágrafo reivindicado a permanência da pensão resultante da sociedade conjugal ao cônjuge que contrair novas núpcias, no caso de se tornar viúvo.

Parecer:

Trata-se de matéria que deve ser regulamentada no âmbito da legislação ordinária.

EMENDA:06352 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HORÁCIO FERRAZ (PFL/PE)

Texto:

-----Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 91 e 92, Seção II, Capítulo VIII, Título IV.

Suprima-se os art. 91 e 92, Seção II, do Capítulo VIII, do Projeto de Constituição.

Justificativa:

A Emenda Supressiva ora proposta, objetiva reduzir o número de artigos do texto constitucional, incorporando o que estabelecem no Projeto ao art. 86, para racionalização da Seção.

Parecer:

A proposta de redução de dois artigos e sua transformação respectiva em dois parágrafos do artigo 86 não nos parece necessário. Por outro lado, o disposto em ambos artigos, do modo como se encontram, realçam mais o destaque que merecem.

EMENDA:06354 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HORÁCIO FERRAZ (PFL/PE)

Texto:

-----Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Capítulo VIII, Seção II, art. 89.

Acrescente-se ao art. 89, da Seção II, Capítulo VIII, do Projeto de Constituição, o seguinte parágrafo:

Art. 89 -

Parágrafo único - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.

Justificativa:

O parágrafo acrescido ao art. 89, decorre da eliminação do art. 90. Sua agregação ao artigo 89 contribui para a melhor sequência do Projeto e sua consequente redução, no que se refere ao número excessivo de artigos.

Parecer:

Parecer idêntico ao de no. 1P06361-2

EMENDA:06361 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HORÁCIO FERRAZ (PFL/PE)

Texto:

-----Emenda supressiva

Dispositivo emendado: Art. 90, da Seção II - Capítulo VIII.

Suprima-se o art. 90, da Seção II, Capítulo VIII, do Projeto de Constituição.

Justificativa:

Por se tratar, de assunto pertinente ao art. 89, o contido no art. 90, ficaria melhor ajustado como parágrafo único daquele dispositivo. Além da racionalização da sequência, eliminar-se-á um artigo no corpo do Projeto.

Parecer:

O artigo 90 encerra matéria de suma importância, razão pela qual deva ser destacada.

EMENDA:06371 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se à letra "d" do artigo 88 do Projeto de Constituição a seguinte redação:

d) Voluntariamente, a partir dos vinte anos de trabalho, a qualquer momento, desde que requerida pelo servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Justificativa:

Consubstancia a presente iniciativa reivindicação que nos pareceu justa e oportuna do Sr. Rubens Gonçalves Lemes, da Indiana.

Trata-se de instituir, em favor dos funcionários públicos a aposentadoria facultativa e proporcional ao seu tempo de serviço, a contar de vinte anos de atividade.

A rigor a proposição estende aos funcionários públicos critério que, em termos quase iguais, já prevalece em favor dos segurados do Instituto Nacional da previdência Social, regidos pela Lei nº 3.807, Lei Orgânica da Previdência Social, de 26 de agosto de 1960 e esta é mais uma razão que milita em seu favor.

Parecer:

O texto do projeto já contempla a pretensão do nobre Constituinte com maior abrangência.

EMENDA:06381 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se à alínea "c" do caput do art. 88, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Art. 88 -

c) voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para mulher."

Justificativa:

Tendo em vista a limitada expectativa de vida do brasileiro, cremos ser justo que aos servidores públicos seja assegurada a aposentadoria aos trinta anos de serviços para os homens, e aos vinte cinco anos para as mulheres, restaurando a justiça no contexto do funcionalismo público.

O prazo determinado para os funcionários públicos justifica-se tendo em vista as atividades desempenhadas pela mulher no lar, quer na concepção, quanto na gestação e criação dos filhos, além das demais tarefas, não raro estafantes, por ela executadas, sem qualquer remuneração.

Parecer:

Entendemos que reduzir o tempo de serviço para aposentadoria aos 30 anos para o homem e 25 anos para a mulher gera uma aposentadoria precoce. Consequentemente, julgamos que tal sugestão não deva prosperar.

EMENDA:06415 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA:

Acrescente-se § 3o., ao art. 88 da Seção II do Capítulo VIII - Da Administração Pública, com a seguinte redação:

" § 3o. - Lei Complementar indicará quais as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza do serviço, para a aposentadoria, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade.

Justificativa:

A presente emenda permite, de forma mais abrangente, de que as exceções previstas no texto sejam materializadas através de Lei Complementar no exame de cada caso concreto, sem que a exclusividade da iniciativa seja estritamente do Presidente da República como hoje acontece (art. 103 da CF).

Ressalte-se, por oportuno, que na Seção II do Capítulo II – Da Seguridade Social – que assegura os direitos sociais relativos a previdência do trabalhador e sua aposentadoria, idêntica medida é prevista, tanto assim que a alínea “c” do Artigo 356 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização estabelece expressamente: “com tempo inferior ao das modalidades acima (aposentadoria compulsória e voluntária), pelo trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso”, requisitos que se enquadram, em sua totalidade, na natureza especial do serviço do policial.

Parecer:

Entendemos pertinente a emenda, desde que limitadas as exceções aos casos de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

Pelo acolhimento parcial.

EMENDA:06416 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Dá nova redação ao inciso II do art. 89:

Inciso II: proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos, não podendo ser inferior a oitenta por cento dos rendimentos;

Justificativa:

A aposentadoria proporcional deve ser quantitativa, tal qual acontece com a Lei da Previdência Social (nesta é prevista com setenta e cinco por cento do salário a uma carência de sessenta contribuições no mínimo e mais um por cento para cada ano de serviço até o limite de noventa e cinco por cento. Sem quantificação a aposentadoria passa a ser irrisória e prejudica não apenas ao funcionário, mas toda a sua família. Ninguém com cinco ou dez anos de serviço conseguiria viver com apenas dez ou vinte por cento de salário, por maior que seja.

Parecer:

O art. 89 é consectário do art. 88, ambos dispõem sobre a aposentadoria do servidor público civil concedida pelo Tesouro Nacional. A hipótese versada a emenda é a da aposentadoria do segurado da Previdência Social Urbana, cuja regulamentação pertine à legislação ordinária.

O mesmo deve acontecer com relação à aposentadoria do servidor estatutário. Será a lei que fixará, com maior acerto, o percentual dos proventos em relação aos vencimentos da atividade, no caso da aposentadoria proporcional ao tempo de serviço.

EMENDA:06417 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Acrescentar ao art. 90, in fine, expressão:

"inclusive militares"

Justificativa:

É evidente que se deve aplicar aos militantes o tanto que se destinou aos civis, na compreensão de que civis e militares são servidores e que diante da Constituição são exatamente iguais, sendo certo que quando à sociedade apresentam-se em pé de igualdade, quanto à servi-la bem.

Parecer:

A Seção II do Capítulo VIII do Título IV, que compreende os artigos 85 a 94 entre os quais o que se refere a emenda, trata, especificamente, dos servidores públicos civis. Assim, a extensão do preceito aos servidores militares, como pretendido, é incabível por ferir, frontalmente, a técnica legislativa.

EMENDA:06418 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

EMEMDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Acrescentar ao art. 91 a seguinte expressão:

"inclusive militar"

Justificativa:

É indubitável que os benefícios constantes do Art. 91 são extensivos aos militares. Cumpre, porém, esclarecer para que não parem dúvidas a ser suscitadas pelos tecnocratas que hão de resolver questões na área administrativa.

Cumprido, pois, aditar.

Parecer:

O art. 91 do Projeto está encartado na Seção II do Capítulo VIII do Título IV que trata, especificamente, dos Servidores Públicos Civis. A emenda pretende estender os efeitos do dispositivo (pensão por morte) aos servidores militares, o que, evidentemente, é inviável na sistemática de um texto constitucional.

EMENDA:06552 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

MODIFICA O INCISO II DO ART. 89.

II - Proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos, não podendo ser inferior a oitenta por cento dos rendimentos.

Justificativa:

A aposentadoria proporcional deve ser quantitativa, tal qual acontece com a Lei da Previdência Social (nesta é prevista com setenta e cinco por cento do salário a uma carência de sessenta contribuições no mínimo e mais um por cento para cada ano de serviço até o limite de noventa e cinco por cento. Sem quantificação a aposentadoria passa a ser irrisória e prejudica não apenas ao funcionário, mas toda a sua família. Ninguém com cinco ou dez anos de serviço conseguiria viver com apenas dez ou vinte por cento de salário, por maior que seja.

Parecer:

A emenda, sob exame, deverá ser examinada no âmbito da legislação ordinária.

EMENDA:06715 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SOTERO CUNHA (PDC/RJ)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao "caput" do art.

90 do Projeto de Constituição:

"Os juízes são independentes e estão sujeitos às vedações seguintes:

Justificativa:

Devemos dotar os nossos tribunais, principalmente o Supremo Tribunal Federal, de total independência, para que seja, realmente, a cúpula dos três poderes, independentes e harmônicos.

Parecer:

Já se encontra parcialmente atendida a emenda.
Pela rejeição.

EMENDA:06789 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO MIRANDA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda supressiva

Art. 88

Eliminar a letra "d" do art. 88.

Justificativa:

Deve ser incentivada a permanência do servidor público em sua atividade e não a sua aposentadoria, especialmente em lapso de tempo tão curto. Por outro lado, haveria a possibilidade de o servidor, praticamente, obter várias aposentadorias de 10 em 10 anos.

Parecer:

De acordo. As exceções havidas na legislação ordinária quanto à aposentadoria proporcional não

deverão constituir
norma constitucional, pela aprovação.

EMENDA:06889 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSVALDO BENDER (PDS/RS)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 88, § 2o.

Suprima-se do Projeto de Constituição o § 2º do Art. 88.

Justificativa:

Partindo-se da premissa que os servidores civis e militares estão regidos por estatutos e leis específicos, voltados ao atendimento às suas peculiaridades é que se evidencia nitidamente a diferenciação das categorias de servidores.

As condições de trabalho, como por exemplo, serviço em locais insalubres, trabalho noturno, trabalho em dias de feriados e fins-se-semana sem que haja a remuneração correspondente, são algumas circunstâncias que demonstram, na prática, estas diferenças;

Portanto, o espírito desta emenda é não se igualar o que não é igual, o que por certo, provocaria, como consequência imediata, a injustiça. Seu emprego.

Portanto, o espírito desta emenda modificativa é incluir o terrorismo como uma das mais graves ofensas à vida.

Parecer:

De fato, se partirmos da (!) que os servidores civis e militares estão regidos por estatutos e leis específicas, voltados ao atendimento às suas peculiaridades, evidencia-se nitidamente a diferenciação das categorias de servidores. Assim sendo, o parágrafo 2o. do art. 88 deve ser eliminado

EMENDA:06928 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RAUL BELÉM (PMDB/MG)

Texto:

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 88

Suprima-se a letra d do Art. 88 do Projeto de Constituição.

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

A sugestão ora proposta melhora o texto do Projeto, razão pela qual a acolhemos.

EMENDA:06964 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EVALDO GONÇALVES (PFL/PB)

Texto:

Acrescentar ao artigo 88, Seção II, Capítulo do projeto da constituição, o seguinte parágrafo:

"§ 3o - Não haverá qualquer diferença entre

os vencimentos do serviço público da atividade e os proventos do servidor, de igual categoria, da inatividade, facultando-se a este sempre o direito de perceber o maior provento, quando houver discrepância do valor salarial, quanto ao regime de trabalho."

Justificativa:

Um problema que vem se arrastando há muitos anos, neste País: os servidores aposentados sempre percebem proventos inferiores aos servidores de igual categoria, na atividade. Muito tem sido tentado, ao longo do tempo, para evitar essa injustiça e distorção. Todavia, sem êxito. Daí esta proposta do dispositivo constitucional, visando uma solução definitiva para o problema.

Outra coisa: como temos vários regimes de trabalho, não é lícito que continue através dos tempos, essa disparidade de proventos. Quando se é celetista, o critério é o das contribuições, diversificando frontalmente do que existe com relação ao regime estatutário. A proposta é, para a uniformização de proventos: para categorias iguais, vencimentos e proventos iguais, não importa o regime de trabalho adotado.

Espero, desta forma, acolhida para esta proposta de Emenda.

Parecer:

A ideia contida nesta emenda já se encontra perfeitamente contemplada nos art. 86, itens V, VI e 89. Efetivamente, o texto do Projeto assegura aposentadoria com proventos iguais à remuneração percebida em atividade, e, acaba com os vários regimes de trabalho no âmbito do serviço público. Assim sendo, já se encontram garantidas as pretensões do ilustre proponente.

EMENDA:06973 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MOZARILDO CAVALCANTI (PFL/RR)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Alínea "c", artigo 88, Seção II, Capítulo VIII

Acrescente-se à alínea "c" do artigo 88 do

Projeto de Constituição o seguinte:

"C - ..., ressalvados os casos previstos em lei."

Justificativa:

A presente emenda objetiva permitir que a Legislação Complementar possa atender casos especiais, como, por exemplo, o exercício de profissões em que a saúde e a vida estejam em perigo, bem como quando o servidor estiver em exercício em regiões em que se justifique a redução do tempo de serviço para efeito de aposentadoria.

Parecer:

Entendemos não ser de bom alvitre alocar no texto constitucional um dispositivo que possa amanhã criar exceções ao que já está determinada. Isso porque não pode uma lei menor, como é o caso da lei ordinária, modificar as hipóteses estabelecidas na Constituição em que se dará a aposentadoria.

EMENDA:07003 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo emendado: Art. 88 - Acrescente-se ao § 1o. o seguinte:

Art. 88 -

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, ressalvados os casos constantes nesta Constituição ou lei ordinária.

Justificativa:

Há de ser prever a possibilidade de exceções em casos de aposentadoria, visto a diversidade gigantesca de atividades inerentes ao nosso país.

A Constituição há de ser genérica e democrática, não podendo frustrar expectativas de brasileiros confiantes no equilíbrio e visão de longo alcance de seus representantes na assembleia Nacional Constituinte. Assim sendo, nada mais justa e legítima que a proposta desta emenda, que esperamos acolhida e inserida no texto Constitucional.

Parecer:

Entendemos que a ressalva introduzida no texto do artigo 88, ainda que vise a diversidade gigantesca de atividade inerentes ao nosso País, possa dar margens a exceções perigosas. Por outro lado, é intenção do atual texto ser restritivo e rígido.

EMENDA:07059 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT/RS)

Texto:

Dos Servidores Públicos Civis

Dê-se nova redação ao texto da letra "c", do art. 88 do projeto de Constituição.

Art. 88 (...)

c - Após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para a mulher.

Justificativa:

Este é um dos mais justos anseios do funcionalismo público do Brasil.

Alega-se o aumento da média de vida, do brasileiro porém não se dá a público os índices alarmantes de mortes por problemas do coração que ocorre nessa classe de trabalhadores.

O trabalho sedentário e o "stress" aliados a "ENES" outras causas nos mostram que a faixa etária do funcionário, que vai dos 43 aos 50 anos é a mais crítica ocasionando, um dos mais altos índices de mortalidade entre a classe adulta brasileira.

Parecer:

Apesar da argumentação apresentada pelo autor em sua justificação, continuamos ainda convencidos que não podemos correr o risco de gerarmos uma aposentadoria precoce. Por outro lado, o serviço público vem se modernizando e introduzindo melhorias que visam dar um maior bem-estar ao servidor.

Tais progressos estão mudando rapidamente as condições de vida e trabalho dos servidores.

EMENDA:07109 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

Texto:

Altere-se as redações das alíneas b e c do

Art. 88, do Capítulo VIII, Seção II.

b) compulsoriamente, aos 65 (sessenta e cinco) anos para o homem e aos 60 (sessenta) anos para a mulher;

c) voluntariamente, após 30 (trinta) anos de serviço para homem e 25 (vinte e cinco) anos para a mulher;

Justificativa:

Considerando que grande parte do contingente de trabalhadores do País ingressa muito cedo na força de trabalho e tendo em vista a grande diversidade de atividades que exigem grandes esforços e provocam desgaste físico e mental, julgamos justo que seja reduzido o tempo de trabalho para 30 e 25 anos para homens e mulheres, respectivamente, para que possam, em pleno vigor gozar dos benefícios da aposentadoria e usufruir os frutos do seu trabalho.

Parecer:

Há, no Brasil, uma expectativa de vida cada vez mais longa. Estima-se que hoje seja de 71,1 anos para o homem e 75,4 para mulheres. Calcula-se que o número de pessoas com mais de 65 anos seja cerca de 9,3 milhões. Não podemos, pois, correr o risco de, em se querendo beneficiar uma determinada classe de pessoas, relegá-la à margem do âmbito do trabalho.

EMENDA:07118 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

Texto:

Dá nova redação ao inciso II do Artigo 89 do Projeto de Constituição:

Artigo 89:

Inciso II: proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos, não podendo ser inferior a oitenta por cento dos rendimentos;

Justificativa:

Tomando-se por base a atual Lei da Previdência Social, verifica-se que nesta está previsto o piso referente a 75% do salário e uma carência de 60 contribuições (cinco anos) e mais 1% por ano de serviço, até o limite de 95%, verifica-se que a aposentadoria proporcional deverá ser quantitativa, com um mínimo de 80% dos rendimentos. Caso seja adotada outra forma, referida aposentadoria será inevitavelmente irrisório e prejudicará o funcionário e sua família. Ninguém consegue sobreviver com 10 ou 20% dos rendimentos e isto acontecerá com o funcionário que tenha 5 ou 10 anos de serviço.

Parecer:

Caberá a legislação ordinária fixar os percentuais da aposentadoria proporcional ao tempo de serviço do servidor público, a exemplo da Lei Orgânica da Previdência Social quanto aos trabalhadores de um modo geral. A Constituição não pode nem deve descer a esse nível de detalhamento, sendo propósito do Relator retirar do texto disposições dessa ordem.

EMENDA:07127 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Dê-se ao item 'c', do art. 88, a seguinte redação:

Art. 88 -

c) Voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para a mulher.

Justificativa:

O Projeto de Constituição em seu artigo 188, item V, já reconhece a aposentadoria voluntária aos trinta anos de serviço e a diferença proposta para mulheres se justifica pelo acúmulo de atividades, sendo exercida não só no âmbito social como também no doméstico.

Parecer:

Pelo não acolhimento, nos termos da redação adotada no substitutivo.

EMENDA:07157 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA, ao artigo 91, da Seção II, do Capítulo VIII, do Projeto de Constituição.

- O "caput" do artigo 91, do Projeto de Constituição passa a ter seguinte redação:

Art. 91 - O benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos ou vencimento, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

No texto atual, não fica claro se se trata de morte do servidor inativo ou de ativo. Por essa razão, a nossa intenção é esclarecer este primeiro ponto.

O termo técnico "remuneração" compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já estão incluídas na remuneração.

É mister, pois, fazer uma compatibilização de linguagem, no texto constitucional, no que tange ao Art. 13, inciso V, Art. 86, inciso IX, Art. 90 e 91, nos quais a palavra "remuneração" é usada indistintamente para caracterizar vencimento e para caracterizar o todo, isto é, vencimento, gratificação e vantagens.

A palavra "vencimento" está tecnicamente correta no Art. 13, incisos VI e XI, no Art. 86, inciso III, no Art. 190, inciso III, alínea "c" no Art. 472 e no Art. 476, inciso II.

A introdução da palavra "proventos" é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância.

Parecer:

O princípio que norteou o preceito do artigo 91 é o de que o valor da pensão deva corresponder à integralidade da remuneração do servidor falecido. Dentro dessa ótica, a Emenda é absolutamente coerente e equânime ao estabelecer que, em se tratando de servidor inativo, a totalidade de seus proventos também deve constituir o montante da pensão dos beneficiários.

EMENDA:07240 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RUY NEDEL (PMDB/RS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 88

Modifique-se no Projeto de Constituição:

Alíneas "b" e "c", do art. 88

- a)
- b) compulsoriamente, aos setenta anos, para ambos os sexos;
- c) voluntariamente, após trinta anos de serviço, para ambos os sexos, não, porém, antes dos cinquenta anos de idade.

Justificativa:

- 1) Propugnamos, com base no Art. 12, alíneas "e", do Capítulo I – Dos Direitos Individuais, inciso III, por coerência e concordância interna do Projeto de Constituição, iguais critérios no

estabelecimento do tempo legalmente previsto por lei, para aposentadoria do homem e da mulher.

No genérico do ciclo de vida humana (e aposentadoria compulsória decide genericamente) e de conhecimento científico que a mulher sofre menos os efeitos deletérios da esclerose senil. Portanto não vemos razões para forçar a mulher a uma aposentadoria cinco anos antes daquele que se determina ao sexo masculino.

- 2) Impondo o limite de 50 (cinquenta) anos de idade ... Para a aposentadoria voluntária integral procuramos impedir uma plethora exagerada de servidores públicos civis aposentados. Evitamos, assim, ônus excessivo ao serviço público em sustentar uma sociedade de inativos e induzimo-lo ao gozo dos períodos de Licença Prêmio fazendo com que os servidores não os computem em dobro, na ânsia de conquistar aposentadoria precoce ficando, porém, ressaltados os casos de trabalho insalubre, etc.

Parecer:

A aposentadoria compulsória aos 70 anos é utilizada, frequentemente, por servidores que já passaram dos 35 anos de serviço. Por outro lado, de certo modo, tal dispositivo é encarado por muitos como uma medida punitiva, uma vez que muitos gostariam de continuar trabalhando ainda. Assim sendo, diminuí-la para 65 anos, nenhum benefício trará para os interessados. Com relação à aposentadoria aos 30 e 25 anos de serviço para o homem e para a mulher, respectivamente, somos da opinião que estaríamos criando uma aposentadoria precoce. Entendemos que, diante da elevação da idade média dos brasileiros, preconizar tal medida não seria prudente e até mesmo inviável.

Enfim, não podemos nos esquecer, há hoje uma grande conscientização no sentido de se evitar de criar condições que aumentem ainda mais a marginalização das pessoas com mais de 60 anos.

EMENDA:07279 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VICTOR FONTANA (PFL/SC)

Texto:

Emenda supressiva

Suprima-se a letra d, do art. 88.

Justificativa:

O dispositivo prevê aposentadoria voluntária do servidor após “dez anos de trabalho”, com proventos proporcionais. Em primeiro lugar a redação é imprecisa. Deveria referir a dez anos de serviço público e, ainda, explicitar em que esfera administrativa ou se é no cargo, para evitar que quem já conta com dez anos de serviço, faça concurso para um cargo bem remunerado e tão logo seja nomeado requeira a aposentadoria.

Se a proposta pretende reduzir o número excessivo de servidores públicos, o caminho não é este. Em verdade estariam estimulados a deixar as repartições públicas os funcionários melhor capacitados, pois são os que tem melhor respectiva de ganho na atividade privada. Haveria um nivelamento por baixo e altamente prejudicial ao serviço público. Só teremos uma máquina administrativa eficiente quando houver correta seleção, treinamento, acesso, estabilidade e remuneração justa.

Parecer:

Procede a argumentação do nobre Constituinte, razão pela qual acolhemos sua emenda.

EMENDA:07406 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA:

Acrescentem-se ao § 2o. do art. 88 do Projeto de Constituição as expressões: "Exceto para Policiais Militares e Bombeiros Militares, os quais poderão aposentar-se após 25 anos de serviço, inclusive tempo averbado, voluntariamente, com vencimentos e vantagens integrais."

Justificativa:

Os Policiais Militares e os Bombeiros Militares exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, concorrendo a escalas de serviço aos sábados, domingos e feriados, em horários alternados, além da carga horária que supera os limites das oito horas/dia, que reduz sua capacidade de trabalho ao longo do tempo, fere ao desgaste físico que produz o especialíssimo regime operacional das respectivas Corporações.

Devem, portanto, aposentar-se após 25 anos de serviço, a exemplo do magistério (art. 372, Item V do Projeto de Constituição).

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:07567 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Alterados: alíneas c e d do Art. 88.

As alíneas c e d do Art. 88 passam a ter a seguinte disposição:

"Art. 88

c - voluntariamente:

I - após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta anos para a mulher.

II - a partir dos dez anos de trabalho, a qualquer momento, desde que requerida pelo servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Justificativa:

A alteração proposta, além de eliminar a repetição da expressão voluntariamente, oferece melhor topologia ao texto.

Parecer:

A alteração proposta não traz uma mudança significativa a ponto de importar uma modificação.

EMENDA:07640 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE VIANNA (PMDB/BA)

Texto:

Dê-se à alínea "c" do art. 88 do Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de

Sistematização a redação seguinte:

c) voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem, trinta anos para a mulher e vinte e cinco anos para o servidor policial.

Justificativa:

A modificação proposta diz respeito ao tempo de serviço para aposentadoria de servidores policiais, cujo prazo é reduzido para vinte e cinco anos, independentemente de sexo.

Desnecessário afirmar que o policial vive submetido a condições especialíssimas de trabalho, onde sobressaem o risco pessoal iminente e os horários de trabalho mais irregulares pessoais, além de permanecerem permanentemente “em serviço público”.

O policial por força desse permanente encontro com a “tragédia do cotidiano” recebe uma carga de emoções muito acima do que é lícito se esperar para um ser humano.

Já está sobejamente comprovado que essas cargas de emoções, esses horários irregulares, esse acúmulo de responsabilidades, trazem um desgaste físico, mental, moral e psíquico superior às condições normais de um indivíduo, provocando um envelhecimento precoce, causando apatia.

Por melhores que sejam os recursos para seleção de ingresso, cursos de formação e melhoria das condições de trabalho continua, persiste essa violência decorrente da apatia e do desgaste acelerado.

Todos sabemos que uma polícia despreparada é uma política perigosa e se os policiais estão apáticos, envelhecidos, desmotivados, são improdutivos e principalmente passam a ser desagregados da organização da qual eles não encontram apoio nem liderança.

São comuns os surgimentos de aumento de psicoses, artroses, escolioses e mais enfermidades cardíacas, fruto da tensão permanente, de preocupações exacerbadas com as responsabilidades da função policial e tipo do trabalho específico.

Em decorrência de sua atividade diuturna e incessante, sob uma sobrecarga emocional muito grande, pode se transformar em um violento.

Levando em conta que o exercício da função policial concorre para o desgaste prematuro do homem, com fadigas contínuas, permanente pressão nervosa incapacitando-o para o trabalho policial, levando-o a uma perda de vitalidade própria da juventude ou mesmo da idade madura.

Tudo o que foi até aqui descrito configura a já detectada “Síndrome do Policial” que se caracteriza pelo envelhecimento precoce, apatia situacional, instabilidade emocional, violência irrefletida e por crescente ocorrência de cardiopatias, escolioses e artroses.

Por tudo que foi exposto é que apresentamos a presente Emenda ao Projeto de Constituição.

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:07715 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SANTINHO FURTADO (PMDB/PR)

Texto:

LETRA "b"

ARTIGO 87

A letra "b" do artigo 88 do Projeto de Constituição passa à ter a seguinte redação:

Artigo 88

b) - Voluntariamente, aos 60 (sessenta) anos de idade para o homem e aos 55 (cinquenta e cinco) anos para a mulher.

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória é um desrespeito ao servidor que, após dedicar a maior parte de sua vida à função pública, passa a ser considerado “senil” pelo Estado a que serviu com dedicação durante várias décadas. No tocante a idade, a proposta é das mais justas, tendo em vista a média atual de vida do trabalhador brasileiro que é de 55 (cinquenta e cinco) anos de vida.

Parecer:

Entendemos que a Constituição não deva estabelecer idade para aposentadoria no serviço público, com exceção, é claro, para a compulsória. Ninguém ignora que a média de vida do trabalhador atualmente já ultrapassa os 55 anos de vida.

EMENDA:07739 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PIMENTEL (PFL/PR)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 88

A Letra d) do Art. 88 do Projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 88 -

d) Voluntariamente, a partir dos dez anos de Serviço Público, a qualquer momento, desde que requerida pelo Servidor, com proventos proporcionais ao Tempo de Serviço. Ressalvada a hipótese do Inciso V do Art. 188 desta Constituição.

Justificativa:

A expressão "serviço público" parece mais própria e adequada por tratar a seção dos servidores públicos civis. A ressalva do inciso V do art. 188 representa um outro sistema tradicional no nosso direito. Por aí se objetiva que a aposentadoria voluntária do magistrado se dê com vencimentos integrais, aos trinta anos de serviço, mas incluídas neles dez anos de serviço público.

Parecer:

Não vemos necessidade de se incluir a ressalva que de seja alterar o dispositivo contido na letra "d" do art. 88.

EMENDA:07910 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DARCY POZZA (PDS/RS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA:

EMENDA ao Art. 91 do Projeto.

Art. 91 - O benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos, vencimento, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

No texto atual, não fica claro se se trata de morte do servidor inativo ou de ativo. Por essa razão, a nossa intenção é esclarecer este primeiro ponto.

O termo técnico “remuneração” compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já estão incluídas na remuneração.

É mister, pois, fazer uma compatibilização de linguagem, no texto constitucional, no que tange a palavra “remuneração” é usada indistintamente para caracterizar vencimento e para caracterizar o todo, isto é, vencimento, gratificação e vantagens.

A palavra “vencimento” está tecnicamente correta.

A introdução da palavra “proventos” é necessária porque este instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto a um assunto de elevada importância.

Parecer:

A alteração proposta é procedente devendo ser acolhida para melhor compreensão do dispositivo.

EMENDA:07980 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MALULY NETO (PFL/SP)

Texto:

Emenda Aditiva:

Acrescentem-se ao § 2o. do art. 88 do Projeto de Constituição as expressões: "exceto para policiais militares e bombeiros militares, os quais poderão aposentar-se após 25 anos de serviço; inclusive tempo averbado, voluntariamente, com vencimentos e vantagens integrais."

Justificativa:

Os Policiais Militares e os Bombeiros Militares exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, concorrendo a escalas de serviço aos sábados, domingos e feriados, em horários alternados, além da carga horária que supera os limites das oito horas/dia, que reduz sua capacidade de trabalho ao longo do tempo, fere ao desgaste físico que produz o especialíssimo regime operacional das respectivas Corporações.

Devem, portanto, aposentar-se após 25 anos de serviço, a exemplo do magistério (art. 372, Item V do Projeto de Constituição).

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:08086 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

KOYU IHA (PMDB/SP)

Texto:

Altera o prazo estabelecido pela alínea "b", do artigo 88.

A alínea "b", do artigo 88 passa a ter a seguinte redação:

Art. 88 -

b) compulsoriamente, aos 65 anos de idade para o homem e 60 anos de idade para a mulher.

Justificativa:

Propomos a alteração do prazo de aposentadoria compulsória para os servidores civis tendo em vista idêntica proposta para os trabalhadores de modo geral. Entendemos que esse prazo deve ser unificado estabelecendo um critério único.

Parecer:

Estamos vendo crescer no Brasil a expectativa de aumento de anos de vida média do brasileiro. Por outro lado, a compulsória é apenas uma idade limite para trabalho no serviço público. Efetivamente, quando maioria se aposenta antes de atingir essa idade. Enfim, reduzir de 70 para 65 anos não é conveniente para a classe interessada, uma vez que hoje se luta no sentido de não fomentarmos ainda mais a marginalização do idoso em relação ao trabalho.

EMENDA:08226 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MICHEL TEMER (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 91 a seguinte redação:

"Art. 91 - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos proventos ou da remuneração, inclusive gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Parágrafo único: As pensões serão revistas, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que houver transformação ou reclassificação do cargo ou função do servidor falecido".

Justificativa:

É preocupação normal e primordial de cada pessoa o amparo de sua família, quando de seu falecimento.

A família do falecimento deve ser amparada e garantida, tendo, inclusive, direito à manutenção de um "status".

Para isso, é preciso que o valor da pensão por morte corresponda à totalidade da remuneração ou dos proventos do falecido, para que as coisas se mantenham na mesma situação.

Além disso, é essencial uma garantia da atualização das pensões, para que seu valor não seja corroído pela inflação e para que a família do servidor falecido seja abrangida quando ocorrer alguma elevação do cargo ou função em função do qual se fixou a pensão. Caso contrário, a família do falecido ficaria inferiorizada em relação às famílias de seus antigos colegas.

Parecer:

Embora não assumindo o texto proposto pela presente emenda, acolhemos a presente sugestão por se tratar de elevado alcance social.

EMENDA:08227 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MICHEL TEMER (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA:

Acrescentem-se ao § 2o. do art. 88 do Projeto de Constituição as expressões: "exceto para policiais militares e bombeiros militares, os quais poderão aposentar-se após 25 anos de

serviço, inclusive tempo averbado, voluntariamente, com vencimentos e vantagens integrais."

Justificativa:

Os Policiais Militares e os Bombeiros Militares exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, concorrendo a escalas de serviço aos sábados, domingos e feriados, em horários alternados, além da carga horária que supera os limites das oito horas/dia, que reduz sua capacidade de trabalho ao longo do tempo, fere ao desgaste físico que produz o especialíssimo regime operacional das respectivas Corporações.

Devem, portanto, aposentar-se após 25 anos de serviço, a exemplo do magistério (art. 372, Item V do Projeto de Constituição).

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:08259 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

Incluir, na Seção II, do Capítulo VIII, Título V, após o art. 88 do Projeto de Constituição, os seguintes textos:

"Art. (...) - Os proventos não poderão sofrer descontos não autorizados pelo aposentado, não admitindo a lei descontos obrigatórios, mesmo de contribuições.

Parágrafo único. Somente incidirá imposto sobre proventos na hipótese de o titular do direito gozar de mais de uma aposentadoria.

Art. (...) - Os proventos serão registrados nas mesmas ocasiões e pelos mesmos critérios com que ocorrerá a correção ou aumento salarial da categoria profissional a que pertenceu o aposentado.

Parágrafo único. Não é vedado o trabalho ao aposentado."

Justificativa:

Todos sabem que a classe assalariada sofre escorchantes descontos nos seus vencimentos, percebendo uma irrisória renda líquida que, na maioria das vezes, é incapaz de oferecer condicionamentos básicos para satisfazer as suas elementares necessidades.

Depois de dedicados anos de exercício, abnegados servidores atingem a aposentadoria e nessa condição continuam pegando exorbitantes contribuições extraídas dos seus poucos recursos, apesar de terem, na atividade, descontado regularmente as suas obrigações.

Nada mais justo, a nosso ver, passe a aposentado a contar com a opção de autorizar ou não os descontos nos seus proventos, pois, somente a ele cabe decidir sobre as suas conveniências financeiras.

Propomos, igualmente, que os reajustes para os inativos acompanhem os mesmos critérios da categoria profissional a que presentemente lhes é dispensado.

Por último, sugerimos o aproveitamento do aposentado ao trabalho, com a pretensão de que não seja ele, na plenitude das suas faculdades mentais, marginalizado de atividades compatíveis com a sua formação profissional.

Parecer:

Trata-se de matéria a ser regulamentada através de lei ordinária.

EMENDA:08358 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAGUITO VILELA (PMDB/GO)

Texto:

Cap. VIII

Seção II - Dos Servidores Públicos Civis

Art. 88 - Letra "c"

Cap. II

Seção II - Da Previdência Social

Art. 356 Letra "a"

Propõe nova redação da seguinte forma:

Art. 88 -

c) voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e para a mulher.

Art. 356 -

a) com trinta anos de trabalho para o homem e para a mulher.

Justificativa:

De acordo com o artigo 12, III "a" todos são iguais perante a Constituição, a lei e o Estado", combinado com a letra "e" do item III do mesmo artigo, "o homem e a mulher são iguais em direito e obrigações...". Partindo daí, torna-se incoerente e contraditória a letra "a" do artigo 356 que descrimina o homem da mulher, onde esta tem assegurada a sua aposentadoria em trinta (30) anos, da mesma forma é a redação parte final do final, do artigo 88, letra "c" o que somos de acordo com a igualdade de tempo de serviço para o homem e para a mulher, ou seja, 30 anos para ambos.

Parecer:

Entendemos que a aposentadoria por tempo de serviço deve ser assegurada após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta anos para a mulher. É injustificável, a nosso ver, a diminuição desses tempos de serviço, porquanto, comprovadamente, a média de vida do brasileiro aumentou, consideravelmente, nas últimas décadas. Pela rejeição.

EMENDA:08387 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ ELIAS MURAD (PTB/MG)

Texto:

Inclua-se, onde convier, ao Artigo 88, o seguinte inciso:

O Funcionário Público Federal que à data da promulgação de nova Constituição e a partir de então, contar mais de 10 anos de aposentadoria, com base na alínea B deste artigo, terá seus proventos integrais e será reposicionado na última referência da classe especial da correspondente categoria funcional a que pertencer, independentemente de vaga.

Justificativa:

Nada mais justo do que proporcionar ao cidadão depois de anos de serviços prestados à Nação, uma velhice tranquila. Estaríamos, assim, dando um grande passo na tentativa de solucionar dos graves problemas que conturbam o pleno social o aposentado e consequentemente, o idoso.

Parecer:

O art. 90 do nosso Projeto contempla parcialmente a pretensão contida na presente emenda. Quanto ao aspecto da referência, trata-se de matéria afeta à legislação ordinária.

EMENDA:08417 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON SEIXAS (PDT/SP)

Texto:

Emenda Modificativa

Fazer uma modificação no texto do artigo 88, do Capítulo VIII, Seção II, "Dos Servidores Públicos Cíveis", passando a ter a seguinte redação:

"Art. 88 - O servidor será aposentado:

c) voluntariamente, após 30 anos de serviço ou 55 anos de idade para o homem, e 25 anos de serviço ou 50 de idade para a mulher."

Justificativa:

A idade original foi dar a aposentadoria aos 25 anos de serviço para a mulher funcionaria, como vem ocorrendo com as professoras.

Sem desmerecer o trabalho dos mestres, mas as mesmas geralmente permanecem 4 horas com seus alunos e tem 3 meses de férias ao ano, o que não acontece com as demais servidoras públicas. Tanto não é o cansaço que hoje muitas para ganharem mais tem jornada integral no Estado de São Paulo, mesmo após os 25 anos de exercício de magistério, e outras voltam a trabalhar no ramo após a aposentadoria. O problema é pois mais financeiro.

Para não discrepar os homens teriam sua aposentadoria nos 30 anos de serviço, e para evitar que ela ocorra muito precocemente condiciona-se ao teto de idade, de 50 anos para mulher a 55 para o homem.

Parecer:

Entendemos que a presente proposta não deva prosperar, já que estaríamos criando uma aposentadoria precoce e prejudicial para a nação. Hoje, mais do que nunca, não podemos dispensar tão cedo essa rica contribuição desempenhada pelos servidores públicos.

EMENDA:08643 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RUY NEDEL (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: artigo 88.

Modifique-se, no Projeto de Constituição, no Art. 88, o Parágrafo Primeiro.

Art. 88 -

§ 1o. - A remuneração dos cargos, funções ou empregos temporários não servirão como parâmetro ou subsídio para o cálculo dos provento decorrentes da aposentadoria.

§ 2o. -

Justificativa:

A remuneração percebida em cargos, funções ou empregos, de caráter temporário, não podem ser considerados para efeito de cálculo de proventos para aposentadoria, em razão da flexibilidade e elasticidade a que estão sujeitas, passíveis, pela sua vulnerabilidade, de utilização ilícita para adulterar os índices para o respectivo cálculo.

Parecer:

A sugestão é bastante oportuna. Contudo, trata-se de matéria a ser regulamentada através da lei ordinária.

EMENDA:08683 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON CARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Dê-se ao art. 90 a seguinte redação:

"Art. 90 - Os proventos de aposentado da União, Estado ou Município serão compostos dos mesmos elementos de remuneração do respectivo cargo da ativa, mesmo quando este sofreu inovação legal.

Parágrafo único - A lei que trazer a inovação mencionada neste artigo fará expressa referência à extensão de seus efeitos pecuniários aos que foram aposentados no cargo inovado."

Justificativa:

Uma das grandes injustiças existentes atualmente, na sociedade brasileira, é a degradação das aposentadorias no correr do tempo.

O aposentado é um cidadão que já contribuiu durante decênios, com seu trabalho, em benefício da coletividade. Justamente no declínio de sua vida, quando merece uma compensação pelo esforço despendido e necessita garantir-se contra as carências trazidas pela idade, cai no olvido e vê-se ameaçado pelo fantasma de uma velhice desamparada ou relegada.

Expressou-se corretamente quem afirmou, algum dia, que o desempenho de uma sociedade mede-se pelo tratamento que dá aos idosos e às crianças.

O comportamento da sociedade brasileira nesta matéria com especial responsabilidade dos governantes e dos políticos, precisa mudar.

O que ora propomos é o mínimo desejável, isto é, que os seus colegas da ativa, considerando o cargo ocupado no momento da jubilação.

Acreditamos que a forma da sugestão proposta assegura aquele desiderato, afastada a possibilidade de que o legislador ordinário projete-se por desvão anuladores da norma constitucional.

Pela relevância e justeza da sugestão, contamos com o apoio dos ilustrados constituintes.

Parecer:

Entendemos que os artigos 89 e 90 do nosso Projeto já tratam exhaustivamente da questão e contemplem a pretensão aqui sugerida.

EMENDA:08755 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Emenda Aditiva

Acrescentar § ao artigo 95, do Projeto de Constituição.

§ - Aplicam-se aos Policiais Militares e

Bombeiros Militares o disposto nos art. 90, 91,

93 e 94 e, no que diz respeito a aposentadoria, o inciso V do art. 372.

Justificativa:

Não se pode, nunca, deixar do lado de fora os Policiais Militares e Bombeiros, enquanto se reconheça qualquer direito aos servidores civis. Nesta fase é oportuno salientar-se que se dê aos Militares e também aos Bombeiros, os mesmos direitos que se pretende aos civis.

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:08845 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

Texto:

Emenda aditiva

Inclua-se, no art. 90, entre as expressões "os proventos da inatividade" e "serão revistos", a expressão seguinte: "aos quais se incorporam as vantagens decorrentes de lei".

Justificativa:

É justo permitir que o aposentado leve as vantagens atuais de gratificação. Os militares, quando passam à reserva, saltam um posto. O tratamento precisa ser igual.

Parecer:

O art. 90 é decorrente do art. 89 onde é assegurada a aposentadoria integral que subentende a inclusão de todas as vantagens.

EMENDA:09133 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO MARTINS (PMDB/RO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Art. 88 -

.....

b) - compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

Justificativa:

Para aposentar compulsoriamente o servidor, creio que não deve haver diferença de idade entre o homem e a mulher.

Parecer:

Efetivamente não há porque se diferenciar a aposentadoria entre o homem e a mulher, principalmente em se tratando de compulsória.

EMENDA:09221 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 91

Acrescente-se o Parágrafo único ao Artigo 91.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado à família do funcionário público falecido, independentemente da causa responsável pelo óbito, pensão equivalente ao total dos últimos vencimentos ou proventos recebidos em vida.

Justificativa:

Dispõe o Art. 1º da Lei nº 6.782, de 19/05/1980, que “a doença profissional e as específicas em lei ficam equiparadas ao acidente em serviço, para efeitos da pensão especial de que trata o art. 242 da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952”.

Por sua vez, o citado Art. 242 da Lei nº 1.711/52 preceitua que “é assegurada pensão, na base do vencimento ou remuneração do servidor, à família do mesmo, quando o falecimento se verificar em consequência de acidentes no desempenho de suas funções.

Como não ocorre a hipótese de acidentes no caso de aposentados, o conteúdo da Lei nº 6.782/80 vem sendo aplicado por extensão de simples, para o arbitramento das pensões instituídas por servidores acometidos, após a inativação, pelas denominadas doenças especificadas em lei e das quais venha a falecer.

Em decorrência desse critério, subsiste a esdrúxula situação de um mesmo benefício apresentar valores diferenciados a título de cobertura para um evento que, sendo igual para todos, não comporta diversidade de avaliações no que concerne às consequências que o mesmo acarreta aos destinatários da pensão com que o Poder Público procura amparar os dependentes do funcionário. Efetivamente, não se pode compreender que, em função unicamente da causa mortis do instituidor, a pensão seja de 50% ou 100% dos proventos do extinto, face à realidade irretorquível de que os problemas enfrentados pela família que perde o seu chefe não são agravados ou atenuados sob influência das circunstâncias que motivaram o óbito, tanto mais quando se sabe que há mortes até mais traumatizantes e que resultam de enfermidades de tratamento tão oneroso e incerto como o exigido por aqueles capituladas em lei como “especificadas” Assim, a conclusão sensata é de que a distinção conferida a determinadas doenças se justifica para o deferimento de aposentadoria parcial ou integral a servidores em atividade, mas não deve prevalecer para a concessão de pensões, tanto no caso de ativos como de inativos, já que o fator determinante (morte) é sempre o mesmo.

Parecer:

Embora oportuna, a sugestão contida na emenda pode ser regulamentada através de lei ordinária.

EMENDA:09240 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 88

Acrescente-se o parágrafo 3o. ao Art. 88

§ 3o. - Aos beneficiários de pensão por falecimento, inclusive ao cônjuge sobrevivente, assegura-se a manutenção da totalidade dos vencimentos ou soldos, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido, desde que incorporáveis à aposentadoria.

Justificativa:

A fixação do valor das pensões devidas por morte do servidor, deve guardar estreita relação com os encargos familiares do cônjuge sobrevivente. Os dependentes de servidores civis falecidos estão,

hoje, condenados a uma situação de penúria social, dado que o valor das pensões é muitas vezes irrisório, quando comparado á remuneração a que fazia jus a servidor falecido. Sob esse aspecto, não se pode admitir cálculos diferenciados para civis militares, devendo a lei, em ambos os casos, fixar critérios iguais para o estabelecimento do valor da pensão.

A pensão deve ser fixada em função da morte do funcionário e não em decorrência da sua natureza. Em nossa sociedade atual a interdependência econômica entre os cônjuges deve ser reconhecida também em matéria de pensionamento.

Parecer:

A pretensão do autor da presente emenda encontra-se já configurada no artigo 91 do texto do Projeto.

EMENDA:09324 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se, onde couber, no Título IV, Capítulo VIII, Seção I

Art. - Os proventos do aposentado da União, Estado ou Município igual composição de valores de vencimentos e de quaisquer vantagens pecuniárias consideradas objeto de pagamento em relação ao do respectivo cargo da ativa, inclusive quando a esse cargo forem atribuídas condições inovadas por norma legal.

Parágrafo único - Toda norma legal de alteração relativa a cargo ou função pública da União, Estado ou Município deverá prever igual tratamento para o pessoal inativo vinculado à referência do respectivo cargo ou função, no momento da aposentadoria.

Justificativa:

Todos conhecem o drama vivenciado pelos servidores aposentados no serviço público, da União, Estado ou Município.

Inobstante os longos anos de serviços prestados, o inativo passa a perceber remuneração inferior à dos que ainda permanecem em atividade. Além da perda de vantagens não incorporáveis aos proventos, o inativo usualmente fica à margem dos novos benefícios instituídos ou passa a apercebê-la em proporção inferior.

O texto vigente da Constituição estabelece que “os proventos de inatividade serão revistos sempre que por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modifiquem os vencimentos dos funcionários em atividade” (Art. 102, § 1º).

Na verdade, o que vem ocorrendo na prática é que sucessivas gratificações têm sido dadas ao pessoal da ativa, em modificar os vencimentos, não atingindo assim, os aposentados, bem como alterar a denominação do cargo como fórmula de alijar o aposentado de aumentos equitativos aos cargos da ativa.

Impõe-se, portanto, que seja incluída na Constituinte, assegurando desta forma a atualização permanente dos proventos, em igualdade de condições e na mesma ocasião em que forem atualizados os vencimentos pessoal em atividade.

Assim, a presente emenda destina-se à proteção dos servidores aposentados estabelecendo um procedimento igualitário, bem como atender a uma reivindicação justa, a todos aqueles que concorreram para o desenvolvimento de crescimento do Brasil.

Parecer:

A pretensão do ilustre proponente encontra-se plenamente contemplada nos artigos 89 e 90 do nosso Projeto.

EMENDA:09364 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, no título IV, capítulo VIII - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Art. É assegurada aposentadoria integral ao servidor que sofrer invalidez permanente, de qualquer natureza, comprovada através de avaliação por junta médica oficial.

Justificativa:

A invalidez é uma situação involuntária e penosa do servidor que obriga a interromper, por motivo alheio à sua vontade, a prestação de serviços à União. Dessa forma, qualquer que seja a causa da invalidez, ao servidor desse ter assegurados os proventos integrais para a aposentadoria. Atualmente apenas alguns casos da invalidez, previstos em lei, dão direito a proventos integrais. Em vários outros casos, embora o funcionário seja considerado inválido, recebe apenas proventos proporcionais. Os casos de invalidez, portanto, não podem ser previstos em lei mas, sim, devem depender de laudo especializado elaborado por órgãos oficiais e idôneos.

Parecer:

Sendo a invalidez uma situação involuntária, não há porque se penalizar ainda mais o servidor. Por isso, acolhemos a presente emenda.

EMENDA:09552 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT/SP)

Texto:

O art. 91 do Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91. O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor civil ou militar falecido."

Justificativa:

A Emenda visa a estender o benefício à pensionista do militar.

Parecer:

Pela aprovação parcial nos termos do Substitutivo.

EMENDA:09553 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT/SP)

Texto:

O art. 90 do Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 90. Os proventos dos funcionários civis e militares inativos serão revistos, na mesma

proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma."

Justificativa:

Esta Emenda visa a aplicar o princípio da equidade aos integrantes das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, dos benefícios outorgados aos funcionários civis.

A dualidade de Polícias Estaduais, uma militar e outra civil, exige que os direitos e deveres sejam aplicados em igualdade de condições. Daí o motivo pelo qual deve ser extensivo aos Policiais Militares e Bombeiros os direitos e deveres atribuídos à Polícia Civil.

Parecer:

Embora optamos por uma redação própria, acolhemos a sugestão contida na presente emenda.

EMENDA:09821 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AUREO MELLO (PMDB/AM)

Texto:

Dê-se a alínea "c" do Art. 88 do Projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"c) voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço, ressalvados os direitos já adquiridos até a data de promulgação desta Constituição".

Justificativa:

Não se entende qualquer discriminação entre servidores da Administração Pública Federal, num país em que a média de vida é baixíssima, o servidor público tem o direito de se aposentar após 30 (trinta) anos de serviço. Ademais o parágrafo 2º do art. 88 do Projeto de Comissão de Sistematização determina que "São equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar" (grifo nosso). Ora como critério entende-se também o tempo de serviço daí justiça da nossa proposição que equipara também o homem à mulher em termos de direitos.

Parecer:

Fixar em 30 anos de serviço a aposentadoria voluntária gera uma precocidade dela. A média de vida do brasileiro vem aumentando a cada. E como estamos fazendo uma Constituição que se quer que dure, devemos elaborá-lo projetando-a para o futuro, sem, é claro, perder de vista o presente.

EMENDA:09930 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 90.

- Acrescente-se §§ ao Artigo 90:

"§ 1o. - Nenhum servidor inativo do serviço público municipal, estadual ou federal poderá, sob nenhum pretexto, receber proventos inferiores aos vencimentos dos seus colegas em atividade da mesma categoria.

§ 2o. - Em caso de extinção da categoria do servidor inativo, para os efeitos deste Artigo

ficarão prevalecendo os vencimentos da categoria seguinte."

Justificativa:

A emenda visa dar em definitivo a paridade entre os vencimentos da atividade e da inatividade. É fruto das aspirações não só dos servidores públicos, mas de todas aquelas pessoas que buscam dar a nossa administração pública a dignidade e agilidade necessária para a dinâmica do país. Sem dúvida alguma, esta reforma administrativa começa sem dúvida alguma segurança do servidor.

Parecer:

O conteúdo da presente emenda coincide com os artigos 89 e 90.

EMENDA:10014 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA - ART. 89, b

Dê-se à letra "b" do artigo 89 do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"b) sofrer invalidez permanente".

Justificativa:

Na forma do projeto a redação do dispositivo em causa é a seguinte:

"Art. 89 – Os proventos da aposentadoria serão:

I – integrais, quando o servidos:

b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;"

II – proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos".

Desse modo, para que a aposentadoria do inválido seja integral é preciso que tenha sido causada "por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei", o que é realmente impossível.

O que importa, no caso, não deve ser a causa da invalidez e sim a própria invalidez, qualquer que tenha sido a moléstia causadora dela.

Referida discriminação constitui retrocesso de meio século, eis que a Carta de 37 já prescrevia textualmente:

"Art. 156.....

e) a invalidez para o exercício do cargo ou posto determinará aposentadoria ou reforma, que será concedida com vencimentos integrais, se contar o funcionário mais de trinta anos de serviço efetivo; o prazo para concessão da aposentadoria ou reforma com vencimentos integrais, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido nos casos que a lei determinar".

Impõe-se, portanto, a alteração do projeto para garantir a aposentadoria com proventos integrais aos que se tornarem inválidos. É o que faz a presente emenda.

Parecer:

Ainda que a invalidez seja involuntária, esta deve ter tido sua origem em consequência de acidente de trabalho ou doença profissional.

É inconcebível alguém ser aposentado por invalidez quando o ato que o ocasionou, aconteceu fora do exercício de sua atividade.

EMENDA:10016 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

Emenda modificativa - Art. 88, c
Dê-se à letra "c" do artigo 88 do Projeto de Constituição a seguinte redação:
"Art. 88 - O servidor será aposentado:
c) voluntariamente após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos de serviço para a mulher".

Justificativa:

A emenda restabelece norma justa e procedente aprovada na Subcomissão incumbida de estudar e deliberar sobre a matéria, assegurando a aposentadoria dos servidores do sexo masculino após trinta anos de serviço e aos de sexo feminino depois de vinte e cinco anos de atividade.

Parecer:

A emenda estabelece uma aposentadoria precoce. Sendo o Brasil uma nação em desenvolvimento não pode dispensar pessoas, ainda com muito vigor, da força do trabalho. Fatalmente tais indivíduos procurariam outras atividades, pois ainda se encontram aptos para o trabalho.

EMENDA:10018 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT/RS)

Texto:

Dê-se nova redação ao texto da letra "b", do art. 88 do Projeto Constitucional.
Art. 88 (...)
b - compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade para o homem e sessenta anos para a mulher.

Justificativa:

Tomando-se por base as condições de vida dos brasileiros que está em índices não superior a 70 anos, nesse desejo é estender ao cidadão a oportunidade de usufruir nos seus últimos dias, de todo o prazer de viver, em condições confortáveis de vida. Essa sem dúvida é uma das medidas mais justas que poderia ser inserida na Carta Constitucional visto que não se deseja ver um velho aos "pedaços" se aposentando apenas para morrer, mas que ele tenha alguns anos de vida para vive-la com dignidade.

Parecer:

A compulsória representa um limite de tempo de trabalho no serviço público. Normalmente, a grande maioria dos servidores se aposentam antes, por tempo de serviço. Diante disso, não vemos porque modificar tal limite que, no fundo, é até odioso para muitos.

EMENDA:10222 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA:

Acrescentem-se ao § 2o. do art. 88 do Projeto de Constituição as expressões: "exceto para policiais militares e bombeiros militares, os quais poderão aposentar-se após 25 anos de serviço, inclusive tempo averbado,

voluntariamente, com vencimento e vantagens integrais."

Justificativa:

Os Policiais Militares e os Bombeiros Militares exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, concorrendo a escalas de serviço aos sábados, domingos e feriados, em horários alternados, além da carga horária que supera os limites das oito horas/dia, que reduz sua capacidade de trabalho ao longo do tempo, fere ao desgaste físico que produz o especialíssimo regime operacional das respectivas Corporações.

Devem, portanto, aposentar-se após 25 anos de serviço, a exemplo do magistério (art. 372, Item V do Projeto de Constituição).

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:10260 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RUBEN FIGUEIRÓ (PMDB/MS)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Dispositivo Emendado - Artigos 88, suas alíneas e parágrafos, 89, seus incisos e alíneas, 90 e, por correlação, as alíneas "a" a "e" do artigo 356, acrescentando-se ao mencionado artigo, ao final do texto do "caput" a expressão "na forma da lei".

Justificativa:

Deve ser deixada à lei ordinária o tratamento quanto às situações e o tempo de aposentadoria do servidor público civil e do empregado regido pela Consolidação das Leis de Trabalho, adotando-se o mesmo procedimento que o Projeto usa em relação aos servidores públicos militares.

O projeto é sábio quando não estabelece nem o tempo de efetivo serviço dos militares e nem as condições possíveis à transferência à inatividade. Por isonomia, não deve fazê-lo, igualmente, quanto aos civis, pagos pelo Estado ou pela iniciativa privada.

À lei ordinária deve ser destinado o assunto, sobretudo porque, dentro de sua flexibilidade e maior facilidade para o seu aperfeiçoamento, melhor adequará o assunto às reais condições do País. No momento, quando há dificuldades que todos conhecemos e reclamamos, não pode a Constituição se deixar levar pelo emocionalismo e deferir, por exemplo, aos servidores públicos, duas naturezas de aposentadoria voluntária. Nem ainda reduzir, em cinco anos, o prazo para a aplicação do instituto da aposentadoria compulsória, impedidora que servidoras, voluntariamente, fiquem à disposição do Estado até quando se julguem em condições físicas e mentais de fazê-lo.

Por igual, estabelecer para o trabalhador que a idade de 65 anos é o reconhecimento da "velhice", é desprezar a experiência de quem ainda pode prestar relevantes serviços ao País. O conceito de "velhice" não pode ser firmado através da fixação em preceito constitucional.

Tenho como correto e justo que o instituto da aposentadoria deva fixar em uma idade (sessenta anos) o limite para a aposentação voluntária, sem que o aposentado tenha acesso a qualquer outro emprego, público ou privado. Antes disto, a aposentadoria, ressalvados os casos de invalidez, deverá ser proporcional, nunca integral. Mas, entendo ainda que o assunto é de competência da legislação ordinária, razão pela qual os dispositivos indicados devem ser suprimidos do texto constitucional.

É a justificação.

Parecer:

A emenda propõe a supressão das alíneas "a" a "e" do art. 356 do Projeto, a fim de que, no texto constitucional, não se faça referência ao tempo e à idade requeridas para aposentadoria.

Entendemos que a especificação dessas condições deve ser mantida, a fim de que não se cause grande apreensão entre os segurados da previdência social.

EMENDA:10280 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHICO HUMBERTO (PDT/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 88, alínea "c":

c) voluntariamente após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para a mulher.

Justificativa:

Partindo do princípio em que todos são iguais perante a lei, já existe para o funcionário público professor igual período para aposentadoria.

Parecer:

A Emenda percute questão que deve ser examinada à luz do Substitutivo. Pela aprovação.

EMENDA:10328 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Acrescente-se ao Artigo 88, a letra "e", com a seguinte redação:

Art. 88 -

a) -

b) -

c) -

d) -

e - voluntariamente, a partir dos 25 anos de serviço, o médico, o dentista, o enfermeiro e pessoal paramédico que tenha exercido a função com dedicação exclusiva, sem interpretação.

Justificativa:

Embora possa ser questionada a inclusão de dispositivo desta natureza no texto constitucional, entendemos que no caso em questão trata-se de categorias que exercem atividades extremamente perigosas e insalubres, justificando, por isso mesmo, desde logo a sua inclusão na nossa Carta Magna.

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:10378 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 88, alíneas "b" e "c".

As alíneas "b" e "c", do artigo 88, do

Projeto de Constituição, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 88 -

b) - compulsoriamente, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

c) - voluntariamente, após 30 (trinta) anos de serviço."

Justificativa:

Não se concebe que a Constituição estabeleça diferença de idade para aposentadoria entre o homem e a mulher, sobretudo se levar-se em conta o disposto no art. 12, item III alíneas "a" e "f" do Projeto adotado pela Comissão de Sistematização.

Além do mais, o art. 356 aliena "d" aposentadoria por velhice aos sessenta e cinco (65) anos de idade, sem distinção de sexo, no caso da Previdência Social. Para adequação entre dispositivos diversos do Projeto, necessário se faz a aprovação da presente emenda.

Parecer:

A aposentadoria compulsória existente no serviço público difere fundamentalmente da aposentadoria da Previdência que não é compulsória.

Se estabelecemos a idade limite de 65 ou 60 anos estaríamos proibindo ao servidor de continuar trabalhando mais um tempo que ele julga estar ainda apto. Para o aposentado pela Previdência não há impedimento algum de continuar exercendo sua atividade até quando ele quiser.

Quanto à aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e a mulher, indistintamente, entendemos que a ideia não deva prosperar. É tradição no direito positivo brasileiro uma aposentadoria diferenciada para um e outro.

Enfim, a sugestão propõe algo que estaria gerando uma certa precocidade, prejudicial para uma nação carente e subdesenvolvida.

EMENDA:10568 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SERGIO NAYA (PMDB/MG)

Texto:

Acrescente-se ao Art. 88, do Projeto de Constituição, que trata da aposentadoria dos servidores a seguinte letra:

e) Voluntariamente, aos 55 anos de idade para a mulher professora.

Justificativa:

Não se justifica, continue a professora no exercício de sua atividade após completar cinquenta e cinco anos de idade. Porque como ocorre atualmente ela já tem um grande número de anos de serviço.

Parecer:

A aposentadoria não pode ser emanado do ponto de vista da idade e sim pelos anos de serviços prestados. Isso porque a aposentadoria é um prêmio à servidora pelos anos que ela dedicou à atividade de professora.

EMENDA:10575 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SERGIO NAYA (PMDB/MG)

Texto:

Que seja incluída a seguinte norma, na parte relativa aos Servidores Públicos, na Seção II, Capítulo VIII, do Título IV, onde couber:

"Art. - A aposentadoria será facultativa após quinze anos de serviço, com proventos proporcionais ao tempo de serviço."

Justificativa:

A experiência histórica ensina-nos que muitos servidores públicos desejam, após algum tempo, desligar-se desse tipo de atividade e dedicar-se a iniciativa privada. Não o fazem todavia, devido à instabilidade dos primeiros tempos nessa nova empreitada.

O Estado, nesse caso, acaba sendo prejudicado pela queda de produção desse servidor.

Parece-me sensato que, após 15 anos de serviço, possa existir a aposentadoria acima proposta.

Parecer:

A aposentadoria aos 15 anos é descabida. Se a Constituição adotasse tal procedimento, também a Previdência Privada teria que conceder o mesmo, por questão de isonomia.

EMENDA:10688 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MÁRIO ASSAD (PFL/MG)

Texto:

Acrescente-se ao art. 88, letra "d", do Projeto de Constituinte os seguintes parágrafos:
§ 3o. - Os proventos da aposentadoria serão integrais, podendo o funcionário público postular aposentadoria, após 10 anos de serviço, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, na forma que a lei dispor.

§ 4o. - O retorno aos quadros do serviço público do funcionário aposentados implicará na perda da aposentadoria e das vantagens que ela significa.

Justificativa:

É sabido o excesso de pessoal nos quadros do serviço público em suas várias esferas do poder, significando esse imenso contingente de pessoa no mais pesado ônus que os cofres públicos suportam.

As várias formas e processos praticados para solucionar esse problema têm sido importantes, não permitindo mais que ligeiro alívio nesse pesado ônus para o Município, Estado e União.

A simples dispensa de grande contingente de pessoal indiscriminadamente, como seria desejável como fórmula de aliviar o Poder Público de gastos excessivos de pessoal, a chamada verba de custeio, não nos parece melhor caminho, porquanto acarretaria sérias lesões ao meio social, com repercussão imprevisíveis nos lares de milhares e milhares de famílias por esse tratamento de choque.

A fórmula aventada da aposentadoria proporcional, a exemplo de outras nações que a adotam, seria dar um tratamento natural ao problema de excesso de pessoal no serviço público, com significativo alívio para as contas do Poder Público, sem provocar nenhum traumatismo no meio social da nossa Pátria.

Parecer:

O parágrafo 4o. contido na presente emenda torna-se dispensável, uma vez que o apresentado não poderá fazer novo concurso público devido ao dispositivo no art. 87, parágrafo 2o. Por outro lado, quanto ao aspecto de renunciar a aposentadoria para poder retornar ao serviço público, entendemos que tal matéria seja objeto da legislação ordinária.

EMENDA:10759 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BENEDITA DA SILVA (PT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Inclua-se Parágrafo Único no Art. 90 do

Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Parágrafo Único - A integralidade dos proventos dos inativos será também garantida pela extensão, nos mesmos percentuais, de todas as gratificações e vantagens concedidas aos servidores em atividade.

Justificativa:

O Art. 89 do Projeto elaborado pela Comissão de Sistematização garante proventos de aposentadoria integrais – aos servidores públicos civis que se aposentarem nas condições do Item I, alíneas “a” d “b” do mesmo artigo.

E o art. 90 do mesmo Projeto determina a revisão dos proventos de aposentadoria, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou reforma.

É notório que todas as transformações, reclassificações, gratificações aumentos e concessões de outras vantagens aos servidores ativos, visaram, sempre em verdade, à correção da defasagem dos valores dos vencimentos ou remunerações, em virtude de alteração do poder aquisitivo da moeda, proveniente da inflação elevada ou por outras razões.

Convém ressaltar, ainda, que o art. 91 do mesmo Projeto, com propriedade e justiça, inclui as ‘gratificações e vantagens recebidas pelo servidor falecido’ na integração do benefício de pensão deixado por morte do mesmo servidor.

Assim senão, o objetivo da presente emenda é precisamente o de garantir, sem sofismas, o direito de inativo à permanente atualização integral dos seus proventos, evitando-se expedientes que frustrem a paridade que deve existir entre Ativos e Inativos, arduamente conquistada. Impede-se, assim o aviltamento da vida dos que se aposentarem após longos anos de dedicação ao serviço público.

Parecer:

O art. 89, quando diz que a aposentadoria será integral, significa que o servidor tem direito a levar todas as vantagens. O artigo 90, que trata da revisão dos proventos, menciona em que base eles dão revistas, pressupondo, pois, todas as gratificações de vantagens concedidas ao servidor em atividade. Desse modo, a pretensão da autora encontra-se já plenamente satisfeita.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:10925 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: artigo 90.

Substitua-se a atual redação do artigo 90 do

projeto de Constituição pela que se segue:

Art. 90 - A revisão de proventos de

inatividade se impõe desde antes desta

Constituição, será efetuada com base na totalidade

da remuneração, gratificações e vantagens permanentes, percebidas pelo servidor na ativa, de igual categoria funcional e posicionamento, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou reforma.

Justificativa:

Busca-se a isonomia, pelo reajustamento, do aposentado com o servidor da ativa, através de maior clareza na redação do artigo, indo-se, assim, ao encontro do objetivo do autor da redação primitiva do artigo 90.

Parecer:

A Emenda padece de duas impropriedades que desaconselham o seu acolhimento. Primeira, porque trata de situações "anteriores à vigência da Constituição", o que tipifica uma disposição transitória; segundo, porque a caracteriza como matéria de legislação ordinária, o que, com grande esforço, estamos tentando exairar do texto do projeto.

EMENDA:10929 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EDÉSIO FRIAS (PDT/RJ)

Texto:

Emenda ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

- Acrescente-se ao art. 88:

"§ 3o. Na hipótese da alínea "b"; em se tratando de Professor Universitário, Magistrado ou membros dos Tribunais de Contas, o funcionário poderá requerer sua permanência na atividade, por mais dois anos, desde que, submetido a exame médico, apresente condições de saúde."

Justificativa:

A aposentadoria compulsória aos 70 (setenta) anos já deveria ter sido revista em virtude do aumento médio da sobrevida do brasileiro.

No entanto pela política de renovação dos quadros de servidores públicos, a medida tem sido protelada.

Entende-se realmente que no geral essa política possa ter justificativa, mas em determinados casos ele é profundamente prejudicial ao país.

Aos setenta anos o brasileiro pode ser Presidente da República, Ministro, Governador de Estado, Congressista, ou ocupante de cargo em Comissão. Mas não pode ser Professor Universitário, Magistrado, Membro dos Tribunais Superiores ou dos Tribunais de Contas.

Quantas vezes um Ministro do Supremo Tribunal Federal, em pleno vigor físico, com larga experiência e cultura, desfalca a Corte por haver completado 70 (setenta) anos?

Igualmente quantos Mestres, Professores eminentes, deixam as Universidades pelo mesmo motivo, com grandes e irreparáveis prejuízos para o ensino?

Cremos não ser preciso qualquer esforço para demonstrar o acerto da emenda, que possibilita àqueles que, em condições de saúde e desde que o queiram possam continuar a prestar serviços à Nação.

Parecer:

A aposentadoria compulsória no serviço público, quando estabelece que será aos 70 anos para o homem e a mulher, respectivamente, não pretende fazer uma delimitação da senilidade do servidor. Trata-se, na verdade da fixação de uma idade, critério este obtido por um consenso que recomenda o encerramento da Carreira. Por outro lado, o Estado, cioso pelo bem-estar dos seus cidadãos, deve criar mecanismos para que os indivíduos possam gozar na tranquilidade e até no ócio se quiserem, sua velhice.

EMENDA:10937 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSVALDO SOBRINHO (PMDB/MT)

Texto:

Emenda Aditiva

Incluem-se no Projeto de Constituição, na parte relativa aos Funcionários Públicos, os seguintes dispositivo, na Seção II, do Capítulo VIII, do Título IV, onde couber:

"Art. Aposentado o funcionário federal, estadual ou municipal fará ele jus a proventos de valor igual ao da remuneração percebida na atividade.

Art. O valor dos proventos será revisto sempre, e na mesma proporção, que forem majorados os vencimentos dos funcionários em atividade.

Art. Qualquer melhoria ou vantagem salarial atribuída aos funcionários em atividade será automaticamente estendida aos aposentados, independentemente de norma específica.

Art. Os membros do magistério, sob qualquer regime jurídico, terão direito a aposentadoria com proventos integrais, aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço".

Justificativa:

Parece haver generalizado consenso quanto à impostergável necessidade de se instituir mecanismos o poder de compra dos aposentados, garantindo-lhes justos proventos de modo a manterem uma existência de acordo com a dignidade da pessoa humana.

Malgrado o texto constitucional vigente assegurar aos funcionários dos três níveis de governo aposentadoria com proventos integrais, após cumprido o tempo mínimo de serviço, tem-se verificado constante e cada vez maior distanciamento entre os valores percebidos pelos ativos em comparação com os inativos, em detrimentos destes últimos, logicamente. É que, como as correções salariais, via de regra, são processadas em percentuais inferiores à taxa de inflação, criam-se artifícios para de algum modo, aliviar a erosão do poder de compra daqueles em atividade, através da instituição de gratificações e vantagens às quais não têm acesso os aposentados.

Trata-se de prática odiosa, injusta e desumana, eis que precisamente no momento em que têm exauridas suas energias sem conseqüentemente poderem reintegrar-se ao mercado de trabalho em busca de rendas adicionais para, pelo menos, manterem seu padrão de vida, veem-se os inativos diante da brutal realidade que é a queda do seu padrão remuneratório em face do confisco salarial através do imposto inflacionário.

É precisamente com o objetivo de corrigir tais injustiças que oferecemos à apreciação dos dignos constituintes a presente emenda, na expectativa de que ela mereça acolhida, pois, consubstancia pleito de milhares de aposentados e mesmo funcionários em atividade, que são os aposentados de amanhã.

Parecer:

Proposta parcialmente aproveitada, nos termos dos dispositivos relativos à aposentadoria dos servidores públicos.

EMENDA:10961 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

Texto:

Emenda (Aditiva) - Título IV - Capítulo VIII
Seção II

Acrescente-se ao art. 90 um parágrafo único
com a redação seguinte:

"Art. 90.

Parágrafo único. A integralidade dos
proventos dos inativos será também garantida pela
extensão, nos mesmos percentuais, de todas as
gratificações e vantagens concedidas aos
servidores em atividade".

Justificativa:

O objetivo da emenda é garantir, eliminando toda e qualquer dúvida, o direito do inativo à permanente atualização integral dos seus proventos, evitando-se expedientes que frustrem a paridade que deve existir entre ativos e inativos e impedindo-se, assim, o aviltamento da vida dos que se aposentaram após longos anos de dedicação ao serviço público.

Parecer:

O artigo 90, estabelece que "... sempre que se modificar a remuneração ...". Este termo compreende todas as gratificações e vantagens. Há uma certa confusão no texto deste projeto onde, algumas vezes, "remuneração" aparece como sinônimo de "vencimento", o que deverá ser corrigido imediatamente.

EMENDA:10991 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

Texto:

Emenda (substitutiva)
Título IV - Capítulo VIII - Seção II
Dê-se ao art., 91 a redação seguinte:
"Art. 91 - O benefício de pensão por morte, do
servidor inativo ou ativo, corresponderá à
totalidade dos proventos, vencimentos,
gratificações e vantagens pessoais do servidor
falecido."

Justificativa:

No texto do Projeto, não está claro se se trata de morte de servidor ativo ou inativo. Por essa razão, a emenda esclarecendo tal ponto.

Por outro lado, de acentuar-se que o termo "remuneração" tecnicamente compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. No projeto, existe uma redundância, pois as gratificações e as vantagens já se acham incluídas na remuneração.

A introdução da palavra "proventos" é necessária porque esse instituto é próprio dos inativos e para que não haja interpretação errônea quanto ao tema.

Parecer:

O texto está incompleto. É necessário que nele fique o termo "provento", instituto este próprio dos inativos.

A expressão "remuneração" vem sendo também aqui usada impropriamente, exigindo imediata correção.

EMENDA:11132 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO - PDT/RJ

Texto:

EMENDA ADITIVA

Dispositivo Emendado: Art. 91

Inclua-se no artigo 91 a palavra "ou proventos" que passa a ter a seguinte redação:

Art. 91 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade de remuneração, gratificações, vantagens pessoais ou proventos do servidor falecido.

Justificativa:

O termo técnico "remuneração" compreende o vencimento, as gratificações e as vantagens do servidor. Como está no texto, há redundância, pois as gratificações e as vantagens já se encontram incluídas na remuneração.

Todavia, não está claro o direito à pensão integral, quando no caso de morte do servidor inativo, já que a técnica usual tem adotado a palavra "proventos" para significar a aposentadoria do inativo. A introdução da palavra "proventos" no texto é necessária porque este instituto é próprio aos inativos.

Parecer:

O texto está incompleto. É necessário que nele fique o termo "provento", instituto este próprio dos inativos.

A expressão "remuneração" vem sendo também aqui usada impropriamente, exigindo imediata correção.

EMENDA:11158 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se à alínea "d" do art. 88 a seguinte redação:

d - Voluntariamente, a partir dos vinte anos de trabalho, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a pedido do servidor.

Justificativa:

Nada justifica, em um País que necessita da força do trabalho de todos os cidadãos, aposentadoria voluntária, mesma com proventos proporcionais, após apenas dez anos de serviço público.

Parecer:

Pela prejudicialidade uma vez que o dispositivo foi suprimido do Substitutivo.

EMENDA:11159 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Modificativa

- Dê-se ao art. 88, "b", a seguinte redação:

"b" - Compulsoriamente, aos setenta anos de idade.

Justificativa:

A aposentadoria compulsória, por limite de idade, decorre de presunção de incapacidade física ou mental, de modo que nada justifica que a mulher seja compulsoriamente aposentada antes do homem, sendo a distribuição discriminada e humilhante.

Parecer:

Pela aprovação nos termos do Substitutivo.

EMENDA:11251 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SANTINHO FURTADO (PMDB/PR)

Texto:

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a alínea d do artigo 88 do Projeto.

Justificativa:

A aposentadoria, nada impede que, a cada 10 (dez) anos de serviço é regra nociva ao Erário. Pela proposta, nada impede que, a cada 10 (dez) anos o funcionário se aposente por uma esfera (Estado, por exemplo) e ingresse na União ou Município e, em cada uma aposentando-se proporcionalmente.

Parecer:

Pela aprovação nos termos do Substitutivo.

EMENDA:11274 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

- O artigo 90 do projeto de Constituição deve ter a seguinte redação:

Art. 90 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma data em que se reajustar a remuneração dos servidores em atividade, visando recompor seu valor real em razão da desvalorização da moeda.

Justificativa:

A emenda visa garantir aos servidores inativos reajustes reais em razão de desvalorização da moeda. O reajuste nas mesmas bases do pessoal da ativa, além da desvalorização da moeda, exercerá forte pressão negativa no sentido de uma política salarial no setor público de ganhos reais, já que os aumentos teriam repercussão ampliada junto aos inativos, superonerando os cofres públicos.

Parecer:

A alteração proposta é desnecessária, visto que o art. 13 já satisfaz plenamente o objetivo da presente emenda (confira art. 13, inciso V).

EMENDA:11316 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA:

Dê-se ao artigo 91 a seguinte redação:

"Art. 91 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração,

gratificação e vantagens pessoais do servidor falecido, atendido o disposto no artigo anterior".

Justificativa:

A emenda tem por propósito dar o mesmo tratamento à pensão dispensada à aposentadoria, conforme estabelece o artigo 90.

Parecer:

Desnecessária a preocupação. O artigo anterior (90) é de universal aplicação. Pelo não acolhimento.

EMENDA:11317 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA:

Dê-se ao § 1o., do artigo 88, a seguinte redação:

"§ 1o. - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, ressalvados os cargos em comissão".

Justificativa:

Os cargos em comissão, embora de provimento de livre escolha, ensejam situações de permanência do titular por tempo suficiente à aposentadoria. Não seria justa a dispensa, quando se perfizessem os requisitos para a inatividade. A emenda visa sanar este equívoco.

Parecer:

A medida objetiva sanar certos abusos que vêm sendo praticados atualmente. Por outro lado, a natureza do cargo é temporária e não pode servir como referência para aposentadoria no serviço público.

EMENDA:11320 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA ADITIVA:

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao artigo 90:

"Parágrafo único: - É vedada a incidência de tributos nos proventos e nas pensões".

Justificativa:

A percepção de proventos ou de pensões decorre de prestação de serviço por longos anos ou em consequência de morte do titular, de invalidez etc. Agravar-se a percepção com a incidência de tributos, principalmente do imposto de renda, é no mínimo, uma injustiça do poder público cometida contra o beneficiário da aposentadoria ou da pensão.

Parecer:

Concordamos com o nobre Constituinte quando afirma que a incidência de tributos é, no mínimo, uma injustiça do poder público contida contra o beneficiário da aposentadoria ou pensão. Entretanto, esta matéria não deve constar do texto constitucional por ser pertinente à legislação ordinária.

EMENDA:11590 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprimir do artigo 88 do projeto a alínea d)

Justificativa:

A possibilidade de aposentadoria proporcional, após dez anos de serviço público é privilégio incompatível com todos os princípios de isonomia adotados pelo projeto.

Visando compatibilizar o texto do projeto, o dispositivo deve ser suprimido.

Parecer:

Pela aprovação nos termos do Substitutivo.

EMENDA:11615 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 89

Suprima-se o artigo 89 do Projeto.

Justificativa:

A matéria do artigo 89 já se encontra regulamentada no artigo 356, da Previdência Social, o órgão competente e capacitado para regular e pagar os benefícios sociais. A aposentadoria – um benefício do trabalhador – deve apresentar uma forma única e bases homogêneas em todo o território nacional, sem nenhuma discriminação.

Parecer:

Já é uma tradição do direito positivo brasileiro estabelecer que a aposentadoria do servidor público esteja a cargo diretamente da União. Obviamente, nada obsta que no futuro tudo esteja concentrado na Previdência Social.

EMENDA:11660 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PEDRO CANEDO (PFL/GO)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 88, letra B

Acrescente-se ao artigo 88, letra b, o seguinte:

Art. 88

a)

b) compulsoriamente, aos setenta anos de idade para o homem e sessenta e cinco para a mulher, com a ressalva de que não haverá aposentadoria compulsória para os professores das instituições federais de ensino superior.

Justificativa:

Se, nos termos do art. 87, § 2º, desta Constituição, a proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados quanto ao exercício de magistério, segue-se que é perfeitamente razoável que se excluam os professores da aposentadoria compulsória, desde que vinculados às instituições federais de ensino superior. (Afinal, nos termos do art. 17, IV, letra i, os “aposentados terão direito de votar e ser votados nas organizações sindicais”).

Portamos de um fato para algumas reflexões ou a notícia publicada na “Folha de São Paulo” de 16 de maio de 1987: “UFRJ permite a Celso Cunha lecionar depois da aposentadoria”. A aposentadoria do Prof. Celso Cunha seria uma verdadeira “expulsória”, não fosse uma atitude inédita do Reitor, Prof. Horácio Macedo: “a partir de agora, quem completar 70 anos não será expulso de Universidade”. A aposentadoria compulsória para o professor universitário torna-se um verdadeiro castigo, uma capitis-diminutio, pois aos 70 anos de idade, a produção intelectual atinge, em muitos casos, a sua plena efervescência. Nessa etapa, alia-se a competência científica ou técnica ou humanística ao conhecimento da realidade brasileira, aos objetivos da Universidade, que é a busca do saber. Daí decorreriam duas realidades: a permanência e o retorno dos professores, justamente, quando eles, após tantos anos de atividade docente em sala de aula, se tornaram capazes de uma conciliação entre o teórico e o prático. Nesse caso, o importante não é reduzir esses professores aos limites de uma sala de aula mas aproveitar sua experiência e competência em formas de tutoria etc. O Brasil é um dos poucos países no mundo que não aproveita a experiência e competência de um profissional de ensino superior em sua plena efervescência. Heidegger, Jaspers, Marcuse, por exemplo, continuaram a exercer um papel nas Universidades, embora com redução de carga horária. Um dado concreto o Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro, fez retornar seus cientistas e pesquisadores, alguns maiores de 70 anos.

Dois grandes humanistas e filósofos, Leonardo Van Acker e Alexandre Corrêa morreram aos 90 anos. Após aos 70 anos, ambos exerceram um extraordinário papel, não nas instituições oficiais, mas na PUC-SP, pioneira esta, graças à sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, no ensino de filosofia no País.

No passado, tivemos o exemplo do Pe. Augusto Magne, SJ, helenista emérito e que, apesar de aposentado, continuou em suas pesquisas diuturnas em Fisiologia. O Senador Afonso Arinos, o grande constitucionalista, e o jurisconsulto Miguel Reale são confirmações de que a aposentadoria compulsória é uma excrescência.

A compulsória atingiu Heráclito Sobral Pinto como professor do Curso de Jornalismo com subordinação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da antiga Universidade do Brasil. Mas não o atingiu como extraordinário advogado.

Parecer:

A aposentadoria compulsória no serviço público, quando estabelece que será aos 70 anos para o homem e a mulher, não pretende fazer uma delimitação da senilidade do servidor. Trata-se, na verdade da fixação de uma idade, critério este obtido por um consenso que recomenda o encerramento da carreira. Por outro lado, o Estado, cioso pelo bem-estar dos seus cidadãos, deve criar mecanismos para que os indivíduos possam gozar na tranquilidade e até no ócio se quiserem, sua velhice.

EMENDA:11685 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ LOURENÇO (PFL/BA)

Texto:

CAPÍTULO VIII-- SEÇÃO II

(Dos servidores públicos civis)

Acrescente-se à letra "b" do art. 88 :

..., salvo se inspeção médica, requerida, facultativamente, pelo servidor, comprovar inteira capacidade laboral para o exercício da sua atividade podendo, se assim o desejar, permanecer em serviço até, no máximo, mais cinco anos, desde que inspecionado anualmente.

Justificativa:

O marco do Projeto da Constituição que divisa o funcionário público da sua carreira funcional é o dia em que completa setenta anos de existência para o homem e sessenta e cinco para a mulher, mesmo quando, ainda que esteja perfeitamente hígido e habilmente capacitado para o labor, não

pode escolher entre continuar no exercício de suas funções ou optar por aquilo que alguns entendem ser um descanso.

Dir-se-á que há de resguardar-se o serviço público dos males que afetam a mente humana e o próprio homem com o passar dos anos. Entretanto, não há autoridade social que possa resumir e generalizar um marco de sensibilidade em torno de determinada idade. Haja vista a quantidade de aposentados compulsoriamente por implemento de idade que possui a mente fértil, que têm plena capacidade laboral e que dispõem de integral capacidade produtiva.

A virtude do vigor mental não pode ser medida com a idade, assim como a idade não pode atestar a higidez mental do indivíduo. O funcionalismo público que completa setenta anos de idade não pode ser considerado um estorvo à Administração, mas um espelho de perseverança, um forte de experiências e um exemplo ao culto de existência.

Assim, nada mais justo, conveniente, oportuno e econômico para o Estado, que facultar-se ao servidor público submeter-se a inspeção médica, e, comprovada a sua capacidade labora para o exercício da sua atividade, permanecer no serviço público enquanto durar essa condição, até, no máximo, mais cinco anos.

Parecer:

A aposentadoria compulsória no serviço público, quando estabelece que será aos 70 anos para o homem e a mulher, não pretende fazer uma delimitação da senilidade do servidor. Trata-se, na verdade da fixação de uma idade, critério este obtido por um consenso que recomenda o encerramento da carreira. Por outro lado, o Estado, cioso pelo bem-estar dos seus cidadãos, deve criar mecanismos para que os indivíduos possam gozar na tranquilidade e até no ócio se quiserem, sua velhice.

EMENDA:11783 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ MARQUES (PFL/CE)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Título IV, Capítulo VIII, Seção II, Artigo 88.

Acrescente-se a seguinte letra, ao Art. 88, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, com a seguinte redação:

"com 25 anos de serviço, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento penoso, insalubre ou perigoso";

Justificativa:

É do conhecimento de todos que determinadas atividades profissionais são verdadeiramente penosas e exigem dos trabalhadores um esforço redobrado, além de um desgaste físico insuportável. Aqueles que se encontram na presente situação não podem de forma alguma, merecer um tratamento igual a todos os outros profissionais, uma vez que sua vida média é bem inferior às demais.

Parecer:

As exceções à regras estabelecidas no art. 88, para a aposentadoria do servidor público, deverão ficar para a legislação complementar, uma vez que não se restringiu, apenas, à hipótese configurada na Emenda.

EMENDA:11914 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Título IV, cap. VIII, Seção II:
Dê-se ao artigo 91 a seguinte redação:
"Art. 91 o benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração mensal do servidor falecido."

Justificativa:

E emenda visa apenas a oferecer uma redação mais apropriada para o dispositivo, eis que o termo remuneração implica as parcelas de gratificações e vantagens agregadas aos vencimentos.

Parecer:

A emenda não contempla o caso do servidor falecido já aposentado.
A não acolhimento.

EMENDA:11934 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ HENRIQUE (PMDB/SC)

Texto:

Acrescente-se os §§ 3o. e 4o. ao art. 88, com a seguinte redação:

"§ 3o. - Lei Complementar definirá as exceções às regras estabelecidas para aposentadoria, quanto à idade e ao tempo de serviço, em função da natureza da atividade.
§ 4o. - Ao servidor beneficiado com a aposentadoria no parágrafo anterior é vedado o exercício, sob qualquer forma, da atividade pela qual se beneficiou, sob pena de cassação de aposentadoria."

Justificativa:

O projeto não contempla as atividades que, pela sua natureza, justificam aposentadorias com idade ou tempo de serviço diferentes da regra.
No entanto, se essas atividades justificam essa exceção, as normas devem garantir também que elas beneficiem realmente o servidor, que deve ser impedido de exercer a atividade com idade ou por tempo maior que os que a lei entendeu serem o máximo.

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:12017 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MICHEL TEMER (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Aditiva
Acrescente-se ao artigo 90, do Projeto de Constituição, o seguinte parágrafo único:
"Art. 90 -

Parágrafo único - Para efeitos deste artigo, a remuneração compreende o vencimento, as gratificações, os adicionais e as demais vantagens a qualquer título percebidos".

Justificativa:

Dispõe o artigo 90. "Art. 90 – Os proventos da inatividade serão previstos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma."

Os proventos do inativo são calculados a partir do vencimento, das gratificações, dos adicionais e das demais vantagens a qualquer título percebidos pelo servidor enquanto em atividade, no momento de sua aposentadoria.

Por isso mesmo, sempre que modificar qualquer parcela para o servidor em atividade, deverão ser revistos os proventos do servidor inativo, conforme determina o "caput" do artigo emendado.

Impõe-se a inclusão do parágrafo para elidir toda dúvida de aplicação da norma.

Parecer:

Efetivamente, existem certas imprevisões no texto quanto ao termo remuneração que deverão ser corrigidos imediatamente.

Consequentemente, não se fará necessário o parágrafo ora proposto que, em si, não deve constar do texto constitucional.

EMENDA:12018 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MICHEL TEMER (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Aditiva

Dê-se ao inciso I, do artigo 89, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Art. 89 -

I - Integrais, aos quais se incluem salários, vantagens pecuniárias do cargo ou função, inclusive verbas de representação, quando o servidor:

- a)
- b)
- c)

Justificativa:

Prudente o acréscimo da expressão "aos quais se incluem salários, vantagens pecuniárias do cargo ou função, inclusive verbas percebidas a título de representação", porque em muitas situações, o servidor recebe gratificações que, se excluía de seus vencimentos à época da aposentadoria, causaria sensível redução em seus rendimentos.

Ademais o projeto em seu bojo, consagra o princípio da paridade de vencimentos entre o servidor da ativa e o inativo.

Parecer:

Os proventos sempre correspondem à remuneração e não ao vencimento do servidor.

Consequentemente, não há porque fazer constar no texto constitucional o detalhamento sugerido.

EMENDA:12021 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MICHEL TEMER (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Modificativa
Dê-se ao artigo 91, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:
Art. 91. O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos proventos ou da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido."

Justificativa:

Dispõe o art. 91, na redação do Projeto de Constituição
"Art. 91 – o benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade de remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido".
A expressão "remuneração" tem sido utilizada no texto do projeto para referir-se ao pessoal em atividade, "proventos" tem designado os estípedios pagos aos aposentados.
Sendo assim, a redação do artigo emendado incorre em erro palmar, pois deixa de contemplar a hipótese de o servidor falecido ser aposentado, sujeito, portanto, a percepção de proventos.
A nova redação proposta corrige o lapso do legislador, sem alterar o mérito da disposição.

Parecer:

O texto está incompleto. É necessário que nele fique o termo "provento", instituto este próprio dos inativos.
A expressão "remuneração" vem sendo também aqui usada impropriamente, exigindo imediata correção.

EMENDA:12164 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

Texto:

Inclua-se o seguinte parágrafo único ao art. 91 do Projeto de Constituição:
§ único - O benefício da pensão por morte do servidor, anterior a esta Constituição, será revisto atendendo o disposto no "caput" deste artigo.

Justificativa:

Estamos propondo, através da presente emenda, uma revisão justa dos benefícios da pensão por morte do servidor.
Ninguém ignora que, atualmente, o beneficiário da pensão encontra-se em situação difícil. Se a família do aposentado passa dificuldades, devido à defasagem existente entre os proventos e a remuneração que ele perceberia se estivesse na ativa pior será quando dependerá da pensão. Além de seu valor diminuir assustadoramente, ele é corroído gradativamente ao longo dos anos devido a novas defasagens.
Visamos, pois, tão somente sanar uma grave injustiça social, uma distorção gritante que vem sacrificando de maneira brutal a família do servidor falecido.

Parecer:

A disposição é de natureza transitória pois visa a uma situação que só existirá no momento da promulgação da Constituição.

EMENDA:12165 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

Texto:

Inclua-se o seguinte parágrafo único ao art. 90 do Projeto de Constituição:
§ único - A revisão dos proventos de que trata o este artigo, anterior à vigência desta Constituição, será efetuada com base na totalidade da remuneração, inclusive das gratificações e vantagens permanentes, devida e percebida pelo servidor, em atividade, de igual categoria funcional e posicionamento.

Justificativa:

O objetivo da emenda, que ora apresentamos, visa sanar uma grave injustiça que vem sendo cometida contra o aposentado.

A aposentadoria, que deveria ser um prêmio e um descanso para o servidor, passa a ser uma fonte de preocupações senão um pesadelo.

Isto porque o aposentado vê seus proventos sendo corroído pela inflação, e, o que é pior, seu valor sofre uma constante defasagem.

A fim de que tal distorção seja corrigida, estamos propondo a revisão acima consubstanciada no sentido de que o aposentado receba uma remuneração condigna de quem dedicou uma vida ao serviço público.

Parecer:

A Emenda padece de duas impropriedades que desaconselham o seu acolhimento. Primeira, porque trata de situações "anteriores à vigência da Constituição", o que tipifica uma disposição transitória; segundo, porque a caracteriza como matéria de legislação ordinária, o que, com grande esforço, estamos tentando exairar do texto do projeto.

EMENDA:12279 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE LEITE (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Artigo 89

Acresça-se ao artigo 89, do Projeto de

Constituição, o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único - O servidor aposentado com proventos proporcionais, que venha a sofrer invalidez permanente por doença grave, contagiosa ou incurável, terá direito a proventos integrais, na forma da lei."

Justificativa:

O artigo 343, do Projeto de Constituição, dispõe que a "saúde é direito de todos e dever do Estado", corroborando o que estatuído no artigo 12, I, b, que considera a saúde um dos atributos da pessoa humana que "consubstanciam o mínimo necessário ao pleno exercício do direito a existência digna". Ocorre, diuturnamente, que aposentados são infortunados com invalidez permanente, sendo certo que seus proventos, muitas das vezes, não bastam sequer para tratamento médico e remédios, nada restando para a sobrevivência familiar.

O princípio de isonomia, que deve regular as relações do Estado com os cidadãos, obriga-nos a apresentar a presente emenda como forma de garantir ao servidor aposentado uma existência digna.

Parecer:

A matéria da Emenda é, tipicamente, de natureza regulamentar a ser disciplinada pela legislação ordinária.

EMENDA:12280 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE LEITE (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 91

Dê-se ao artigo 91, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Art. 91 - O benefício de pensão por parte, atribuído ao cônjuge sobrevivente e aos dependentes, corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido".

Justificativa:

A presente emenda visa a corrigir imperfeição das pensões concedidas em razão da morte do servidor público: a discriminação quando o cônjuge sobrevivente é o homem, que nada recebe. Ora, se entendermos a pensão como retribuição à contribuição feita pelo servidor, como forma de seguro, durante sua vida profissional, o benefício deve ser concedido, independentemente de quem sobreviva.

Parecer:

Teria fundamento a Emenda, como norma acauteladora da igualdade de direitos, não fosse a circunstância de que o Projeto já assegura a plenitude dessa igualdade para todos os cidadãos, sejam homens ou mulheres.

EMENDA:12471 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ FREIRE (PMDB/GO)

Texto:

Emenda ao Artigo 90

Suprime o artigo.

Justificativa:

A seção em que está inserido o artigo trata de servidores públicos. Portanto, compreende, em sua grande maioria, segurados da Previdência Social. Esta não tem condições financeiras e, provavelmente, é impossível que qualquer sistema previdenciário tenha, de assegurar que os proventos dos inativos além de manterem seu padrão real, acompanham os ganhos reais dos ativos dos cargos anteriormente ocupados pelos aposentados.

Tal dispositivo é utópico e possível apenas quando referido a pequenos grupos que se tornam, por isso, privilegiados em relação à massa dos aposentados.

Artigos como esse e outros que estabelecem privilégios previdenciários para grupos sociais determinados precisam ser analisados, à luz da constatação de que os benefícios previdenciários são pagos aos aposentados e pensionistas com recursos retirados dos trabalhadores atualmente em atividade, em sua grande maioria pobres.

Parecer:

A aposentadoria deve ser considerada como um justo prêmio ao servidor que dedicou grande parte de sua vida ao serviço público. Contudo, ele tem se tornado um verdadeiro pesadelo, pois os proventos são menores e seus reajustes não acompanham, aos da remuneração do servidor em atividade. Nada mais justo pois, que se trate com mais justiça o aposentado a fim de não obrigá-lo a iniciar uma nova atividade produtiva no sentido de suprir seu orçamento familiar.

EMENDA:12472 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ FREIRE (PMDB/GO)

Texto:

Emenda ao Artigo 88, alínea d .

Suprime a alínea d .

Justificativa:

O dispositivo representa privilégio que não tem qualquer sustentação principalmente porque tende a beneficiar apenas aos servidores de alta qualificação que teriam maior facilidade de competição no mercado de trabalho.

Parecer:

pela aprovação nos termos do substitutivo

EMENDA:12559 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

Texto:

Emenda supressiva da alínea "d", do artigo 88.

Suprima-se a alínea "d" do art. 88 do Projeto de Constituição.

Justificativa:

Deverá ser suprimida a alínea "d" do art. 88 do Projeto de Constituição, tendo em vista as consequências nefastas causadas pelas aposentadorias precoces ao Erário Público, "quando ocorrem a partir dos dez anos de trabalho, com proventos proporcionais ao tempo de serviço". A aposentadoria a partir dos dez anos de trabalho, além de onerar o Erário Público, implica no desvio de recursos de áreas mais necessitadas, para o pagamento dos proventos da aposentadoria de indivíduos em condições de trabalho, que garantidos por uma renda mensal, buscam outras áreas de atividade.

Eis, o motivo da emenda supressiva.

Parecer:

Pela aprovação nos termos do substitutivo

EMENDA:12572 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTONIO FARIAS (PMB/PE)

Texto:

Acrescente-se a alínea e ao art. 88 do Projeto de Constituição, nestes termos:

Art. 88 -

e) com tempo inferior ao das modalidades previstas na alínea c, a ser fixado em lei, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso.

E acrescente-se a alínea c ao item I do art. 89, nestes termos:

Art. 89 -

c) contar tempo de serviço prestado nas condições previstas na alínea e do art. 88.

Justificativa:

Propomos o acréscimo da alínea e ao art. 88, para estender aos servidores públicos civis os mesmos direitos que são assegurados aos trabalhadores na alínea c do art. 356, ou seja, a aposentadoria especial, nos casos de “trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso”.

A inserção desse dispositivo ensejou o acréscimo da alínea c ao art. 89, para garantir proventos integrais aos servidores cujos serviços foram exercidos naquelas condições.

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:12682 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AGASSIZ ALMEIDA (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 88

A alínea "b" do art. 88, passa a ter esta redação:

Art. 88 -

"b) compulsoriamente aos setenta anos de idade;"

Justificativa:

O dispositivo ora emendado, ao invés de favorecer a mulher, discrimina considerando-a incapaz para qualquer trabalho produtivo a partir dos sessenta e cinco anos de idade.

Sabe-se que o tempo de vida média da mulher é inferior ao do homem e este é, geralmente, atingido em maior grau de invalidez.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do substitutivo

EMENDA:12804 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

KOYU IHA (PMDB/SP)

Texto:

Suprime a alínea "d", do artigo 88, que permite a aposentadoria do servidor após 10 anos de trabalho

Justificativa:

Entendemos que a permissão prevista no inciso “d”, do artigo 88 – aposentadoria a partir de 10 anos de trabalho, com vencimentos proporcionais – configura exceção inadmissível, pelo privilégio que encerra em relação aos demais trabalhadores brasileiros, obrigados a se aposentar somente após 35 anos de trabalho, e pelo absurdo da proposta em si, a nosso ver, carente de qualquer justificativa racional.

É chegada a hora de colocarmos um paradeiro na ânsia de se conceder privilégios ao funcionalismo, já aquinhado com benesses como a aposentadoria integral, enquanto os demais trabalhadores aposentam-se com a média dos últimos doze meses ou assumimos uma postura séria, estabelecendo um mínimo de paridade de direitos, ou teremos que assumir a responsabilidade de

manter a injusta continuidade do tratamento diferenciado, que não encontra qualquer respaldo na sociedade.

Parecer:

Pela aprovação nos termos do substitutivo

EMENDA:12936 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ TINOCO (PFL/PE)

Texto:

O Art. 91 do Projeto de Constituição será acrescido o parágrafo único, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 91 -

§ Único - A regalia de que se trata será extensiva aos pensionistas beneficiários dos servidores cujos óbitos ocorreram antes da promulgação desta constituição.

Justificativa:

Trata-se de mérito indiscutível. A legislação vigente deixa os familiares do servidor falecido penalizados duplamente. Além da ausência do ente querido, a sua pensão (calculada sem as vantagens regulamentares inerentes ao cargo que vinha exercendo) fica substancialmente reduzida. A nova redação apresenta através apresentada através da presente emenda, corrige a falha existente no texto atual e devolve a milhares de famílias brasileiras direito líquido e certo que vem sendo reclamado ao longo dos últimos 20 anos.

Parecer:

A disposição é de natureza transitória pois visa a uma situação que só existirá no momento da promulgação da Constituição.

EMENDA:12937 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ TINOCO (PFL/PE)

Texto:

No Art. 90 do Projeto de Constituição será acrescido o parágrafo único, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 90 -

§ Único - A revisão de proventos de que trata o "in fine" do presente artigo, será efetuada com base na totalidade da remuneração, inclusive das gratificações e vantagens permanentes, devida e percebida pelo servidor, em atividade, de igual categoria funcional e posicionamento.

Justificativa:

É preciso que essa revisão de proventos seja efetuada com base na totalidade da remuneração, inclusive das gratificações, porque nenhum servidor aposentado, se hoje em atividade estivesse, cuidaria de requerer sua aposentadoria por tempo de serviço (35 anos) se não estivesse em condições de incorporar, aos seus proventos, as gratificações e vantagens nos seus valores e percentuais máximos.

Parecer:

No texto encontramos "...sempre que se modificar a remuneração...". Este termo significa o

vencimento e mais as gratificações e vantagens pessoais. Sendo assim, entendemos que o disposto no art. 90 atende, perfeitamente, o objetivo da presente emenda.

EMENDA:13004 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSCAR CORRÊA (PFL/MG)

Texto:

Emenda Supressiva

Art. 90 - Suprima-se a parte final do artigo:

... "bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma."

Justificativa:

Estabelecer-se-ia o caos no serviço público, com a reclassificação ou transformação de cargos atingindo os aposentados.

Parecer:

Não vemos como a aplicação da transformação e reclassificação de cargos possa estabelecer o caos no serviço público.

Pelo contrário a medida preconizada no art. 90, "in fine" reveste-se de grande alcance social por estar embasada nos parâmetros da justiça.

EMENDA:13175 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

Texto:

Inclua-se Parágrafo único no art. 90 do Projeto, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A integridade dos proventos dos inativos será também garantida pela extensão, nos mesmos percentuais, de todas as gratificações e vantagens concedidas aos servidores em atividade."

Justificativa:

O Art. 89 do Projeto elaborado pela Comissão de Sistematização garante proventos de aposentadoria integrais – aos servidores públicos civis que se aposentarem nas condições do Item I, alíneas "a" d "b" do mesmo artigo.

E o art. 90 do mesmo Projeto determina a revisão dos proventos de aposentadoria, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou reforma.

Ora, é notório que todas as transformações, reclassificações, gratificações aumentos e concessões de outras vantagens aos servidores ativos, visaram, sempre em verdade, à correção da defasagem dos valores dos vencimentos ou remunerações, em virtude de alteração do poder aquisitivo da moeda, proveniente da inflação elevada ou por outras razões.

O eminente Ministro LUIZ OTÁVIO GALOTTI, quando no Tribunal de Contas da União, fez declaração de voto nos seguintes termos.

"É sabido que não tendo ficado os aumentos gerais, ultimamente, nem sequer perto da proporção de desvalorização da moeda, essa gravame é muitas vezes ressarcido, em parte, com a criação de gratificação que nem sempre alcançam os inativos."

Trata-se, então de legislação antes movida por critérios de eficiência administrativa do que por princípios de ética social, onde se produz odioso disfarce salarial, capaz até de comprometer, em sua inteireza, a eficácia do dispositivo da Constituição assecuratório da integralidade do provento.” (TCU-01 822/84).

Convém ressaltar, ainda, que o art. 91 do mesmo Projeto, com propriedade e justiça, inclui as ‘gratificações e vantagens recebidas pelo servidor falecido” na integração do benefício de pensão deixado por morte do mesmo servidor.

Assim senso, o objetivo da presente emenda é precisamente o de garantir, sem sofismas, o direito de inativo à permanente atualização integral dos seus proventos, evitando-se expedientes que frustrem a paridade que deve existir entre Ativos e Inativos, arduamente conquistada. Impede-se, assim o aviltamento da vida dos que se aposentarem após longos anos de dedicação ao serviço público.

Parecer:

No texto encontramos "...sempre que se modificar a remuneração...". Este termo significa o vencimento e mais as gratificações e vantagens pessoais. Sendo assim, entendemos que o disposto no art. 90 atende, perfeitamente, o objetivo da presente emenda.

EMENDA:13184 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo emendado: alínea "d" do artigo 88.

Suprimir a alínea "d" do artigo 88.

Justificativa:

Aposentadoria voluntária proporcional após 10 (dez) anos de serviço é regra nociva ao Erário.

Pela proposta, nada impede que, a cada 10 (dez) anos do funcionário se aposente por uma esfera (Estado, por exemplo) e ingresse na União ou Município e, em cada uma aposentando-se, proporcionalmente.

Isto pode provocar enxurrada de aposentadorias precoces, danosas ao orçamento público.

Parecer:

Pela aprovação conforme orientação dada ao substitutivo

EMENDA:13239 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Aditiva

Com referir-se aos proventos da aposentadoria, o art. 89 exige a inserção de inciso, que seria o III, por coadunar-se com a natureza da remuneração pertinente.

Seria de acrescentar-se:

Art. 89 - Os proventos da aposentadoria serão:

III - isentos do imposto sobre a renda.

Justificativa:

Os proventos da aposentadoria, que não correspondem sequer às contribuições previdenciárias de toda uma vida profissional, permanecem gravados com o imposto sobre a renda.

Inadmissível a incidência tributária, com desconto na fonte, mês a mês, e com a necessidade de sua declaração anual, relativamente a proventos – qualquer que seja a entidade pagadora.

A emenda, portanto, busca atenuar ônus e preocupações que sacrificam os servidores, no final da carreira que mais se aproxima os esforços, o zelo, em prol da causa pública.

Parecer:

Embora salutar e de grande alcance social, a matéria deve figurar no âmbito da legislação ordinária.

EMENDA:13411 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA:

Acrescente-se ao § 2o. do art. 88 do Projeto de Constituição as expressões: "exceto para policiais militares e bombeiros militares, os quais poderão aposentar-se após 25 anos de serviço, inclusive tempo averbado, voluntariamente, com vencimentos e vantagens integrais."

Justificativa:

Os Policiais Militares e os Bombeiros Militares exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, concorrendo a escalas de serviço aos sábados, domingos e feriados, em horários alternados, além da carga horária que supera os limites das oito horas/dia, que reduz sua capacidade de trabalho ao longo do tempo, fere ao desgaste físico que produz o especialíssimo regime operacional das respectivas Corporações.

Devem, portanto, aposentar-se após 25 anos de serviço, a exemplo do magistério (art. 372, Item V do Projeto de Constituição).

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:13590 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

Acrescentar § 3o. e § 4o. ao art. 88:

"§ 3o. - Todo o tempo de serviço prestado, durante o qual tenha havido contribuição previdenciária, à qualquer órgão arrecadador será computado pra todos os efeitos legais.

§ 4o. O tempo de serviço federal, estadual ou municipal será computado integralmente para todos os efeitos."

Justificativa:

Tal preceito existia em todas as constituições anteriores, esquecido no Anteprojeto da Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização.

O cômputo, anteriormente, não era para todos os fins e sim para a aposentadoria e disponibilidade Art. 102, § 3º da Constituição Federal de 1967.

Parecer:

A medida preconizada pela presente emenda deva figurar na lei ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:13643 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: art. 87, alínea "b"

A alínea "b", do art. 88, do projeto, passa a vigorar da seguinte maneira.

Art. 88.

b) - Compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade para ambos os sexos.

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória para servidor público deva ser reduzida para sessenta e cinco anos de idade, haja vista que nessa idade em diante o seu vigor físico e mental deva ser mais preservado para que consequentemente tenha uma velhice menos tumultuada e os seus dias de vida subsequentes mais zelados.

O servidor público passa toda fase da sua vida em exclusiva dedicação ao trabalho, a maior parte de seu tempo eximindo-se ao lazer e até a própria assistência familiar.

Ponderamos a nossa justificativa por entendermos que ela representa os anseios da classe e por assentar-se melhor aos padrões de justiça social.

Propugnamos mesma faixa etária a aposentadoria por entendermos que esta é uma forma de evitar-se a discriminação a partir do texto constitucional.

Parecer:

Pela rejeição conforme orientação dada ao Substitutivo.

EMENDA:13712 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO CUNHA (PMDB/GO)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao art. 90 do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização:

"Art. 90. Os proventos da inatividade serão iguais à remuneração de igual cargo e referência na atividade e deverão ser revistos automaticamente sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos servidores em atividade, a partir da mesma data e na mesma proporção, bem como sempre que for transformado ou, na forma da lei, reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria. Estender-se-ão aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividades."

Justificativa:

É inadmissível a discriminação sofrida pelos servidores, que após dedicarem quase toda sua vida à causa pública passam a perceber, na inatividade, remuneração significativamente inferior aos seus pares que permanecem em atividade.

A aposentadoria, que deveria ser um prêmio, um descanso merecido, passa a ser um suplício, especialmente no que se refere ao retardamento da aplicação da norma legal para efetivação do pagamento.

Parecer:

A redação do projeto atende às especificações propostas, sem necessidade de mencioná-las explicitamente, pois são patentes

EMENDA:13713 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO CUNHA (PMDB/GO)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao art. 91 do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização.

"Art. 91 Fica assegurada a manutenção da totalidade dos vencimentos ou soldos, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor quando de seu falecimento, aos beneficiários de sua pensão, inclusive extensivo ao cônjuge sobrevivente.

§ 1o. É assegurado aos dependentes dos servidores estáveis, demitidos do serviço público, pensão equivalente a 50% do vencimento, gratificações e vantagens incorporáveis na aposentadoria.

§ 2o. A lei estabelece critérios iguais para a fixação do valor das pensões devidas em razão do falecimento de servidores civis e militares.

Justificativa:

A fixação do valor das pensões devidas por morte do servidor, deve guardar estreita relação com os encargos familiares do cônjuge sobrevivente. Os dependentes de servidores civis falecidos estão, hoje, condenados a uma situação de penúria social, dado que o valor das pensões é muitas vezes irrisório, quando comparado à remuneração a que fazia jus o servidor falecido. Sob esse aspecto, não se pode admitir cálculos diferenciados para civis militares, devendo a lei, em ambos os casos, fixar critérios iguais para o estabelecimento do valor da pensão.

A pensão deve ser fixada em função da morte do funcionário e não em decorrência da sua natureza. Em nossa sociedade atual a interdependência econômica entre os cônjuges deve ser reconhecida também em matéria de pensionamento.

O parágrafo primeiro visa dar amparo à família dos servidores estáveis, quando afastados do serviço público, ficando, na maioria dos casos, a família em condições de penúria. Esta norma já é utilizada sabiamente pelos militares que consideram mortos seus integrantes, na hipótese de afastamento, concedendo, no entanto, um soldo à sua família.

Parecer:

O texto no caput, apenas repete o que já contempla o projeto. O parágrafo primeiro estabelece uma fórmula que, se aplicada, redundaria no absurdo de alguém procurar ser demitido do serviço público para assegurar aos seus dependentes, ainda em vida - quiçá em pleno vigor físico e intelectual - uma pensão correspondente a 50% da remuneração do titular. Como o servidor estável só pode ser demitido após inquérito administrativo (portanto, por falta grave), chegar-se-ia ao absurdo de a Constituição vir a assegurar o ilícito.

Pelo não acolhimento.

EMENDA:14116 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JÚLIO COSTAMILAN (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Modificativa.

Dispositivo Emendado: art. 88

As letras (b) e (c) do art. 88 do Projeto de Constituição passam a ter a seguinte redação:

Art. 88.

b) compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade para o homem e sessenta para a mulher:

c) voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco para a mulher.

Justificativa:

A fixação do tempo de serviço e da idade, nas situações acima se torna necessária para que não exista discrepâncias no trato dos direitos de trabalhadores e servidores públicos, para fazerem jus a aposentadoria.

Parecer:

A aposentadoria compulsória existente no serviço público difere fundamentalmente da aposentadoria da Previdência que não é compulsória.

Se estabelecemos a idade limite de 65 ou 60 anos estaríamos proibindo ao servidor de continuar trabalhando mais um tempo que ele julga estar ainda apto. Para o aposentado pela Previdência não há impedimento algum de continuar exercendo sua atividade até quando ele quiser.

Quanto à aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e a mulher, entendemos que a ideia não deva prosperar.

Enfim, a sugestão propõe algo que estaria gerando uma certa precocidade, prejudicial para uma nação carente e subdesenvolvida.

EMENDA:14276 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Aditiva ao ART. 89

Adite-se ao art. 89 do Projeto de

Constituição do Nobre Relator, o seguinte inciso III:

Art. 89.

Inc. III - O trabalhador rural será aposentado ao atingir 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se do sexo masculino, e 50 (cinquenta) anos de idade se do sexo feminino.

§ único. Nenhuma aposentadoria do trabalhador rural poderá ser inferior a um salário mínimo.

Justificativa:

É preciso fixar, a nível constitucional, a aposentadoria do homem do campo, que começa a trabalhar ainda menino ao atingir 50 ou 55 anos de idade, já esta alquebrando, sem forças para continuar o seu trabalho pesado e extenuante.

Por outro lado, é preciso assegurar-lhes um mínimo de dignidade, o que se obterá com a norma do parágrafo único.

Parecer:

A proteção ao trabalhador rural, consubstanciada na emenda, está assegurada nos termos do substitutivo do Relator.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:14471 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO REZEK (PMDB/SP)

Texto:

Acrescente-se ao § 2o. do art. 88 do Projeto de Constituição as expressões: "exceto para policiais militares e bombeiros militares, os quais poderão aposentar-se após 25 anos de serviço, inclusive tempo averbado, voluntariamente, com vencimentos e vantagens integrais."

Justificativa:

Os Policiais Militares e os Bombeiros Militares exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, concorrendo a escalas de serviço aos sábados, domingos e feriados, em horários alternados, além da carga horária que supera os limites das oito horas/dia, que reduz sua capacidade de trabalho ao longo do tempo, fere ao desgaste físico que produz o especialíssimo regime operacional das respectivas Corporações.

Devem, portanto, aposentar-se após 25 anos de serviço, a exemplo do magistério (art. 372, Item V do Projeto de Constituição).

Parecer:

A Emenda visa a estabelecer o tempo de serviço de 25 anos para a concessão da aposentadoria dos policiais militares e bombeiros.

Trata-se, na realidade, de matéria estranha ao dispositivo em tela, que estabelece, apenas, a equivalência de critérios e valores entre servidores civis e militares.

Pela rejeição.

EMENDA:14602 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DASO COIMBRA (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado - Artigo 90

Do artigo 90, suprima-se as expressões "bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma".

Justificativa:

A primeira parte do artigo atende à plenitude da ideia que vem nas expressões a serem suprimidas.

Há, portanto, uma repetição desnecessária com a agravante de perpetuar institutos apócrifos, com os da transformação e reclassificação de cargos ou funções, matéria esta que não deve ser consagrada pela Lei Maior.

O ingresso por concurso e a ascensão funcional atendem às profissões por mérito e por antiguidade e favorecem aos servidores em atividade, com reflexos na aposentadoria.

Entretanto, em ocorrendo aqueles fenômenos, transformações e reclassificação, seção se restringirem a situações individuais, é da lei específica o dizer ou não de sua extensão aos aposentados, sem determinações prévias na Constituição.

É a justificativa.

Parecer:

O artigo 90, "in fine" trata de um aspecto que complementa a disposição do artigo. As transformações e as reclassificações advêm de reformas administrativas, quando necessárias, devendo atingir todos os servidores, ainda que aposentados.

Pela rejeição.

EMENDA:14654 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Aditiva

Introduza-se um parágrafo 3o. no art. 88, com a seguinte redação:

§ 3o. - os prazos referidos na alínea "c"

ficam reduzidos em cinco anos para os professores.

- Introduza-se um parágrafo no art. 356, com a seguinte redação:

Parágrafo único. - Os prazos referidos nas alíneas "a" e "b" ficam reduzidos em cinco anos para os professores.

Justificativa:

No que diz respeito aos professores do ensino superior, a Emenda Constitucional nº 18 da Constituição Federal atual quis, evidentemente, beneficiar o docente que completasse 30 anos de efetivo exercício no magistério, quando homem e 25 quando mulher, procurando, destarte compensá-lo pela desgastante função, concedendo-lhes proventos integrais, sendo indubitáveis que tal benefício não só deve ser mantido, como ainda estendido ao empregado professor.

Parecer:

Pelo não acolhimento, tendo em vista a orientação adotada no substitutivo.

EMENDA:14656 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL/RJ)

Texto:

Dê-se à alínea "b" do artigo 88 do Projeto de Constituição a redação seguinte:

"Art. 88.

.....

"b") por velhice, aos sessenta e cinco anos de idade;"

Justificativa:

A medida proposta visa a conferir tratamento idêntico aos servidores públicos e segurados da previdência, no tocante à aposentadoria por impleto de idade.

A aposentadoria compulsória, conforme nas disposições referentes aos servidores públicos, não se coaduna com a realidade, na medida em que pressupõe a incapacitação para o trabalho, a partir de uma idade aleatoriamente fixada, impedindo destarte que pessoas perfeitamente lúcidas e capazes prestem valiosa contribuição à sociedade.

A história é plena de exemplos de pessoas que em cidade provecta produziram obras-primas no campo das artes e da ciência. Aliás a própria Assembleia Nacional Constituinte consta com parlamentares de idade avançada, muito superior aos limites de setenta e sessenta e cinco anos, e que foram escolhidos pela Nação, através de voto direito e livre, para representa-la nesse momento decisivo de nossa história.

Nos termos propostos, à aposentadoria por velhice é uma faculdade que pode ser exercida pelo servidor no seu interesse. Quanto ao interesse da administração, está perfeitamente coberto pela aposentadoria por invalidez, física ou mental, que pode ocorrer muito antes dos limites da idade previstos para a aposentação compulsória.

O que não se pode admitir é que a Lei Maior como neste pura e simplesmente o preconceito contra a velhice.

Parecer:

Estamos consciente que a fixação de um limite de idade sempre é algo arbitrário. Entretanto, levando em conta o índice de vida média de brasileiro, entendemos que 70 anos é uma boa idade a ser estabelecida.

EMENDA:14763 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

Inclua-se, onde couber, no Título IX, capítulo VIII - Da Administração.

Art. - É assegurada aposentadoria integral ao servidor que sofrer invalidez permanente, de qualquer natureza, comprovada através de avaliação por junta médica oficial.

Justificativa:

A invalidez é uma situação involuntária e penosa do servidor que obriga a interromper, por motivo alheio à sua vontade, a prestação de serviços à União. Dessa forma, qualquer que seja a causa da invalidez, ao servidor desse ter assegurados os proventos integrais para a aposentadoria. Atualmente apenas alguns casos da invalidez, previstos em lei, dão direito a proventos integrais. Em vários outros casos, embora o funcionário seja considerado inválido, recebe apenas proventos proporcionais. Os casos de invalidez, portanto, não podem ser previstos em lei mas, sim, devem depender de laudo especializado elaborado por órgãos oficiais e idôneos.

Parecer:

A questão relativa ao valor dos benefícios será tratada com base nos princípios da "seletividade e distributividade" previstos no inciso IV do art. 334 do Projeto. Assim, sua correspondência com o valor do salário deverá variar, a fim de que se proporcione mais aos que ganham menos e vice-versa.

EMENDA:14855 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO MAINARDI (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: art. 88, alínea "d"

A alínea "d" do art. 88 passa a ter a seguinte redação:

"Voluntariamente a partir dos vinte (20) anos de trabalho, a qualquer momento, desde que

requerida pelo servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço".

Justificativa:

A presente retificação no tempo para a opção de aposentação do servidor público é justa, ao contrário dos dez anos, constante do substitutivo.

Além de ser uma das formas de combater a crise do desemprego, em determinados momentos, há que considerar-se a expectativa de vida do povo brasileiro e, particularmente, do servidor que percebe salários incompatíveis com as obrigações a que está sujeito. Ademais, a faculdade de opção pela aposentadoria voluntária a partir dos vinte anos, proporcionará ao servidor a possibilidade de fruir por mais tempo do merecido descanso, a quem labutou por um longo período, presente sempre que a sobrevida, após a aposentadoria, nas condições de vida da realidade brasileira não persiste por um lapso de tempo que se possa admitir como razoável não justificando, assim, a existência da só aposentadoria aos trinta e cinco anos.

Parecer:

Não há porque conceder uma aposentadoria aos 20 anos ao servidor público. Se a aceitássemos surgiria uma desigualdade odiosa em relação aos demais trabalhadores.

EMENDA:14866 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

Texto:

Acrescente-se parágrafo único ao art. 90:

Art. 90

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria são integralmente isentos da incidência do imposto sobre a renda.

Justificativa:

Quando a pessoa encontra-se aposentada deve desfrutar do merecido descanso. Já ofereceu ao País toda a sua força de trabalho e, no caso da vida, tem o direito de repousar. Não deve ficar preocupada com a própria subsistência. Por isso mesmo, e tendo em visto que uma política fiscal draconiana tem imperado no País, esta proposta pretende isentar, integralmente, da incidência do imposto sobre a renda os proventos dos aposentados. É medida das mais justas e que deve merecer o nosso apoio e voto favorável.

Parecer:

Ainda que meritório e de grande alcance social, a sugestão não deve figurar no texto constitucional. Trata-se de matéria pertinente à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:14870 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

Texto:

Suprima-se o item b do art. 88

Justificativa:

Em 1946, quando foi promulgada a Constituição elaborada com a redemocratização do País, fixou-se a idade de setenta anos para a aposentadoria compulsória. De lá para cá, contudo, foram inúmeros os avanços da medicina e da melhoria de condição de vida. A vida média do cidadão brasileiro aumentou significativamente.

Creio que não se deve falar em aposentadoria compulsória, por limite de idade. Esta é uma questão que deve ser decidida por cada interessado pois conheço inúmeras pessoas, ainda com grande potencial de trabalho, que se viram injustiçadas com a aposentadoria compulsória.

Parecer:

A aposentadoria compulsória é um instituto que deve permanecer. Entendemos que ela fixa um limite de trabalho no serviço público importante tanto para o indivíduo, que merece um justo descanso, como para a administração, que necessita de uma renovação de seus quadros.

EMENDA:14891 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 90, Seção II

Suprimam-se do projeto:

O artigo 90, da Seção II

Justificativa:

A prosseguir esta série de vantagens que está sendo tentado distribuir, indiscriminadamente, àqueles que tiveram a sorte de entrar para os quadros funcionais do Governo, muito em breve seremos uma Nação em que, toda a sua arrecadação de impostos será beneficiar os seus servidores, ativos e inativos.

Parecer:

O artigo 90, na forma como se encontra, apenas preceitua uma norma de justiça social e, como tal,, deve constar no texto constitucional.

Pela rejeição.

EMENDA:14921 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 88.

Acrescente-se ao artigo 88 o parágrafo 3o., com a seguinte redação:

§ 3o. Os prazos referidos na alínea "c" serão reduzidos em cinco anos para os servidores que exerçam o magistério e para os ocupantes de cargos privativos para portadores de diploma de nível superior.

Justificativa:

A atividade do magistério requer um adicional esforço físico e mental, com o consequente desgaste, o que implica em redução das condições favoráveis a um bom rendimento do ensino.

Com relação aos portadores de diploma de nível superior, deve levar-se em consideração que o tempo médio de duração dos cursos universitários, cinco anos, é um tempo aplicado na preparação indispensável para o exercício do cargo.

Parecer:

Entendemos que a redução do tempo de serviço para aposentadoria só deverá contemplar os profissionais em atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosos.

Pela rejeição.

EMENDA:14937 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MOEMA SÃO THIAGO (PDT/CE)

Texto:

Emenda Modificativa e Aditiva

Dê-se à letra "b" do Art. 88 do Projeto de Constituição a seguinte redação e acrescente-se uma alínea:

"Art. 88 -

a)

b) compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade para o homem;

c) compulsoriamente, aos 65 (sessenta e cinco) aos 70 (setenta) anos de idade para a mulher, a critério da servidora.

d) voluntariamente

e) voluntariamente, a partir

Justificativa:

A igualdade de direitos e obrigações entre o homem e a mulher é uma medida que se impõe.

A realidade na qual vivemos, todavia, exige a distinção legal de algumas situações que longe de caracterizarem privilégios configuram decisões de inegável justiça.

Assim, a aposentadoria voluntária aos trinta anos de serviço nada mais é do que o reconhecimento àquela pessoa a quem os costumes, as circunstâncias e a cultura exigem, ao longo de toda vida, a dupla jornada de trabalho.

Ao contrário do que se pode imaginar, quando a "expulsória" é estabelecida aos sessenta cinco anos para a mulher estamos admitindo um preceito que pode acarretar prejuízos para determinadas categorias profissionais.

Parecer:

A aposentadoria compulsória não deixa de ser, no fundo, uma certa penalização ao funcionário. Daí que não podemos abreviá-la, pois estaríamos prejudicando o próprio servidor.

EMENDA:14972 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO ALVES (PFL/BA)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: artigo 88 Parágrafo 1o.

O parágrafo 1o. do art. 88 do Projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 88 -

§ 1o. Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, ressalvados os direitos dos trabalhadores temporários que contribuem para a previdência social.

Justificativa:

A Lei 6.019, de 1974, que instituiu o regime de trabalho temporário no País, já conta com três milhões e meio de trabalhadores por ela redigidos (motoristas, guardas de segurança, garis, ascensoristas, pessoal de limpeza, etc.). As empresas descontam para a previdência desses trabalhadores temporários como se fossem eles do quadro; direito à aposentadoria? Por que? Seria absurdo. O Estado utiliza os serviços de dezenas de milhares desses trabalhadores temporários, fornecidos por

empresas, mas a lei considera o tomador do serviço corresponsável pelas indenizações e direitos previdenciários do pessoal, mesmo sem vínculo empregatício.

Parecer:

Não há necessidade de figurar no texto constitucional o dispositivo sugerido. Desde que contribuam para a Previdência Social, por ela serão aposentados no tempo previsto por lei.

EMENDA:15102 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Dê-se ao artigo 91, a seguinte redação:

Artigo 91 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior.

Justificativa:

A emenda insere a paridade no benefício de pensão.

Parecer:

Desnecessária a preocupação. O artigo anterior (90) é de universal aplicação.

EMENDA:15126 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 88, seção II, letra "d".

Suprimam-se do projeto:

a) - letra "d" da Seção II, do Artigo 88

Justificativa:

A manter o presente item, seríamos obrigados a utilizar os mesmos critérios para todos aqueles que prestam os seus serviços em qualquer entidade pública ou privada.

Como o funcionário público, o pagamento que recebe é proveniente dos cofres públicos, ou seja, e o produto da arrecadação nacional, procura-se dar um privilégio que não e possível ser estendido a outras classes que também merecem nosso respeito, porque são trabalhadores.

Parecer:

A aposentadoria aos 10 anos de serviço é, realmente, descabida e não podendo, portanto, permanecer o dispositivo a respeito. Se mantivéssemos esta alínea, estaríamos obrigados a utilizar os mesmos critérios para os demais trabalhos.

EMENDA:15303 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO CORRÊA (PDT/DF)

Texto:

EMENDA ADITIVA.

Acrescente-se ao artigo 90 o seguinte parágrafo único:

"Art. 90. -

.....
 Parágrafo único. - Os proventos de inativos dos servidores públicos federais, civis e militares, correrão à conta do Orçamento da União (ou do Tesouro Nacional)."

Justificativa:

Existe hoje uma grande preocupação da classe quanto a transferência desse encargo para a Previdência Social. O novo estatuto (regime civilista) preparado pelo Sr. Aloisio Alves não deixa esta situação, que faz induzir o encaminhamento da clientela para o regime da Previdência Social. Se assim o for, o art. 90 ficará prejudicado face o que dispõe o art. 356 do texto do Projeto de Constituição apresentado.

Parecer:

A especificação é desnecessária, pois a responsabilidade pelo servidor inativo é indubitavelmente da União, por seu orçamento. Pelo não acolhimento.

EMENDA:15415 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda (substitutiva)

Título IV - Capítulo VIII - Seção II

Dê-se ao inciso I do art. 89 a redação seguinte:

"Art. 89

I - rigorosamente correspondentes aos rendimentos percebidos no último mês completo de atividade, incorporando todos os adicionais e gratificações percebidos na data da aposentadoria, quando o servidor:"

Justificativa:

À emenda visa a tornar mais clara a disposição, de vital importância para o direito dos inativos.

Estão particularmente interessadas nesta emenda, entre outras, as seguintes entidades.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior.

ANDEF – Associação Nacional dos Docentes de 1º e 2º Graus Federais.

FASUBRA – Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras.

FENASEFE – Federação Nacional dos Servidores de Escolas Federais.

CONDITEC – Conselho de Diretores de Escolas Técnicas Federais.

CRUB – Conselho de Reitoras das Universidades Brasileiras.

Parecer:

Pela rejeição, considerando que a Emenda não apresenta modificações substantivas, mas apenas formal.

EMENDA:15515 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO VITAL (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, à alínea c, do art. 88, da Seção II -

DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS - do Capítulo VIII,

do Título IV, a seguinte redação:

"Art. 88

c) voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta anos para mulher, resguardadas as conquistas de cada categoria em relação ao tempo de aposentadoria;"

Justificativa:

Diversas categorias já têm direito à aposentadoria especial, como é o caso, por exemplo, dos professores.

Não se pode conceber, portanto, que a nova Constituição venha extinguir esse direito, que representa verdadeira conquista para essas categorias profissionais, um flagrante retrocesso em nossa legislação.

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:15527 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DIONÍSIO HAGE (PFL/PA)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Dispositivo a receber o acréscimo - Art. 91 , do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização

O dispositivo citado, ou seja o art. 91, passará a ter a seguinte redação:

O benefício de pensão por morte corresponderá a totalidade da remuneração, dos proventos, gratificações e demais vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

Na prática se vem demonstrando que os herdeiros do servidor falecido, não vem recebendo todas as vantagens que possuía o citado servidor. E bom até mesmo que se esclareça que os pensionistas de aposentados nem mesmo tem recebido corretamente tudo aquilo que lhe é devido, daí a necessidade de emenda aditiva que tornará mais cristalino o direito dos beneficiados.

Parecer:

A expressão "proventos" implica a sua totalidade. E a remuneração abrange gratificações e vantagens pessoais. O texto do projeto já atende ao pretendido, em redação compatível.

Pelo não acolhimento.

EMENDA:15561 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 90.

O Art. 90 do projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 90 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data,

sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado, reestruturado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.

Justificativa:

A emenda inclui a expressão “reestruturado”, tendo em vista que a reestruturação de cargos e carreiras, é uma modalidade utilizada no servidor público, para alterar a situação dos servidores da ativa. A omissão da “reestruturação”, permitiria à administração utilizar-se desta omissão, para, por intermédio dela, conceder novas vantagens somente aos servidores da ativa, sem atingir o inativo, o que contraria o espírito do texto.

Parecer:

A reclassificação subentende a reestruturação, de modo que não há necessidade da isenção do termo no texto.
Pela prejudicialidade.

EMENDA:15562 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 91.

O Art. 91 do projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 91 - O benefício de pensão por morte do servidor ativo ou aposentado, corresponderá à totalidade da remuneração, proventos, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

Justificativa:

A emenda visa garantir a pensão, com a totalidade dos proventos por morte do servidor inativo, aos seus beneficiários.

Como consta do texto emendado o benefício da pensão só corresponderia, á totalidade da remuneração e vantagens quando se tratasse de serviço ativo, pois não foi consignada a expressão “proventos” que é a própria do inativo.

Parecer:

A forma adotada no projeto já contempla a hipótese.
Pela prejudicialidade.

EMENDA:15581 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

Dispositivo Emendado: Artigo 88 - § 2o.

O § 2o. do Art. 88 do projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 88

§ 2o. - São equivalentes os princípios e critérios para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar.

Justificativa:

O § 2º do Art. 89, como consta do anteprojeto, prevê a equivalência de critérios e “valores”, na aposentadoria dos servidores civis e militares.

Não há como haver equivalência em “valores”, pois cada situação será individual e distinta. O que poderá ser assegurado, como deve, é a equivalência de critérios e princípios, de modo geral, entre servidores civis e militares, como consta desta emenda.

Parecer:

Parecer idêntico ao de n. 1p16847-3
Pela rejeição.

EMENDA:15582 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

Dispositivo Emendado: Artigo 89.

O Art. 89 do projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 89 - Os proventos da aposentadoria corresponderão à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais e serão:

Justificativa:

Não seria justo que o servidor público após dezenas de anos de prestação de serviço, ao se aposentar, tivesse como base para cálculo de seus proventos, somente o seu vencimento básico, desprezadas as demais vantagens adquiridas ao longo de sua profícua e importante atividade, que lhe foram conferidas pela legislação pertinente.

Parecer:

Parecer idêntico ao de n. 1p16950-0.
Pela rejeição.

EMENDA:15714 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO CORRÊA (PDT/DF)

Texto:

Emenda aditiva.

Acrescenta-se ao art. 88, o seguinte § 3o:

"Art. 88 -

.....

§ 3o. - Ficam resguardadas as exceções às regras aqui estabelecidas para aposentadorias e reformas, previstas em lei anterior à promulgação desta Constituição, que reduziram o tempo de serviço para aqueles fins."

Justificativa:

Esta proposta visa proteger os direitos adquiridos, por lei, anterior, por categorias de funcionários públicos, que em face à natureza de seus cargos gozam da redução do tempo de serviço para aposentadoria. Beneficiará especialmente as categorias das Polícias Federal e Estaduais, Polícia Rodoviária, Polícias Militares, Radiologias, Sanitaristas e àquelas que trabalham com tóxicos e explosivos.

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:15728 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LÉLIO SOUZA (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Supressiva

"Suprima-se o § 1o. do Art. 88 do Projeto".

Justificativa:

A norma consignada no indigitado § 1º desse artigo investe contra remansosa tradição constitucional. Aliás, mantida no texto, constituiria exceção suscetível de provocar injustiça, quanto ao trato de situações derivadas do exercício, embora temporário, de cargos, funções ou empregos públicos. Entendendo-se como alcançados por essa exceção, exercentes de cargos de confiança ou cargos em comissão, transitórios e, portanto, temporários, tais servidores ficariam desprotegidos de qualquer amparo jurídico, caso viessem a sofrer invalidez permanente por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave incurável, especificada em lei.

Essa não é a tradição do direito pátrio, que deita raízes nos mais genuínos princípios de equidade. A invocação pretendida modifica para pior, não acarretando nenhum avanço digno de nota no campo do oferecimento de maior segurança e garantia para quem se aventurar ao exercício dessas funções, cargos ou empregos, de natureza transitória.

Aliás, o ingresso no exercício dessas funções é precedido de exames médicos logo, nela ninguém ingressará doente. E se a deterioração irremediável da saúde ocorrer nesse exercício, quem responderá por isso?

Daí, então, a presente emenda supressiva.

Parecer:

Atualmente, no serviço público, aquele que não pertence ao quadro estatutário, é regido pelas normas da CLT e, como tal, é amparado pela Previdência Social. Aliás, ninguém pode ser empregado nesse País sem descontar o INPS.

Pela rejeição.

EMENDA:15796 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EDMILSON VALENTIM (PC DO B/RJ)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Título IV - Capítulo VIII - Seção II

Dê-se ao inciso I do Art. 89 a redação seguinte:

Art. 89 -

I - Rigorosamente correspondentes aos rendimentos percebidos no último mês completo de atividades, incorporado todos os adicionais e gratificações percebidos na data da aposentadoria, quanto, quando o servidor:

Justificativa:

A emenda visa a tornar mais clara a disposição, de vital importância para o direito dos inativos.

Parecer:

Trata-se de matéria a ser regulamentada através de lei ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:15863 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

DISPOSITIVO EMENDADO: ART. 89 INCISO I, LETRA "B".

A letra "B" do inciso I do Art. 89 do

projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 89

I -

B - sofrer invalidez permanente:

Justificativa:

O inválido não deve ser julgado pelo motivo causador da invalidez.

Não vemos razão para conceder aposentadoria integral apenas em determinados casos de invalidez.

A proposta deve ser mais abrangente: uma vez inválido, por qualquer motivo, fará jus o servidor à aposentadoria integral.

Parecer:

Pelo não acolhimento nos termos do substitutivo.

EMENDA:16021 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BOCAYUVA CUNHA (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 90

O Artigo 90 passa a ter a seguinte redação; e

inclua-se o Parágrafo Único:

Art. 90 - Os vencimentos, gratificações, vantagens e quaisquer outros benefícios, atuais e futuros, concedidos aos funcionários ativos, serão estendidos aos inativos nas mesmas bases e condições e na mesma data.

Parágrafo Único - Incluem-se nas disposições deste artigo todas as gratificações e vantagens concedidas, anteriormente a vigência desta Constituição.

Justificativa:

Através dos Decretos-leis 2200/84 e 2249/85, foi concedida aos ocupantes de cargos de nível superior a Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa, correspondente a 80% do cargo, exceto para os funcionários que já estavam aposentados, que receberam a metade, ou seja, 40% (ART. 5º Decreto-lei 2200/84).

A percepção de 40% pelos funcionários já aposentados gerou uma grande injustiça, pois, os que se aposentaram após a vigência daqueles Decretos-leis, bem como, os beneficiários de pensão especial de funcionários falecido antes ou depois dos Decretos-leis têm incorporados em seus proventos o percentual de 80%.

Esta situação fere o princípio de isonomia, porque o beneficiário de pensão especial concedida antes dos Decretos-leis recebe 80% e os aposentados, também, antes, recebem 40%. É, efetivamente, injustiça.

Parecer:

O objetivo da presente emenda já está atendido no texto do projeto. Pela prejudicialidade.

EMENDA:16073 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Suprima-se o item I do art. 89 do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização.

Justificativa:

A matéria será melhor regulada em lei ordinária que deverá levar em conta, inclusive, as fontes de custeio.

Parecer:

Não se pode deixar de fora o princípio da integridade da aposentadoria. A garantia de tal preceito garante a continuidade de uma conquista dos servidores públicos. Pela rejeição.

EMENDA:16149 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HILÁRIO BRAUN (PMDB/RS)

Texto:

Dá-se nova redação ao § 2o. do artigo 88:

§ 2o. - São equivalentes os critérios para a aposentadoria e reforma no serviço público civil e militar, exceto para os servidores policiais militares cuja aposentadoria voluntária dar-se-á aos 30 anos de serviço.

Justificativa:

A aposentadoria voluntária dos Policiais Militares deve dar-se aos 30 (trinta) anos de serviço, já que trata-se de uma classe que não é contemplada pela Consolidação das leis Trabalhistas e nenhuma legislação ordinária que lhes garante direitos comuns e de serviço insalubre, ou compensação pelo horário noturno etc.

Assim o Policial Militar passa o seu tempo de serviço, trabalhando sob as intempéries do tempo, policiando ou ruas, sujeito a inclemências e rigores do clima, além de seu serviço, especialmente no combate a marginais, não raras vezes perde a vida ou na pressão de policiamento de trânsito nas grandes cidades, ser latamente nocivo a saúde, especialmente a psíquica, segundo inclusive estudos de países ditos aditados, onde a cultura popular é sólida.

Assim, é justo que essa classe, que tanto dá pela sociedade e não tem benesse algum em nenhuma legislação, seja contemplada com o direito de aposentar-se voluntariamente aos 30 (trinta) anos de serviço.

Parecer:

Efetivamente, a equivalência de critérios e valores pretendidos é impraticável em termos tão simplificados como a redação apresentada . O parágrafo deve, pois, ser suprimido. Pela aprovação.

EMENDA:16151 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DORETO CAMPANARI (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva
Suprima-se o disposto na letra "d" do artigo 88.

Justificativa:

A aposentadoria é um pesado ônus, que deve ser suportado pelo estado, pois é um direito fundamental do trabalhador.
Mas deve ser concedida com parcimônia sem exagero, a partir de um tempo de serviço considerável. Aposentadoria com apenas 10 (dez) anos de trabalho (ainda que com proventos proporcionais) é um exagero.

Excepcionalmente, em situações transitórias, para eliminar um excesso de pessoal, ainda pode ser admitida, mas nunca em caráter permanente, ao inteiro dispor do funcionário.

Parecer:

A aposentadoria aos 10 anos de serviço é, realmente, descabida não podendo, portanto, permanecer o dispositivo a respeito. Se mantivéssemos esta alínea, estaríamos obrigados a utilizar os mesmos critérios para os demais trabalhadores.

EMENDA:16193 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ COSTA (PMDB/AL)

Texto:

Acrescente-se ao artigo 91, após a palavra "Falecido" o seguinte período:
Art. 91 - Ocorrendo a morte da pensionista, e descendentes em linha reta, aos homens, enquanto menores, e às mulheres, enquanto solteiras.

Justificativa:

Trata-se de conceder ao servidor civil as mesmas vantagens já concedidas ao militar, no que tange ao benefício da pensão. Corrige-se, assim, pela equiparação, grave injustiça em relação aos pensionistas do servidor civil.

Parecer:

Não é de acolher a pretensão. O fundamento da pensão é prover o sustento da família do extinto, até que seus membros se encontrem em condições de auto sustentar-se. Os descendentes dos familiares do falecido já terão outras fontes de recursos próprios.
Pelo não acolhimento.

EMENDA:16306 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

Texto:

Dê-se ao artigo 90, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:
Artigo 90: Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a retribuição dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.

Justificativa:

O objetivo de nossa Emenda, ao propor alteração na redação do artigo 90, do Projeto de Constituição, é substituir o termo "remuneração", pela palavra "retribuição", não por razões

gramaticais, mas por motivo de significado das expressões em questões, com profundo reflexo sobre o conteúdo da norma constitucional.

A expressão “retribuição” é abrangente em absoluto, compreendendo todos os elementos de contraprestação premiaria aos serviços prestados pelos servidores. Já a expressão “remuneração”, na terminologia técnica do Direito Administrativo, tem sentido mais restrito, podendo figurar na sua limitada abrangência, ou não, este ou aquele elemento pecuniário restritivo, conforme a natureza deste.

Na própria sistemática do Projeto de Constituição poderemos identificar exemplos do uso da expressão “remuneração” em sentido limitado no artigo 91, por exemplo, o Projeto usa “remuneração” como sinônimo de “vencimentos”, porque considera fora da abrangência do termo, as gratificações e vantagens que menciona em separado.

Finalmente, o objetivo da norma do artigo 90 do Projeto é instituir em real paralelismo dos proventos de aposentadoria com que percebem os servidores correspondentes da ativa.

Para assegurar uma efetiva igualdade entre estas duas modalidades de retribuição, consideramos indispensável evitar a expressão “remuneração”.

Pelas razões expostas, entendemos que a Emenda tem inteira procedência e merece o apoio dos ilustres colegas constituintes.

Parecer:

Sem adentrarmos-nos em uma discussão gramatical, o termo “remuneração” significa vencimento, gratificações e vantagens pessoais. Desse modo, entendemos que seu uso é correto.

Pela rejeição.

EMENDA:16371 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 90

Inclua-se parágrafo único no Artigo 90, com a seguinte redação:

Parágrafo único - A integralidade dos proventos dos inativos será também garantida pela extensão, nos mesmos percentuais, de todas as gratificações e vantagens concedidas aos servidores em atividade.

Justificativa:

O artigo 89 do Projeto elaborado pela Comissão de Sistematização garante de aposentadoria integrais aos servidores públicos civis que se aposentarem nas condições do Item I, alíneas “a” e “b” do mesmo Artigo.

E o Artigo 90 do mesmo Projeto determina a revisão dos proventos da aposentadoria, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou reforma.

Ora, é notório que todas as transformações, reclassificações, gratificações, aumentos e concessões de outras vantagens aos servidores ativos visaram, sempre, em verdade, à correção de defasagem dos valores dos vencimentos ou remunerações, em virtude de alteração do poder aquisitivo da moeda, proveniente de inflação elevada ou por outras razões.

O eminente Ministro LUIZ OCTAVIO GALOTTI, quando no Tribunal de Contas da União, fez declarações de voto nos seguintes termos.

“É sabido que não tendo ficado os aumentos gerais, ultimamente, nem sequer perto da proporção de desvalorização da moeda, esse gravame pé muitas vezes ressarcido, em parte, com a criação de gratificações que nem sempre alcançam os inativos.”

“Trata-se, então, de legislação antes movida por critérios de eficiência administrativa do que por princípios de ética social, onde se produz odioso disfarce salarial, capaz até de comprometer, em sua

inteireza, a eficácia do dispositivo da Constituição assecuratório de integridade do provento.” (TCU – 01822/84)

Convém ressaltar, ainda, que o Artigo 91 do mesmo Projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, com propriedade e justiça, inclui as “gratificações e vantagens recebidas pelo servidor falecido” na integração do benefício de pensão deixada por morte do mesmo servidor. Assim sendo, o objetivo da presente Emenda é precisamente o de garantir, sem sofismas, o direito do inativo à permanente atualização integral dos seus proventos, evitando-se expedientes que frustrem a paridade que deve existir entre ativos e inativos, arduamente conquistada. E impedindo-se, assim, o aviltamento da vida dos que se aposentaram após longos anos de dedicação ao serviço público.

Parecer:

O uso das expressões "proventos" e "remuneração" no artigo referido, atende ao objetivo da proposta, sem necessidade de acréscimo.

EMENDA:16379 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 89

Seja acrescentado ao Inciso I, do Artigo 89, a seguinte alínea:

C - ficam asseguradas ao servidor público civil aposentado as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada, desde que tenha exercido por período superior a dois anos.

Justificativa:

É medida da mais inteira justiça contemplar o inativo com as vantagens a que se fez jus pelo exercício, por mais de dois anos de cargo em comissão ou função gratificada.

É sabido e reconhecido o sacrifício dispensado e o esforço exigido do servidor público, quando no exercício de atribuição que ultrapassam a sua atividade normal ou rotineira, senso razoável compreender que ele passa a depender dos recursos a que fez jus durante o citado exercício.

Parecer:

A emenda versa sobre regulamentação da aposentadoria e, conseqüentemente, não deve figurar no texto constitucional. Pela rejeição.

EMENDA:16454 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se ao art. 90 a seguinte redação:

"Art. 90 - Sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, forem revistos os vencimentos dos servidores, também serão reajustadas, na proporção, os proventos da inatividade.

Justificativa:

É justo, é equânime, que se assegure aos inativos a recuperação do poder aquisitivo dos proventos que lhes competem, sempre que tal tratamento for reconhecido aos servidores da ativa. Entretanto,

estender aos inativos o benefício correspondente à alteração real de vencimentos do pessoal da ativa é questão que deve ser decidida em lei ordinária. Com efeito, as circunstâncias peculiares de cada caso, à vista das quais se hajam decidido estas alterações, é que comandarão soluções justas. Em algumas delas serão meras revalorizações de carreiras, em outras reestruturações que imporão aos servidores da ativa ônus, restrições, aperfeiçoamentos que não incidiram e não incidirão sobre os inativos. Daí a inconveniência de generalizar, no texto constitucional, a indiscriminada equiparação de vencimentos e proventos quando elevados os primeiros.

Parecer:

O objetivo da emenda já está plenamente atendido no artigo 13, inciso V, o que torna desnecessária sua inclusão nesta seção.
Pela prejudicialidade.

EMENDA:16631 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB/PB)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - alínea "d" do artigo 88

Suprimir a alínea "d" do artigo 88.

Justificativa:

Aposentadoria voluntária proporcional após 10 (dez) anos de serviço é regra nociva ao Erário. Pela proposta, nada impede que, a cada 10 (dez) anos do funcionário se aposente por uma esfera (Estado, por exemplo) e ingresse na União ou Município e, em cada uma aposentando-se, proporcionalmente.

Isto pode provocar enxurrada de aposentadorias precoces, danosas ao orçamento público.

Parecer:

Parecer idêntico ao de nº. 1p15126-1.

Pela aprovação.

EMENDA:16696 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALEXANDRE PUZYNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado - alínea "d" do

parágrafo 2o. do artigo 88 Suprima-se a alínea "d" do parágrafo 2o. do artigo 88.

Justificativa:

Aposentadoria voluntária proporcional após 10 (dez) anos de serviço é regra nociva ao Erário. Pela proposta, nada impede que, a cada 10 (dez) anos do funcionário se aposente por uma esfera (Estado, por exemplo) e ingresse na União ou Município e, em cada uma aposentando-se, proporcionalmente.

Isto pode provocar enxurrada de aposentadorias precoces, danosas ao orçamento público.

Parecer:

A aposentadoria aos 10 anos de serviço é, realmente, descabida e não podendo, portanto, permanecer o dispositivo a respeito. Se mantivéssemos esta alínea, estaríamos obrigados a utilizar os mesmos critérios para os demais trabalhadores.

EMENDA:16847 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OTTOMAR PINTO (PTB/RR)

Texto:

- Suprima-se o § 2o. do art. 88.

Justificativa:

A equivalência de critérios e valores pretendida é impraticável em termos tão simplificados com a redação apresenta. A situação do militar em inatividade é caracterizada por uma fase de Reserva em que é mobilizável a qualquer momento, e por uma fase de Reforma, imposta pela idade em que seus serviços não mais são utilizados. O quadro difere bastante do aplicável ao servidor civil.

A colocação, em termos da Carta magna, criará problemas de considerável grandeza, embora o mérito do pretendido seja inatacável. Entende-se, no entanto, que esse mérito deva ser buscado pelo Congresso Nacional no momento oportuno de legislar quanto aos estatutos próprios dos servidores civis e militares, ocasião apropriada para comparações e correção de desigualdades.

Parecer:

Efetivamente, a equivalência de critérios e valores pretendidos é impraticável em termos tão simplificados como a apresentada. O parágrafo deve, pois, ser suprimido. Pela aprovação.

EMENDA:16948 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Substitua-se o texto do art. 91 pelo seguinte:

"o valor da pensão por morte, reclusão ou desaparecimento corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações, adicionais e vantagens pessoais, ou dos proventos do servidor falecido, recluso ou desaparecimento."

Justificativa:

Deve ser garantido que o valor da pensão por morte como também no caso de reclusão ou desaparecimento corresponde à totalidade da remuneração, devendo ser incluídas as gratificações, os adicionais e as vantagens pessoais. O mesmo deve ocorrer relativamente aos proventos do servidor falecido, recluso ou desaparecido.

Não há justificção para que esses valores não correspondam fielmente à totalidade da remuneração.

Parecer:

De não acolher. Os casos de servidor recluso ou desaparecido estão abrangidos na redação atual do projeto.

EMENDA:16949 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Substitua-se o art. 90 pelo seguinte teor:

"os proventos da inatividade e as pensões serão revistas na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos

servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função do servidor aposentado, falecido, recluso ou desaparecido."

Justificativa:

A data da revisão dos proventos da inatividade e das pensões deve corresponder aquela dos servidores em atividades.

Tudo deve permanecer como se o servidor estivesse em plena atividade.

Parecer:

A redação do projeto atende às especificações propostas, sem necessidade de mencioná-las explicitamente, pois são patentes

EMENDA:16950 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Acrescente-se no art. 89 mais um inciso, com o seguinte teor:

"os proventos da aposentadoria serão calculados com base na remuneração total do servidor, inclusive gratificação, adicionais e vantagens pessoais."

Justificativa:

Obviamente que deve ser considerado para o cálculo dos proventos da aposentadoria a remuneração total do servidor, devendo, por igual, serem consideradas as gratificações, os adicionais e as vantagens pessoais.

Parecer:

Entendemos que o caput do artigo 90 contempla a pretensão contida na presente emenda. Pela prejudicialidade.

EMENDA:16951 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Dê-se ao inciso "c" do art. 88 a seguinte redação:

"voluntariamente após 25 (vinte e cinco) anos de serviço para a mulher e 30 (trinta) anos para o homem."

Justificativa:

Não se justifica em um País como o Brasil, com grande número de jovens desempregados, que a aposentadoria se faça em prazos tão prolongados, devendo ser reduzido o prazo como proposto.

Parecer:

A aposentadoria compulsória existente no serviço público difere fundamentalmente da aposentadoria da Previdência que não é compulsória.

Se estabelecemos a idade limite de 65 ou 60 anos estaríamos proibindo ao servidor de continuar trabalhando mais um tempo que ele julga estar ainda apto. Para o aposentado pela Previdência não há impedimento algum de continuar exercendo sua atividade até quando ele quiser.

Quanto à aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e a mulher, indistintamente, entendemos que a ideia não deva prosperar. É tradição no direito positivo brasileiro uma aposentadoria diferenciada para um e outro.

Enfim, a sugestão propõe algo que estaria gerando uma certa precocidade, prejudicial para uma nação carente e subdesenvolvida.

EMENDA:16996 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

Texto:

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO (DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO)
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a alínea "b" do art. 88.

Justificativa:

O art. 88 determina: "O servidor será aposentado: ...b) compulsoriamente, aos setenta anos de idade para o homem e aos sessenta e cinco para a mulher."

Urge eliminar a aposentadoria compulsória.

Os idosos são pressionados a aceitar a aposentadoria como um direito, como um bem. Na realidade, são pressionados a deixar o mercado de trabalho para dar lugar aos mais jovens.

O idoso é, conseqüentemente, levado à inatividade e dele vão surgir o isolamento, a solidão e as doenças.

Kurtner, em 1964, afirmou que os estados de depressão observados na velhice estão fortemente relacionados com a inatividade, já que a atividade favorece o "status", a realização e a aceitação social.

No Brasil, desde 1940, o grupo etário acima de 60 anos é o que mais cresce, proporcionalmente.

Tendo em vista, atualmente, alimentação mais racional e os avanços tecnológicos da medicina, aqueles que hoje têm 60 anos deverão viver mais 15 ou 20 anos, como nos países desenvolvidos os que têm boas condições sócio-econômicas deverão viver bem mais que 70 anos.

Assim, propomos, através desta emenda supressiva, a eliminação da aposentadoria compulsória, já que que muitos chegam à idade-limite tendo, ainda, disposição para o trabalho, vontade de trabalhar e muito de útil a realizar.

Parecer:

A aposentadoria compulsória é um instituto que deve permanecer. Entendemos que ela fixa um limite de trabalho no serviço público importante tanto para o indivíduo, que merece um justo descanso, como para a administração, que necessita de uma renovação de seus quadros.

EMENDA:17002 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA:

O artigo 88 do projeto de constituição, será modificado nas alíneas "b" e "c", ficando assim redigido:

"Artigo 88 - o servidor será aposentado:

- a) . -
- b). - compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade para o homem e aos sessenta para a mulher;
- c) - voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para a mulher;
- d) - voluntariamente, a partir do dez anos de trabalho, a qualquer momento, desde que requerida pelo servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço."

Justificativa:

Difícilmente um homem aos setenta anos de idade e a mulher aos sessenta e cinco anos encontra motivação para exercer o trabalho ao qual se dedicou com afã, quando a energia física e mental eram substanciosas. A rotina, após vinte e cinco anos para a mulher e trinta anos para o homem, no serviço público, torna-se improdutivo, não proporcionando nenhuma vantagem para a administração mantê-los nessas condições.

Em que aproveita o servidor, após tantos anos de trabalho?

Também eles têm o direito de usufruírem as benesses de uma aposentadoria, enquanto lhes sobejarem forças para encontrarem sentido na vida. Permitir-lhes que só se aposentem, quando a locomoção, o descortínio de novos horizontes já não são satisfatórios?

Temos que ter sensibilidade, neste instante, reconhecendo àqueles responsáveis pelo funcionamento da máquina administrativa, o direito de se sentirem premiados, não com uma aposentadoria precoce, pois a essa condenamos, quando não seja por invalidez, mas com o reconhecimento justo do direito de viverem saboreando o investimento no trabalho durante vários anos.

Parecer:

A aposentadoria compulsória existente no serviço público difere fundamentalmente da aposentadoria da Previdência que não é compulsória.

Se estabelecemos a idade limite de 65 ou 60 anos estaríamos proibindo ao servidor de continuar trabalhando mais um tempo que ele julga estar ainda apto. Para o aposentado pela Previdência não há impedimento algum de continuar exercendo sua atividade até quando ele quiser.

Quanto à aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e a mulher, indistintamente, entendemos que a ideia não deva prosperar. É tradição no direito positivo brasileiro uma aposentadoria diferenciada para um e outro.

Enfim, a sugestão propõe algo que estaria gerando uma certa precocidade, prejudicial para uma nação carente e subdesenvolvida.

EMENDA:17032 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA:

Acrescentem-se ao § 2o. do art. 88 o seguinte:

"exceto para policiais civis, os quais posarão aposentar-se após 25 anos de serviço ou 20 anos de serviço policial e mais 10 anos de qualquer atividade, inclusive tempo averbado, voluntariamente, com vencimentos e vantagens integrais".

Justificativa:

Os Policiais Civis Estaduais exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, concorrendo a escalas de serviço aos sábados, domingos e feriados, em horários alternados, além da carga horária que supera os limites das oito horas/dia, que reduz sua capacidade de trabalho ao longo do tempo, fere ao desgaste físico que produz o especialíssimo regime operacional das respectivas Corporações.

Devem, portanto, aposentar-se após 25 anos de serviço, a exemplo do magistério (art. 372, Item V do Projeto de Constituição).

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:17096 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

- Altere-se a redação do art. 90, pela seguinte:

Art. 90 - Os proventos da inatividade serão revistos sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na mesma proporção e na mesma data. Estender-se-ão aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade.

- Acrescente-se um parágrafo único ao art. 90.

§ Único - Ressalvado o disposto neste artigo, em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração que o aposentado perceberia se estivesse em atividade.

Justificativa:

O dispositivo visa a assegurar, de forma mais ampla, a extensão dos aposentados de quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, além da transformação ou reclassificação. O parágrafo tem evidente intuito moralizante.

Parecer:

A redação adotada pelo projeto atende às propostas, sem necessidade de atender-lhe o texto.

EMENDA:17225 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HÉLIO COSTA (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 91

Parágrafo único. - O benefício da pensão por morte do servidor falecido, anterior a esta constituição, será revisto atendido o Artigo 91.

Justificativa:

Reconhecemos que esse Art. 91 representa uma grande conquista em prol da numerosa classe dos servidores públicos. Não obstante abrange as situações futuras como no caso anterior, do Art. 90 Sugerimos o seguinte dispositivo visando a assegurar o direito do benefício concedido anteriormente.

Parecer:

Despicienda a, prescrição pretendida. O texto do artigo 90 do projeto assegura a pretensão. Pelo não acolhimento.

EMENDA:17227 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HÉLIO COSTA (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA ADITIVA:
DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 90
Parágrafo único. - A revisão de proventos de que trata este artigo, será efetuada com base na totalidade da remuneração, inclusive das gratificações e vantagens permanentes, devida e percebida pelo servidor, em atividade, de igual categoria funcional e posicionamento.

Justificativa:

Reivindico que essa revisão de proventos seja efetuada com base na totalidade de remuneração, inclusive das gratificações, porque nenhum servidor aposentado, se hoje em atividade estivesse, cuidaria de requerer sua aposentadoria por tempo de serviço (35 anos) se não estivesse em condições de incorporar, aos proventos, as gratificações nos seus valores e percentuais máximos.

Parecer:

O conceito de remuneração inclui todas as especificações arroladas, sendo desnecessária sua listagem.

EMENDA:17373 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHRISTOVAM CHIARADIA (PFL/MG)

Texto:

Dê-se à alínea b do art. 88 do Projeto de Constituição a redação seguinte:

" Art. 88.....

b) compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, desde que, aos setenta anos, o servidor tenha sido submetido a exame médico e considerado apto para o trabalho.

Justificativa:

A experiência tem demonstrado que o limite de setenta anos para aposentação compulsória, usualmente, implica o afastamento de pessoas perfeitamente aptas a permanecerem em atividade. Assim a ampliação do limite de idade, nos termos propostos, situa-se em consonância com os fatos, ao tempo em que resguarda o interesse da administração e do próprio servidor, exigindo que ao atingir setenta anos seja devidamente aferida a sua aptidão para continuar em exercício.

Parecer:

Estamos consciente que a fixação de um limite de idade sempre é algo arbitrário. Entretanto, levando em conta o índice de vida média de brasileiro, entendemos que 70 anos é uma boa idade a ser estabelecida.

EMENDA:17389 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO MORAES (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

A alínea "b", do art. 88, passará a ter a seguinte redação:

Art. 88 -

a) -

b) - compulsoriamente, aos setenta e cinco

anos de idade;

c) -

d) -

Justificativa:

O limite de setenta anos fixando no Projeto, repetindo as Constituições de 1946 (art. 191, inc. II) e 1967 (art. 100 inc. II), que também foi mantida na Emenda nº 01/69 (art. 101, inciso II), já não atende à realidade contemporânea.

Até a segunda Constituição Republicana não havia aposentadoria compulsória, como acontece em diversos países. Nessa Carta Magna de 1934 apareceu pela primeira vez (art. 70, inciso III), como o limite de 68 anos. Essa mesma idade foi repetida na Constituição de 1937 (art. 156, alínea “d”).

A capacidade física e mental para o cidadão trabalhar é ditada, não pela idade e sim pelo desempenho de sua saúde. Uma pessoa pode ser lúcida e ter capacidade para exercer cargos públicos aos oitenta anos, enquanto outra pode estar incapacitada com menos de sessenta anos. A ciência vem conseguindo prolongar a vida do homem, e a cada ano que se passa, a média da vida humana vai aumentando. Por isso, naturalmente, as Constituições brasileiras vêm elevando a idade limite da aposentadoria compulsória, como se vê das citações acima. A Constituinte de 1937 pela primeira vez falou na compulsória, estabelecendo em 68 a idade limite, no que foi acompanhada pela Constituição outorgada de 1937. Em 1946, os Constituintes elevaram essa idade para 70 anos, limite mantido na Constituição de 1967 e sua Emenda nº 01.

Muitos países admitem servidores com idade avançada, e a prova maior de que o homem pode desempenhar funções públicas acima dos setenta anos é o exercício lúcido e competente de numerosos líderes e Chefes de Estado e de Governo que, nos últimos tempos até os dias de hoje, têm demonstrado muita energia e vitalidade na condução dos negócios políticos e administrativos de muitos países, com faixa etária bem acima daquele limite.

A aposentadoria é compulsória aos 70 anos para os servidores ou funcionários públicos, mas não tem nenhum limite para cargos eletivos, não só para o Executivo como para o Legislativo, e o que se vê é o país inteiro aplaudir a eleição de Tancredo Neves, com 74 anos, para Presidente da República, e o povo eleger para a Assembleia Nacional Constituinte, nomes de respeito e de valor como Ulysses Guimarães, que mereceu a suprema honra de ser eleito para presidente da Assembleia com os seus 70 anos bem vividos e de numerosos e preciosos enormes serviços prestados ao País e a Democracia brasileira. E o mais importante é que o Presidente Ulysses não é apenas o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Foi eleito e é Presidente da Câmara dos Deputados, e como tal é o substituto do Presidente da República pela inexistência de Vice-Presidente, já tendo assumido a mais alta Magistratura por diversas vezes, na ausência, por viagens, do Presidente José Sarney. O deputado e constituinte Ulysses Guimarães presidiu, também, durante vários mandatos o saudoso MDB, bastião das lutas populares pela redemocratização, e tem sido ininterruptamente o presidente do PMDB, que substituiu o seu antecessor MDB na resistência ao período negro do arbítrio implantado em 1964. O desempenho em tantos cargos do nosso Presidente é a maior demonstração e maior prova de que aos 70 anos o homem não está acabado para a vida pública e para os cargos públicos. Mas não fica apenas em Ulysses Guimarães o exemplo de constituintes septuagenários e até octogenários. O presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, na juventude dos seus 81 anos dá diariamente, na condição dos trabalhos desse importante órgão da Assembleia Nacional Constituinte, exemplos de lucidez, competência e coragem cívica. Além deles, mais de uma dezena de outros companheiros constituintes que ultrapassaram os setenta anos demonstram um vigor físico e mental que comprovam o desperdício que o país comete, aposentando aos setenta anos todo e qualquer funcionário público, incluindo aí magistrados, membros do Ministério Público, militares e outros servidores, que poderiam ainda dar muito da sua capacidade para o País. Entre outros, temos, Aluizio Campos, Fernando Sant’Anna, Furtado Leite, João Calmon, Lourival Baptista, Luiz Viana, Moyses Pimentel, Nelson Carneiro, Pompeu de Souza, Roberto Campos, Saldanha Derzi, Solón Borges dos Reis, Victor Fontana, Wilson Martins e outros. Sinto que o ideal seria acabar com a aposentadoria compulsória. Mas, essa seria provavelmente, uma proposta progressista demais apesar de termos muitos países que adotam esse sistema. Mas, acredito que dilatar o limite da idade compulsória para 75 anos, já é um bom avanço.

Parecer:

Estamos consciente que a fixação de um limite de idade sempre é algo arbitrário. Entretanto, levando em conta o índice de vida média de brasileiro, entendemos que 70 anos é uma boa idade a ser estabelecida.

EMENDA:17678 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se ao artigo 91 a seguinte redação:

"Art. 91 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos proventos ou da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido."

Justificativa:

Patrocinada pela Federação dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Clube dos Subtenentes e Sargentos da P.M de São Paulo e Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, foi apresentada, no gabinete do Presidente Ulysses Guimarães proposta de emenda popular.

Embora seja provável que os requisitos tenham sido preenchidos não houve tempo para a necessária conferência prévia. Na eventualidade de que as 30.000 assinaturas não tenham sido atingidas – o que esperamos de desejamos que não ocorra – estamos encampando a emenda popular, no seu inteiro teor, para que esse imenso trabalho não fique perdido e para que seja possível que o louvável esforço dos dirigentes e dos trabalhadores públicos do Estado de São Paulo seja lavado ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Reproduzimos abaixo a justificação apresentada.

"A expressão "remuneração" tem sido utilizada no texto do projeto para referir-se ao pessoal em atividade, "proventos" tem designado os estípidios pagos aos aposentados.

Sendo assim, a redação do artigo emendado incorre em erro palmar, pois deixa de contemplar a hipótese de se o servidor falecido se aposentado, sujeito, portanto, à percepção de proventos.

A nova redação proposta corrige o lapso do legislador, sem alterar o mérito da disposição."

Parecer:

A expressão "proventos" implica a sua totalidade. E a remuneração abrange gratificações e vantagens pessoais. O texto do projeto já atende ao pretendido, em redação compatível.

Pelo não acolhimento.

EMENDA:17680 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Aditiva

Acrescente-se ao § 2o. do art. 88 do Projeto de Constituição o seguinte: "Exceto Para Policiais Militares e Bombeiros Militares, os Quais Poderão Aposentar-se Após 25 Anos de Serviço, Inclusive Tempo Averbado, Voluntariamente, Com Vencimentos e Vantagens Integrais."

Justificativa:

Patrocinada pela Federação dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Clube dos Subtenentes e Sargentos da P.M de São Paulo e Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, foi apresentada, no gabinete do Presidente Ulysses Guimarães proposta de emenda popular.

Embora seja provável que os requisitos tenham sido preenchidos não houve tempo para a necessária conferência prévia. Na eventualidade de que as 30.000 assinaturas não tenham sido atingidas – o

que esperamos de desejamos que não ocorra – estamos encampando a emenda popular, no seu inteiro teor, par que esse imenso trabalho não fique perdido e para que seja possível que o louvável esforço dos dirigentes e dos trabalhadores públicos do Estado de São Paulo seja lavado ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Reproduzimos abaixo a justificação apresentada:

“Os Policiais Militares e os Bombeiros Militares exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, concorrendo a escalas de serviço aos sábados, domingos e feriados, em horários alternados, além da carga horária que supera os limites das oito horas/dia, que reduz sua capacidade de trabalho ao longo do tempo, face ao desgaste físico que produz o especialíssimo regime operacional das respectivas Corporações.

Devem, portanto, aposentar-se após 25 anos de serviço, a exemplo do magistério (art. 372, Item V do Projeto de Constituição).”

Parecer:

Há determinadas categorias profissionais dentro do serviço público que, devido ao exercício de atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, merecem ter uma aposentadoria especial.

Entretanto, não cabe à Constituição estabelecer quais as atividades que devem ser enquadradas nesta espécie. Diante disso, será inserido na Nova Carta um dispositivo que remeta para a lei complementar a regulamentação a respeito.

EMENDA:17683 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

Acrescente-se ao artigo 90 o seguinte parágrafo único:

"Art. 90 -

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, a remuneração compreende o vencimento, as gratificações, os adicionais e as demais vantagens a qualquer título percebidos."

Justificativa:

Patrocinada pela Federação dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Clube dos Subtenentes e Sargentos da P.M de São Paulo e Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, foi apresentada, no gabinete do Presidente Ulysses Guimarães proposta de emenda popular.

Embora seja provável que os requisitos tenham sido preenchidos não houve tempo para a necessária conferência prévia. Na eventualidade de que as 30.000 assinaturas não tenham sido atingidas – o que esperamos de desejamos que não ocorra – estamos encampando a emenda popular, no seu inteiro teor, par que esse imenso trabalho não fique perdido e para que seja possível que o louvável esforço dos dirigentes e dos trabalhadores públicos do Estado de São Paulo seja lavado ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Reproduzimos abaixo a justificação apresentada:

“Os proventos do inativo são calculados a partir do vencimento, das gratificações, dos adicionais e das demais vantagens a qualquer título percebidos pelo servidor enquanto em atividade, no momento de sua aposentadoria.

Por isso mesmo, sempre que se modificar qualquer dessas parcelas para o servidor em atividade, deverão ser revistos os proventos do servidor inativo, conforme determina o “caput” do artigo emendado.

Impõe-se a inclusão do parágrafo para elidir toda dúvida de aplicação de norma.

Parecer:

A definição do termo "remuneração" não é matéria que deva constar no texto constitucional. Pela rejeição.

EMENDA:17912 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RUBEM MEDINA (PFL/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 90, do Projeto, parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo único. - Em hipótese alguma os proventos da inatividade poderão ser inferiores ou exceder a remuneração percebida na atividade.

Justificativa:

A equiparação dos proventos da inatividade aos da atividade é reclamo justo e legítimo, e signo intolerável de uma sociedade consumista e desumanizada.

O ser humano trabalha todo o seu período útil e fértil e, ao fazê-lo, desconta mensalmente dos seus vencimentos uma cota para assegurar a sua aposentadoria. Esta pois, não deveria ser um beneplácito, mas sim, um direito líquido e certo. Porém, tal não acontece.

As injustiças perpetradas contras os aposentados (diminuição de proventos, retardamento de pagamentos, desassistência, etc.) justamente na época em que mais precisam de ajuda e de proteção, eis que, a idade, a doença, o cansaço, o tempo, que encerraram sua carreira trabalhista, também encerram outras modalidades físicas, mentais psicológicas, fragilizando-o num meio que passa a hostilizá-lo pela sua não produtividade e pelo ônus consequente de sua presença.

Países de civilização adiantada não tratam a sua reserva de experiência e de maturidade, e de sabedoria desta forma. Pelo contrário, fornecem-lhe a contraprestação do seu esforço, quando ativa, em forma de assistência global para que vivam mais e melhor.

Não encurtar vidas é a maneira mais certa de vivificar uma Nação, fortalecendo-a com a seiva e o substrato dos que foram aperfeiçoados pelo tempo.

Parecer:

A adoção do parágrafo proposto pela Emenda apenas proposto pela Emenda apenas alonga o texto, repetitivo que é. Se os proventos da inatividade serão revistos nas mesmas épocas e na mesma proporção não haverá possibilidade de se tornarem maiores ou menores.

EMENDA:18041 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

Acrescentem-se ao § 2o. do artigo 88 do Projeto de Constituição as expressões: "Exceto para Policiais Militares e Bombeiros Militares, os quais poderão aposentar-se após 25 anos de serviço, inclusive tempo averbado, voluntariamente, com vencimentos e vantagens integrais."

Justificativa:

Os Policiais Militares e os Bombeiros Militares exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, concorrendo a escalas de serviço aos sábados, domingos e feriados, em horários alternados, além da carga horária que supera os limites das oito horas/dia, que reduz sua capacidade de trabalho ao longo do tempo, fere ao desgaste físico que produz o especialíssimo regime operacional das respectivas Corporações.

Devem, portanto, aposentar-se após 25 anos de serviço, a exemplo do magistério (art. 372, Item V do Projeto de Constituição).

Com esta emenda, acolhemos sugestão do Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar de São Paulo.

Parecer:

De modo genérico, está feita a exceção para essas categorias, no § 2o. do artigo 88, no Projeto do Relator.

Pela rejeição.

EMENDA:18067 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado - alínea "d" do art. 88

Suprimir a alínea "d" do art. 88

Justificativa:

Aposentadoria voluntária proporcional após 10 (dez) anos de serviço é regra nociva ao Erário.

Pela proposta, nada impede que, a cada 10 (dez) anos o funcionário se aposente por uma esfera (Estado, por exemplo) e ingresse na União ou Município e, em cada uma aposentando-se, proporcionalmente.

Isto pode provocar enxurrada de aposentadorias precoces, danosas ao orçamento público.

Parecer:

O Substitutivo do Relator já suprimiu o dispositivo.

EMENDA:18142 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON WEDEKIN (PMDB/SC)

Texto:

Acrescente-se ao art. 88, Título IV, Capítulo VIII, Seção II, o seguinte § 3o.:

"Art. 88.

a-

d-

§ 1o.-.....

§ 2o.-.....

§ 3o. O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado, reciprocamente, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade."

Justificativa:

O inciso IV do Art. 86 estabelece que "a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios instituirão regime jurídico único para seus servidores da administração direta e autárquica, bem como planos de classificação de cargos e de carreiras".

Se os servidores públicos, em todos os níveis, terão regime jurídico único, não há porque deixar de solucionar, de uma vez por todos, um problema que gera tantas controvérsias e mal-estar no seio daquela classe.

Tal prática já vem sendo adotada a nível federal, em algumas unidades da federação e em poucos municípios. Fixando, portanto, essa norma, na constituição, estaremos corrigindo uma injustiça que atinge grande número de servidores e dando um tratamento igual a toda categoria.

Parecer:

A Emenda está propondo providência óbvia. Se o projeto prevê regime único para os servidores públicos dos necessário acrescentar dispositivo referente a contagem de tempo.

EMENDA:18442 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAES LANDIM (PFL/PI)

Texto:

Emenda Aditiva

Ao artigo 88, acrescentar:

letra "e" - com tempo inferior aos das modalidades acima, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso, segundo se dispuser em lei.

Justificativa:

A peculiaridade funcional de algumas categorias gera maior desgaste físico e/ou psíquico, aliado aos trabalhos insalubre e perigoso. Assim, é de justiça que possam usufruir de aposentadoria com menor tempo de serviço.

O artigo 356, letra "c", contempla com aposentadoria especial aos trabalhadores que se enquadrem nas categorias acima citadas. Seria odioso que os servidores públicos civis, exercendo o mesmo tipo de atividade, tivessem tratamento diferenciado.

Parecer:

O substitutivo atende aos objetivos da emenda. Aprovada parcialmente.

EMENDA:18469 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se do ART. 88 a letra D

Justificativa:

Ao suprimir a letra D do artigo 88, queremos resgatar a igualdade entre os trabalhadores como um todo. Sabemos o valor do funcionalismo público, porém avaliamos que a aposentadoria aos 10 anos de serviços não condiz com a realidade socioeconômica do País e é discriminatória em relação aos demais trabalhadores.

Parecer:

O substitutivo acolhe a pretensão da emenda.
Pela aprovação.

EMENDA:18595 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO ALCKMIN FILHO (PMDB/SP)

Texto:

Projeto de Constituição

Emenda Substitutiva

Dê-se a alínea b do art. 88 do Projeto a

seguinte redação:

"b) compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade para o homem e aos sessenta para a mulher;"

Justificativa:

A Previdência Social concede aposentadoria por velhice ao trabalhador aos 65 anos de idade. Não vemos razão alguma para que o funcionário público só a obtenha aos 70 anos de idade. O servidor Público não tem a sua saúde física e mental mais bem-dotada do que os demais trabalhadores e por essa razão não deve estar obrigado a trabalhar por mais 5 anos.

Parecer:

A compulsoriedade dos 70 anos representa vantagem e não desvantagem para o servidor público, pois este conta como aposentadoria aos 35 anos de serviço. A proporcional aos 65 seria prejudicial, frente à possibilidade de alcançá-la aos 70 anos

EMENDA:18619 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA ADITIVA

O Art. 90 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 90 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma, ficando estabelecida a paridade remuneratória entre os servidores ativos e inativos."

Justificativa:

Duras e longas demandas judiciais foram enfrentadas por servidores públicos inativos para terem suas aposentadorias equiparadas à remuneração dos servidores em atividade. E as causas foram sempre derrotadas nos Tribunais, nas mais várias instancias sob a justificativa de que não havia abrigo constitucional pela inexistência do princípio da PARIDADE remuneratória.

Agora que se quer corrigir a terrível injustiça que o Estado pratica contra seus servidores que alcançam a velhice e, conseqüentemente, a aposentadoria, nada mais justo do que se incluir esse princípio.

Só assim as dúvidas serão superadas completamente.

Parecer:

O dispositivo proposto alonga a redação, sem nada acrescentar na substância.

EMENDA:18648 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DOMINGOS JUVENIL (PMDB/PA)

Texto:

Art. 88, § 1o.

Suprima-se do texto do Projeto de Constituição o § 1o. do Art. 88

Justificativa:

Visa a presente emenda evitar que sejam suscitadas dúvidas com relação à legalidade das aposentadorias adquiridas em decorrência de mandatos eletivos ou com relação à utilização do tempo de mandato para efeito de aposentadoria.

Parecer:

o inciso II do art.93 do substitutivo do relator prevê a contagem do tempo de serviço dos que exercem mandato eletivo.

EMENDA:18970 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RAIMUNDO LIRA (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Aditiva

Acrescente-se ao art. 91:

"Art. 91. ..., sendo vedada a acumulação, salvo nos casos previstos nesta Constituição."

Justificativa:

O preceito do artigo 91 do Projeto implica em considerável avanço no campo da prestação previdenciária aos beneficiários do servidor falecido, ao determinar que o valor da pensão deva corresponder ao total da remuneração por ele percebida. Para manter, no entanto, coerência com dispositivo assemelhado referente à proibição de acumular proventos, estamos propondo a presente Emenda, vedando, igualmente, acumulação de pensões.

Parecer:

Rejeitada conforme orientação oferecida ao substitutivo.

EMENDA:18990 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PRISCO VIANA (PMDB/BA)

Texto:

Dispositivo Emendado: Art. 89, inciso I, letra a.

O art. 89, item I, "a", passa a ter a seguinte redação:

I - integrais, quando o servidor:

a) tiver, sob qualquer regime, o tempo de serviço exigido nesta Constituição, inclusive com contagem recíproca."

Justificativa:

A contagem recíproca de tempo de trabalho deve ser explicitada na Constituição para evitar interpretações que prejudiquem o servidor.

Parecer:

Aprovado parcialmente nos termos do substitutivo.

EMENDA:19233 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 91, do Projeto de Constituição:

"o servidor poderá indicar pessoa de sua livre escolha ou instituição para o recebimento

dos benefícios desse artigo, no caso de não dispor de herdeiros ou dependentes".

Justificativa:

Naturalmente, em caso de falecimento, o servidor público deixa seus herdeiros ou dependentes amparados por uma pensão. Não é justo que por falta de amparo legal este não possa deixar o referido benefício para quem bem entender, o caso específico de não possuir herdeiros ou dependentes.

Esta emenda é de alcance social pois, a pensão deixada poderá significar a felicidade de uma família inteira ou beneficiar velhos e crianças, de acordo com a vontade do trabalhador que a deixar.

Parecer:

Concluimos pela rejeição por considerarmos a matéria mais apropriada para legislação ordinária.

EMENDA:19300 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA (supressiva)

Art. 90. Suprima-se do texto: "transformado ou".

Justificativa:

A transformação é um instituto de direito administrativo de pessoal que pressupõe o desvio de função de cada servidor. Visa a corrigir uma situação individual, de fato.

Ademais, a transformação, também conhecida anteriormente como readaptação, não se adequa ao propósito do constituinte de prestigiar o concurso público. Trata-se de expediente que se mostrou inconveniente, razão pela qual vários Atos Complementares vedaram continuasse a ser aplicado pelos Estados e Municípios. Tais circunstâncias desaconselham que a transformação venha a ganhar status constitucional. Na melhor das hipóteses, deve ser relegado à legislação ordinária

Parecer:

Concluimos pela rejeição pois a transformação de cargos tem sido uma prática intermitente no Serviço Público, haja vista que a cada novo Plano de Classificação de Cargos há uma grande quantidade de cargos transformado com salários elevados e não extensivo as aposentadorias.

EMENDA:19781 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ÁLVARO VALLE (PL/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte Parágrafo Único no

art. 90 do Projeto, com a seguinte redação:

Parágrafo Único - A integralidade dos proventos dos inativos será também garantida pela extensão, nos mesmos percentuais, de todas as gratificações e vantagens concedidas aos servidores em atividade.

Justificativa:

O Art. 89 do Projeto elaborado pela Comissão de Sistematização garante proventos de aposentadoria integrais – aos servidores públicos civis que se aposentarem nas condições do Item I, alíneas “a” d “b” do mesmo artigo.

E o art. 90 do mesmo Projeto determina a revisão dos proventos de aposentadoria, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade,

bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou reforma.

Ora, é notório que todas as transformações, reclassificações, gratificações aumentos e concessões de outras vantagens aos servidores ativos, visaram, sempre em verdade, à correção da defasagem dos valores dos vencimentos ou remunerações, em virtude de alteração do poder aquisitivo da moeda, proveniente da inflação elevada ou por outras razões.

O eminente Ministro Luiz Otávio Galotti, quando no Tribunal de Contas da União, fez declaração de voto nos seguintes termos:

“É sabido que não tendo ficado os aumentos gerais, ultimamente, nem sequer perto da proporção de desvalorização da moeda, essa gravame é muitas vezes ressarcido, em parte, com a criação de gratificação que nem sempre alcançam os inativos.”

Trata-se, então de legislação antes movida por critérios de eficiência administrativa do que por princípios de ética social, onde se produz odioso disfarce salarial, capaz até de comprometer, em sua inteireza, a eficácia do dispositivo da Constituição assecuratório da integralidade do provento.” (TCU-01 822/84).

Convém ressaltar, ainda, que o art. 91 do mesmo Projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, com propriedade e justiça, inclui as ‘gratificações e vantagens recebidas pelo servidor falecido’ na integração do benefício de pensão deixado por morte do mesmo servidor. Assim sendo, o objetivo da presente Proposta de Emenda é precisamente o de garantir, sem sofismas, o direito de inativo à permanente atualização integral dos seus proventos, evitando-se expedientes que frustrem a paridade que deve existir entre ativos e inativos, arduamente conquistada. E impedindo-se, assim o aviltamento da vida dos que se aposentarem após longos anos de dedicação ao serviço público.

A presente Emenda foi sugerida pelo senhor Darcy Daniel de Deus, Presidente da Associação dos Servidores Cíveis do Brasil.

Parecer:

O caput do respectivo artigo atende à propositura, com modificação redacional. Pelo acolhimento parcial.

EMENDA:19782 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ÁLVARO VALLE (PL/RJ)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

O item "b" do Art. 88 passa a ter a seguinte redação:

b) Compulsoriamente, aos setenta anos para o homem e para a mulher.

Justificativa:

Mulheres que começaram a trabalhar mais tarde, que ainda aos 65 anos não tenham completado os 30 anos necessários para aposentadoria integral, serão prejudicadas.

Cabe ressaltar, grande parte dos servidores públicos é constituído de melhores, numa faixa etária superior aos 50 anos, e a maioria seria prejudicada com a compulsória proposta.

Esta emenda é resultado de sugestão das senhoras Marieta Murici e Lena C. Norfini e de funcionárias dos Ministérios da Fazenda e da Educação.

Parecer:

Pelo acolhimento parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:19902 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Suprima-se a alínea "d" do art. 88 do texto do Projeto de Constituição.

Justificativa:

Aposentadoria voluntária proporcional após 10 anos de serviço é regra nociva ao Erário. Pela proposta, nada impede que, a cada 10 anos do funcionário se aposente por uma esfera (Estado, por exemplo) e ingresse na União ou Município e, em cada uma aposentando-se, proporcionalmente. Isto pode provocar enxurrada de aposentadorias precoces, danosas ao orçamento público.

Parecer:

Pela aprovação, tendo em vista a coincidência da proposta com os termos do substitutivo do Relator que suprimiu o dispositivo.

EMENDA:19944 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SERRA (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Suprima-se a alínea "d" do artigo 88.

Justificativa:

Quero crer que a intenção ao se introduzir este dispositivo na Constituição foi permitir o encolhimento do número de servidores públicos que gozam de estabilidade, e não simplesmente criar um privilégio inacessível para o resto da sociedade.

Mas o contrassenso é evidente, Primeiro, a probabilidade maior seria que, por esse caminho, houvesse uma seleção perversa no serviço público, abandonando-os melhores funcionários, que mais facilmente encontrariam oportunidades alternativas no mercado de trabalho do setor privado.

Parecer:

Pela aprovação. O substitutivo do Relator já procedeu à exclusão.

EMENDA:20110 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

Emenda Substitutiva

Substitua-se no art. 88 a letra b por:

b - compulsoriamente aos 65 anos de idade para o homem e aos sessenta para a mulher.

Justificativa:

A tensão constante das pressões econômicas atuais, a vida agitada e a instabilidade são fatores estressantes que diminuem a previsão de vida, bem como causam transtornos de saúde que impedem o pleno trabalho e às vezes até o convívio social.

Não é justo que o cidadão se veja compelido trabalhar até estar impossibilitado de fazê-lo. Há que se reservar uma parcela de vida útil para o merecido descanso da idade avançada, antes que os achaques da velhice impeçam qualquer lazer. É o mínimo que merecem os idosos.

A emenda é sugestão de Armando Cristelli, de SP e pelos funcionários públicos de São Caetano do Sul, representados por uma Comissão formada por Egberto Ribeiro de Souza, Julio Devichiate e Vera Amoroso Corrorini e Odila dos Santos – SP.

Parecer:

Pela rejeição: a compulsoriedade aos 70, está a alternativa de aposentadoria por tempo de serviço. Atingida antes dos 70, é voluntária a qualquer época.

EMENDA:20112 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

Emenda Substitutiva:

Substitua-se a palavra "voluntariamente" por "compulsoriamente", na letra C do artigo 88 que passará a ter a seguinte redação:
artigo 88 - O servidor será aposentado:

- a)
- b)
- c) - "voluntariamente", após 35 anos de serviço para o homem e 30 anos para mulher e, compulsoriamente, cumprido este tempo de serviço, atingindo 60 anos de idade.

Justificativa:

Com essa emenda evitar-se-á renitente permanência de servidores em cargo de comando e chefia, impedindo, a renovação dos quadros funcionais, abrindo-se, assim, novos claros que poderão ser ocupados pelos mais novos, que são uma força de trabalho cada vez mais numerosa e que precisa ser atendida.

A emenda é sugestão de Rubens Prigenzi, de Araraquara-SP.

Parecer:

Pela rejeição-- ver emenda 1p20107-1

EMENDA:20116 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

Emenda

Acrescente-se à alínea c do art. 88

- c) ..., desde que tenham a idade mínima de 55 anos.

Justificativa:

Tendo o Brasil uma população predominante jovem não se justifica que pessoas em plena força de trabalho, quando adquirem o máximo de sua experiência, se afastem do trabalho, através da aposentadoria antes de completados os 55 anos de idade. Sendo o nível de vida do brasileiro, atualmente acima de 60 anos, fica justificada a exigência do texto.

A emenda é sugestão de Celso Brinckmann de SP.

Parecer:

Pela rejeição: e condicionante foi retirada pelo substitutivo do Redator, deve a complexidade e variedade de situações pessoais.

EMENDA:20403 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA
Dispositivo emendado: artigo 91
Inclua-se no art. 91
" ... "ou dos proventos",...

Justificativa:

A presente emenda já foi apresentada na Comissão de Sistematização, onde recebeu o nº CS05397-4.
Com a elaboração de novo Projeto pelo ilustre relator e renumeração dos artigos, apresentamo-la novamente a fim de evitar equívocos.
A emenda apresentada visa aperfeiçoar o dispositivo constitucional, compatibilizando-o com a terminologia adotada no Projeto, que no caput do art. 89, ao referir-se à aposentadoria fala em proventos, precavendo-se assim contra interpretações dúbias ou equivocadas.
Na redação proposta serão contemplados objetivamente os herdeiros dependentes do servidor aposentados que recebe proventos e do servidor em atividade que percebe remuneração.
Nota-se que a hipótese mais corrente é a do falecimento do servidor já aposentado que recebe proventos e que estaria contraditoriamente excluído na redação anterior, se aplicada a interpretação com rigor terminológico.
Para aperfeiçoamento técnico, o artigo em foco fica com a seguinte redação:
"o art. 91: o benefício da pensão por morte corresponderá á totalidade da remuneração ou dos proventos, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido".

Parecer:

Sugestão oportuna e adequada. Pelo acolhimento.

EMENDA:20405 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva
Suprima-se da letra "b", do item "I" do art. 89 do Projeto de Constituição, as expressões:
"por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei".

Justificativa:

Talvez, por um lapso, foi mantido no atual Substitutivo um privilégio inaceitável: o item V do art. 135 que trata do Poder Judiciário estabelece: "é compulsória a aposentadoria com vencimentos integrais, por invalidez". (grifo nosso).
Não se justifica que para os servidores dos demais Poderes e até do próprio Judiciário, exceção feita aos membros da magistratura, a aposentadoria por invalidez somente seja integral nos casos especificados.
Se o Substitutivo reconhece o direito à aposentadoria integral em caso de invalidez para os juízes, é justo que o faça para todos os brasileiros, pois que todos são iguais perante a lei.

Parecer:

As especificações constantes da alínea b do item i referido são necessárias para consubstanciar os casos assimilados ao exercício do cargo ou função. Por não acolhimento.

EMENDA:20406 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO KUSTER (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA AO ARTIGO 90
INCLUA-SE O SEGUINTE PARÁGRAFO:
"Estender-se-ão aos inativos quaisquer
benefícios ou vantagens posteriormente concedidas
aos servidores em atividade".

Justificativa:

A inclusão, ora proposta, já constava do Anteprojeto Constitucional aprovado pela Comissão Provisória de Estados Constitucionais (Comissão dos Notáveis), visando ao melhor atendimento aos nossos aposentados da União.

Parecer:

O caput do respectivo artigo atende à propositura, com modificação redacional. Pelo acolhimento parcial.

EMENDA:20408 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA
Dispositivo emendado: art. 89 caput
Acrescente-se as expressões:
"que corresponderão a totalidade dos
vencimentos, gratificações, direitos e vantagens
pessoais", ao caput do art. 89, o qual passará a
ter a seguinte redação: - "art. 89 - Os proventos
de aposentadoria, "que corresponderão à totalidade
dos vencimentos, gratificações, direitos e
vantagens pessoais", serão l

Justificativa:

A emenda propõe uma redação mais consentânea com o art. 91, e mais abrangente ao art. 89, estabelecendo em texto constitucional, a composição dos proventos da aposentadoria, evitando interpretações restritivas em prejuízo do trabalhador.
Adequa-o à redação do art. 91 que, ao se referir ao benefício da pensão por morte, determina que corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens do servidor falecido.
É evidente a importância de se assegurar a integridade dos proventos, para que o trabalhador, ao se aposentar não sofra redução em sua remuneração, muitas vezes aviltante, como ocorre atualmente.
É o que foi feito relativamente à pensão, no art. 91 e o mesmo cuidado se deve ter quanto à aposentadoria.
Se por ocasião da morte do servidor seus dependentes receberão uma pensão que abrange sua remuneração, gratificações e vantagens pessoais, não há como se descurar de garantir o mesmo direito, ao se tratar dos proventos da aposentadoria, e deixar de especificar idêntica inclusão.

Parecer:

A explicitação é despicienda, pois já se entende, na integralidade, os elementos arrolados pela emenda. Pelo não acolhimento.

EMENDA:20413 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: art. 88

Dê-se a seguinte redação à alínea "c" do art.

88 do Projeto de Constituição:

"c - voluntariamente, após 35 anos de serviço, independentemente de sexo, desde que tenha no mínimo 55 anos de idade";

Justificativa:

Não há razão de manter-se o privilégio das mulheres de obterem aposentadoria com idade inferior a dos homens, quando está provado que têm vida mais longa do que os próprios homens.

Ademais, o cidadão e a cidadã, com menos de 55 anos, é extremamente jovem para retirar-se do mercado de trabalho, podendo nele permanecer até aquela idade, já que se encontra no auge de suas potencialidades produtivas.

Parecer:

pelo acolhimento parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:20452 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: art. 88

Dê-se a seguinte redação à alínea "b" do art.

88 do Projeto de Constituição:

"b) Compulsoriamente, aos 70 anos de idade, independentemente de sexo";

Justificativa:

Não há razão de manter-se o privilégio das mulheres de obterem aposentadoria com idade inferior a dos homens, quando está provado que têm vida mais longa do que os próprios homens.

Parecer:

Pelo acolhimento parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:20519 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

Emenda Substitutiva ao Capítulo VIII do Título IV

Da Administração Pública

Substitua-se o texto constante do capítulo

VII do título IV do Projeto de Constituição do

Relator Constitucional Bernardo Cabral, pela

seguinte redação:

Título IV

Capítulo VIII

Da Administração Pública

[...]

Art. 45 - O servidor será aposentado:

a) Por invalidez;

b) Compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade para o homem e aos 65 (sessenta e cinco) anos para a mulher;

c) Voluntariamente, após 35 (trinta e cinco) anos de serviço para o homem de mais de 55 (cinquenta e cinco) anos e 30 (trinta) anos para a mulher de mais de 50 (cinquenta) anos.

d) Voluntariamente, a partir dos dez anos de trabalho a qualquer momento, desde que requerida pelo servidor com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Parágrafo Único - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da lei.

[...]

Justificativa:

Ninguém mais consciente que o Relator da Constituição sobre os problemas do Anteprojeto apresentado. Diz ele no preâmbulo de seu projeto de Constituição.

“Tal como a grande maioria dos Senhores Constituintes, também detectei, no Anteprojeto, a par de virtudes e inovações elogiáveis, inconsistências, superfetações, desvios, e, acima de tudo, a ausência de um fio condutor filosófico.”

Neste trabalho, respeitamos as qualidades inovadoras trazidas pela forma espontânea e democrática como surgiram os dispositivos contidos no Projeto Tal como um diamante em bruto, para que elas se revelassem em toda a sua força, o texto precisava ser lapidado, retirando-se lhe a massa informe das minúcias casuísticas, e, muitas vezes, as imperfeições sugeridas pela fusão às vezes emotiva de matéria-prima ideológica.

No contexto da emenda que apresentamos quase nada acrescentamos ao já existente: procuramos apenas desbastar a pedra opaca para descobrir-lhe o brilho.

A presente emenda atende a ponderações sinceras do Senhor Relator. Dá ao texto da Constituição uma nova consistência: na redação, busca uma maior síntese, relegando as normas programáticas e reguladoras às leis complementares ou ordinárias, no mérito, procura o fio filosófico nas raízes tradicionais da nossa Sociedade – a liberdade da pessoa, a democracia, a representação do povo pela tripartição dos poderes, e uma Ordem Econômica onde o Social e o Econômico se harmonizam para a construção de um grande país.

Acreditamos que na vigência desta Nova Constituição, da integração entre o Trabalho e o Capital surgirá um renovado surto de progresso e veremos a população brasileira, progressivamente, ascender a níveis de vida elevados.

Parecer:

Pela rejeição, considerando que a aceitação da Emenda importará na desconsideração de formas obtidas por vários consensos.

EMENDA:20605 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - Alínea "d" do artigo 88

Suprimir a alínea "d" do artigo 88

Justificativa:

Aposentadoria voluntária proporcional após 10 (dez) anos de serviço é regra nociva ao Erário.

Pela proposta, nada impede que, a cada 10 (dez) anos o funcionário se aposente por uma esfera (Estado, por exemplo) e ingresse na União ou Município e, em cada uma aposentando-se, proporcionalmente.

Isto pode provocar enxurrada de aposentadorias precoces, danosas ao orçamento público.

Parecer:

Sugestão oportuna e adequada. Pelo acolhimento.

EMENDA:20771 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EMENDA POPULAR (/)

Texto:

EMENDA No.

Popular

1. Dê-se a seguinte redação a artigo da Seção II (Dos Servidores Públicos Cíveis) do Capítulo VIII (Da Administração Pública):

"Art. 88.

§ 1o. -

§ 2o. - São equivalentes os critérios para a aposentadoria e transferência à inatividade no serviço público civil e militar, exceto quanto aos policiais-militares, que se inativarão voluntariamente aos trinta anos de serviço, com proventos integrais".

2. Inclui, onde couber, no Capítulo I (Dos Direitos Individuais), no Título II (Dos Direitos e Liberdades Fundamentais) as seguintes alíneas:

"Art. 12.

.....

j) ninguém poderá ser preso senão em flagrante de delito, ou por ordem escrita de juiz competente.

) qualquer preso deverá ser encaminhado, no máximo, até 12 horas após efetivada a prisão, ao juiz criminal, que iniciará a instrução, garantindo-lhe a mais ampla defesa."

1. Justificativa:

Pretender-se que um policial militar, que geralmente ingressa nas Corporações PM após atingirem a maioria, continue trabalhando em um serviço grandemente desgastante será impedir a renovação dos quadros, e ao mesmo tempo, obrigar a que os Estados membros tenham suas PM com homens que, devido às idades, já não conseguirão produzir em igualdade de condições com aqueles que deverão substituí-los. A idade, conquanto dê ao policial militar experiência, também lhe exaure as forças necessárias ao exercício pleno da profissão. Além do mais, como é notório, os policiais militares, seja pela condição de policiais, seja pela de sujeitos à disciplina militar, não possuem jornada de trabalho fixa, como os demais trabalhadores brasileiros, o turno de trabalho que executam, nos Estados membros sempre carentes de recursos, é sempre superior àquele que se exige do comum dos mortais, na maioria das vezes fazendo-se a desoras, em período noturno, com pouco espaço de tempo que lhe possibilite a recuperação e o lazer. Não se pretende qualquer benefício maior do que aquele que já lhes regula o tempo de serviço que emprestam ao Estado pelo contrário, pretende-se unicamente que não se lhes seja exigida condição que lhes impossibilite de transferir-se à reserva remunerada enquanto ainda têm condições e capacidade de adaptarem-se à vida que levam os aposentados.

Ingressando nas PM aos 20 anos, dificilmente nela permanecerão até completar 35 anos de trabalho, mesmo porque, devido aos desgastes, fatalmente ver-se-ão aposentados através do instituto da incapacidade física, da aquisição de moléstia, etc.

É necessário não desestimular àqueles a quem interessa a atividade policial militar como profissão de caráter permanente.

35 anos de serviço, não condizem com a realidade e vão muito além da capacidade física do ser humano empregado na vigilância da paz e tranquilidade públicas dos seus semelhantes.

2. Justificativa:

Sebastião Rodrigues Lima, então Secretário-Geral do Instituto dos Advogados do Brasil, na Revista de Informação Legislativa nº 65, de jan/mar 80, publicada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, como militante do foro criminal, publica interessante artigo a respeito do Juizado de Instrução Criminal, que merece a mais ampla e séria acolhida por parte dos Senhores Constituintes. Faz ver, de maneira clara e com admirável precisão técnico-jurídica, a necessidade de sua inclusão na legislação pátria, a fim de que se agilizem os processos e a distribuição da própria justiça, impedindo-se, com isso, as prisões desnecessárias e arbitrárias que atualmente se verificam constantemente, em detrimento do mais sagrado dos direitos do cidadão a liberdade.

A proposta divulgada, conquanto com 501 artigos, ao contrário do que se supunha, e se pretendia, manteve e deu foro constitucional ao procedimento inquisitorial denominado “Inquérito Policial”, inclusive criando a figura da Polícia Judiciária, é assunto que desde o século passado tem constituído preocupação dos grandes juristas da nossa Pátria, momento aqueles que se dedicam ao estudo do Direito comparado, somos uma das poucas nações no mundo que ainda utilizam procedimentos inquisitoriais para a formação do conhecimento capaz de dar ao Ministério Público as condições de oferecimento da denúncia, fato iniciador da ação penal.

Tudo que se processa numa Delegacia de Polícia, lamentavelmente, é repetido em juízo, causando, com isso, além das despesas desnecessárias, atrasamento na distribuição da Justiça.

O Estado tem o dever de agilizar a aplicação da lei lamentavelmente, todavia, o texto apresentado pela Comissão de Sistematização não só adota erros acrimosamente criticados pelos juristas, como cria órgãos capazes de eternizarem-nos.

A ação da polícia dever ser única. O comandamento das ações deve ser único. O Ministério Público deve ter maior participação na formação da culpa, somente denunciando quando o fato estiver esclarecido devidamente, com provas, sem emprego de violências que denigrem o ser humano e aviltam o trabalho daqueles que se dedicam à atividade policial.

É necessário garantir a mais ampla defesa ao cidadão, desde o momento da prisão, apresentando-se os presos a quem possa, pela lei, agilizar os procedimentos necessários à formação da culpa e à decisão final o Juiz de Instrução, com independência total e permanente contra aqueles que geralmente interferem e obstaculam a ação da polícia.

Pretende esta Emenda Popular, a inclusão de alíneas no Capítulo dos Direitos Individuais.

É necessário banir no meio policial aqueles que querem obter reconhecimento da culpa através de torturas e de meios que a própria legislação condena. Os que assim procedem agem contra as finalidades do Estado, contra o mais importante dos bens humanos, a liberdade, com dignidade.

AUTOR: JOSEFA DA SILVA MARINHO e Outros (39.247 subscritores)

ENTIDADES RESPONSÁVEIS

- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS,
- ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES INATIVOS DO ESTADO DE GOIÁS-AMIGO,
- CLUBE DOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS.

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Emenda Popular nº PE 102-1, de 1987

“Dispõe sobre as Polícias Militares”

Entidades Responsáveis:

- Polícia Militar do Estado de Goiás;
- Associação dos Militares Inativos de Goiás-AMIGO,
- Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Relator Constituinte BERNARDO CABRAL

Subscritas por 39.247 eleitores e apresentadas pelas entidades associativas acima mencionadas, duas emendas, a saber 1ª - reduzir para 30 (trinta) anos de serviço os integrantes da polícia militar, 2ª - criar o juizado de instrução, em lugar da atual figura do inquérito policial. As emendas serão inseridas onde couber.

Como, nesta fase dos trabalhos, compete a este Colegiado analisar a proposta apenas em seus aspectos formais e considerando que a iniciativa sob exame, segundo informações da Secretaria, atende às exigências previstas no art. 24 do Regimento Interno para sua regular tramitação, meu parecer é no sentido de que esta Comissão se manifeste pelo recebimento da Emenda Popular nº 00102-1, reservada a apreciação de mérito para a ocasião própria.

Parecer:

Tendo como autor Josefa da Silva Marinho e outros, a Emenda Popular intenta alterar o artigo 88, § 2º do projeto, além de inserir duas alíneas no art. 12, que dispõe sobre inviabilidade dos direitos e liberdades individuais.

Convém frisar que a emenda preenche os requisitos regimentais de procedibilidade, subscrita por 39.247 eleitores.

Procedendo à apreciação da emenda, constatamos que a alteração ao § 2º do artigo 88 do projeto tem por objetivo excepcionar os critérios para a aposentadoria e transferência a inatividade dos policiais militares, que poderão se aposentar voluntariamente aos trinta anos de serviço, com proventos integrais.

Devidamente sopesado o tema em questão, resolvemos formular nova redação para o § 2º, remetendo à lei complementar o poder de estabelecer exceções ao disposto no artigo 88, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas. Como se verifica, a lei conseqüência desse artigo 88 disporá sobre o assunto que abrange os policiais militares.

Quanto às emendas que dispõem sobre o artigo 12, já estão elas atendidas neste substantivo. Com efeito, o item 18, consubstancia os dois tópicos da segunda parte da emenda, nos seguintes termos: 18- Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por decisão e ordem escritas e fundamentadas de atividade judiciária competente. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicadas em vinte e quatro horas ao juízo competente e à família ou pessoa indicada pelo preso. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado de sua escolha.

Como se vê, estão atendidas parcialmente no substitutivo as sugestões corporificadas na Emenda Popular sob exame.

À vista do exposto, opinamos pela sua aprovação parcial.

EMENDA:20776 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA No.

POPULAR

1. Dá a seguinte redação ao artigos do Capítulo IV (Dos Municípios), do Título (Da Organização de Estado):

"Art. 61 - Perderão o mandato o Governador e o Prefeito que assumirem outro cargo ou função na Administração Pública, Direta ou Indireta, sem prévia licença do Poder Legislativo respectivo.

Art. 65 - Os Subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores serão fixados pela Câmara Municipal no primeiro semestre do último ano da legislatura, para a seguinte.

Parágrafo Único - Serão estabelecidos limites máximos pela Constituição de cada Estado Federado."

2. Modifica, na Seção II (Dos Serviços Públicos Cíveis), do Capítulo VIII (Da Administração Pública), do Título IV (Da Organização do Estado):

"Art. 86 -

II - O ingresso do funcionário público, dependerá sempre de aprovação prévia em concurso público de provas. Será assegurada a ascensão funcional na carreira mediante promoção ou provas internas de títulos, com igual peso;

Art. 88 -

d) suprimir."

Justificativa:

Visa a emenda dar os mesmos direitos aos cargos do Executivo e Legislativo a respeito dessa matéria, como medida de justiça democrática. Ainda prevê que os subsídios possam ser votados antes das eleições, evitando distorções. Modifica o critério de contratação de servidores, pois de outra forma não condiziria com a nossa realidade.

ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- APESP – ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DE SÃO PAULO
- APM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS MUNICÍPIOS
- UVB – UNIÃO DOS VEREADORES BRASILEIROS

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

1. Indefiro a proposta de emenda oferecida, de acordo com as informações da Secretaria.

2. Dê-se ciência à entidade interessada

Parecer:

Subscrita pelo Constituinte Francisco Amaral, a Emenda (PE-107) propõe alterações aos artigos 61, 65, 86 e 88 do Projeto de Constituição.

Em relação ao art. 68, determina a perda de mandato dos governadores e prefeitos que assumam cargo ou função na administração pública sem autorização prévia do legislativo correspondente. A prévia licença do Legislativo não convalida a obtenção de cargo público por titular de mandato eletivo.

A única hipótese em que se pode admitir que o cargo tenha sido obtido por meios de legitimidade e idoneidade comprovadas é através da aprovação em concurso público. Donde o art. 61, em sua redação atual, contemplar a exceção do cargo obtido mediante concurso.

Isto posto, somos pela rejeição da proposta, mantendo-se a redação atual do artigo.

3. A proposta referente ao art. 65 e respectivo parágrafo único encontra-se prejudicada, porque há identidade de redação e conteúdo.

Também e pelo motivos acima, fica prejudicada a proposta referente ao inciso II do artigo 86.

4. Quando à supressão da alínea d do artigo 88, é inteiramente procedente a modalidade de aposentadoria ali prevista não serve à causa pública, nem aos interesses legítimos do funcionalismo civil. Trata-se de uma inovação cujos efeitos disfuncionais não foram devidamente avaliados.

Sugerimos, destarte, o acatamento da medida.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:18696 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHÁ (PMDB/PR)

Texto:

De acordo com o disposto no § 2o. do art. 23 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, dê-se ao Título IV - da Organização do Estado a seguinte redação: adequando-se a numeração:

Título IV

Da Organização do Estado

[...]

Capítulo VII

Da Administração Pública

[...]

Seção II

Dos Servidores Públicos Civis

[...]

Art. 40. O servidor será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade para o homem e aos sessenta e cinco anos de idade para a mulher;

III - voluntariamente.

a) após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta anos para a mulher desde que contem pelo menos, respectivamente, cinquenta e três e quarenta e oito anos de idade.

b) a partir dos dez anos de trabalho, a qualquer momento, desde que requerida pelo servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Parágrafo único - Lei complementar indicará as exceções quanto ao tempo e natureza de serviço, para aposentadoria, reforma, transferência para inatividade e disponibilidade.

Art. 41. Os proventos da aposentadoria serão:

I - integrais, quando o servidor:

a) contar com o tempo de serviço exigido nesta Constituição;

b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei; e

II - proporcional ao tempo de serviço, nos demais casos.

Art. 42. Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

[...]

Justificativa:

A redação ora proposta, de dispositivos correlatos, contempla os aspectos de mérito do tema, as aspirações sociais do povo brasileiro, a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa, nos termos dos debates e acordos efetuados.

(Obs. A numeração sequencial dos dispositivos propostos não corresponde à do Projeto).

Parecer:

A longa proposta do numeroso e representativo grupo da Constituinte, seus signatários, pode ser amplamente aproveitada, nos termos do substitutivo.

EMENDA:19389 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Título quarto do Projeto de Constituição.

Dê-se ao Título quarto do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Título IV

Da organização do Estado

[...]

Capítulo VIII

Da Administração Pública

[...]

Seção II

Dos Servidores Civis

[...]

Art. 48. É vedada a acumulação remunerada de cargos funções públicas e empregos, exceto a de dois cargos de Professor e a de um cargo de Professor com outro técnico ou científico, respeitadas as situações constituídas.

§ 1o. Em qualquer caso, exige-se a compatibilidade de horário e a correlação de matéria, estendendo-se a proibição aos cargos, empregos ou funções em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.

§ 2o. A proibição de acumular proventos não incide sobre os vencimentos da aposentadoria nem aos detentores de mandato eletivo, ao magistérios e aos cargos de comissão.

§ 3o. O servidor será aposentado: por invalidez; compulsoriamente, aos setenta e dois anos de idade para o homem e aos sessenta e cinco para a mulher e, voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco para a mulher, bem assim a partir dos quinze anos de trabalho, a qualquer momento, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 4o. Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e a reforma no serviço público civil e militar.

Art. 49. Os proventos da aposentadoria serão integrais, quando o servidor contar tempo de serviço exigido por esta Constituição, sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei.

Art. 50. Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem assim quando for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma, enquanto o benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

[...]

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Ampla e valiosa contribuição, sob a forma da abrangente Emenda de dispositivo correlatos, que foi parcialmente levada em conta na elaboração do Título IV.
Pela aprovação parcial.

FASE O

EMENDA:20826 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo emendado: Art. 65, incisos II e III;

Os incisos II e III, do art. 65, do Projeto

de Constituição, passam a ter a seguinte redação:

Art. 65.

II - compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos.

III - voluntariamente, após trinta anos de serviço.

Justificativa:

Voltamos a defender a aposentadoria do servidor público aos sessenta e cinco anos de idade e aos trinta anos de serviço, em primeiro lugar, porque no caso da previdência social, o art. 265, alínea "C", estabelece a aposentadoria por velhice aos 65 anos de idade, existindo nesse caso, disparidade de tratamento para o mesmo assunto, e em segundo lugar, tratando-se de aposentadoria por tempo de serviço, defendemos o tratamento igualitário entre o homem e a mulher. Aliás, a defesa de direitos iguais, vem sendo feita sistematicamente pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista aprovação de emenda referente ao assunto que estabelece outros limites de idade para aposentadoria do servidor público.

EMENDA:20850 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

Acréscimo ao artigo 65, III, parágrafo 1o.:

Art. 65 -

III -

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, salvo se lei específica conceder o direito.

Justificativa:

É comum hoje, no Brasil, a aposentadoria em um cargo conduzindo o aposentado gratificações diversas, especificadas em lei ordinária. Na verdade, sob exame mais profundo, as aposentadorias ocorrem em funções. O presente dispositivo, sem a exceção proposta, atingirá apenas pessoas que, em uma mesma situação jurídica, ficaram a descoberto em face de uma peculiaridade. Assim, parece-nos justo que o legislador possa conceder o prêmio da aposentadoria com as vantagens de uma função, cargo ou emprego temporário, para não haver a desigualdade advindas de pequenos detalhes, sutilezas de uma administração cheia de vícios.

Parecer:

Pela rejeição, considerando que este absurdo simplesmente não existirá mais, porque o ingresso no Serviço Público será somente mediante concurso.

EMENDA:20852 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

Emenda ao artigo 65 do Substitutivo do Relator:

Art. 65

III - Voluntariamente, aos trinta anos de serviço

Justificativa:

Com a igualdade dos direitos do homem e da mulher, não mais se justifica tempo de serviço diferente para a aposentadoria predial. Assim ocorre-nos propor o prazo único de aposentadoria aos trinta anos de serviço, nos critérios dispostos na lei ordinária. Mesmo o índice da sobrevida do brasileiro é muito baixo, para a exigência de trinta e cinco anos para concessão do prêmio.

Parecer:

Pela rejeição, considerando que o assunto é polêmico, ao que tudo indica possível de Solução somente no Plenário, mediante votação.

EMENDA:21178 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ORLANDO BEZERRA (PFL/CE)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: inciso III, do artigo 65

Dê-se a seguinte redação ao inciso III, do

artigo 65, do Substitutivo:

"Art. 65 -

.....

III - voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco para a mulher."

Justificativa:

Urge desafogar as classes de trabalhadores públicos posicionados nos últimos níveis da carreira, para ingresso de novos servidores, sob pena de se tornar incontrolável o percentual de mão de obra desempregada.

O ônus dessa medida já está coberto pelo desconto mensal na folha de pagamento, segundo cálculos atuariais.

Parecer:

Pela aprovação, tal como propõe o Ilustre Constituinte.

EMENDA:21335 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTERO DE BARROS (PMDB/MT)

Texto:

Incluir Parágrafo Único no Artigo 66.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria serão iguais ao último salário percebido na Ativa.

Justificativa:

É importante garantir a continuidade dos ganhos dos trabalhadores, após a aposentadoria.

Não é cabível que se continue sacrificando os aposentados, depois de anos contribuindo com a previdência, dando-lhes proventos inferiores aos recebidos quando em atividade.

Parecer:

Pela rejeição, considerando que a disposição proposta, se repetitiva não se pode propriamente denominar, encerra uma explicitação do que já consta do "caput".

EMENDA:21485 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

Texto:

EMENDA (Aditiva) Título IV - Capítulo VIII - Seção II
Acrescente ao art. 67 um parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 67.

Parágrafo Único. A integralidade dos proventos dos inativos será também garantida pela extensão, nos mesmos percentuais, de todas as gratificações e vantagens concedidas aos servidores em atividade."

Justificativa:

O objetivo da emenda é garantir, sem deixar margem a qualquer dúvida, o direito do inativo à permanente atualização integral dos seus proventos, evitando-se expedientes que frustrem a igualdade que deve existir entre ativos e aposentados e impedindo-se, assim, o aviltamento de vida daqueles que deixarem o serviço público após longos anos de trabalho.

Parecer:

Pela rejeição, considerando o dispositivo repetitivo.

EMENDA:21584 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ITAMAR FRANCO (PL/MG)

Texto:

Dê-se ao artigo 66, item II, a seguinte redação:

II - proporcionais ao tempo de serviço, quando a aposentadoria for requerida, a qualquer tempo, pelo servidor, a partir de 10 anos de trabalho.

Justificativa:

Esta emenda está bem definida e de maneira satisfatória no 1º Anteprojeto de Constituição, art. 87, letra "d", razão de sua reapresentação de forma mais explícita.

Cabe ainda ressaltar sua importância no que tange ampliação do mercado de trabalho, possibilitando de maior renovação dos recursos humanos do serviço público e maior segurança para o servidor.

Parecer:

Pela rejeição. A exclusão do dispositivo foi providencial, tendo em vista o acréscimo que acarretará as despesas públicas.

EMENDA:21635 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ITAMAR FRANCO (PL/MG)

Texto:

Inclua-se no artigo 265 o seguinte parágrafo:

§ - Aplica-se a todos aposentados a disposição prevista no art. 67

Justificativa:

O artigo 67 garante aos servidores inativos a revisão de seus proventos com base em critérios que regulam a dos ativos. Esta é uma justa medida que deve ser estendida a todos os aposentados e não apenas aos servidores públicos civis.

Parecer:

Revisão de proventos e pensões. A nosso ver, a questão já se acha atendida pelo projeto, através do princípio de irredutibilidade do valor dos benefícios. Pela prejudicialidade.

EMENDA:21720 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

No artigo 65, dê-se ao inciso III a seguinte redação:

III - Voluntariamente, após 25 anos de serviço para a mulher e 35 anos para o homem.

Justificativa:

A mulher tem um desgaste físico muito maior. Além das funções normais do trabalho, não pode ela abdicar de seus trabalhos domésticos.

Parecer:

pela aprovação, nos termos do substitutivo.

EMENDA:21759 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EVALDO GONÇALVES (PFL/PB)

Texto:

Acrescentar ao artigo 67, Seção II, Capítulo VIII, título IV, do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição:

Parágrafo único - Não haverá qualquer diferença entre os vencimentos do Servidor Público da atividade e os proventos do Servidor, de igual categoria, da inatividade, facultando-se a este sempre o direito de perceber o maior provento, quando houver discrepância do valor salarial, quanto ao Regime de Trabalho.

Justificativa:

Um problema que vem se arrastando há muitos anos, neste País: os servidores aposentados sempre percebem proventos inferiores aos servidores de igual categoria, na inatividade. Muito tem sido tentado, ao longo do tempo, para evitar essa injustiça e distorção. Todavia, sem êxito. Daí essa proposta do dispositivo constitucional, visando uma solução definitiva pra o problema.

Outra coisa: como temos vários regimes de trabalho, não é ilícito que continue, através dos tempos, essa disparidade de proventos. Quando se é celetista o critério é o das contribuições, diversificando frontalmente do que existe com relação ao regime estatutário. A proposta é, para a uniformização de proventos: para categorias iguais, vencimentos e proventos iguais, não importa o regime de trabalho adotado.

Espero, desta forma, acolhida para esta proposta de Emenda.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:21835 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dê-se ao Item II do Art. 65 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Art. 65 -

II - compulsoriamente aos 65 anos de idade.

Justificativa:

Em se considerando a aposentadoria como um Prêmio à dedicação do trabalhador durante a maior parte de sua vida, em prol da Nação, perde aquele o seu valor, por não poder ser usufruído, na maioria dos casos, pela idade avançada dos “premiados”.

Mesmo porque não vemos justiça em darmos para os trabalhadores da Previdência Social, aposentadoria aos 65 anos de idade e aos funcionários públicos, com 70 anos de idade, criando assim uma incoerência dentro do próprio Substitutivo.

Parecer:

Pela rejeição, por se tratar o dispositivo que o autor da emenda pretende alterar de decisão consensual.

EMENDA:21836 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dê-se ao Item III do Art. 65 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Art. 65.....

.....

III - voluntariamente, após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos de serviço para a mulher.

Justificativa:

O projeto de Constituição em seu artigo 135, Item V, já reconhece a aposentadoria voluntária aos trinta anos de serviço e a diferença proposta para mulheres se justifica pelo acúmulo de atividades, sendo exercida não só no âmbito social como também no doméstico.

Parecer:

Pela aprovação parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:21845 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PIMENTEL (PFL/PR)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: art. 66

Inclua-se a seguinte letra no item I do art.

66 do substitutivo:

Art. 66.....

I -

c) no caso de magistério, o professor completar trinta anos e a professora vinte e cinco, de efetivo exercício na função.

Justificativa:

O magistério necessita, mercê da natureza, altamente desgastante, de suas forças de tratamento diferenciado. Assim, uma redação no prazo para aposentadoria voluntária, com vencimentos integrais, aprice não somente justa, mas necessária.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista que a solução adotada pelo substitutivo estipula outros limites.

EMENDA:21882 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JESUALDO CAVALCANTI (PFL/PI)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo 1o. do art. 65:

Art. 65 -

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários ou de confiança.

Justificativa:

Os cargos, funções ou empregos temporários, por estarem seus ocupantes sujeitos a prazo ou mandato, não se confundem com os de confiança, demissíveis ad nutum.

Daí a necessidade de estender-se a proibição também aos ocupantes de cargos em comissão.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista que a solução adotada pelo Substitutivo atende melhor à disciplina da matéria.

EMENDA:21887 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PIMENTEL (PFL/PR)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 66

Inclua-se no item I do art. 66, a seguinte letra:

Art. 66

I

c) for apresentado compulsoriamente na forma do art. 65, II desta Constituição.

Justificativa:

A emenda visa sanar, ao que parece um equívoco uma vez que o dispositivo emendado não elencou os aposentados por idade máxima como titulares do direito aos proventos integrais.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista a solução adotada pelo substitutivo quanto à disciplina da matéria.

EMENDA:21936 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

Texto:

Acrescente-se parágrafo único ao art. 67:

Art. 67.

Parágrafo Único. Os proventos da aposentadoria são integralmente isentos da incidência do imposto sobre a renda.

Justificativa:

Quando a pessoa encontra-se aposentada deve desfrutar do merecido descanso. Já ofereceu ao País toda a sua força de trabalho e, no ocaso da vida, tem o direito de repousar. Não deve ficar preocupada com a própria subsistência. Por isso mesmo, e tendo em vista que uma política fiscal draconiana tem imperado no País, esta proposta pretende isentar, integralmente, da incidência do imposto sobre a renda os proventos dos aposentados. É medida das mais justas e que deve merecer o nosso apoio e voto favorável.

Parecer:

A Emenda trata de matéria ainda a nível de projeto. Deve ser rejeitada por não guardar consistência com o dispositivo emendado. Pela rejeição.

EMENDA:21941 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

Texto:

Projeto de Constituição (Da Comissão de sistematização)

Emenda Supressiva

Suprima-se inciso II do art. 65.

Justificativa:

O art. 65 determina. "O Servidor será aposentado: II) compulsoriamente, aos setenta anos de idade para o homem e aos sessenta e cinco para a mulher".

Urge eliminar a aposentadoria compulsória.

Os idosos são pressionados a aceitar a aposentadoria como um direito, como um bem. Na realidade, são pressionados a deixar o mercado de trabalho para dar lugar aos mais jovens.

O idoso é, conseqüentemente, levado à inatividade e dele vão surgir o isolamento, a solidão e as doenças.

Kurtner, em 1964, afirmou que os estados de depressão observados na velhice estão fortemente relacionados com a inatividade, já que a atividade favorece o "status", a realização e a aceitação social.

No Brasil, desde 1940, o grupo etário acima de 60 anos é o que mais cresce, proporcionalmente.

Tendo em vista, atualmente, alimentação mais racional e os avanços tecnológicos da medicina, aqueles que hoje têm 60 anos deverão viver mais 15 ou 20 anos, como nos países desenvolvidos, os que têm boas condições socioeconômicas deverão viver bem mais que 70 anos. Assim, propomos, através desta emenda supressiva, a eliminação da aposentadoria compulsória, há que muitos

chegam à idade-limite tendo, ainda, disposição para o trabalho, vontade de trabalhar e muito útil a realizar.

Parecer:

A Emenda dispõe sobre a aposentadoria compulsória do servidor público, diferenciando limite de idade para o homem e para a mulher.

Deve ser rejeitada por não ajustar-se ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.

EMENDA:22004 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA ADITIVA

O Art. 67 - Seção II - DOS SERVIDORES

PÚBLICOS CIVIS, passa a ter a seguinte redação:

"Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma, DE FORMA A ESTABELECEER A PARIDADE REMUNERATÓRIA ENTRE FUNCIONÁRIOS ATIVOS E INATIVOS".-

Justificativa:

Através dos tempos vêm os servidores públicos civis da União, dos Estados, dos Municípios, das Autarquias, etc., batendo às portas do Tribunais em busca da sonhada paridade remuneratória, EM VÃO, todavia.

Os julgados repetem sempre a mesma catilinária: Não existe no texto constitucional a figura da PARIDADE remuneratória entre funcionários ativos e inativos.

Nossa emenda visa evitar que a injusta para com os funcionários aposentados se perpetue em nossa legislação. É tempo de se fazer justiça àqueles que, depois de longos anos de sacrifícios, afortunadamente se aposentam.

Parecer:

A partir da data da aposentadoria, o inativo terá sempre revistos os seus proventos "sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade". Aplicada essa fórmula, estará sempre mantida a paridade entre "funcionários ativos e inativos" proposta pela Emenda.

EMENDA:22008 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RACHID SALDANHA DERZI (PMDB/MS)

Texto:

Dê-se ao item III do Art. 65 a seguinte redação:

III - Voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta e trinta para a mulher e, após 25 para o professor que comprove o efetivo exercício do magistério no período.

Justificativa:

A aposentadoria voluntária, após 25 anos de serviço é um dispositivo que encontramos na atual constituição e tem sido uma das poucas vantagens que se oferece ao professor que, em geral, é tão mal pago e trabalha nas mais precárias condições.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:22041 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PIMENTEL (PFL/PR)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 68

Inclua-se no art. 68 do substitutivo o seguinte parágrafo único:

Art. 68

Parágrafo único.

Não incidirá o imposto de renda sobre os proventos da aposentadoria do servidor público, bem como a pensão por morte.

Justificativa:

É justo que os servidores aposentados e as viúvas e dependentes do servidor público fiquem imunes da tributação do imposto sobre a renda.

A imunidade proposta é o mínimo que o Estado pode retribuir ao servidor que lhe prestou relevantes serviços.

Parecer:

Esta Emenda pretende que "Não incidirá o imposto de renda sobre os proventos da aposentadoria do servidor público, bem como a pensão por morte."

Evidentemente, trata-se de matéria que deve constar em legislação infraconstitucional.

Pela rejeição.

EMENDA:22082 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE LEITE (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 68

Dê-se ao artigo 68, do Substitutivo do

Relator, a seguinte redação:

"art. 68 - O benefício de pensão por morte, atribuído ao cônjuge sobrevivente e aos dependentes, corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido."

Justificativa:

A presente emenda visa a corrigir imperfeição das pensões concedidas em razão da morte do servidor público: a discriminação quando o cônjuge sobrevivente é o homem, que nada recebe.

Ora, se entendermos a pensão como contraprestação à contribuição feita pelo servidor, em forma de seguro, durante sua vida profissional, o benefício deve ser concedido, independentemente de quem sobreviva.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:22230 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE LEITE (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Artigo 66

Acresça-se ao artigo 66, do Substitutivo do Relator, o seguinte parágrafo:

"Art. 66 -

Parágrafo único - O servidor aposentado com proventos proporcionais, que venha a sofrer invalidez permanente por doença grave, contagiosa ou incurável, terá direito a proventos integrais, na forma da lei".

Justificativa:

O artigo 261, do Substitutivo do Relator, dispõe que a "saúde é direito de todos e dever do Estado", um dos atributos da pessoa humana que consubstanciam o mínimo necessário ao pleno exercício do direito a existência digna.

Ocorre, diuturnamente, que aposentados são infortunados com invalidez permanente, sendo certo que seus proventos, muitas das vezes, não bastam sequer para tratamento médico e remédios, nada restando para a sobrevivência familiar.

O princípio de isonomia, que deve regular as relações do Estado com os cidadãos, obriga-nos a apresentar a presente emenda, como forma de garantir ao servidor aposentado uma existência digna.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como imprescindível ao projeto. Pela rejeição.

EMENDA:22480 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 65, inciso III

O inciso III do artigo 65 do Substitutivo passa a ter a seguinte redação:

Art. 65 -

III - voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco para a mulher.

Justificativa:

A aposentadoria aos trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para a mulher constitui uma das maiores reivindicações dos servidores públicos do País, que aproveitam a elaboração de uma nova Constituição para a concretização de seus justos anseios.

Parecer:

Pela aprovação parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:22566 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

Texto:

Emenda (substitutiva)

Título IV - Capítulo VIII - Seção II

Dê-se ao art. 68 a redação seguinte:

"Art. 68 - o benefício de pensão por morte, do servidor inativo ou ativo, corresponderá à totalidade dos proventos ou vencimentos, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido."

Justificativa:

No texto do Projeto, não está claro se se trata de morte de servidor ativo ou inativo.

Por outro lado, convém mencionar as gratificações e vantagens, pois essas se acham incluídas na remuneração, termo mais amplo, referido no artigo anterior do Projeto, o art. 67, e que abrange, também, os vencimentos.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista a solução adotada pelo Substitutivo do Relator quanto à disciplina da matéria (art. 58).

EMENDA:22779 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

Texto:

Nos termos do art. , do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, acrescente-se no art. 65 do Substitutivo do Projeto de Constituição o parágrafo seguinte:

"Art. 65 -

§ 3o. - Em se tratando de servidores em efetivo exercício do magistério, o prazo mínimo para a aposentadoria voluntária prevista no item III deste artigo será de vinte e cinco anos."

Justificativa:

Conforme é público, o prazo de aposentadoria dos servidores que ocupem funções do magistério é de vinte e cinco anos para as mulheres, o que significaria, com a falta de previsão expressa, em sentido diverso, uma maior dificuldade para aqueles profissionais que, inclusive, estão dotados das condições ora vigentes para adquirirem aposentadoria.

Ademais, pela permanente necessidade de estudos e renovação e pelo prazo gasto além daquele realmente aplicado no exercício das funções de magistério, concebeu-se e firmou-se há muito em nosso direito a necessidade de prazo especial para a aposentadoria desses servidores. Daí a razão da presente proposta.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:22846 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVIA

Dispositivo Emendado: como art. 68 e renumere-se os seguintes.

Art. 68 - Nenhuma contribuição previdenciária ou fiscal incidirá sobre os proventos de aposentadorias e os valores das pensões.

Justificativa:

Não nos parece ato da melhor justiça continuar a recolher contribuições previdenciárias nem cobrar impostos sobre proventos e pensões. Afinal trata-se ou não de um benefício conquistado? Se é preciso continuar a pagar por ele, indefinidamente, o favorecimento passa a ser um tanto duvidoso.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como imprescindível ao projeto.

Pela rejeição.

EMENDA:22907 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS/SP)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: art. 66, inciso II.

Art. 66. Os proventos da aposentadoria serão:

II - proporcionais ao tempo a partir de 20 anos de serviço prestado, nos demais casos.

Justificativa:

Esta emenda atende aos interesses do servidor na medida em que lhe dá a opção de se desligar do serviço público com 20 anos de serviço prestado com vencimentos proporcionais possibilitando à administração pública a geração de novos empregos ou a eliminação destas vagas como forma de economia dos gastos públicos.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como imprescindível ao projeto.

Pela rejeição.

EMENDA:23005 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JESUS TAJRA (PFL/PI)

Texto:

Emenda ao Substitutivo do Relator

Dê-se ao artigo 68 a seguinte redação:

Art. 68 - O Benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o

disposto no artigo anterior.

Parágrafo único - Os dependentes da pensionista, sucedem-na no direito ao benefício da pensão, no caso de seu falecimento. Se do sexo masculino, enquanto menores e se do sexo feminino enquanto solteira ou sem emprego.

Justificativa:

Trata-se de conceder ao servidor civil as mesmas vantagens já concedidas ao militar, no que tange ao benefício da pensão. Corrige-se, assim, pela equiparação, grave injustiça em relação aos pensionistas do servidor civil.

Parecer:

Pela rejeição, considerando a solução adotada pelo Substitutivo do Relator quanto à disciplina da matéria (Art. 59, § único).

EMENDA:23079 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MÁRIO MAIA (PDT/AC)

Texto:

Substitutiva

Substitua-se o item III do Art. 65 pelo seguinte:

III - Voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço para o homem e 25 (vinte e cinco) anos para mulher.

Justificativa:

O perfil do mercado de trabalho de países em desenvolvimento, como o Brasil, onde anualmente agregam-se milhões de novos trabalhadores, exige esta rotatividade, além da expectativa de vida de nosso povo não ser compatível com o tempo de trabalho proposto.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista os novos limites estabelecidos no Substitutivo.

EMENDA:23119 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RODRIGUES PALMA (PMDB/MT)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 72

Adicione-se ao Art. 72 do Projeto de Constituição (substitutivo do Relator), o § 7o.:

Art. 72.....

§ 7o. aplicam-se os servidores público militares o disposto nos artigos 67 e 68, referentes aos servidores públicos civis.

Justificativa:

A presente emenda visa fazer justiça. Estes benefícios proporcionados aos servidores públicos civis têm em grande alcance social. A problemática da família atingida pela morte de um servidor público, quer civil quer militar, é a mesma.

Não há razão para que, no momento que a família mais precisa de recursos para não cair de padrão, é quando ela está mais vulnerável e indefesa para se defrontar com uma problemática.

Portanto, estamos propondo a isonomia de um benefício a essas duas categorias de servidores públicos.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como imprescindível ao projeto.
Pela rejeição.

EMENDA:23219 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

O inciso III do artigo 65 deve ter a seguinte redação:

III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta anos para a mulher, desde que contem pelo menos, respectivamente cinquenta e três e quarenta e oito anos de idade;

Justificativa:

Por um princípio de equidade, a aposentadoria dos servidores públicos deve ter o mesmo tratamento que a dos trabalhadores em geral. A emenda visa adaptar o dispositivo emendado, ao disposto na alínea a) do artigo 265.

Parecer:

Pela rejeição, por estar em desacordo com o novo Substitutivo do Relator.

EMENDA:23329 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHRISTOVAM CHIARADIA (PFL/MG)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se a redação constante do parágrafo 1o. do art. 65 do Projeto de Constituição - que assim dispõe:

"Art. 65 -

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários".

Justificativa:

A frase acima, que se pretende seja suprimida, se prestaria a interpretações, as mais contraditórias, no campo prático, gerando desassossego para os cidadãos e incerteza para o Judiciário.

Com efeito, não nos parece tratar-se de questão para ser acolhida pela norma constitucional, mas matéria a ser discutida e definida pelo legislador ordinário.

Efetivamente, sob a ótica do direito administrativo, os "cargos", não nascem para uma vida temporária, mas para terem duração permanente, até que nova legislação se decida pela sua extinção. As "funções", segundo leciona Hely Lopes Meirelles, são aqueles conjuntos de atribuições cometidas ao "cargo", como regra geral, e, em caráter excepcional, a determinada pessoa.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator.
Pela rejeição.

EMENDA:23395 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PEDRO CANEDO (PFL/GO)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Artigo 65, inciso II

Dê-se a seguinte redação ao inciso II do Art. 65:

Art. 65 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta anos, com exceção dos docentes do magistério superior oficial;

III -

Justificativa:

Se, nos termos do art. 64, a acumulação remunerada não se aplica a dois cargos ou funções de professor, segue-se que é perfeitamente razoável que se excluam os professores da aposentadoria compulsória, desde que vinculados às instituições federais de ensino superior.

Partamos de duas realidades: a primeira, aquela da maioria das Universidades Europeias, que privilegiam a competência e o saber; a segunda, a notícia publicada na “Folha de São Paulo” de 16 de maio de 1987: “UFRJ permite a Celso Cunha lecionar depois da aposentadoria”. Ora, a aposentadoria do Prof. Celso Cunha seria uma verdadeira “expulsória”, não fosse uma atitude inédita do Reitor, Prof. Horácio Macedo: “a partir de agora, quem completar 70 anos não será expulso da Universidade”.

A aposentadoria compulsória para o professor universitário torna-se um verdadeiro castigo, uma capitis-diminuto, pois aos 70 anos de idade, a produção intelectual atinge, em muitos casos, a sua plena efervescência. Nessa etapa, alia-se a competência científica ou técnica ou humanística ao conhecimento da realidade brasileira, aos objetivos da Universidade, que é a busca do saber.

Daí decorreriam duas realidades ou consequências: a permanência e o retorno dos professores, justamente quando eles, após tantos anos de atividade docente em sala de aula, se tornaram capazes de uma conciliação entre o teórico e o prático. Nesse caso, o importante não é reduzir esses professores aos limites de uma sala de aula, mas aproveitar sua experiência e competência em formas de tutoria ou de consultoria etc.

O Brasil é um dos poucos países no mundo que não aproveita a experiência e competência de um profissional de ensino superior em sua plena efervescência. Heidegger, Jaspers, Marcuse, por exemplo, continuaram a exercer um papel nas Universidades, embora com redução de carga horária. Um dado concreto: o Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro, fez retornar seus cientistas e pesquisadores, alguns maiores de 70 anos.

Dois grandes humanistas e filósofos, Leonardo Van Acker e Alexandre Corrêa morreram aos 90 anos. Após os 70, ambos exerceram um extraordinário papel, não nas instituições oficiais, mas na PUC-SP, pioneira esta, graças à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, no ensino de Filosofia no País.

No passado, tivemos o exemplo do Pe. Augusto Magne, SJ, helenista emérito e que, apesar de aposentado, continuou em suas pesquisas diuturnas na Filologia, como já o fizera o Frei Damião Berge, OFM, ao publicar o seu “Logos Heraclítico”. O Senador Affonso Arinos, constitucionalista, o jurisconsulto Miguel Reale são confirmações de que a aposentadoria compulsória é uma excrescência. No Magistério.

A compulsória atingiu Heráclito Sobral Pinto como Professor do Curso de Jornalismo com subordinação à Faculdade de Filosofia da antiga Universidade do Brasil; não o atingiu como extraordinário advogado. Aconteceu o mesmo com Alceu de Amoroso Lima.

A presente emenda deve conciliar-se com a autonomia das Universidades Federais, para que assim sejam fixados critérios a serem previstos em lei ordinária.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:23654 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO KUSTER (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Substitutiva do inciso III do artigo 65 do Substitutivo do Projeto de Constituição:

"Art. 65.

I -

II -

III - voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco para a mulher."

Justificativa:

O Servidor público que trabalha efetivamente, dedica-se as atividades de sua função com presteza e solicitude sente ao longo dos anos o cansaço decorrente de seus bons préstimos ao povo e ao governo.

Há servidores que fizeram de suas vidas verdadeiro voto de abnegação para servir à população brasileira e muito contribuíram para o bom desempenho dos serviços prestados pelo Governo.

A emenda visa proporcionar a estes servidores uma vida digna após a aposentadoria, onde ainda possa gozar com saúde o prêmio de sua vida, daí porque não se pode exigir longos e penosos anos de trabalhos pra alcanças a tão sonhada aposentadoria. Daí então a justeza de se permitir a aposentadoria aos 25 anos par a mulher e 30 anos par o homem que ao longo de sua vida só fez servir à Nação.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:23770 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA ADITIVA:

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao artigo 67:

"Parágrafo Único: - É vedada a incidência de tributos nos proventos e nas pensões."

Justificativa:

A percepção de proventos ou de pensões decorre de prestação de serviço por longos anos ou em consequência de morte do titular, ou de sua invalidez. Agravar-se a remuneração, nesses casos, com a incidência de tributos, principalmente do imposto de renda, é no mínimo, injustiça do poder público cometida contra o beneficiário da aposentadoria ou da pensão.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como imprescindível ao projeto. Pela rejeição.

EMENDA:23817 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA:

Dê-se ao § 1o., do art. 65, a seguinte redação:

"§ 1o. Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, ressalvados os cargos em comissão".

Justificativa:

Os cargos em comissão, embora de provimento de livre escolha, ensejam situações de continuidade da prestação de serviço por tempo suficiente à aposentadoria. Não seria justa a dispensa, quando se perfizessem os requisitos para a inatividade. A sugestão visa sanar este equívoco.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:23941 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

Emenda aditiva

Inclua-se no artigo 65 o seguinte parágrafo:

"§ 3o. - A aposentadoria poderá ocorrer a partir dos dez anos de trabalho, com proventos proporcionais ao tempo de serviço público".

Justificativa:

Restabelece-se, com a sugestão proposta, o disposto na alínea d do § 2º, do artigo 88, do Projeto de Constituição.

Parecer:

A Emenda não concorre para o aperfeiçoamento do Substitutivo. Pelo contrário, contraria a filosofia e as diretrizes que procuramos adotar na elaboração do texto do Projeto de Constituição. Pela rejeição.

EMENDA:24033 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

Inclua-se, no artigo 65, o § 3o., com a seguinte redação:

§ 3o. - Os professores aposentar-se-ão aos 30 (trinta) anos, se do sexo masculino e aos 25 (vinte e cinco) anos, se do sexo feminino, de efetivo exercício no magistério.

Justificativa:

A aposentadoria dos professores, aos vinte e cinco e trinta anos foi conquista consagrada, via emenda constitucional, na Carta de 1967.

Não há razão para tirar vantagens já concedidas ao magistério.

Parecer:

Pela rejeição.

As exceções ao tempo de aposentadoria constante da Constituição deverá ser objeto de Lei Complementar.

EMENDA:24079 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AGASSIZ ALMEIDA (PMDB/PB)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: § 1o. do Art. 65

Dê-se ao Parágrafo 1o. do Art. 65 esta redação:

"Art. 65 -

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em funções ou cargos em comissão ou de confiança".

Justificativa:

O servidor público chamado a exercer cargo em comissão ou de confiança, demissível ad-nutum, na realidade permanece por prazo curto na função, o que não justificaria, sob o aspecto técnico, aposentadoria fundada em período transitório. Os direitos à mesma, entretanto, estão preservados ao servidor que exerça cargo permanente.

A emenda se revela oportuna para evitar ambíguas interpretações, pois pode até atingir a funções temporárias como as de caráter eletivo.

Parecer:

A emenda, em parte, concorre para o aperfeiçoamento do texto do Substitutivo do Relator, razão porque opinamos pela aprovação parcial.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:24188 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

- Substitutivo do Relator -

Acrescentar ao art. 67, "in fine", expressão:

"inclusive militares"

Justificativa:

É evidente que se deve aplicar aos militares o tanto que se destinou aos civis, na compreensão de que civis e militares são servidores e que diante da Constituição são exatamente iguais, sendo certo que quanto à sociedade apresentam-se em pé de igualdade, quanto à servi-la bem.

Parecer:

A Emenda não concorre para o aperfeiçoamento do Substitutivo. Pelo contrário, contraria a filosofia e as diretrizes que procuramos adotar na elaboração do texto do Projeto de Constituição.

Pela rejeição.

EMENDA:24454 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a redação dos itens II e III do art. 65, que passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 65 -

Item II - Compulsoriamente aos sessenta e cinco anos de idade;"

Item III - Voluntariamente, após trinta anos de serviço;"

Justificativa:

A presente emenda é motivada pelo quadro de expectativa de vida média dos brasileiros, nas diversas regiões do país. Tomemos como exemplo a região Sul – a mais desenvolvida – que apresenta expectativa média de vida em torno de 60 (sessenta) anos. Enquanto que a região Nordeste apresenta índice em torno de 45 (quarenta e cinco) anos.

Dessa forma é injustificável do ponto de vista social a aposentadoria proposta aos setenta anos por encontrar-se totalmente fora dos parâmetros nacionais.

Parecer:

Pela rejeição.

De acordo com deliberação dos membros da Comissão os prazos de que se cogita ficaram sendo de setenta e trinta e cinco anos respectivamente.

EMENDA:24534 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MAURÍCIO (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Art. 65, adicionar § 3o.

No caso do Inciso "II" em se tratando de Professor Universitário, magistrado, ou membro de Tribunais de Contas o funcionário poderá requerer sua permanência na atividade por mais 2 anos, desde que submetido a exame médico apresente condição de saúde.

Justificativa:

Todo brasileiro com mais de 70 anos pode ser Presidente da República, Governador de Estado, Ministro de Estado e ocupar outros cargos.

Entrementes, há mestres catedráticos, Juízes, Desembargadores e Ministros com requintada competência e reconhecido saber que estão impedidos de exercerem tais atividades após 70 anos. O dispositivo abre-se-lhes alternativas e coloca à disposição do País o seu conhecimento e sua bagagem intelectual.

Parecer:

A Emenda não concorre para o aperfeiçoamento do Substitutivo. Pelo contrário, contraria a filosofia e as diretrizes que procuramos adotar na elaboração do texto do Projeto de Constituição. Pela rejeição.

EMENDA:24651 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 67.

Dê-se ao artigo 67 do anteprojeto de Constituição a seguinte redação:

Art. 67. Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado, reclassificado ou criado cargo com funções idênticas às exercidas ao tempo da aposentadoria, ou disponibilidade.

Justificativa:

A alteração se impõe para, primeiramente, corrigir discrepância do anteprojeto, que, de um lado veda a aposentadoria em funções e, de outro, permite a revisão de proventos dessa condição.

Seria oportuno também cogitar-se de inserir no texto a situação dos servidores postos em disponibilidade, cujos proventos proporcionais, sem previsão de revisão, acabariam por significar exoneração sem os pressupostos legais, por defasar rapidamente a renda do servidor que, ademais, não poderá exercer outra função pública.

Parecer:

Inobstante o tema preconizado na Emenda, sua rejeição decorre da inoportunidade do acatamento ou conflito com o direcionamento do conjunto.

Pela rejeição.

EMENDA:24766 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

Art. 65 passa a ter a seguinte redação:

"Ar.t 65 O servidor será aposentado:

I - Por invalidez;

II - Compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III - Voluntariamente, após vinte e cinco anos de serviço; e

IV - Opcionalmente, após dez anos de serviço.

§ 1o. - Os proventos de aposentadoria serão:

I - integrais, quando o servidor:

a) contar com o tempo de serviço exigido nos incisos II e III e sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei.

II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos.

§ 2o. Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários.

§ 3o. Lei Complementar poderá estabelecer exceções ao disposto neste artigo, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

Justificativa:

Uma vez prevista, constitucionalmente, a seguridade social, muito mais justo, vantajoso e benéfico, até sob o ponto de vista da produtividade e eficiência que requer o País da sua força de trabalho, em todos os setores, é o sistema aqui proposto.

A aposentadoria opcional após dez anos de serviço que estamos propondo se coaduna com o princípio do livre arbítrio. Se o servidor não deseja continuar no serviço público, ele requer

aposentadoria, para não continuar, contra sua própria vontade, ocupando vaga que poderia ser preenchida por outro candidato com maior eficiência e disposição para o exercício da função. Essa alternativa para o servidor público enseja, por outro lado, oportunidade de trabalho para muitos brasileiros desempregados.

Parecer:

A Emenda não concorre para o aperfeiçoamento do Substitutivo. Pelo contrário, contraria a filosofia e as diretrizes que procuramos adotar na elaboração do texto do Projeto de Constituição. Pela rejeição.

EMENDA:24767 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao art. 68:

"Art. 68 o benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido, sendo revisto na mesma forma prevista no artigo anterior."

Justificativa:

A medida, com força constitucional, visa corrigir a inominável discriminação de pensionistas, na maioria de idade avançada, mulheres que não têm acesso ao mercado de trabalho e condenadas a verem sua pensão se deteriorar com o tempo, criando-se situações vexatórias, de verdadeira injustiça, que se torna mais evidente quando um cargo ou função é reclassificado e os dependentes de servidores que de fato exerciam a mesma atividade passam a ter pensões altamente diferenciadas, ferindo os preceitos da equidade e da isonomia, num progressivo achatamento das pensões mais antigas.

Parecer:

A Emenda não concorre para o aperfeiçoamento do Substitutivo. Pelo contrário, contraria a filosofia e as diretrizes que procuramos adotar na elaboração do texto do Projeto de Constituição. Pela rejeição.

EMENDA:24960 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa ao § 1o. do Art. 65

Art. 65

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em função ou cargos em comissão ou de confiança.

Justificativa:

O servidor público que é chamado a exercer cargo em comissão/ ou de confiança, demissível "ad nutum", na realidade permanece por prazo curto em sua função podendo ser demitido a qualquer momento, o que não justificaria a sua aposentadoria calcada num período de transitoriedade.

Parecer:

A emenda, em parte, concorre para o aperfeiçoamento do texto do Substitutivo do Relator, razão porque opinamos pela aprovação parcial. Pela aprovação parcial.

EMENDA:25031 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

Texto:

Emenda (aditiva) Título IV - Capítulo VIII - Seção II
Inclua-se, no art. 67, entre as expressões
"os proventos da inatividade" e "serão revistos",
a expressão seguinte: "aos quais se incorporam as
vantagens decorrentes de lei".

Justificativa:

É justo permitir que o aposentado leve as vantagens atuais da gratificação. Os militares, quando
passam à reserva, saltam um posto. O tratamento precisa ser igual.

Parecer:

Pela aprovação.

A justificação da Emenda invoca princípio de Isonomia que não pode ser esquecido pelos Srs.
Constituintes.

EMENDA:25125 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DIONÍSIO HAGE (PFL/PA)

Texto:

Emenda Aditiva
Dispositivo a receber o acréscimo - Art. 68,
do Projeto de Constituição - Substitutivo do Relator.
O dispositivo citado, ou seja o art. 68,
passará a ter a seguinte redação:
O benefício de pensão por morte corresponderá
a totalidade da remuneração, dos proventos,
gratificações e demais vantagens pessoais do
servidor falecido, observado o dispositivo no art.
anterior.

Justificativa:

Na prática se vem demonstrando que os herdeiros do servidor falecido não vem recebendo todas as
vantagens que possuía o citado servidor. É bom até mesmo que se esclareça que os pensionistas de
aposentados nem mesmo tem recebido corretamente tudo aquilo que lhe é devido, daí a necessidade
da emenda aditiva que tornará mais cristalino dos beneficiados.

Parecer:

A proposta, em face de tratamento diverso dado à matéria, ficou prejudicada.

EMENDA:25128 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DIONÍSIO HAGE (PFL/PA)

Texto:

Emenda Modificativa
Art. 65 Item III - passará a ter a seguinte redação:
Art. 65 Servidor será aposentado.

III - Voluntariamente após 35 anos de serviço para o homem e 25 para mulher.

Justificativa:

A vida moderna, a má distribuição das riquezas, tem determinado séria modificação no comportamento da família brasileira. Já foi o tempo, para parodiar o que se ouve até nos comerciais de televisão que o lugar da mulher é na cozinha. Não Srs. Constituintes a mulher hoje poderá ter lugar na cozinha para desenvolver uma parte de suas atividades, mas é obrigada a ajudar seu companheiro para manutenção do lar da família. Daí grande contingente de mulheres em atividade públicas ou privadas com o objeto de um ganho para completar o orçamento familiar. Chega-se por isso mesmo á conclusão de que a mulher brasileira, não é apenas a mentora das atividades domésticas, mas está lado a lado com o homem na aquisição de recursos financeiros para sustentação da família. Daí se exigir fisicamente muito mais da mulher que por isso mesmo não pode exercer sua função na complementação do orçamento doméstico por um tempo pouco inferior a aquele que é exigido do homem. Nestas condições Srs. Constituintes propomos que o tempo de serviço público da mulher deverá se restringir a 25 anos.

Parecer:

O tema e a disposição da Emenda recomendam seu acolhimento
Pela aprovação.

EMENDA:25161 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ZIZA VALADARES (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Modificativa ao § 1o. do art. 65

Art. 65

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em funções ou cargos em comissão ou de finança.

Justificativa:

O Servidor Público que é chamado a exercer cargo em comissão ou de confiança, demissível “ad nutum”, na realidade permanece por prazo curto em sua função podendo ser demitido a qualquer momento, o que não justificaria a sua aposentadoria calcada num período de transitoriedade.

Parecer:

Inobstante o tema preconizado na Emenda, sua rejeição decorre da inoportunidade do acatamento ou conflito com o direcionamento do conjunto.
Pela rejeição.

EMENDA:25232 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ACIVAL GOMES (PMDB/SE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA AO § 1o. DO ART. 65

Art. 65

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em funções ou cargos em comissão ou de confiança.

Justificativa:

O servidor público que é chamado a exercer cargo em comissão ou de confiança, demissível “ad nutum”, na realidade permanece por prazo curto em sua função podendo ser demitido a qualquer momento, o que não justificaria a sua aposentadoria calcada num período de transitoriedade.

Parecer:

A Emenda não concorre para o aperfeiçoamento do Substitutivo. Pelo contrário, contraria a filosofia

e as diretrizes que procuramos adotar na elaboração do texto do Projeto de Constituição. Pela rejeição.

EMENDA:25270 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHAGAS RODRIGUES (PMDB/PI)

Texto:

Emenda Modificativa

Ao Art. 65, § 1o.

Dê-se ao §, a seguinte redação:

§ 1o. - Não haverá aposentadoria integral em cargos, funções ou empregos temporários.

Justificativa:

Na hipótese, a emenda veda a aposentadoria integral, permitindo, entretanto, a proporcional, por ser de justiça.

Parecer:

A Emenda não concorre para o aperfeiçoamento do Substitutivo. Pelo contrário, contraria a filosofia e as diretrizes que procuramos adotar na elaboração do texto do Projeto de Constituição. Pela rejeição.

EMENDA:25271 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHAGAS RODRIGUES (PMDB/PI)

Texto:

Emenda

Ao Art. 65, III

Dê-se a seguinte redação ao Inciso:

III - voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco para a mulher.

Justificativa:

Estabelece o texto que “o servidor será aposentado voluntariamente após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta para a mulher”. Ora, os servidores são, em sua grande maioria, mal remunerados e o Estado não lhes assegura um eficiente serviço de saúde. Assim, a emenda merece acolhida.

Parecer:

Razão assiste ao ilustre Autor da Emenda. Inegável a sua contribuição para o aprimoramento do texto constitucional em elaboração. Pela aprovação.

EMENDA:25449 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO MORAES (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Substitutiva

A alínea "II", do art. 65, passará a ter a seguinte redação:

Art. 65 -

I -

II - compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade;

III -

Justificativa:

O limite de setenta anos fixado no Projeto, repetindo as Constituições de 1946 (art. 191, inc. II) e 1967 (art. 100 inc. II), que também foi mantida na Emenda nº 01/69 (art. 101, inc. II), já não atende à realidade contemporânea.

Até a segunda Constituição Republicana não havia aposentadoria compulsória, como acontece em diversos países. Nessa Carta Magna de 1934 apareceu pela primeira vez (art. 70, inc. III), com o limite de 68 anos. Essa mesma idade foi repetida na Constituição de 1937 (art. 156, alínea “d”).

A capacidade física e mental para o cidadão trabalhar é ditada, não pela idade e sim pelo desempenho de sua saúde. Uma pessoa pode ser lúcida e ter capacidade para exercer cargos públicos aos oitenta anos, enquanto outra pode estar incapacitada com menos de sessenta anos. A ciência vem conseguindo prolongar a vida do homem, e a cada ano que se passa, a média da vida humana vai aumentando. Por isso, naturalmente, as Constituições brasileiras vêm elevando a idade limite da aposentadoria compulsória, como se vê das citações acima. A Constituição de 1937 pela primeira vez falou na compulsória, estabelecendo em 68 a idade limite, no que foi acompanhada pela Constituição outorgada de 1937. Em 1946, os Constituintes elevaram essa idade para 70 anos, limite mantido na Constituição de 1967 e sua Emenda nº 01.

Muitos países admitem servidores com idade avançada, e a prova maior de que o homem pode desempenhar funções públicas acima dos setenta anos é o exercício lúcido e competente de numerosos líderes a Chefes de Estado e de Governo que, nos últimos tempos até os dias de hoje, têm demonstrado muita energia e vitalidade na condução dos negócios políticos e administrativos de muitos países, com faixa etária bem acima daquele limite.

A aposentadoria é compulsória aos 70 anos para os servidores ou funcionários públicos, mas não tem nenhum limite para cargos eletivos, não só para o Executivo como para o Legislativo, e o que se vê é o país inteiro aplaudir a eleição de Tancredo Neves, com 74 anos, para Presidente da República, e o povo eleger para a Assembleia Nacional Constituinte, nomes de respeito e de valor como Ulysses Guimarães, que mereceu a suprema honra de ser eleito para presidente da Assembleia com os seus 70 anos bem vividos e de numerosos e preciosos enormes serviços prestados ao País e à Democracia brasileira. E o mais importante é que o Presidente Ulysses não é apenas o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Foi eleito e é presidente da Câmara dos Deputados, e como tal é o substitutivo do Presidente da República pela inexistência de Vice-Presidente, já tendo assumido a mais alta magistratura por diversas vezes, na ausência, por viagens, do presidente José Sarney. O deputado e constituinte Ulysses Guimarães presidiu, também, durante vários mandatos o saudoso MDB, bastião das lutas populares pela redemocratização, e tem sido ininterruptamente o presidente do PMDB, que substituiu o seu antecessor MDB na resistência ao período negro do arbítrio implantado em 1964. O desempenho em tantos cargos do nosso Presidente é a maior demonstração e maior prova de que aos 70 anos o homem não está acabado para a vida pública e para os cargos públicos. Mas não fica apenas em Ulysses Guimarães o exemplo de constituintes septuagenários e até octogenários. O presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, na juventude dos seus 81 anos dá diariamente, na condução dos trabalhos desse importante órgão da Assembleia Nacional Constituinte, exemplos de lucidez, competência e coragem cívica. Além deles, mais de uma dezena de outros companheiros constituintes que ultrapassaram os setenta anos demonstram um vigor físico e mental que comprovam o desperdício que o país comete, aposentando aos setenta anos todo e qualquer funcionário público, incluindo aí magistrados, membros do Ministério Público, militares e outros servidores, que poderiam ainda dar muito da sua capacidade para o País. Entre outros, temos, Aluizio Campos, Fernando Sant’Anna, Furtado Leite, João Calmon, Lourival Batista, Luiz Viana, Moysés Pimentel, Nelson Carneiro, Pompeu de Souza, Roberto Campos, Saldanha Derzi, Sólton Borges dos Reis, Victor Fontana, Wilson Martins e outros.

Sinto que o ideal seria acabar com a aposentadoria compulsória. Mas, essa seria, provavelmente, uma proposta progressista demais, apesar de termos muitos países que adotam esse sistema.

Mas, acredito que dilatar o limite da idade compulsória para 75 anos, já é um bom avanço.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista que o limite de setenta anos para aposentadoria compulsória do servidor público, além de se contribuir numa luta da classe pela sua manutenção, foi também, considerado pelos membros da comissão de sistematização como o mais adequado.

EMENDA:25641 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Dê-se ao Art. 67, Seção II, a seguinte redação:

"Art. 67 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade".

Justificativa:

A prosseguir esta série de vantagens que estamos tentando distribuir, indiscriminadamente, àqueles que tiveram a sorte de entrar para os quadros funcionais do Governo, muito em breve seremos uma Nação em que, toda a sua arrecadação de impostos será para beneficiar os seus servidores, ativos e inativos.

Pratica-se, pois, uma grande injustiça ao operariado em geral, mola propulsora do progresso nacional. Segundo o próprio Senhor Presidente da República, o Governo não gera riquezas, só gasta o produto dos impostos arrecadados.

Vantagem em demasia a seus funcionários, além de demagogia, é um desrespeito aos demais brasileiros.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:25644 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o § 1o., do Art. 65, Seção II

Justificativa:

Consideramos inoportuno constar da Constituição minúcias como a do presente parágrafo que poderá trazer uma série de interpretações contraditórias.

Embora o capítulo refere-se aos "Servidores Públicos Civis", não sabemos, num amanhã qualquer, a interpretação que um Juiz poderá dar a um pedido de aposentadoria do Senhor Presidente da República, de um Governador de Estado, de um Senador, de um Deputado Federal ou de um Deputado Estadual, já que suas respectivas funções sempre são exercidas temporariamente.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:25681 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NION ALBERNAZ (PMDB/GO)

Texto:

O Deputado Constituinte que esta subscreve propõe que ao art. 67 do Projeto seja dada a seguinte redação:

Art. 67 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado, com melhoria, o cargo ou função exercido quando em atividade, e atualizados os valores dos benefícios acessórios incorporados aos proventos no ato da aposentadoria, observada a legislação ordinária então vigente.

Justificativa:

A situação no inativo, no Brasil, não raro chega a ser lastimável. A norma ora emendada já representa uma evolução relativamente à legislação vigente. Entendeu-se, porém, oportuno assegurar que a revisão dos proventos, nos casos de transformação ou reclassificação, só é feita quando a nova situação representar melhoria para o aposentado. Suprimiu-se a palavra reforma, que só é aplicável ao militar e a norma é específica para o servidor civil.

Por outro lado, determina-se a atualização das vantagens acessórias incorporadas aos proventos no ato da aposentadoria, observando o que, a propósito, dispunha a legislação ordinária então vigente. Esse último direito é reconhecido ao funcionário público por súmula do Supremo Tribunal Federal, o que não tem bastado para impedir que ele seja frequentemente negado, principalmente a servidores mais humildes.

Parecer:

A Emenda não concorre para o aperfeiçoamento do Substitutivo. Pelo contrário, contraria a filosofia e as diretrizes que procuramos adotar na elaboração do texto do Projeto de Constituição. Pela rejeição.

EMENDA:25717 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONALDO CEZAR COELHO (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Projeto de Constituição - Substitutivo do Relator - 26.8.87

Art. 67

Suprima-se do texto:

"...transformado ou ..."

Justificativa:

(Projeto de Comissão de Sistematização – art. 90)

A transformação é um instituto de direito administrativo de pessoal que pressupõe o desvio de função de cada servidor. Visa a corrigir uma situação individual, de fato.

Ademais, a transformação, também conhecida anteriormente como readaptação, não se adequa ao propósito do constituinte de prestigiar o concurso público. Trata-se de expediente que se mostrou inconveniente, razão pela qual vários Atos Complementares vedaram continuasse a ser aplicado pelos Estados e Municípios. Tais circunstâncias desaconselham que a transformação venha a ganhar status constitucional. Na melhor das hipóteses, deve ser relegado à legislação ordinária.

Parecer:

A sugestão é procedente e deve ser acolhida, ainda que venhamos adotar redação diferente para o referido artigo.

EMENDA:25771 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT/SP)

Texto:

Ao artigo 65 inclua-se o seguinte parágrafo:

"§ 3o. - a aposentadoria dos professores voluntariamente, após vinte e cinco anos de serviço."

Justificativa:

Não se pretende criar privilégio, mas devolver direito dos professores, usurpado pela legislação do regime excepcional.

Até 1967 a Constituição assegurava aos professores o direito de se aposentarem aos 25 anos de magistério, porquanto a atividade era considerada estafante e penosa.

Acréscete-se que a redação original da Lei Orgânica da Previdência Social, no seu artigo 31, concedia a aposentadoria ao professor com 25 anos de magistério.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:26040 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

Emenda

Art. 72, § 6o.

Dê-se ao § 6o. do art. 72 a seguinte redação:

§ 6o. - A lei estabelecerá os limites de idade e outras condições de transferência do servidor militar para a inatividade, "aplicando-se-lhes o disposto nos artigos 67 e 68".

Justificativa:

O preceito da igualdade de todos perante a lei exige que perante a lei exige que se deem, aos servidores militares, os benefícios que se dão para os servidores civis e que estão previstos nos artigos 67 e 68 do substitutivo.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:26041 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se da letra "b", do item "I" do art.

66 do Projeto de Constituição, as expressões:

"por acidente em serviço, por moléstia

profissional ou doença grave, contagiosa ou

incurável, especificada em lei"

Justificativa:

Talvez, por um lapso, foi mantido no atual Substitutivo um privilégio inaceitável: o item V do art. 135 que trata do Poder Judiciário estabelece: “é compulsória a aposentadoria com vencimentos integrais, por invalidez”. (grifo nosso).

Não se justifica que para os servidores dos demais Poderes e até do próprio Judiciário, exceção feita aos membros da magistratura, a aposentadoria por invalidez somente seja integral nos casos especificados de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave: contagiosa ou incurável. Se o Substitutivo reconhece o direito à aposentadoria integral em caso de invalidez para os juízes, é justo que o faça para todos os brasileiros, pois que todos são iguais perante a lei.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:26110 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Substitutivo do relator -

Acrescentar § ao art. 72.

§ - Aplicam-se aos Policiais Militares e Bombeiros Militares o disposto nos art. 67, 68, 70, e 71, no que diz respeito à aposentadoria, o inciso IV do art. 273.

Justificativa:

Não se pode, nunca, deixar do lado de fora os Policiais Militares e Bombeiros, enquanto se reconheça qualquer direito aos servidores civis. Nesta fase é oportuno salientar-se que se dê aos Militares e também aos Bombeiros, os mesmos direitos que se pretende aos civis.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:26120 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA:

DISPOSITIVO EMENDADO

Dê-se a seguinte redação ao art. 68.

Art. 68 – O benefício de pensão por morte corresponderá a totalidade dos vencimentos, proventos ou remuneração com as gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior".

Justificativa:

A medida, visa corrigir a inominável discriminação de pensionistas, na maioria de idade avançada, mulheres que não têm acesso ao mercado de trabalho e condenadas a verem sua pensão se deteriorar criando-se situações de verdadeira injustiça, que se torna mais evidente quando um cargo ou função é reclassificado e os dependentes de servidores que de fato exerciam a mesma atividade

passam a ter pensões altamente diferenciadas, ferindo os preceitos da equidade e da isonomia, num progressivo achatamento das pensões mais antigas.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:26183 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 65, inciso II

Modifique-se o inciso II do art. 65

Art. 65.....

II - Compulsoriamente aos 65 anos.

Justificativa:

Entendemos que a aposentadoria compulsória para o servidor público deva ser reduzida para sessenta e cinco anos de idade, haja vista que, dessa idade em diante o seu vigor físico e mental deva ser mais preservado para que consequentemente tenha uma velhice menos tumultuada e os seus dias de vida subsequentes mais zelados.

O servidor público passa toda fase de sua vida em exclusiva dedicação ao trabalho, a maior parte do seu tempo eximindo-se ao lazer e até à própria assistência familiar.

Ponderamos a nossa justificativa por entendermos que ela representa os anseios da classe e por assentar-se melhor aos padrões de justiça social.

Propugnamos a mesma faixa etária para a aposentadoria por entendermos que está é uma forma de evitar-se a discriminação a partir do texto constitucional.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:26190 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Ao § 1o. do Art. 65

§ 1o. Não haverá aposentadoria em funções ou cargos em Comissão ou de confiança.

Justificativa:

O servidor público que é chamado a exercer cargo em comissão ou de confiança, demissível “ad nutum”, na realidade permanece por prazo curto em sua função podendo ser demitido a qualquer momento, o que não justificaria a sua aposentadoria calcada num período de transitoriedade.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:26229 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AUREO MELLO (PMDB/AM)

Texto:

Dê-se ao inciso III do art. 65 do Projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"III) voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviços, independentemente de limite de idade, ressalvados os direitos já adquiridos até a data de promulgação desta Constituição".

Justificativa:

Não se entende qualquer discriminação entre servidores da Administração Pública Federal, num país em que a média de vida é baixíssima, o servidor público tem o direito de se aposentar após 30 (trinta) anos de serviço. Ora como critério entende-se também o tempo de serviço daí a justeza da nossa proposição que equipara também o homem à mulher em termos de direitos.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista os novos limites estabelecidos no substitutivo do Relator para aposentadoria do servidor público.

EMENDA:26548 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALBANO FRANCO (PMDB/SE)

Texto:

Dê-se ao Parágrafo 1o. do Artigo 65 do Projeto do Relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, a seguinte redação:

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, salvo nos casos previstos em lei.

Justificativa:

Grande número de cargos e empregos temporários são exercidos ao longo de muitos anos. A proibição, certamente, prejudicará aqueles trabalhadores que, por seus méritos, são renovados nos cargos que ocupam.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:26604 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RUY NEDEL (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo emendado: Artigo 65.

Modifique-se, no Projeto de Constituição

Substitutivo do Relator, no Artigo 65, o seu inciso III.

Art. 65 -

I -

II -

III - voluntariamente após trinta anos de serviço para ambos os sexos, não, porém, antes dos cinquenta anos de idade.

§ 1o. -

§ 2o. -

Justificativa:

Propugnamos iguais critérios no estabelecimento do tempo legalmente previsto por lei para aposentadoria do servidor público, seja ele homem ou mulher.

Impondo o limite de 50 (cinquenta) anos de idade para a aposentadoria voluntária integral, procuramos impedir uma plethora exagerada de servidores públicos civis aposentados.

Evitamos, assim, ônus excessivo ao servidor público em sustentar uma sociedade de inativos e induzimo-los ao gozo dos períodos de Licença Prêmio fazendo com que os servidores não os computem em dobro, na ânsia de conquistar aposentadoria precoce ficando, porém, ressaltados os casos de trabalho insalubre, etc.

Parecer:

A uniformidade do tempo de serviço para a aposentadoria voluntária, como se propõe coma Emenda, conflita com a orientação adotada pelo Relator.

Pela rejeição.

EMENDA:26640 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 65 do Substitutivo do Relator.

O Art. 65 do substitutivo do relator passa a ter a seguinte redação:

"Art. 65 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta e dois anos;

III - voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para a mulher; e, a partir dos quinze anos de serviço, a qualquer momento, com proventos proporcionais.

Parágrafo único - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, equivalentes os critérios e valores para a aposentadoria e a reforma no serviço público civil ou militar".

Justificativa:

Mais do que justa a aposentadoria do homem aos trinta anos de serviço e da mulher aos vinte e cinco anos, já que a expectativa de vida em nosso País está em torno de 62 anos.

A mulher, que tem dupla jornada de trabalho, deve ter o direito de aposentar-se aos 25 anos de serviço.

Por outro lado, justo é que se eleve para os 72 anos a aposentadoria compulsória num País que não pode deixar de exaltar aos que desejam continuar em atividade por mais tempo, já que temos muito a construir.

Parecer:

O que se propõe, com a Emenda, sobre aposentadoria do servidor público está contemplado pelo Relator.

Pela aprovação parcial, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:26878 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

Inclua-se um parágrafo após o § 2o. do art. 65 do Projeto substitutivo do relator.

"§ 3o.- Não haverá contagem em dobro de tempo de serviço para aposentadoria de servidores ou de magistrados."

Justificativa:

A proposição objetiva por fim a aposentadoria, à custa dos cofres públicos, de momento de contagem de tempos não efetivos de serviço.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como imprescindível ao projeto.

Pela rejeição.

EMENDA:26884 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

Substitua-se a redação do art. 57 do Projeto Substitutivo do Relator pela seguinte:
Com a inclusão de dois parágrafos e supressão dos artigos 67 e 68:

"Art. 57. - A revisão geral da renumeração dos servidores públicos civis e militares e dos magistrados ocorrerá sempre na mesma época e com os mesmos índices.

§ 1o. - Os proventos da inatividade serão revistos sempre que se modificarem a renumeração dos servidores ou magistrados em atividade, não podendo o mesmo provento exceder a renumeração percebida na atividade.

§ 2o. - Ressalvado o disposto neste artigo e no item IV do artigo 135, é vedada vinculações ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de renumeração de servidores ou magistrados".

Justificativa:

As proposições objetivam manter o sistema de remuneração de servidores públicos e militares, e de magistrados com normas gerais equivalente à atualmente vigentes, para assegurar o necessário equilíbrio entre os interesses pessoais e os da coletividade.

Deve a Constituição evitar a proliferação de leis, federais, estaduais ou municipais, que possibilitem o surgimento de remuneração excessivas de servidores ou de aposentados pelos cofres públicos.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator.
Pela rejeição.

EMENDA:26940 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

Redija-se o item III, do art. 65, na forma seguinte:

"III - voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para a mulher."

Justificativa:

Tendo em vista a limitada expectativa de vida do brasileiro, cremos ser justo que aos servidores públicos e já assegurada a aposentadoria aos trinta anos de serviço para os homens e, aos vinte e cinco anos, para as mulheres, restaurando a justiça no contexto do funcionalismo público. O prazo determinado para as funcionárias públicas justifica-se tendo em vista as atividades desempenhadas pela mulher no lar, quer na concepção, quanto na gestação e criação de filhos, além das demais tarefas, não raro estafantes, por ela executadas, sem qualquer remuneração.

Parecer:

Pela aprovação parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:26949 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

Acrescente-se ao Art. 65 o seguinte item IV:

"IV - voluntariamente, a partir dos vinte anos de serviço, a qualquer momento, desde que requerida pelo servidor, com proventos proporcionais ao tempo."

Justificativa:

Consubstancia a presente iniciativa reivindicação que nos pareceu justa e oportuna do Sr. Rubens Gonçalves Lemes, de Indiana.

Trata-se de instituir, em favor dos funcionários públicos, a aposentadoria facultativa e proporcional ao seu tempo de serviço, a contar dos vinte anos de atividade.

A rigor a proposição estende aos funcionários públicos critérios que, em termos quase iguais, já prevalece em favor dos segurados do Instituto Nacional de Previdência Social, regidos pela Lei nº 3.807, Lei Orgânica da Previdência Social, de 26 de agosto de 1960 e, esta é mais uma razão que milita em seu favor.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista os novos limites estabelecidos no substitutivo do Relator para aposentadoria do servidor público.

EMENDA:26950 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

Redija-se o item II, do art. 65, na forma seguinte:

"II - voluntariamente, aos setenta anos de idade para o homem e sessenta e cinco para a mulher e, compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade para o homem e setenta para a mulher."

Justificativa:

Temos para nós ser injusto e desumano aposentar-se o servidor compulsoriamente aos setenta anos de idade, como se fosse ele um fardo inútil. cremos que nessa faixa etária a maioria dos homens ainda têm plenas condições de trabalhar e colaborar para o desenvolvimento social. Preconizamos assim que aos setenta anos, para os homens e, sessenta e cinco, para as mulheres, a aposentadoria será facultativa e apenas aos cinco anos mais será compulsória.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista os novos limites de idade estabelecidos pelo substitutivo do Relator para aposentadoria do servidor público.

EMENDA:27034 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONARO CORRÊA (PFL/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

O § 1o. do artigo 65, do Projeto de Constituição, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 65.

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em funções ou cargos em comissão ou de confiança.

Justificativa:

O Servidor Público que é chamado a exercer cargo em comissão ou de confiança, demissível "ad nutum", na realidade permanece por prazo curto em sua função podendo ser demitido a qualquer momento, o que não justificaria a sua aposentadoria calcado num período de transitoriedade.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:27038 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Acrescente-se ao art. 135, Capítulo IV, Seção I, inciso V o seguinte:

Inciso V - É compulsória a aposentadoria com vencimentos integrais por invalidez, ou aos 70 (setenta) anos de idade, e facultativa aos 30 (trinta) anos de serviço, após 5 (cinco) anos de exercício efetivo na judicatura e nos termos do art. 65, inciso IV, desta Constituição."

Justificativa:

1º) A não concessão da aposentadoria proporcional a todos os servidores públicos, indistintamente, conflitaria com o consagrado princípio constitucional, segundo o qual, "TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI";

2º) Razões idênticas às justificativas da Emenda ao Art. 65, inciso IV.

Parecer:

A Emenda, "data vênica", faz remissão incorreta, eis que inexistente, no artigo 65 do Substitutivo, o item

IV a que se refere.
Pela prejudicialidade.

EMENDA:27039 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Acrescente-se ao art. 65, Capítulo VIII,
Seção II, o inciso "IV", com a seguinte redação:
Art. 65.

I -

II -

III -

IV - voluntariamente, a partir dos 15
(quinze) anos de trabalho, a qualquer momento,
desde que requerida pelo servidor, com proventos
proporcionais ao tempo de serviço.

Justificativa:

1º) Considerando-se pretensão do Governo reduzir o déficit público, eliminando o ônus excedente das folhas de pagamentos dos servidores da União, dos Estados e dos Municípios, o oferecimento desta Emenda acarretará significativa economia aos cofres públicos;

2º) Objetivando a concessão de oportunidade a novos servidores, ampliando-se o mercado de trabalho, pois segundo recentes estatísticas oficiais, que indicam a necessidade da criação de dois milhões de novos empregos anuais, esta Emenda se impõe como corolário natural do anseio da sociedade brasileira que se compõe em 75% de sua populações de jovens de até 25 anos de idade.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista os novos limites estabelecidos no substitutivo do Relator para aposentadoria do servidor público.

EMENDA:27057 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO MAINARDI (PMDB/RS)

Texto:

Acrescenta um inciso ao art. 65, do
substitutivo, como segue:

Art. 65.

I -

II -

III -

IV - voluntariamente, a partir de 20 anos de
trabalho, a qualquer momento, desde que requerida
pelo servidor, com proventos proporcionais ao
tempo de serviço.

Justificativa:

A aposentadoria voluntária e antecipada, além de ser uma forma de combater a crise do desemprego, em determinados momentos, também é uma possibilidade de proporcionar ao trabalhador fruir, por mais tempo, do merecido descanso a quem labutou por um longo período, presente sempre que a sobrevida, após a aposentadoria, nas condições de vida da realidade brasileira, não persiste por um lapso de tempo que se possa admitir como razoável, não justificando, assim, a existência da só aposentadoria aos 35 anos de serviço ou a compulsória.

Parecer:

O servidor público em atividade ou aposentado, tem seus ganhos pagos pelo Tesouro Nacional. Assim, não nos parece razoável possa ele se aposentar com tempo inferior ao previsto no Substitutivo, quando ainda estará na plenitude das suas condições físicas e psíquicas, e, portanto, podendo prestar seus bons serviços ao Estado.

EMENDA:27099 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

Texto:

Acrescente-se ao Art. 65, o § 3o.

Art. 65 - O Servidor será aposentado:

I -

II -

III -

§ 1o. -

§ 2o. -

§ 3o. - A compulsoriedade prevista na letra "b" do caput deste artigo não se aplica aos magistrados, aos membros dos Tribunais de Contas e aos professores universitários, antes dos 75 (setenta e cinco) anos, salvo se aceita pelos referidos servidores, ou se ficar comprovada a insanidade mental.

Justificativa:

Num país novo como o Brasil, onde a experiência se torna fundamental no desempenho e nas decisões dos Tribunais; igualmente na difícil perícia contábil das finanças públicas; e, especialmente, magistério superior, no qual a metodologia de ensino quase sempre cede lugar aos conhecimentos práticos, frutos das pesquisas, nada mais coerente do que aproveitar por até mais 5 (cinco) anos aqueles que, atingindo a "ideia-compulsória" se propuserem a permanecer na plena função, exercendo-a com muita sabedoria e muita sensibilidade.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como imprescindível ao projeto. Pela rejeição.

EMENDA:27103 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

Texto:

Dispositivo Emendado: Art. 65

Emenda Aditiva

Acrescente-se ao Art. 65, o § 3o.

Art. 65 - O servidor será aposentado:

I -

II -

III -

§ 1o. -

§ 2o. -

§ 3o. - A compulsoriedade prevista na letra "b" do caput deste artigo não se aplica aos magistrados, aos membros dos Tribunais de Contas e aos professores universitários, antes dos 75 (setenta e cinco) anos, salvo se aceita pelos referidos servidores, ou se ficar comprovada a insanidade mental.

Justificativa:

Num país novo como o Brasil, onde a experiência se torna fundamental no desempenho e nas decisões dos Tribunais; igualmente na difícil perícia contábil das finanças públicas; e, especialmente, magistério superior, no qual a metodologia de ensino quase sempre cede lugar aos conhecimentos práticos, frutos das pesquisas, nada mais coerente do que aproveitar por até mais 5 (cinco) anos aqueles que, atingindo a "ideia-compulsória" se propuserem a permanecer na plena função, exercendo-a com muita sabedoria e muita sensibilidade.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como imprescindível ao projeto. Pela rejeição.

EMENDA:27265 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)

Texto:

Emenda para modificar a redação do art. 65 do Projeto de Constituição.

O art. 65 passa a ter a redação constante no art. 356 do Projeto de Constituição anterior.

Art. 65 - É assegurada aposentadoria com proventos de valor igual à maior remuneração dos últimos doze meses de serviço, verificada a regularidade dos reajustes salariais nos trinta e seis meses anteriores ao pedido, garantido o reajustamento para preservação de seu valor real, cujo resultado nunca será inferior ao número de salários mínimos percebidos quando da concessão do benefícios:

- a) com trinta e cinco anos de trabalho, para o homem;
- b) com trinta para a mulher;
- c) com tempo inferior ao das modalidades acima, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso;
- d) por velhice aos sessenta e cinco anos de idade;
- e) por invalidez.

Justificativa:

Todos os servidores civis e militares passam para inatividade com vencimento integrais exceto os "beneficiários" (?) da Previdência Social. Por isso nos se fará justiça social sem a preservação do valor do salário não quando do ingresso na inatividade, mas até a morte do trabalhador, de forma a garantir-lhe o ócio, duramente conquistado, com a mesma dignidade.

Parecer:

A emenda substitui a redação do art. 256 pela redação do art. 356 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, que trata da aposentadoria com proventos de valor igual à remuneração dos últimos doze meses de serviço, também para os beneficiários da Previdência Social. Temos a convicção de que a matéria foi tratada convenientemente no Substitutivo. Pelo não acolhimento.

EMENDA:27429 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 65 - O Servidor será aposentado:

I - Por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta anos;

III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta para a mulher.

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em funções ou cargos em comissão ou de confiança.

§ 2o. Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto neste artigo para casos de aposentadorias especiais.

Justificativa:

Necessário se torna estabelecer que o veto que se pretende para a concessão de aposentadoria, deve ser limitado ao servidor público que é chamado a exercer cargo em comissão ou de confiança demissível “ad nutum”, pois inconcebível o benefício calcado em períodos curtos de transitoriedade. A redação atual do § 1º do projeto, bem como o consequente parágrafo 2º, permitem múltiplas interpretações.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:27433 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso III do artigo 65 fica assim redigido:

Art. 65 - O servidor será aposentado:

I -

II -

III - voluntariamente, após trinta anos para o homem;

IV -

Justificativa:

Percebe-se a necessidade da dicotomia do inciso em referência, pois a diminuição do prazo de aposentadoria deve ser encarado sob ótica diversa.

O princípio de isonomia promove a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Entretanto, havemos de admitir a duplicidade de tarefa que compete às mulheres que buscam aumento do orçamento familiar no mercado de trabalho.

Temos nos batido na diminuição do prazo de aposentadoria, por entendermos que o servidor precisa gozar de investimento feito ao longo de sua existência, e se maior tempo ocorrer, só poderá se sentir inútil, pois os anos não lhe permitirão alçar a delícia do voo da liberdade merecida.

A burocracia cansa, arrefece os ânimos, razão pela qual insistimos tanto, para que o homem se aposente após trinta anos de serviços prestados.

Essa medida além de justa é salutar, pois vai influir diretamente na produtividade da máquina administrativa.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:27434 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 65, inciso III

O inciso III do artigo 65 fica assim redigido, após renumerá-los com acréscimo de mais um inciso em emenda de nossa autoria sobre o mesmo inciso:

"Art. 65 - o servidor será aposentado:

I -

II -

III - voluntariamente, após vinte cinco anos para a mulher;

IV -

V -

Justificativa:

O inciso III do artigo 65 do Projeto de Constituição merece, como emenda diferenciada, desdobramento, em virtude das razões que embasam ambas as pretensões, em especial, no que diz respeito ao turno desempenhado pela mulher no mercado de trabalho.

Não causou nenhuma polêmica, quando as mulheres defendendo emenda popular à fatura Carta Magna, postularam a aposentadoria para elas aos vinte e cinco anos de exercício funcional;

Não só o respeito que elas merecem, e sem discriminação ao direito alicerçado na dupla jornada: de servidora e dona de cada, como mãe, esposa, companheira, coordenadora da árdua tarefa doméstica, acrescida da sublime condição de trabalhar, trazendo dentro de si o benefício da gestação. Incansáveis, muitas vezes perturbadas, porque nem toda gestação é tranquila, desempenham suas tarefas com dignidade e exação. Em casa, esse turno se prolonga, não só nos afazeres domésticos, mas no sono intercalado de cuidados necessários aos filhos, em toda as fases do crescimento, até sua independência total. É admirável para um homem perceber que a mãe de seus filhos, não são dotadas de sono profundo. Sempre superficial, alerta, atenta ao menor gemido, ao sussurro, a qualquer movimento, a tudo que incomoda o fruto de sua maternidade. Portanto, à tarefa de educar, à cobrança do cumprimento dos deveres, ao turno integral de vinte e quatro horas por dia, de todas a mulheres, é que postulamos, incansavelmente, para que a futura Constituição que lhes assegure a APOSENTADORIA AOS VINTE E CINCO ANOS DE TRABALHO.

Respalhado na defesa do turno integral exercido pela mulher, o gozo merecido do investimento de sua existência no trabalho. É preciso dar melhores oportunidade, mormente quando a prole se distancia e ela precisa se triplicar, para retribuição do carinho e dedicação maternos.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do substitutivo.

EMENDA:27489 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO CORRÊA (PDT/DF)

Texto:

Emenda aditiva ao item II do art. 66 do

Substitutivo do relator.

Dê-se ao item II do art. 66 do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

"Art. 66 -

II - proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos, não podendo ser inferiores ao valor do salário mínimo, quando resultante de invalidez ou de implemento da idade".

Justificativa:

O servidor que se tornou inválido ou completou setenta anos deve ser assegurado um mínimo indispensável a sua sobrevivência.

É a justificativa para a presente emenda que esperamos seja acolhida.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:27504 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO ALCKMIN FILHO (PMDB/SP)

Texto:

Inclua-se um novo art. 66, com a seguinte redação, no Substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, renumerando-se o atual e os artigos subsequentes.

Art. 66 - É assegurado aposentadoria para o professor após 30 anos e, para a professora, após 25 anos de efetivo exercício em função de magistério, com salário integral

Justificativa:

A Constituição atual, por força da Emenda Constitucional nº 18, de 1981, reconhece ser de direito dos Professores a aposentadoria especial. Se a futura Constituição não reconhecer também de forma expressa, no seu texto, esse direito, transferindo o encargo para a legislação complementar, criar-se-á um lapso de tempo, entre a promulgação da nova Carta Magna e a eventual aprovação de uma lei complementar, durante o qual os professores e as professoras, mesmo que contem 30 e 25 anos de serviços, não poderão se aposentar, tendo assim o seu direito prejudicado, em relação aos colegas que já se aposentaram pelas regras vigentes.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como imprescindível ao projeto. Pela rejeição.

EMENDA:27531 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MANOEL CASTRO (PFL/BA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação do inciso II do art.

65 Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, para o homem e aos sessenta e cinco para a mulher,

salvo se inspeção médica, requerida, facultativamente, pelo servidor, comprovar inteira capacidade laboral para o exercício da sua atividade podendo, se assim o desejar, permanecer em serviço até, no máximo, mais cinco anos.

Justificativa:

O marco do Projeto de Constituição que divisa o funcionário público da sua carreira funcional é o dia em que completa ele setenta anos de existência para o homem e sessenta e cinco para a mulher, mesmo quando, ainda que esteja perfeitamente hígido e habilmente capacitado para o labor, não pode escolher entre continuar no exercício de suas funções ou optar por aquilo que alguns entendem ser um descanso.

Impiedosa e distante, a Lei a todos atinge, sem perquirir a condição de trabalho de cada um, sem se importar com as perdas de preciosos e por vezes indispensáveis agentes do serviço público. A ela não interessa a condição de vida que terá o seu servidor que, ao simples raiar de novo dia, será sumariamente afastado da sua rotina de vida, como se a morte social viesse colhê-lo abruptamente, quando ainda lhe esbanjam as forças intelectivas, quando está quase a alcançar o ápice de uma carreira que dificilmente galgava. A Lei não interessa a condição psicológica daquele que, repentinamente, vê-se interditado para produzir e até para ser útil à sua comunidade. Mas naqueles que zelam e pelos fins legais há que ser acesa a lâmpada que clareia este problema social, que confina um indivíduo, e não um velho, ao envelhecimento rápido e precoce.

Dir-se-á que há de resguardar-se o serviço público dos males que afetam a mente humana e o próprio homem com o passar dos anos. Entretanto, não há autoridade social que possa resumir e generalizar um marco de senilidade em torno de determinada idade. Haja vista a quantidade de aposentados compulsoriamente por implemento de idade que possuem a mente fértil, que têm plena capacidade laboral, que dispõem de integral capacidade produtiva.

A estereotipia das idades é uma forma de racionalizar a exclusão das pessoas não só dos mais idosos de posições que são importantes, não só pelo poder que representam, como pelas oportunidades que oferecem. De acordo com Kastenhau, um estudioso da psicologia da velhice, mais que descuidada e insensível, a estereotipia das idades assume um caráter sinistro: surge como parte de uma política tácita que tem por fim desacreditar aqueles que se apresentam ou possam apresentar-se como competidores do poder social. Entretanto, é a partir do reconhecimento dessa estereotipia etária que surge uma possibilidade construtiva através da criação de alternativas. Se a sociedade criou definições a exemplo da aposentadoria para separar pessoas umas das outras, poderá ser capaz de redefinir e integrá-las. O paradoxo existente entre a fase de declínio por que passa o corpo humano enquanto evoluem e florescem a mente e a personalidade deve ser considerado quando do exercício do poder unilateral do Estado de aposentar o indivíduo, levando em conta, apenas fatores biológicos aos quais não pode ser reduzido o curso vital da mente e do intelecto humanos.

A prova de que a idade alcança o indivíduo com maior vigor intelectual não está distante da realidade brasileira. Estando no tempo da Nova República, todo o povo brasileiro nela se concentra. Todos lutaram e empunharam a sua bandeira, a bandeira das mudanças, que foi dignamente empunhada por alguém que já contava mais de setenta anos e, até por isso, foi eleito por toda a Nação como repositório da concretização de suas mais remotas esperanças. Como ele, existem centenas, milhares, milhões de septuagenários capazes de contribuir para o crescimento, melhoria e engrandecimento do serviço público que, no entanto, são castrados em pleno vigor de sua vida profissional.

Fazer setenta anos não pode ser uma ingloria. A virtude do vigor mental não pode ser medida com a idade, assim como a idade não pode atestar a higidez mental do indivíduo. Fazer setenta anos é conseguir preservar-se no tempo, é manter a plenitude de uma existência, é um hino à vida. O funcionário público que completa setenta anos de idade não pode ser considerado um estorvo à Administração, mas um espelho de perseverança, uma fonte de experiência e um exemplo ao culto da existência.

Assim, nada mais justo, conveniente, oportuno e econômico para o Estado, que facultar-se ao servidor público submeter-se a inspeção médica, e, comprovada a sua capacidade laboral para o exercício da sua atividade, permanecer no serviço público enquanto durar essa condição, até, no máximo, mais cinco anos.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:27845 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MÁRIO LIMA (PMDB/BA)

Texto:

Art. 65. O servidor será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta anos;

III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta para a mulher.

§ 1o. Não haverá aposentadoria em funções ou cargos em comissão ou de confiança.

§ 2o. Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto neste artigo para casos de aposentadorias especiais.

Justificativa:

Necessário se torna estabelecer que o veto que se pretende para a concessão de aposentadoria, deve ser limitado ao servidor público que é chamado a exercer cargo em comissão ou de confiança demissível “ad nutum”, pois inconcebível o benefício calcado em períodos curtos de transitoriedade. A redação atual do § 1º do projeto, bem como o conseqüente parágrafo 2º permitem múltiplas interpretações.

Parecer:

Não nos parece justo que o servidor efetivo, vindo a exercer por mais de 5 anos ininterruptos, cargo de confiança e nele completar o tempo para aposentar-se não possa ir para a inatividade com os proventos proporcionais a esse cargo. O que deve ser vedado é a aposentadoria em funções temporárias fórmula usada e abusada para proporcionar a alguns privilegiados proventos de elevado valor.

EMENDA:27885 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Dispositivo Emendado: Art. 65

Adite-se ao art. 65, o inciso IV, com a seguinte redação:

Art. 65 - o servidor será aposentado:

I -

II -

III -

IV - após 30 anos de serviço para o homem e de 25 para a mulher, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

Justificativa:

O exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas provocam uma deteriorização de vida útil dos trabalhadores de modo a torná-los aptos e aposentarem-se em tempo mais curto que os empregados em atividades normais.

Parecer:

Pela aprovação parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:27951 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO CUNHA (PMDB/GO)

Texto:

Dê-se ao art. 67 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição, a redação abaixo:
"Art. 67. Os proventos da inatividade serão iguais à remuneração de igual cargo e referência na atividade e deverão ser revistos automaticamente sempre que, por motivo de alteração no poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos servidores em atividade, a partir da mesma data e na mesma proporção, bem como sempre que for transformado ou, na forma da lei, reclassificado, o cargo ou função em que se deu a aposentadoria. Estender-se-ão aos inativos quaisquer benefício quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade."

Justificativa:

É inadmissível a discriminação sofrida pelos servidores que, após dedicarem toda sua vida à causa pública, passam a perceber, na inatividade, remuneração significativamente inferior à de seus pares que permanecem em atividade.

A aposentadoria, que deveria ser um prêmio, um descanso merecido, passa a ser um suplício, especialmente no que se refere ao retardamento da aplicação da norma legal para efetivação do pagamento.

É verdade que o Substitutivo já prevê alguns pontos aqui sugeridos. Mas a redação proposta, mais explícita e genérica, busca não deixar margem a dúvidas quantos ao efetivo direito de isonomia de tratamento entre servidores da atividade e aposentados.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:28195 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao § 1o. do art. 65 do Substitutivo do Relator:

"Art. 65 -

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em cargos ou funções temporárias".

Justificativa:

A nova redação proposta visa retirar do texto a expressão “emprego”, já que não existirá dualidade de regimes de trabalho.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:28300 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

Texto:

Altere-se a redação do inciso III do art. 65,

Seção II, Dos Servidores Públicos Civis:

"Art. 65 -

III - voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco para mulher".

Justificativa:

Considerando que grande parte do contingente de trabalhadores do País ingressa muito cedo na força de trabalho e tendo em vista a grande diversidade de atividades que exigem grandes esforços e provocam desgaste físico e mental, julgamos justo que seja reduzido o tempo de trabalho para 30 e 25 anos para homens e mulheres, respectivamente, para que possam, em pleno vigor gozar os benefícios da aposentadoria e usufruir os frutos do seu trabalho.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:28342 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

KOYU IHA (PMDB/SP)

Texto:

Altera a redação do item II do art. 65

Art. 65 -

II - compulsoriamente aos 65 anos.

Justificativa:

Somos de opinião que setenta anos de idade para a aposentadoria compulsória é prazo muito longo. Embora possamos contar com a experiência de tais servidores, funcionários e empregados, estes muitas das vezes, tem evitado se aposentarem por tempo de serviço, aguardando dispositivos que possibilitariam a incorporação de benefícios à sua aposentadoria. A imensa maioria dos Constituintes já optaram pela manutenção de todos os benefícios a que faz jus estes trabalhadores no caso da aposentadoria por tempo de serviço. Entendemos que aos 65 anos de idade o trabalhador deve ser aposentado compulsoriamente por acharmos compatível com a média de vida dos brasileiros.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:28453 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MÁRCIA KUBITSCHKE (PMDB/DF)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 65 - O Servidor será aposentado:

I - Por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta anos;

III - voluntariamente, após trinta e cinco anos para o homem e vinte e cinco anos para a mulher.

§ 1º. - Não haverá aposentadoria em funções ou cargos em comissão ou de confiança.

§ 2º. - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto neste artigo para casos de aposentadorias especiais.

Justificativa:

Necessário se torna estabelecer que o veto que se pretende para a concessão de aposentadoria, deve ser limitado ao servidor público que é chamado a exercer cargo em comissão ou de confiança demissível "ad nutum", pois inconcebível o benefício calcado em períodos curtos de transitoriedade. A redação atual do § 1º do projeto, bem como o consequente parágrafo 2º, permitem múltiplas interpretações.

Parecer:

Pela aprovação parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:28505 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

Texto:

Suprima-se do art. 67, in fine, a expressão "e reforma".

Justificativa:

A nova redação proposta visa retirar do texto a expressão "emprego", já que não existirá dualidade de regimes de trabalho no serviço público.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:28548 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO ROLLEMBERG (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se ao art. 68 do Substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização a seguinte redação.

"Art. 68 - O benefício de pensão por morte corresponderá no mínimo a 75% dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior.

Justificativa:

A nova redação dada ao art. 68 é no sentido de oferecer uma maior flexibilidade aqueles estados e municípios cujos orçamentos seriam sensivelmente onerados com a obrigatoriedade do percentual de 100%.

Parecer:

Inobstante o tema preconizado na Emenda, sua rejeição decorre da inoportunidade do acatamento ou conflito com o direcionamento do conjunto.

Pela rejeição.

EMENDA:28633 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AUREO MELLO (PMDB/AM)

Texto:

Dê-se a seguinte redação à alínea "b" do inciso I do art. 66 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"Art. 66 -

I -

b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, ou enfermidade incurável comprovada pela medicina";

Justificativa:

A inclusão de enfermidade incurável comprovada pela medicina é ampliar o leque de doenças que obrigam o servidor a se aposentar, e não tão somente aquelas que estão enumeradas em lei, como é o exemplo da AIDS.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:28768 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

TADEU FRANÇA (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 65, TÍTULO IV, CAPÍTULO VIII, SEÇÃO II

No artigo 65, Título IV, Capítulo VIII, Seção II, DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS, eliminem-se seus parágrafos.

Justificativa:

Uma vez cumpridas as exigências trabalhistas para a aposentadoria, não se veem razões que possam impedi-la de se efetivar, mesmo durante a vigência de cargos, funções ou empregos temporários.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:28792 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

TADEU FRANÇA (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: TÍTULO X

A nível de DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, Título X, inclua-se onde couber:

"Art. Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por qualquer motivo ou por alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos servidores em atividade, a partir da mesma data e na mesma proporção, bem como for transformado, ou da forma da lei, reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

§ 1o. Estender-se-ão aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade.

§ 2o. Os proventos de inatividade anteriores a esta Constituição serão revistos, atendido o disposto neste artigo.

Justificativa:

Uma clara definição sobre os direitos dos aposentados é questão de justiça.

Parecer:

O acréscimo da disposição a que se refere a Emenda é, ao nosso ver, desnecessário, porquanto, o artigo 67 do Substitutivo já trata, convenientemente, da matéria.

Pela rejeição.

EMENDA:28867 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 65

Seja dada ao inciso III, do artigo 65 a seguinte redação:

III - Voluntariamente, após trinta anos de serviços para o homem e vinte e cinco para a mulher.

Justificativa:

O servidor público deve ter tratamento igual a todos os trabalhadores.

Impor um tempo de serviço excessivo ao servidor público se constitui uma grave injustiça.

Parecer:

Pela aprovação parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:28870 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 66

Seja dada à alínea b, do inciso I, do artigo 66, a seguinte redação:

b) sofrer invalidez permanente

Justificativa:

Não há razão para o estabelecimento de uma relação de causa e efeito entre o serviço e a invalidez permanente. A invalidez permanente, qualquer que tenha sido a sua motivação, deve confluir ao servidor proventos integrais.

Caso tal entendimento não prevaleça, o permanentemente inválido será colocado numa situação duplamente desgraçada: a primeira é a própria invalidez permanente e a segunda é a redução do seus recursos para a sustentação de sua família, já que estará impossibilitado de se dedicar a outra atividade remunerada.

Parecer:

A emenda propõe que sejam integrais os proventos da aposentadoria qualquer que seja a origem da invalidez permanente.

Entretanto, apesar de ser esta a solução ideal, os recursos públicos seriam demasiadamente onerados.

Somos pela rejeição.

EMENDA:28876 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 72

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao Art. 72 com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

§ 1o. Aplicam-se aos Militares, aos Policiais Militares e Bombeiros Militares e suas pensionistas o disposto nos Artigos 67 e 68.

Justificativa:

Não é justo omitir tão relevante proteção a todos os servidores, posto que as regras estabelecidas nos Artigos 67 e 68 devem ser universais.

Não deve haver qualquer discriminação entre os servidores, mormente em matéria tão relevante, pois trata da proteção e da garantia de quem dedicou a vida ao serviço público, bem como da tranquilidade de suas pensionistas.

Parecer:

A presente Emenda deve ser considerada rejeitada, pois as matérias referidas nos art. 67 e 68 do Substitutivo não devem, aleatoriamente e sem a devida análise prévia dos casos concretos, ser aplicadas à carreira militar.

Os sistemas de disciplinação, remuneração e inatividade dos militares não coincidem com aqueles que regulam o serviço civil.

Pela rejeição.

EMENDA:28904 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HUMBERTO LUCENA (PMDB/PB)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 68 do Projeto de Constituição:

"Art. 68 - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração ou proventos do servidor falecido o disposto no artigo anterior."

Justificativa:

O termo "vencimentos" usado pelo relator dará margem a dois tipos de pensões.

Se o servidor morrer em atividade deixará à viúva apenas uma pensão correspondente ao seu vencimento, ou seja, a parte fixa da sua remuneração. Se, por outro lado, morrer como aposentado deixará pensão correspondente aos seus proventos.

Ora, os proventos são calculados com base na totalidade da remuneração.

Acreditamos que o uso da palavra "vencimentos" foi usada de maneira inadequada.

O "Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro", de J. M. de Carvalho Santos, Vol. XLVIII diz:

"Vencimento é ordenado, rendimento, proventos de um cargo, de um emprego, salários, emolumentos; remuneração é ação ou efeito de remunerar, recompensa, prêmio, salário, honorários, gratificação. Vê-se que são sinônimos; remuneração tem acepção geral particularizada em vencimento. O legislador, todavia, entendeu de especificar, distinguindo onde a semântica não distingue. Trata-se de recurso técnico, de que não o devemos censurar. Enquanto o vencimento supõe quantia fixa, prevista em padrão legal, a remuneração corresponde à parte do vencimento acrescida da parte variável (veja-se os artigos 119, 120 e 121 da Lei nº 1.741, de 1952)".

Parecer:

A Emenda pretende a substituição da palavra "vencimento" por "remuneração", de modo a que a pensão por morte corresponda à totalidade desta e não daquela.

O acolhimento da Emenda de sentido diverso, qual seja o de que o benefício da pensão por morte equivalerá a 50% da remuneração ou dos proventos do servidor falecido, leva-nos a rejeitar a proposição em tela.

EMENDA:29023 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 65

Seja dada ao Art. 65 a seguinte redação:

Art. 65 O servidor será aposentado:

I - Por invalidez

II - Compulsoriamente, aos setenta anos;

III - Voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco para a mulher.

IV - Compulsoriamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta para a mulher.

Justificativa:

Não se pode manter o servidor submetido a tão cruel camisa de forças.

A contagem recíproca de tempo de serviço estabelecerá uma situação de igualdade entre os servidores.

Por outro lado, é preciso evitar dispositivo que impliquem em obstáculo ao fluxo de carreira, sendo um deles, talvez o principal, a longa permanência em atividade.

Ademais, temos que impedir a tentação da permanência do servidor em atividade, posto que o mesmo merece aproveitar a merecida aposentadoria após a prestação de tão longo tempo de serviço.

É conveniente limitar o tempo máximo de serviço, não somente a idade, de permanência do servidor em atividade.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:29202 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 68: A lei definirá as condições referentes a aposentadoria do servidor civil, inclusive quanto à pensões, ao exercício de mandato eletivo por servidor público, a sua associação, direitos, deveres, estabilidade e demissão.

Justificativa:

Tendo em vista a supressão dos arts. 69, 70, 71, por emenda apresentada, a matéria constitucional prevista nestes artigos foi disposta na redação acima.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:29309 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Art. 65 -

I a III -

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, mas o tempo de serviço assim prestado serão certificados para efeito de aposentadoria.

Justificativa:

É justo que o tempo trabalhado em serviço temporário seja computado para efeito de aposentadoria.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:29712 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAMIR ACHÔA (PMDB/SP)

Texto:

Acrescente-se o § 7o. ao art. 72 com a seguinte redação:

"Art. 72"

§ 7o. - Aplicam-se aos Policiais Militares e Bombeiros Militares e seus pensionistas o disposto nos artigos 67 e 68 (do substitutivo Cabral).

Justificativa:

Estender aos inativos, toda revisão dos proventos e, nas mesmas proporções concedidas aos Policiais Militares em atividade é medida de plena justiça, porque os aposentados já cumpriram o seu dever, oferecendo preciosos anos de sua juventude e sua própria vida, em prol da coletividade. Idêntica medida deve ser dispensada aos pensionistas dos Policiais Militares falecidos. O fato de terem sido aprovados os artigos 67 e 68, para beneficiar o inativo e os pensionistas de servidores públicos civis, pelos mesmos motivos devem merecer os Policiais Militares e os pensionistas destes.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:29813 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA POPULAR INCOMPLETA

(O processo com 6.000 assinaturas foi entregue, contra recibo, na S.G. Constituinte.)

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao artigo 67 o seguinte parágrafo único:

"Art. 67

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, a remuneração compreende o vencimento, as gratificações, os adicionais e as demais vantagens a qualquer título percebidos."

Justificativa:

Patrocinada pela Federação dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Clube dos Subtenentes e Sargentos da P. M. de São Paulo e Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, foi apresentada, no gabinete do Presidente Ulysses Guimarães, proposta de emenda popular.

Embora seja provável que os requisitos tenham sido preenchidos, não houve tempo para a necessária conferência prévia. Na eventualidade de que as 30.000 assinaturas não tenham sido atingidas – o que esperamos e desejamos que não ocorra – estamos encampando a emenda popular, no seu inteiro teor, para que esse imenso trabalho não fique perdido e para que seja possível que o louvável esforço dos dirigentes e dos trabalhadores públicos do Estado de São Paulo seja levado ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Reproduzimos abaixo a justificação apresentada:

"Os proventos do inativo são calculados a partir do vencimento, das gratificações, dos adicionais e das demais vantagens a qualquer título percebidos pelo servidor enquanto em atividade, no momento de sua aposentadoria.

Por isso mesmo, sempre que se modificar qualquer dessas parcelas para o servidor em atividade, deverão ser revistos os proventos do servidor inativo, conforme determina o "caput" do artigo emendado.

Impõe-se a inclusão do parágrafo para elidir toda dúvida de aplicação da norma.

Parecer:

A presente emenda, de iniciativa popular, subscrita por mais de 6.000 pessoas, não tendo atingido,

pois, o número mínimo exigido de assinaturas, foi apresentada pelo ilustre Constituinte Hélio Rosas. Pretende-se, com a emenda, que se defina no texto Constitucional a expressão "remuneração" para os efeitos de aplicação da norma prevista no art. 67 do Substitutivo.

O Relator inclina-se pela adoção de técnica legislativa constitucional que desaconselha o emprego das chamadas normas definidoras, conceituais ou enunciativas, salvo nos casos de estrito cabimento. É que tais normas se apresentam adequadas à legislação infraconstitucional, inclusive pelo fato de serem normas dotadas de grande flexibilidade, mais suscetíveis, portanto, às alterações que exijam menos rigidez do processo legislativo próprio.

Assim, como no caso da presente emenda, todas as propostas com objetivo semelhante colidem com a orientação seguidas pelo Relator.

O parecer é pois, pela rejeição.

EMENDA:29814 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA POPULAR INCOMPLETA

(O processo com 5.000 assinaturas foi entregue, contra recibo, na Secretaria Geral da Constituinte)

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 68 a seguinte redação

"Art. 68 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos proventos ou da remuneração, gratificação e vantagens pessoais do servidor falecido."

Justificativa:

Patrocinada pela Federação dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Clube dos Subtenentes e Sargentos da P. M. de São Paulo e Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, foi apresentada, no gabinete do Presidente Ulysses Guimarães, proposta de emenda popular.

Embora seja provável que os requisitos tenham sido preenchidos, não houve tempo para a necessária conferência prévia. Na eventualidade de que as 30.000 assinaturas não tenham sido atingidas – o que esperamos e desejamos que não ocorra – estamos encampando a emenda popular, no seu inteiro teor, para que esse imenso trabalho não fique perdido e para que seja possível que o louvável esforço dos dirigentes e dos trabalhadores públicos do Estado de São Paulo seja levado ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Reproduzimos abaixo a justificação apresentada:

"A expressão "remuneração" tem sido utilizada no texto do projeto para referir-se ao pessoal em atividade; "proventos" tem designado os estípedios pagos aos aposentados.

Sendo assim, a redação do artigo emendado incorre em erro palmar, pois deixa de contemplar a hipótese de o servidor falecido ser aposentado, sujeito portanto à percepção de proventos.

A nova redação proposta corrige o lapso do legislador, sem alterar o mérito da disposição".

Parecer:

A presente emenda, de iniciativa popular, subscrita por mais de 5.000 pessoas, não tendo atingido, pois, a número mínimo exigido de assinaturas, foi apresentada pelo ilustre Constituinte Hélio Rosas. Objetiva a proposição alterar o art. 68 do Substitutivo.

A orientação adotada pelo Relator, sobre a matéria, diverge daquela em que se baseia o autor da emenda e demais signatários, daí por que não merece acolhimento.

Pela rejeição.

EMENDA:29815 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA POPULAR INCOMPLETA

(O processo com 17.000 assinaturas foi entregue, contra recibo, na S.G. Constituinte.)

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao inciso III, do art. 65 do Substitutivo do Relator do Projeto de Constituição o seguinte: "exceto para policiais militares e bombeiros militares, os quais poderão aposentar-se após 25 anos de serviço, inclusive tempo averbado, voluntariamente, com vencimentos e vantagens integrais."

Justificativa:

Patrocinada pela Federação dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Clube dos Subtenentes e Sargentos da P. M. de São Paulo e Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, foi apresentada, no gabinete do Presidente Ulysses Guimarães, proposta de emenda popular.

Embora seja provável que os requisitos tenham sido preenchidos, não houve tempo para a necessária conferência prévia. Na eventualidade de que as 30.000 assinaturas não tenham sido atingidas – o que esperamos e desejamos que não ocorra – estamos encampando a emenda popular, no seu inteiro teor, para que esse imenso trabalho não fique perdido e para que seja possível que o louvável esforço dos dirigentes e dos trabalhadores públicos do Estado de São Paulo seja levado ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Reproduzimos abaixo a justificação apresentada:

"Os Policiais Militares e os Bombeiros Militares exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e para a saúde, concorrendo a escalas de serviço aos sábados, domingos e feriados, em horários alternados, além da carga horária que supera os limites das oito horas/dia, que reduz sua capacidade de trabalho ao longo do tempo, face ao desgaste físico que produz o especialíssimo regime operacional das respectivas Corporações.

Devem, portanto, aposentar-se após 25 anos de serviço, a exemplo do magistério (art. 372, item V do Projeto de Constituição").

Parecer:

A presente emenda, de iniciativa popular, subscrita por mais de 17.000 pessoas, não tendo atingido, pois, o mínimo exigido de assinaturas, foi apresentada pelo ilustre Constituinte Hélio Rosas. Objetiva excetuar os policiais militares e bombeiros militares da norma geral que estabelece o tempo de serviço para aposentadoria voluntária, considerando que tais servidores exercem atividades perigosas, com sérios riscos de vida e fora a saúde. Daí a proposta de norma excepcional, fixando em 25 o tempo de serviço para a aposentadoria dos referidos servidores.

Na verdade, há inúmeras atividades no serviço público cujo exercício pode ser considerado perigoso, insalubre ou penoso. Por esse motivo, a melhor orientação consiste em deixar-se à legislação infraconstitucional a disciplina das exceções, afastando do texto constitucional referências expressos a casos, situações, ou categorias.

Nesse sentido, isto é, adotada a orientação acima considerada, a presente emenda, quanto ao mérito, está acolhida, uma vez assegurada a regulação, por lei, das situações, que escapam à norma geral, entre as quais incluir-se-ão, certamente, a das categorias que se quer beneficiar com a presente emenda.

Pela aprovação parcial, nos termos do Substitutivo do relator.

EMENDA:29816 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA POPULAR INCOMPLETA
(O processo com 17.000 assinatura foi entregue, contra recibo, na S.G. Constituinte)
Estenda-se às Polícias Militares e Bombeiros Militares os benefícios dos Artigos 67, 68, 69, 70, 274 e seu inciso IV.

Justificativa:

Patrocinada pela Federação dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Clube dos Subtenentes e Sargentos da P. M. de São Paulo e Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, foi apresentada, no gabinete do Presidente Ulysses Guimarães, proposta de emenda popular.

Embora seja provável que os requisitos tenham sido preenchidos, não houve tempo para a necessária conferência prévia. Na eventualidade de que as 30.000 assinaturas não tenham sido atingidas – o que esperamos e desejamos que não ocorra – estamos encampando a emenda popular, no seu inteiro teor, para que esse imenso trabalho não fique perdido e para que seja possível que o louvável esforço dos dirigentes e dos trabalhadores públicos do Estado de São Paulo seja levado ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Reproduzimos abaixo a justificação apresentada:

“Trata-se de benefícios sociais e previdenciários previstos para os funcionários públicos civis, que devem ser atribuídos também aos Bombeiros e Policiais Militares, por serem empregados do mesmo padrão – O PODER PÚBLICO”.

Parecer:

A presente emenda, de iniciativa popular, subscrita por mais de 17.000 pessoas, não tendo atingido, pois, o mínimo exigido de assinaturas, foi apresentada pelo ilustre Constituinte Hélio Rosas. Pretende estender às polícias militares os benefícios sociais e previdenciários previstos para os funcionários públicos civis.

Respeitadas as peculiaridades de uns e outros, aplicando-se a servidores públicos civis e militares as mesmas normas, até por força da aplicação do princípio da igualdade. Não há, por isso mesmo, razão para acolhimento da emenda, tendo em vista que a extensão pretendida é congênita à característica da generalidade da norma jurídica.

O parecer é pela rejeição.

EMENDA:29865 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSVALDO COELHO (PFL/PE)

Texto:

O Art. 67 do Substitutivo do Relator, na Comissão de Sistematização, deve passar a constituir o Parágrafo Único do Art. 57.

Justificativa:

O Art. 67 contém norma que, a toda evidência, se aplica tanto aos servidores públicos civis quanto aos servidores públicos militares.

Tanto é assim que seu texto fala em “aposentadoria ou a reforma”, e é claro que o instituto da reforma é típico e exclusivo dos servidores públicos militares.

Por outro lado, não seria justo contemplar apenas os funcionários civis aposentados com a garantia da revisão de seus proventos, excluindo os militares reformados desse benefício.

Assim, colocando-se a norma na Seção I, “Disposições Gerais”, abrangidas ficarão as duas categorias, o que, aliás, parece ter sido a intenção do autor do substitutivo, quando se referiu à “reforma”.

Parecer:

A Emenda é de típica sistematização formal.
Pela aprovação parcial, nos termos do Substitutivo do Relator.

EMENDA:30008 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva ao Projeto de Constituição
(Substitutivo do Relator)

Acrescentar ao art. 65 o seguinte parágrafo:

§ 3o. - A aposentadoria prevista no item II deste artigo é facultativa aos professores universitários, aos magistrados e aos membros dos Tribunais de Contas, antes do setenta e cinco anos, devendo a permanência dos referidos servidores ser condicionada a comprovação perfeitas condições de saúde.

Justificativa:

O Brasil é um país novo, em reconhecida etapa de desenvolvimento. Dessa forma, a soma de experiências é fundamental em vários setores da vida nacional, mormente no desempenho da magistratura, na difícil tarefa de fiscalizar as funções e finanças públicas e especialmente no magistério superior, quando as metodologias de ensino são amparadas pela pesquisa e pela prática. Nada mais coerente pois, do que aproveitá-las sem ferir direitos, pois a dilatação da compulsoriedade proposta nesta Emenda é facultativa e exclusiva para os servidores mencionados.

Parecer:

A sugestão oferecida com a Emenda não corresponde à orientação adotada pelo Relator.
Pela rejeição.

EMENDA:30095 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ TEIXEIRA (PFL/MA)

Texto:

Art. 66

Acrescentar item

III - isentos de imposto de renda e de contribuição previdenciária

Justificativa:

A contribuição previdenciária, quando na atividade, se destina a cobrir custo de assistência médica ao próprio contribuinte e a seus familiares. De outro lado, forma o fundo de aposentadoria.

Ora, trinta e cinco anos contínuos de contribuição para aposentadoria gera fundo mais que suficiente para custear os ônus da inatividade. Cobrar-se contribuição de aposentado é um contrassenso.

Quanto à assistência médica, a questão é a mesma.

A isenção do imposto de renda é uma questão de justiça social.

Parecer:

Embora a pretensão do nobre Parlamentar não se desmereça quanto ao seu mérito, contudo, há que se considerar que a matéria não foi contemplada no Projeto.
Assim, opinamos pela rejeição.

EMENDA:30147 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Suprima-se no Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição o § 1o. do art. 65.

Justificativa:

O § 1º do art. 65 encerra preceito de marcante impropriedade jurídica, capaz de gerar tratamento injusto a determinada categoria de servidores públicos.

O que se quer dizer com a expressão “cargos, funções ou empregos temporários”?

Não se sabe!

O emprego de uma palavra com significado comum, como “temporários”, capaz de subsumir mínimo das hipóteses, há de resultar em indefinição e, via de consequência, em dúvida.

O que se quis referir com a expressão “temporários”?

Temporário, em sentido comum, é o emprego público sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho e, bem assim, o cargo em comissão. E, em sentido lato, também o é próprio cargo de provimento efetivo, uma vez que o seu preenchimento e o seu exercício também estão limitados ao tempo. E o temporário é justamente aquilo que está limitado no tempo.

Em sentido técnico, com significado específico, só têm caráter temporário a finalidade de emprego adotada por algumas unidades federativas, segundo a qual contratam-se pessoa por tempo determinado e sob regime especial de trabalho, à margem da legislação celetista.

A expressão “temporários” teria sido empregada nesse sentido?

Não se sabe. Mas o que se sabe é que há manifesta impropriedade no emprego daquela expressão, levando-se em consideração que, ao legislador e, especialmente, ao constituinte, não é dada a utilização de expressões vulgares, inteiramente divorciadas da nomenclatura técnico-jurídica.

Demais, míngua o dispositivo do espírito de equidade, de modo a gerar consequências sumamente injustas, máxime à vista do princípio universal, presente no consenso jurídico dos povos civilizados, de que todo o trabalho deve gerar direito a aposentadoria.

A supressão do dispositivo em apreço é exigência não só de técnica jurídica, mas, também, de justiça social.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista que a supressão proposta pelo autor da emenda não corresponde à orientação adotada pelo Relator, quanto à disciplina da matéria.

EMENDA:30295 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 65 - O Servidor será aposentado:

I - Por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta anos;

III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta para a mulher.

§ 1o. - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto neste artigo para casos de aposentadorias especiais.

Justificativa:

Necessário se torna estabelecer que o veto que se pretende para a concessão de aposentadoria deve ser limitado ao servidor público que é chamado a exercer cargo em comissão ou de confiança demissível ad nutum, pois inconcebível o benefício calçado em períodos curtos de transitoriedade. A

redação atual do § 1º do projeto, bem como o consequente parágrafo 2º, permitem múltiplas interpretações.

Parecer:

Pela aprovação parcial, nos termos do substitutivo do Relator.

EMENDA:30330 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado

O Parágrafo 1o. do Art. 65 do Substitutivo do Relator passa a ter a seguinte redação:

"§ 1o. - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, salvo para os juízes classistas da Justiça do Trabalho."

Justificativa:

A parte grifada foi acrescentada. A modificação se impõe, sob pena de tornar-se inconstitucional a Lei 6.903/81.

Por outro lado, se a intenção do Constituinte é, realmente, abolir a aposentadoria do juiz classista após 30 anos de serviço e 5 anos de judicatura, então há a necessidade de incluir-se um "Artigo" nas Disposições Transitórias" garantindo a conquista para aqueles que estiverem no cargo da data da promulgação da CF, já em início de contagem de tempo para a aposentadoria, para ficar assegurado o direito adquirido.

Parecer:

Não se justifica a exceção proposta. Na mesma situação dos juízes classistas da Justiça do Trabalho, encontram-se, só para cingir o Poder Judiciário, todos os demais juízes de Tribunais Superiores.

EMENDA:30354 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Substitutiva e Supressiva

Dê-se ao § 2o. do Art. 65, do Substitutivo, a seguinte redação:

Art. 65

§ 2o. - Lei complementar indicará as exceções quanto ao tempo e natureza do serviço para aposentadoria, reforma e transferência para a inatividade e disponibilidade.

Justificativa:

A redação ora proposta é mais abrangente e facilitará – no futuro – a enumeração dos casos excepcionais para aposentadoria, reforma e transferência para a inatividade e disponibilidade dos servidores públicos civis e militares. Por se tratar de princípio geral, melhor seria que figurasse no Capítulo VIII, Seção I, como Parágrafo do Art. 62 do Substitutivo.

Suprima-se, por consequência, o Parágrafo 2º do Artigo 65.

Parecer:

A Emenda contém duas impropriedades. Não há reforma de servidores civis e a disponibilidade não

diz respeito ao tempo de serviço para aposentadoria. No mais, preferimos só excepcionar a regra para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.

EMENDA:30380 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescenta Parágrafo único ao artigo 68 do Projeto de constituição.

DISPOSITIVO EMENDADO

Dê-se ao art. 68 o seguinte parágrafo único:

Art. 68 -

"Parágrafo único - O servidor poderá indicar pessoa de sua livre escolha ou instituição para o recebimento dos benefícios desse artigo, no caso de não dispor de herdeiros ou dependentes."

Justificativa:

Naturalmente, em caso de falecimento, o servidor público deixa seus herdeiros ou dependentes amparados por uma pensão. Não é justo que por falta de amparo legal esta não possa deixar o referido benefício para quem bem entender, no caso específico de não possuir herdeiros ou dependentes.

Ao representar esta emenda quero frisar que é uma emenda de alcance social pois, a pensão deixada poderá significar a felicidade de uma família inteira ou beneficiar velhos e crianças, de acordo com a vontade do trabalhador que a deixar.

Parecer:

Embora a pretensão do nobre Parlamentar não se desmereça quanto ao seu mérito, há que se considerar, no entanto, que a matéria não foi contemplada no Projeto. Opinamos pela rejeição.

EMENDA:30421 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Artigo 68

Inclua-se, no caput do art. 68, logo após a palavra vencimentos, a seguinte expressão.

"..., nos casos especificados na alínea b, inciso I, do art. 66 desta Constituição,..."

Justificativa:

Intentamos evitar, juntamente com outra emenda, modificativa, a concessão incorreta e injusta de pensão por morte quando o funcionário, em atividade particular, venha a falecer. Pretende-se fazer a distinção da morte ocorrida em serviço daquela verificada fora dele, para fins de conceder-se o benefício da pensão.

Parecer:

Pela prejudicialidade, tendo em vista a solução adotada pelo substitutivo do Relator quanto à indisciplina da matéria (art. 58).

EMENDA:30423 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADYLSON MOTTA (PDS/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 66, Inciso I, Alínea B

Dê-se à alínea b. do inciso I, do art. 66 do substitutivo, a seguinte redação.

"b) sofrer invalidez permanente por acidente em serviço; por moléstia profissional; ou quando acometido de doença grave, contagiosa ou incurável especificada em lei;"

Justificativa:

Cuidou-se, nesta emenda, de dar ao dispositivo em tela uma redação aperfeiçoada, em especial no tocante à pontuação, cuja forma original pode induzir a má interpretação.

Parecer:

Pela aprovação parcial, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:30573 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MEIRA FILHO (PMDB/DF)

Texto:

Emenda Aditiva para o § 1o., do Art. 65

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários, salvo para os juízes classistas da Justiça do Trabalho.

Justificativa:

A parte grifada foi acrescentada. A modificação se impõe, sob pena de tornar-se inconstitucional a lei 6.903/81, a partir da promulgação da nova Constituição.

Por outro lado, se a intenção do Constituinte é, realmente, abolir a aposentadoria do juiz classista após 30 anos de serviço e 5 anos de judicatura, então há a necessidade de incluir-se um "artigo" nas "Disposições Transitórias" garantindo a conquista para aqueles que estiverem no cargo, na data da promulgação da CF, já em início de contagem de tempo para a aposentadoria, para ficar assegurado o direito adquirido.

Parecer:

Pela rejeição, por estar em desacordo com o novo Substitutivo do Relator.

EMENDA:30619 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADYLSON MOTTA (PDS/RS)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado:

§ 1o., do art. 65, Seção II, Capítulo VIII,
"Suprima-se o § 1o., do art. 65."

Justificativa:

O dispositivo, além de ferir o direito adquirido, prejudica a todos os que, até agora, já incorporaram ou estão em vias de incorporar vantagens pessoais pelo exercício de cargos, funções e empregos.

Parecer:

Inobstante o tema preconizado na Emenda, sua rejeição decorre da inoportunidade do acatamento ou conflito com o direcionamento do conjunto.
Pela rejeição.

EMENDA:30620 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dê-se ao inciso II do art. 65, do substitutivo, a seguinte redação:

"II - compulsoriamente:

a) aos setenta anos de idade, se do sexo masculino;

b) aos 65 anos, se do sexo feminino;"

Justificativa:

Pretendemos, com a presente emenda, corrigir o que nos parece uma omissão, uma vez que deve ser observada a diferença de cinco anos para menos em favor da mulher a exemplo da aposentadoria por tempo de serviço.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator.
Pela rejeição.

EMENDA:30654 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Aditiva

Inclua-se, no Capítulo VIII, seção II, logo

após o art. 67, o seguinte dispositivo,

renumerando-se os demais artigos.

Art. Os proventos da inatividade serão

isentos de qualquer tributo, nas seguintes hipóteses:

I - aposentadoria, por invalidez;

II - atingida a idade de 65 anos pelo beneficiário.

Justificativa:

O pequeno universo que compõe o número de servidores públicos aposentados, por invalidez, ou que já atingiram os 65 anos justifica a isenção tributária proposta, hoje ainda incidentes sobre os proventos da inatividade. Por medida justa e de reconhecido alcance social melhor seria se a medida pudesse ser estendida a todos os trabalhadores, sem distinção de vínculo empregatício ou de prestação de serviço.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como

imprescindível ao projeto.
Pela rejeição.

EMENDA:30666 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

título IV, cap. VIII, seção II do
Substitutivo do Relator
Suprima-se do § 1o. do artigo 65 a palavra
"cargos".

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator.
Pela rejeição.

EMENDA:30780 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MÁRCIA KUBITSCHKE (PMDB/DF)

Texto:

EMENDA ADITIVA
DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 67
Adite-se ao Artigo 67 do Projeto, o seguinte
Parágrafo Único:
"É assegurado ao inativo a isenção do
pagamento do imposto de renda".

Justificativa:

Não é justo e nem concebível que após tantos anos de desconto em folha de pagamento, ainda continuem a ser descontados nos seus proventos os servidores aposentados.
A própria Previdência Social isentou os aposentados do pagamento da contribuição previdenciária.
Em razão dos relevantes serviços prestados pelos servidores aposentados, durante trinta e cinco anos, entendo caber a esses antigos integrantes da máquina administrativa o reconhecimento do Poder Constituído.

Face ao exposto em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelos servidores aposentados, que muito contribuíram para o desenvolvimento da máquina administrativa, entendo caber ao Poder Constituído, a adoção dessa forma de agradecimento.

Parecer:

"Data Vênia", a matéria proposta não goza da excelsitude necessária para sua inclusão na Constituição, melhor se acomodando no âmbito da legislação estadual.
Pela rejeição.

EMENDA:30919 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO VANDERLINDE (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Complementar

Art. 65 - Item III

"Voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta para a mulher, desde que contem pelo menos, respectivamente, cinquenta e três e quarenta e oito anos de idade".

Justificativa:

Esta emenda se faz necessária para uma melhor isonomia do projeto apresentado.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista os novos limites estabelecidos no substitutivo do Relator para aposentadoria do servidor público.

EMENDA:30936 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO VANDERLINDE (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Supressiva Complementar

Art. 68

"O benefício de pensão por morte corresponderá à proporção exata dos dependentes remanescentes na família, aplicada aos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior".
§ único - São considerados dependentes, a viúva ou companheira, filhos menores até os 18 anos.

Justificativa:

Em que pese o privilégio que a Seção II do capítulo VIII oferece a uma categoria de brasileiros, somos pelo complemento sugerido, posto que, introduz um critério mais justo e menos odioso, num momento em que se discute os desmandos dos altos vencimentos da categoria em questão.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:31451 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANNA MARIA RATTES (PMDB/RJ)

Texto:

Dê-se ao item II do Art. 65 do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

Art. 65 -

II - compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade;

Justificativa:

Propomos a alteração no item II do Art. 65, do Substitutivo do Relator, de forma a compatibilizar com os artigos 265 e 272.

Parecer:

A aposentadoria por velhice, a que se inferem os artigos 265 e 272, não é compulsória. Assim, não há que se falar em compatibilização com o preceituado no artigo 65 do Substitutivo.

EMENDA:31511 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Acrescentar o Parágrafo único ao art. 67 do substitutivo do Projeto apresentado pelo Relator, Dep. Bernardo Cabral.

"É assegurado ao inativo a isenção do pagamento do imposto de renda.

Justificativa:

Não é justo e nem concebível que após tantos anos de desconto em folha de pagamento, ainda continuem a ser descontados nos seus proventos os servidores aposentados.

A própria Previdência Social isentou os aposentados da contribuição previdenciária.

Vale ressaltar que os servidores militares, Desembargadores, Juízes e Políticos gozam da regalia, mesmo na atividade, da isenção do pagamento do imposto de renda.

Em razão dos relevantes serviços prestados pelos servidores aposentados, durante trinta e cinco anos, entendo caber a esses antigos integrantes da máquina administrativa o reconhecimento do Poder Constituído.

Face ao exposto em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelos servidores aposentados, que muito contribuíram para o desenvolvimento da máquina administrativa, entendo caber ao Poder Constituído, a adoção dessa forma de agradecimento.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como imprescindível ao projeto.

Pela rejeição.

EMENDA:31535 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MÁRIO LIMA (PMDB/BA)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO:

Propõe a criação do parágrafo único, do artigo 67, com a seguinte redação:

"É assegurado ao inativo a isenção do pagamento do imposto de renda".

Justificativa:

Não é justo e nem concebível que após tantos anos de desconto em folha de pagamento, ainda continuem a ser descontados nos seus proventos os servidores aposentados.

A própria Previdência Social isentou os aposentados da contribuição previdenciária.

Vale ressaltar que os servidores militares, Desembargadores, Juízes e Políticos gozam da regalia, mesmo na atividade, da isenção do pagamento do imposto de renda.

Em razão dos relevantes serviços prestados pelos servidores aposentados, durante trinta e cinco anos, entendo caber a esses antigos integrantes da máquina administrativa o reconhecimento do Poder Constituído.

Parecer:

Embora a pretensão do nobre Parlamentar não se desmereça quanto ao seu mérito, contudo, há

que se considerar que a matéria não foi contemplada no Projeto. Assim, opinamos pela rejeição.

EMENDA:31628 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS CHIARELLI (PFL/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Art. 65 - O Servidor será aposentado:

I - Por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta anos;

III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para homem e trinta para a mulher.

§ 1o. - Não haverá aposentadoria em funções ou cargos em comissão ou de confiança.

§ 2o. - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto neste artigo para casos de aposentadorias especiais.

Justificativa:

Necessário se torna estabelecer que o veto que se pretende para a concessão de aposentadoria deve ser limitado ao servidor público que é chamado a exercer cargo em comissão ou de confiança demissível ad nutum, pois inconcebível o benefício calçado em períodos curtos de transitoriedade. A redação atual do § 1º do projeto, bem como o consequente parágrafo 2º, permitem múltiplas interpretações.

Parecer:

Pela aprovação parcial, nos termos do substitutivo do Relator.

EMENDA:31805 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

Texto:

Emenda

Dá nova redação ao artigo 65 e suprime os artigos 66, 67 e 68

Art. 65 - A lei estabelecerá os limites de idade e demais condições de aposentadoria do servidor.

Justificativa:

Não há razão para se tratar da questão em detalhes no texto constitucional, pela sua complexidade e necessidade de adaptação às variáveis econômicas, administrativas e de estrutura etária. Por isso, é de melhor alvitre deixar o assunto para a legislação ordinária, solução, aliás, adotada no caso dos servidores militares, de acordo com o artigo 72, § 6º.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:31834 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAX ROSENMAN (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado - art. 65, parágrafo 1o.

Dê-se ao parágrafo 1o. do artigo 65 do

Substitutivo a seguinte redação:

"Parágrafo 1o. - Não haverá aposentadoria encargos, funções ou empregos em comissão ou de confiança".

Justificativa:

Pretende-se exclusivamente pela presente emenda explicitar a natureza dos cargos no exercício dos quais é vedada a aposentadoria.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:32262 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ GUEDES (PMDB/RO)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo emendado: Item III do Artigo 65.

O item III do artigo 65 do Projeto de

Constituição de 26 de agosto de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65 -

III - Voluntariamente, após 35 anos de serviço para o homem e 25 para a mulher.

Justificativa:

Esta emenda objetiva apoiar pleito feminino para a aposentadoria voluntária aos 25 anos de serviço.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do substitutivo.

EMENDA:32272 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao Art. 68, a seguinte redação:

Art. 68 - O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade da retribuição do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior.

Justificativa:

O Decreto-lei nº 2355 de 27.08.1987 define em seu inciso II, § 1º do Art. 1º, que constitui "RETRIBUIÇÃO mensal, a soma das importâncias recebidas a qualquer título, em razão de vínculo estatutário ou de emprego, permanente ou transitório, de caráter efetivo ou precário".

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:32273 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao Art. 67, do Substitutivo, a seguinte redação:

Art. 67 - Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a retribuição dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou reforma.

Justificativa:

O texto anterior usava a expressão remuneração, mas, de acordo com o Decreto-lei nº 2355 de 27.08.1987, a soma das importâncias recebidas a qualquer título, em razão de vínculo estatutário ou de emprego, permanente ou transitório, de caráter efetivo ou precário constitui RETRIBUIÇÃO, sendo, então, oportuna e pertinente a alteração proposta através da presente emenda.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:32695 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda no.

Nos termos do art. , do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, acrescente-se o § 3o. ao art. 65, do Substitutivo do Projeto de Constituição:

"Art. 65 -

§ 3o - Em se tratando de servidor no efetivo exercício de função do magistério, o prazo para a aposentadoria prevista no item III deste artigo será de vinte e cinco anos".

Justificativa:

Tem se por assentada, na prática administrativa brasileira, a especialidade do prazo de aposentadoria voluntária dos servidores do magistério, cujos misteres ultrapassam o período de efetivo exercício pelos quais se vinculam ao serviço público.

A ausência de ressalva constitucional quanto aqueles acarretaria o rompimento imotivado de uma conquista da categoria, em detrimento de seus direitos e até mesmo das expectativas dos profissionais mais novos, pelo que se impõe a redação acima sugerida.

Parecer:

A Emenda não oferece aperfeiçoamento ao Substitutivo. Pelo contrário, a filosofia e diretrizes que procuramos adotar buscam oferecer ao texto a concisão e restrição ao que se afigura como

imprescindível ao projeto.
Pela rejeição.

EMENDA:32860 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acresça-se o inciso IV ao art. 65 do Substitutivo, com a seguinte redação:

"Art. 65 -

Inciso IV - No magistério, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para a mulher, estendendo-se o mesmo critério para os especialistas que trabalham na área de Educação."

Justificativa:

Este já é um direito adquirido dos professores brasileiros. Suprimi-lo seria uma medida injusta. Mantê-lo seria proporcionar maior motivação para aqueles que se dedicam à tarefa sagrada de formar moral, cultural e espiritualmente a nossa mocidade.

Parecer:

O princípio geral é o de aposentadoria aos 35 e 30 anos de serviço para o homem e para a mulher, respectivamente. Exceções a regra dependerão da legislação que vier a regulamentar o dispositivo, que poderá enquadrar as atividades do magistério entre aquelas suscetíveis da aposentadoria por tempo reduzido.

Pela rejeição.

EMENDA:32983 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HERMES ZANETI (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Modificativa e Aditiva

Acrescente-se ao art. 65, inciso III, do Substitutivo do Relator, a seguinte expressão:

"... ressalvado o disposto no art. 265, § 3o...."

.....

Acrescente-se ao art. 265, um § 3o., com a seguinte redação:

"Art. 265, § 3o. - É assegurada aposentadoria aos professores após 25 anos de exercício em funções do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venha a perceber os profissionais de Educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação."

Justificativa:

A proposição visa manter, agora em condições de igualdade entre homem e mulher, uma conquista histórica do magistério brasileiro.

É sabido que a atividade exercida pelo pessoal de magistério é profundamente desgastante e exige o esforço máximo permanente, pela consciência que têm esses profissionais, a fim de garantirem o melhor preparo para as futuras gerações.

Pelo desgaste profissional, pela exigência de atualização e qualificação permanente e pelo limite humano, no tempo, de se exigir isso a quem exerce esta profissão, a aposentadoria especial não pode ser vista só como um benefício para a categoria, mas como uma exigência para o melhor desempenho do trabalho.

Parecer:

Pretende a Emenda assegurar aos professores, após 25 anos de ensino do magistério, e direito de aposentar-se com proventos integrais.

A providência estabelece tratamento diferenciado, destoando da sistemática a ser adotada no texto do Substitutivo que apresentaremos.

Pela rejeição da Emenda.

EMENDA:33004 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Dê-se ao item III, Art. 65 do Substitutivo do Relator a seguinte redação:

"voluntariamente após 25 (vinte e cinco) anos de serviço para a mulher e 30 (trinta) anos para o homem"

Justificativa:

Não se justifica em um País como o Brasil, com grande número de jovens desempregados, que a aposentadoria se faça em prazos tão prolongados, devendo ser reduzido o prazo como proposto.

Parecer:

Pela rejeição, considerando os novos limites para efeito de aposentadoria estabelecidos no Substitutivo do Relator.

EMENDA:33006 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Título IV, Cap. VIII do Substitutivo do Relator:

Dê-se ao artigo 68 a seguinte redação:

Art. 68 O benefício ou pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração mensal ou do provento do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior."

Justificativa:

A proposta procura restabelecer a integridade do dispositivo que constou do projeto nas fases anteriores, tendo sido inclusive objeto de voto nominal, por ter sido julgado o mais justo e pertinente no caso. De fato, é preciso afirmar que o referencial é a remuneração, sob pena de decesso injustificável e intolerável retrocesso.

Parecer:

A proposta, em face de tratamento diverso dado à matéria, ficou prejudicada.

EMENDA:33009 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Título IV, cap. VIII, seção II:

Inclua-se no art. 66 do Substitutivo do Relator o seguinte

"Parágrafo Único - Nos casos do item I

deste artigo, o provento não será inferior à remuneração percebida pelo servidor na atividade".

Justificativa:

Foi firmada uma doutrina sadia no sentido de que a Constituição reflita princípios nítidos relativamente aos servidores públicos. Por isso mesmo é preciso deixar claro que não haverá decesso remuneratório do servidor que se aposente por tempo de serviço ou por invalidez permanente (na forma disposta no projeto). A proposta se insere nessa doutrina e, além disso, representa uma afirmação permanente de apoio à classe dos servidores públicos.

Parecer:

A proposta, em face de tratamento diverso dado à matéria, ficou prejudicada.

EMENDA:33471 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se a seguinte redação ao inciso III do art. 65 do Projeto de Constituição:

"III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço, desde que conte pelo menos cinquenta e cinco anos de idade".

Justificativa:

Não há razão para fazer-se diferença de sexo para fins de aposentadoria, visto que está comprovada, até a maior longevidade das mulheres em relação aos homens.

Parecer:

Pela rejeição, tendo em vista os novos limites estabelecidos para efeito de a aposentadoria no substitutivo do Relator.

EMENDA:33473 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o inciso II do artigo 66 do Projeto de Constituição.

Justificativa:

Não se deve consagrar, na Constituição, a concessão de pagamentos por aposentadorias adquiridas antes do tempo mínimo para a sua obtenção.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

EMENDA:33605 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

No artigo 68

Substitua-se a expressão

vencimento, contida no texto, por renumeração.

Justificativa:

O conceito de vencimentos no Serviço Público corresponde à parte fixa da remuneração, sem os adicionais constituídos por gratificações de variada espécie, muitas delas incorporáveis para efeito de aposentadoria.

Mantida a relação como está, teríamos uma situação extremamente injusta, pois a pensão gerada por morte de servidor em atividade-baseada no vencimento seria bastante inferior à decorrente da morte de um servidor aposentado, da mesma categoria e do mesmo nível, pois, neste caso, a pensão estaria vinculada ao provento, que engloba vencimentos e gratificações incorporáveis.

A substituição da expressão vencimento por remuneração evitaria essa diferenciação, estabelecendo, portanto, tratamento igual para situação semelhante.

Endossamos a presente propositura recebida como sugestão da ANFIP.

Parecer:

O tema e a disposição da Emenda recomendam seu acolhimento.

Pela aprovação.

EMENDA:33622 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AMARAL NETTO (PDS/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 43

Inclua-se como parágrafo do art. 43 do

Substitutivo:

Art. 43 -

Parágrafo único - Fica assegurado, ainda, o direito à aposentadoria voluntária aos trinta anos, com proventos integrais, aos serventuários de justiça que já tenham completado a idade de 55 (cinquenta e cinco) anos, assegurando-se-lhes o direito previsto no art. 67 desta Constituição.

Justificativa:

Trata-se de estabelecer um caso especial de aposentadoria para a classe dos serventuários, possibilitando-se o salutar e necessário rodízio nessa área de atuação do Poder Judiciário.

Assegura-se-lhes, ainda, o direito à revisão dos proventos, consagrado no art. 67 do Projeto Cabral.

Parecer:

Inobstante o tema preconizado na Emenda, sua rejeição decorre da inoportunidade do acatamento ou conflito com o direcionamento do conjunto.

Pela rejeição.

EMENDA:33736 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROSE DE FREITAS (PMDB/ES)

Texto:

O Item III, do artigo 65 passa a ter a seguinte redação:

Art. 65.

III - Voluntariamente, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco para a mulher.

Justificativa:

Infelizmente, no Brasil, ao contrário das demais nações civilizadas do mundo, a aposentadoria é uma punição, quando deveria ser um prêmio.

Destaque-se, ainda, o fato de que a introdução de 35 anos para os homens e de 30 para as mulheres, como limites para a aposentadoria já significou um retrocesso, principalmente se considerar que até o ano de 1967 os limites eram de 30 e 25 anos para os homens e mulheres, respectivamente. Em 67, como fruto do arbítrio, penalizou-se o servidor, dilatando-se o limite para a aquisição da aposentadoria.

Eis que, para a surpresa e desgosto de milhões de servidores, a constituinte, longe de corrigir tal distorção, preserva-a, numa demonstração inequívoca de insensibilidade, mormente se se levar em conta a média de vida no Brasil, consideravelmente inferior a de outros países.

Assim, nada mais justo, senão restabelecer-se uma situação que já existia em 1967, consagrada não muito pela sociedade brasileira.

Parecer:

Pela aprovação parcial, nos termos do substitutivo.

EMENDA:33767 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Parágrafo Único do Art. 67

Acrescente-se um parágrafo único ao Art. 67 o seguinte dispositivo:

É assegurada ao inativo a isenção do pagamento do Imposto sobre a Renda".

Justificativa:

Não é justo nem concebível que, após tantos anos de desconto em folha de pagamento, ainda continuem a ser descontados. A própria Previdência Social isentou os aposentados da contribuição previdenciária.

Vale ressaltar, ainda, que os servidores militares, Desembargadores, Juízes, gozam de tal regalia, mesmo na atividade.

Em razão dos relevantes serviços prestados, defendemos a inclusão deste dispositivo. É uma forma de prêmio ou compensação para o trabalhador ao aposentar-se.

Parecer:

Caberá a Lei Complementar, ou mesmo à legislação ordinária, mais flexível e conjuntural, estabelecer critérios e regular os casos de isenções tributárias, consoante, aliás, com o disposto no Título VII do Substitutivo.

EMENDA:33845 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 65, § 2o.

Suprima-se o § 2o. do Art. 65.

Justificativa:

A forma excessivamente liberal do texto proposto ensejaria benefício indevido em situações não condizentes com a isonomia que se pretende aplicar à administração pública.

Parecer:

A aposentadoria, com limites de tempo de serviço e de idade reduzidos, para as atividades consideradas nocivas à saúde, já integra, há décadas, o direito positivo brasileiro, no que se refere à proteção dos trabalhadores em geral. O princípio isonômico a que alude o Autor da Emenda é, exatamente, o fundamento da extensão de tal direito aos servidores públicos. Pela rejeição.

EMENDA:34325 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

Texto:

Acrescente-se ao item II do artigo 65, Seção

II do capítulo VIII - Administração Pública:

Art. 65 -

I -

II - ..., salvo se inspeção médica anual, facultativamente pelo servidor, comprovar capacidade laboral para o desempenho da sua atividade, podendo permanecer em exercício até o máximo de cinco anos.

Justificativa:

O marco do Projeto de Constituição que divisa o funcionário público da sua carreira funcional é setenta anos de idade para o homem e sessenta e cinco para a mulher, mesmo se ainda hígidos e capacitados para o trabalho. Tratando-se de medida compulsória e unilateral, gera com frequência problemas psicológicos e psicossociais insuperáveis; e acelera o processo de envelhecimento do idoso. Além disso, desfalca a Administração Pública de uma força de trabalho preciosa pela experiência acumulada ao longo dos anos. É impossível e aberrante generalizar um marco de senilidade em torno de determinada idade.

A estereotipia das idades pode ser interpretada como parte de uma atitude tácita de desacreditar aqueles que passam apresentar-se como competidores do poder social. E é a partir do reconhecimento deste fato que surge a necessidade e a possibilidade construtiva do desenvolvimento de alternativas. O homem ao fazer setenta anos não pode ser uma ingloria. Fazer setenta anos é preservar-se no tempo e pode ser um hino à vida, quando garantida a plenitude laboral. E disto dão exemplo tantos homens públicos neste País.

Assim, nada mais justo, conveniente, oportuno e econômico para o Estado, que facultar-se ao idoso submeter-se à inspeção médica e, comprovada a sua capacidade física para o exercício de sua atividade, enriquecer o serviço público com a sua experiência inegável.

Parecer:

A emenda propõe a introdução de dispositivo que faculte a permanência no serviço para aquelas que completam 70 anos de idade, desde que exame médico ateste a higidez da pessoa.

O fundamento da proposta é a ocorrência de casos em que o servidor ainda quer permanecer no trabalho, sentindo-se capaz para tanto.

Poder-se-ia argumentar com o contrário, isto é, a maioria de servidores que aguardam a oportunidade de aposentadoria, talvez até desejando que esta fosse compulsória em idade menor do que 70 anos. Há consenso sobre a necessidade de fixar uma idade limite, quando não fosse por outras razões,

simplesmente para dar oportunidade de descanso aos mais velhos de renovação dos quadros. Sempre a pessoa poderá continuar em alguma atividade, se quiser, para evitar a ociosidade e a decadência.

Além disso, a abrir-se uma exceção, não há porque fixar em mais 5 anos o novo limite. Temos, entre nós casos de idosos em plena atividade com mais de 80 anos de idade. Somos pela rejeição.

EMENDA:34398 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se ao art. 67 do substitutivo do Relator, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Art. 67 - Sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, forem revistos os vencimentos dos servidores em atividade, também serão reajustados, na mesma proporção, os proventos da inatividade".

Justificativa:

É justo, é equânime, que se assegure aos inativos a recuperação do poder aquisitivo dos proventos que lhes competem, sempre que tal tratamento for reconhecido aos servidores da ativa. Entretanto, estender aos inativos o benefício correspondente à alteração real de vencimentos do pessoal da ativa é questão que deve ser decidida em lei ordinária. Com efeito, as circunstâncias peculiares de cada caso, à vista das quais se hajam decidido estas alterações, é que comandarão soluções justas. Em alguns deles serão meras revalorizações de carreira, em outras reestruturações que imporão aos servidores da ativa ônus, restrições, aperfeiçoamentos que não incidiriam e não incidirão sobre os inativos. Daí a inconveniência de generalizar, no texto constitucional, a indiscriminada equiparação de vencimentos e proventos quando elevados os primeiros.

Parecer:

A pretensão do nobre Constituinte já está plenamente atendida no texto do Projeto.

EMENDA:34668 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se à letra "b" do art. 66, a seguinte redação:

"b - sofrer ou incuráveis especificadas em lei;"

Justificativa:

Aprimoramento da redação.

Parecer:

A sugestão contida na presente Emenda aprimora a redação e deve ser acolhida.

EMENDA:35066 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO BENJAMIM (PFL/BA)

Texto:

Suprime o § 2o. do art. 65 do substitutivo do projeto de constituição.

Justificativa:

Deve ser suprimido o § 2º do art. 65 pois, ante as anormalidades verificadas nos diversos estados com aposentadorias precoces, tal lei complementar poderia dar margem a novos abusos.

Parecer:

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

FASE S

EMENDA:00004 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

Texto:

Dê-se a seguinte redação às letras "a" e "b" do item III, do Artigo 46 do Projeto de Constituição:
"Art. 46

.....
III -

- a) após trinta anos de serviço, se do sexo masculino, ou vinte e cinco, se do feminino;
- b) aos sessenta e cinco anos de idade, se do sexo masculino ou sessenta anos se do feminino, proporcionalmente ao tempo de atividade na forma da lei.

Justificativa:

A emenda objetiva claramente dar idêntico tratamento à aposentadoria dos servidores públicos e as dos trabalhadores em geral regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e amparados pela legislação previdenciária, como de elementar justiça social, eliminando-se discriminações injustificáveis.

Parecer:

A Emenda visa a estabelecer a aposentadoria do servidor público após trinta e vinte e cinco anos de serviço, para o homem e a mulher respectivamente, e, por idade, 65 e 60 anos para o homem e mulher respectivamente. Das inúmeras emendas encaminhadas emergiram muitas propostas sugerindo vários limites de tempo de serviço e idade para fins de aposentadoria. Pudemos concluir que, em relação à questão, não há pleno consenso entre os ilustres constituintes. Por outro lado, não podemos negar que a fixação de limite de tempo ou idade é, de certo modo, subjetiva. Em que pese a argumentação de quantos apresentaram sugestões a respeito, optamos por manter o que já está consagrado no nosso direito positivo, o qual subsiste por justas razões sociais e econômicas.

EMENDA:00011 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CLEONÂNCIO FONSECA (PFL/SE)

Texto:

Acrescente-se ao art. 46 a alínea C com a seguinte redação:

Após vinte e cinco anos de efetivo exercício em função policial, ou com vinte anos de serviço, mais dez anos de qualquer atividade comprovada...

Justificativa:

Nosso pleito se justifica conforme direito adquirido em outras constituições, por lei complementar ainda em vigor, se só esta não bastasse, a função policial e desgastante, por não ter honorários normais de trabalho.

Parecer:

A emenda objetiva acrescentar uma alínea ao art. 46 dispondo sobre a aposentadoria aos 25 anos para aqueles que exercem efetivamente a função de policial.

Lei complementar em vigor regulamentou as aposentadorias especiais. Ao mesmo modo, o parágrafo 1o. do art. 46 do nosso Projeto de Constituição também remete à Lei Complementar a regulamentação da matéria.

Pela rejeição.

EMENDA:00110 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOAQUIM BEVILÁCQUA (PTB/SP)

Texto:

Dê-se à alínea "a" do art. 46 a seguinte redação:

"Art. 46 -

a - após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta para a mulher, facultado o requerimento de aposentadoria proporcional, nos termos da lei, aos trinta e cinco anos respectivamente.

Justificativa:

A presente emenda visa estabelecer igualdade de condições para a concessão de aposentadoria ao servidor público e ao trabalhador em geral que a tem prevista nestes termos no inciso I do artigo 237 da Constituição.

Parecer:

Na área do serviço público, a necessidade do trabalho deve ser avaliada e determinada pela administração pública, diferentemente do que ocorre com a área privada, onde o prestador de trabalho pode ter maior arbítrio sobre a época que considera mais oportuna ou propícia para sua aposentadoria.

O Estado não pode permitir uma possível flutuação indisciplinada dos seus recursos humanos. Somos pela rejeição.

EMENDA:00239 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO KUSTER (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa da alínea a do Inciso III do artigo 46 do Projeto de Constituição.

Art. 46 - O servidor será aposentado:

I -

II -

III - Voluntariamente:

a) Após trinta e dois anos de serviço, se do sexo masculino, ou vinte e sete, se do feminino;

b)

Justificativa:

A faixa etária do nosso servidor público tem diminuído sensivelmente nos últimos anos, seja pela penosidade de suas atividades laborais ou seja pelas próprias transformações ambientais, principalmente nas grandes cidades.

Além do mais a máquina administrativa emperrada e viciosa não fornece ao servidor condições dignas e humana para a execução de seu trabalho.

Em síntese, supõe-se segundo dados do IBGE sobre a vida do brasileiro, está difícil viver sessenta e cinco anos ou mais.

Então, quando irá o servidor gozar sua aposentadoria?

Parecer:

Face ao parecer dado à emenda n. 2p 00273-1, fica a presente rejeitada.

Conforme parecer à emenda 00419-9.

EMENDA:00273 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

COSTA FERREIRA (PFL/MA)

Texto:

Dê-se às alíneas a e b, do inciso III, do artigo 46, da seção II, do Capítulo VII, do título III, do atual Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Título III

Seção II

Art. 46.

I.

II.

III.

a) - Após trinta anos de serviço, se do sexo masculino, ou vinte e cinco, se do feminino.

b) - Após vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções de Magistério, se Professor, ou vinte anos, se professora.

Justificativa:

No presente anteprojeto o relator achou por bem, fixar a aposentadoria voluntária para as atividades normais em trinta e cinco e trinta anos, para homens e mulheres respectivamente. E para Professores, em trinta e vinte e cinco anos. Todavia, a nossa emenda, apresenta uma redução de cinco anos para aposentadoria normal, com relação ao presente Projeto de Constituição, que é de trinta e cinco anos, assim como também reduzimos em cinco anos a diferença entre a atividade do homem e da mulher. Como também para a classe dos Professores, a redução foi a mesma já enfocada, sendo que o Professor se aposentará com vinte e cinco anos e a Professora com vinte. Senhor Relator, este raciocínio, se respalda no respeito à dignidade da pessoa humana, haja vista, ser esta, o maior bem jurídico tutelado pelo Estado, e por isso a finalidade que se propõe, é propiciar o bem-estar para o ser humano. E como a legislação vigente, no nosso entender, vem prejudicando as classes trabalhadores, principalmente, as já enfocadas, impondo-lhes julgos pesados em anos, para que estes se aposentem por tempo de serviço, em uma verdadeira contradição, com as conquistas do século atual, que dá ênfase a proteção à vida.

Com esta emenda, o que almejamos é tão somente, fazer justiça ao profissional brasileiro que tem a sua grande chance na elaboração da Nova Constituição do Brasil, de angariar mais uma vitória no

tocante ao usufruir seus últimos dias de vida, com liberdade pela conquista da redução de cinco anos em sua aposentadoria por tempo de serviço.

Parecer:

A aposentadoria privilegiada aos 30 e 25 anos para professores foi concedida tão somente em razão de ser conquista já constante no texto constitucional vigente. Aumentar esse privilegio acabaria por provocar fortes reações de outros setores funcionais.

Pela rejeição.

EMENDA:00310 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JÚLIO CAMPOS (PFL/MT)

Texto:

PROPOSTA DE EMENDA DO ART. 47, DA SEÇÃO II,
DO CAPÍTULO VII, DO ANTEPROJETO DA CONSTITUINTE FEDERAL.

Acrescenta PARÁGRAFO ÚNICO ao Art. 47, do
ANTEPROJETO da CONSTITUIÇÃO, que terá a seguinte redação:

Art. 47 -

I -

a)

b)

II -

PARÁGRAFO ÚNICO - Nenhum tributo ou desconto
compulsório reduzirá os proventos do inativo
portador de doença grave, contagiosa ou incurável
como tal especificada em lei, quer tenha sido a
enfermidade a causa determinante da aposentadoria,
quer tenha a ela sobrevivido posteriormente.

Justificativa:

Quando assumi a Governadoria do meu Estado, muitas foram as injustiças de tratamento dos aposentados que encontrei.

Abnegadas professoras, dedicados servidores que consumiram suas vidas no logo e exaustivo exercício da função pública recebendo proventos irrisórios, verdadeiros salários de fome, graças às constantes reclassificações de cargos e salários, que os deixavam sem a equivalência salarial para acompanharem através dos anos o acelerado ritmo inflacionário.

Isto, aliás, ocorria em quase todos os Estados da Federação.

Por humanidade e justiça encaminhei à Assembleia Legislativa Estadual um projeto de lei que equiparava os proventos dos inativos aos vencimentos dos servidores em atividade de igual categoria ou assemelhados.

Hoje, sinto-me confortado ao ver reproduzido no anteprojeto atual, no seu Art. 48, a justa aplicação daquele mesmo dispositivo.

Mas, nem toda injustiça pode ser reparada. Alguns fugiam da competência dos governos estaduais e dentre elas devo salientar a que confere tratamento desigual a aposentados portadores de mal incurável ou contagioso, especificado em lei.

O Regulamento do Imposto de Renda, (RIR), isenta do tributo os aposentados portadores dessas doenças, mas no caso de ter sido a enfermidade a causa determinante da aposentadoria. Aos que adoecem posteriormente a ela, o benefício não é concedido.

A medida, visa compensar os gastos quase sempre elevados com o tratamento para a manutenção da vida.

Mas, como já disse anteriormente, o Regulamento exclui do benefício os inativos que só após a aposentadoria foram acometidos das mesmas enfermidades. A discriminação é injusta.

O inativo que adoecce depois de aposentado tem os mesmos problemas financeiros dos que se aposentaram por invalidez em virtude dessas enfermidades.

O atual Anteprojeto infelizmente, a par do Art. 48, não consigna nenhum dispositivo que corrija essa diferença de tratamento.

É de justiça que a isenção do Imposto de Renda seja assegurada aos aposentados acometidos dessas doenças previstas na lei, mas sem distinguir se foram adquiridas antes, ou depois da aposentadoria.

E essa a razão da presente emenda, preclaros Constituintes.

Parecer:

A emenda visa isentar de tributos os proventos do inativo portador de doença grave, contagiosa ou incurável, quer tenha sido a enfermidade a causa determinante da aposentadoria, quer tenha a ela sobrevivido posteriormente.

A proposta é meritória, pois reveste-se de caráter altamente social. Em que pese a intenção do autor, julgamos, entretanto, ser o dispositivo matéria infraconstitucional.

Entendemos que a mesma deveria ser regulamentada através do RIR que, atualmente, já isenta do tributo os aposentados cuja enfermidade foi a causa determinante da aposentadoria, mas não disciplinou ainda a doença que tenha sobrevivido a ela.

Pela rejeição.

EMENDA:00320 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao "caput" do Artigo 48 a seguinte redação:

"Art. 48: Os proventos de inatividade e as pensões por morte serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificada a remuneração dos servidores em atividade, bem como quando for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a morte do servidor."

Justificativa:

Todos são unânimes em reconhecer a defasagem existente, e que se aprofunda a cada dia, entre a remuneração dos servidores públicos ativos e os proventos dos inativos. O artigo que sequer emendar visa evitar essa defasagem. A nosso ver, todavia, não é feliz em sua redação, além de silenciar quanto à pensão por morte, contemplada na presente emenda.

Parecer:

A presente emenda visa alterar a redação do artigo 48, "caput", que, segundo o ilustre Constituinte, deve ser modificado para atingir plenamente seu objetivo.

Pela rejeição, nos termos do parecer oferecido à emenda no. 2p01546-8.

EMENDA:00409 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização

"Eliminar o § 2o., do art. 46, passando o atual § 1o. para Parágrafo Único".

Justificativa:

São incontáveis as hipóteses alcançadas pelo dispositivo que se propõe eliminar, cujos beneficiários alcançam a aposentadoria através da CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS DE APOSENTADORIA.

Entendemos que não tenha sido a intenção do Constituinte em proibir todas as hipóteses, sem excepcionar.

A contagem recíproca de tempo de serviço é respeitada para os mesmos fins em outros dispositivos do projeto, como, por exemplo, para os integrantes da magistratura de carreira, que podem se aposentar com apenas cinco anos de exercício efetivo na judicatura, desde que tenham trinta anos de serviço ou contribuição (vide inciso VII, do art. 113).

Não pode haver proibição constitucional para aposentadoria em cargos temporários, quando o seu titular tenha alcançado pela contagem recíproca, os trinta ou trinta e cinco anos de contribuição previdenciária. Seria no mínimo, tratamento discriminatório, em relação ao exemplo citado.

Na forma da fundamentação, o assunto deve ficar limitado à lei ordinária, como é o caso concreto da Lei 6.903, de 30.04.81 que dispõe sobre a aposentadoria dos juízes classistas e juízes eleitorais, ambos temporários.

Finalmente, cabe observar que quando o dispositivo com a redação foi introduzido no Substitutivo I do relator Bernardo Cabral já tinham sido apresentados 19.000 Emendas nas fases anteriores da Constituinte. Mesmo assim, constatamos as seguintes Emendas para modificação do mesmo dispositivo, somente a partir da Emenda nº 20.000, todas com justificativas idênticas à presente, mas que não chegaram, sequer, a ser apreciadas pela Comissão de Sistematização, devido ao substancial corte ocorrido no nº de Destaques:

20850, 23329, 24079, 24690, 25161, 25232, 25644, 25270, 26190, 26548, 27034, 27429, 27706 (assinada por inúmeros Constituintes), 27845, 28453, 28768, 30147, 30295, 30330, 30573, 30619, 30666, 31628, 31805 e 31834.

Seus Autores: Cid Saboia de Carvalho, Christovam Chiardina, Agassiz Almeida, José Carlos Coutinho, Ziza Valadares, Acival Gomes, Denisar Areneiro, Chagas Rodrigues, Roberto Balestra, Albano Franco, Ronaro Correa, Francisco Amaral, Haroldo Lima, Mario Lima, Marcia Kubitschek, Tadeu França, Arnaldo Prieto, Siqueira Campos, Meira Filho, Adylson Motta, Geraldo Campos, Carlos Chiarelli, Manoel Moreira, Max Rosenmann e outros – da Emenda Coletiva.

Parecer:

A emenda visa suprimir o parágrafo 2o. do artigo 46. Argumentam seus autores que o dispositivo impediria a contagem recíproca de tempo de serviço para fins de aposentadoria. Tal preocupação, contudo, não tem fundamento, uma vez que o artigo 237 já disciplina a matéria: "Para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem recíproca do tempo de serviço na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana."

Enfim, não podemos acatar a supressão proposta, pois o dispositivo visa coibir sérios abusos que vem sendo cometido nesta esfera.

Pela rejeição.

EMENDA:00411 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO BENEVIDES (PMDB/CE)

Texto:

Inclua-se no artigo 46 do Projeto de Constituição o seguinte parágrafo:

§ - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos da aposentadoria e disponibilidade.

Justificativa:

A emenda, que ora apresentamos, supre um evidente lapso na elaboração do Projeto de Constituição, pois omite um princípio já consagrado nas Constituições de 1946 (art. 192), de 1967 (art. 105, parágrafo 1º) e de 1969 (art. 102, parágrafo 3º).

A inclusão do referido dispositivo na nova Carta reveste-se da mais alta relevância uma vez que, do contrário, milhares de servidores públicos seriam prejudicados.

Parecer:

A presente emenda propõe a inclusão de novo parágrafo, ao artigo 46 do Projeto, que assegure o

computo integral do tempo de serviço público - federal, estadual ou municipal - para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

Argumenta o autor, com razão, tratar-se de dispositivo do interesse de milhares de funcionários públicos, que, na sua ausência, teriam prejudicadas suas condições de aposentadoria. É de justiça elementar que o tempo de trabalho prestado no serviço público tenha efeito para a definição do término da vida ativa do trabalhador.

Nosso parecer é favorável à aprovação da emenda.

EMENDA:00419 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

Dê-se nova redação a alínea a do artigo 46:

Art. 46

alínea a) - após trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta, se do feminino, facultado, nos termos da lei, aposentadoria proporcional aos trinta anos de trabalho para o homem e aos vinte e cinco anos para a mulher.

Justificativa:

A presente alteração supre omissão do Projeto de Constituição (A), eis que para os previdenciários fica facultada a possibilidade de aposentadoria proporcional para o homem e para a mulher, após trinta e vinte e cinco anos de trabalho, respectivamente. Se acolhida pelo relator, estar-se-á promovendo medida de inteira justiça. Porque não os servidores públicos terem o mesmo direito?

Parecer:

A emenda propõe alteração na redação da alínea "a" do artigo 46, criando a aposentadoria proporcional aos trinta e vinte e cinco anos de serviço para o homem e para a mulher, respectivamente. Em que pese a argumentação apresentada pelo autor, julgamos que o serviço público tem peculiaridades próprias. Não são eles contribuintes da Previdência Social e suas aposentadorias são um ônus da União. Por outro lado, entendemos que seria prematura uma aposentadoria por tempo de serviço público aos 30 e 25 anos para o homem a mulher, respectivamente, ainda que proporcional.

EMENDA:00502 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MIRALDO GOMES (PMDB/BA)

Texto:

Emenda

Acrescente-se ao § 2o. do art. 46 o seguinte:

Art. 46

§ 1o. -

§ 2o. ... "Salvo nos casos previstos em Lei".

Justificativa:

São incontestáveis os casos que serão alcançados pelo dispositivo, se não modificado. Vejamos alguns exemplos.

- Assessores DAS e DAI

- Membros do Poder Legislativo, desde Vereadores, passando por membros das Assembleias Legislativas Estaduais, até Deputados Federais e Senadores da República, que através de suas

instituições de previdência alcançam a aposentadoria após determinado número de mandatos, conforme cada caso.

- O próprio Presidente da República
- Os juízes eleitorais
- Os juízes classistas da Justiça do Trabalho.

Estes dois últimos, têm assegurada a aposentadoria desde 30 de abril de 1981, quando foi sancionada a Lei 6903. Entretanto, no caso dos juízes classistas representados por esta Associação o diploma legal citado, só admite a aposentadoria após 30 anos de contribuição para a previdência social com 80%, ou 35 anos de contribuição com 10%, dos quais 5 anos ininterruptos de atuação como juízes classistas ou 10 anos intercalados.

Impõe-se assim, que a aposentadoria para cargos, funções e empregos temporários seja levada para a lei ordinária e não vedada de plano por dispositivo constitucional.

A medida permitirá aos congressistas o exame e disciplinamento de cada caso isoladamente, ao mesmo tempo que impedirá a prática de injustiças, o retrocesso de conquistas sociais, além de eliminar, definitivamente a perda da expectativa de direito adquirido já próximo, para inúmeros casos dos que já estão contribuindo para a previdência social com a aquela finalidade, por exercerem, atualmente, os cargos e funções abrangidos pelo dispositivo do projeto constitucional que se pretende seja modificado. Por outro lado, se o autor do dispositivo com a redação atual objetivou tornar proibitivo a aposentadoria em alguns casos, e se a tese tem apoio da maioria dos Constituintes, a alteração proposta preserva a redação atual do dispositivo em respeito ao espírito do legislador.

Finalmente, cabe observar que quando o dispositivo foi introduzido no Substitutivo I do relator Bernardo Cabral, já haviam sido apresentadas 19.000 Emendas nas fases anteriores da Constituinte.

Parecer:

A emenda em apreço objetiva acrescentar ao § 2o. do art. 46 a expressão "salvo nos casos previstos em lei".

A razão que nos levou a estabelecer a proibição de aposentar-se em cargos, funções ou empregos temporários é a de a de coibir abusos e jamais a de prejudicar alguém. O acréscimo proposto parece conveniente por possibilitar que, em situações excepcionais seja eliminada a vedação contida no referido dispositivo.

Pela aprovação.

EMENDA:00517 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DORETO CAMPANARI (PMDB/SP)

Texto:

Acrescente-se à Seção II (dos servidores públicos), do Capítulo VII, do Título III, o seguinte:

"Art. - ao passar à inatividade o funcionário receberá em pecúnia as férias e licenças não gozadas nem computadas para fins de aposentadoria."

Justificativa:

A legislação paulista já admite o pagamento em dinheiro de férias ou licenças não gozadas pelos funcionários públicos, como de elementar justiça.

De fato, se a licença especial pode ser gozada pelo servidor ou computada em dobro para fins de aposentadoria, nada justifica que não ocorrendo uma ou outra hipótese, não seja objeto de indenização.

É o que prescreve a presente emenda.

Parecer:

A presente emenda dispõe que "ao passar à inatividade o funcionário receberá em pecúnia as férias e licenças não gozadas nem computadas para fins de aposentadoria".

Trata-se de uma iniciativa meritória, inclusive já implantada na legislação Paulista. No entanto, salvo melhor juízo, a matéria deve ser discutida e analisada pela legislação ordinária.

Ante o exposto, somos pela rejeição.

EMENDA:00538 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ TINOCO (PFL/PE)

Texto:

Ao Artigo 46 acrescente-se o parágrafo seguinte:
§ 3o. - Será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade o tempo de serviço público federal, estadual e municipal.

Justificativa:

A emenda procura restabelecer princípio constitucional que vige desde as Constituintes de 1946 (art. 192), 1967 (Art. 101 § 1º) e 1969 Art. 102, § 3º. Trata-se, como se vê, de conquista já consagrada dos servidores públicos, que nem as Constituições autoritárias suprimiram. A hipótese não permite contagem de tempo prestado a empresa privada, mas única e exclusivamente ao poder público.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do parecer oferecido à emenda no. 2p00411-3.

EMENDA:00580 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ORLANDO BEZERRA (PFL/CE)

Texto:

Emenda Aditiva
Dispositivo Emendando: Inciso III, do artigo 46
Inclua-se ao inciso III, do artigo 46 do anteprojeto de texto constitucional, a seguinte aliena:
"Art. 46 -

.....
III -

c) após vinte anos de trabalho, a qualquer momento, desde que requerida pelo servidor, com proventos proporcionais ao tempo de serviço".

Justificativa:

A presente emenda visa a atender os anseios da grande massa dos trabalhadores públicos, desejosos de verem estabelecido na Constituição o direito à aposentadoria antes dos 30 ou 35 anos de serviço, mesmo com proventos proporcionais.

Parecer:

A presente emenda visa a incluir no artigo 46 do nosso projeto um dispositivo facultando a aposentadoria voluntária após 20 anos de serviço, com proventos proporcionais. Em que pese a argumentação do autor, de que a sua proposta objetiva atender os anseios de grande massa dos servidores públicos, não podemos concordar com tal hipótese. Na verdade, nosso país não comportaria um afastamento tão precoce de parte de sua força de trabalho no âmbito do serviço público. Por outro lado, tal medida acarretaria um ônus bastante pesado aos cofres da União. Enfim, uma aposentadoria tão prematura forçaria aqueles servidores procurarem nova oportunidade de trabalho, uma vez que estariam ainda aptos para continuarem exercendo uma nova atividade. Pela rejeição.

EMENDA:00639 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO MORAES (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Substitutiva

A alínea "II", do art. 46, passará a ter a seguinte redação:

Art. 46 -

I -

II - compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade;

III -

Justificativa:

O limite de setenta anos fixado no Projeto, repetindo as Constituições de 1946 (art. 191, inc. II) e 1967 (art. 100 inc. II), que também foi mantida na Emenda nº 01/69 (art. 101, inc. II), já não atende à realidade contemporânea.

Até a segunda Constituição Republicana não havia aposentadoria compulsória, como acontece em diversos países. Nessa Carta Magna de 1934 apareceu pela primeira vez (art. 70, inc. III), com o limite de 68 anos. Essa mesma idade foi repetida na Constituição de 1937 (art. 156, alínea "d").

A capacidade física e mental para o cidadão trabalhar é ditada, não pela idade e sim pelo desempenho de sua saúde. Uma pessoa pode ser lúcida e ter capacidade para exercer cargos públicos aos oitenta anos, enquanto outra pode estar incapacitada com menos de sessenta anos. A ciência vem conseguindo prolongar a vida do homem, e a cada ano que se passa, a média da vida humana vai aumentando. Por isso, naturalmente, as Constituições brasileiras vêm elevando a idade limite da aposentadoria compulsória, como se vê das citações acima. A Constituição de 1937 pela primeira vez falou na compulsória, estabelecendo em 68 a idade limite, no que foi acompanhada pela Constituição outorgada de 1937. Em 1946, os Constituintes elevaram essa idade para 70 anos, limite mantido na Constituição de 1967 e sua Emenda nº 01.

Muitos países admitem servidores com idade avançada, e a prova maior de que o homem pode desempenhar funções públicas acima dos setenta anos é o exercício lúcido e competente de numerosos líderes a Chefes de Estado e de Governo que, nos últimos tempos até os dias de hoje, têm demonstrado muita energia e vitalidade na condução dos negócios políticos e administrativos de muitos países, com faixa etária bem acima daquele limite.

A aposentadoria é compulsória aos 70 anos para os servidores ou funcionários públicos, mas não tem nenhum limite para cargos eletivos, não só para o Executivo como para o Legislativo, e o que se vê é o país inteiro aplaudir a eleição de Tancredo Neves, com 74 anos, para Presidente da República, e o povo eleger para a Assembleia Nacional Constituinte, nomes de respeito e de valor como Ulysses Guimarães, que mereceu a suprema honra de ser eleito para presidente da Assembleia com os seus 70 anos bem vividos e de numerosos e preciosos enormes serviços prestados ao País e à Democracia brasileira. E o mais importante é que o Presidente Ulysses não é apenas o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Foi eleito e é presidente da Câmara dos Deputados, e como tal é o substitutivo do Presidente da República pela inexistência de Vice-Presidente, já tendo assumido a mais alta magistratura por diversas vezes, na ausência, por viagens, do presidente José Sarney. O deputado e constituinte Ulysses Guimarães presidiu, também, durante vários mandatos o saudoso MDB, bastião das lutas populares pela redemocratização, e tem sido ininterruptamente o presidente do PMDB, que substituiu o seu antecessor MDB na resistência ao período negro do arbítrio implantado em 1964. O desempenho em tantos cargos do nosso Presidente é a maior demonstração e maior prova de que aos 70 anos o homem não está acabado para a vida pública e para os cargos públicos. Mas não fica apenas em Ulysses Guimarães o exemplo de constituintes septuagenários e até octogenários. O presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, na juventude dos seus 81 anos dá diariamente, na condução dos trabalhos desse importante órgão da Assembleia Nacional Constituinte, exemplos de lucidez, competência e coragem cívica. Além deles, mais de uma dezena de outros companheiros constituintes que ultrapassaram os setenta anos demonstram um vigor físico e mental que comprovam o desperdício que o país comete, aposentando aos setenta anos todo e qualquer funcionário público, incluindo aí magistrados, membros do Ministério Público, militares e outros servidores, que poderiam ainda dar muito da sua capacidade para o País. Entre outros, temos, Aluísio Campos, Fernando Sant'Anna, Furtado Leite, João Calmon,

Lourival Batista, Luiz Viana, Moysés Pimentel, Nelson Carneiro, Pompeu de Souza, Roberto Campos, Saldanha Derzi, Sólon Borges dos Reis, Victor Fontana, Wilson Martins e outros.

Sinto que o ideal seria acabar com a aposentadoria compulsória, sistema que é adotado em muitos países. Mas, certas mudanças não devem ser feitas abruptamente. Por isso, minha proposta é no sentido de prolongar por cinco anos a vida funcional do serventuário civil, mantidas as regras que já existem sobre os magistrados e os militares.

Parecer:

A emenda em apreço objetiva alterar de 70 para 75 anos de idade o limite para a aposentadoria compulsória no serviço público.

Na verdade, o estabelecimento da idade-limite para a chamada compulsória é, de certo modo, um tanto subjetiva.

Das inúmeras propostas que analisamos, pudemos depreender que não há unanimidade quanto à questão. As sugestões vão desde os 55 anos até uma idade ilimitada. Conquanto, cada Constituinte apresentasse justificações bem fundamentadas para as suas respectivas propostas, entendemos que o atual limite deva permanecer. Parece-nos que o existente já constitui uma tradição do direito positivo brasileiro, razão pela qual decidimos mantê-lo.

Pela rejeição.

EMENDA:00753 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DIVALDO SURUAGY (PFL/AL)

Texto:

Substitua-se o art. 48 do Projeto de Constituição (A), pelo seguinte:

Artigo 48 - Os proventos da inatividade e as pensões serão revistas, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, de modo a manter a paridade entre o pessoal ativo e inativo existente na ocasião da aposentadoria ou da percepção da pensão.

Parágrafo único - A pensão dos dependentes por morte do servidor corresponderá a pelo menos 70% da remuneração dos proventos da aposentadoria.

Justificativa:

É do conhecimento de todos a defasagem existente, e que se aprofunda a cada dia, entre a remuneração dos servidores públicos ativos e os proventos dos inativos. Embora a atual constituição determine a revisão dos proventos da aposentadoria e das pensões na mesma época dos reajustes gerais do funcionalismo, não existe, de fato, qualquer obrigatoriedade de utilização dos mesmos percentuais.

Além do mais, simples reposições de perdas salariais têm sido concedidas exclusivamente aos servidores em atividade sob forma de gratificações não extensivas aos inativos e pensionistas.

Assim, a propostas de emenda visa ao estabelecimento da paridade entre a remuneração percebida em atividade e os proventos da aposentadoria e pensões, como medida de justiça àqueles que dedicaram sua vida profissional ao serviço público.

Parecer:

Emenda que modifica o art. 48 do projeto.

Pela rejeição na forma do parecer oferecido à Emenda 2p01706-1.

EMENDA:00770 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO SAMPAIO (PMDB/CE)

Texto:

Retifique-se o texto do parágrafo único do art. 48 para:
O Benefício de pensão por morte corresponderá a totalidade da remuneração ou dos proventos do servidor falecido, observado o disposto no "caput".

Justificativa:

A Emenda visa tão somente trocar a expressão "Vencimentos" por "Remuneração" por ser mais abrangente, englobando, inclusive, gratificações e outras vantagens.

Parecer:

A emenda, sob análise, visa trocar a expressão "vencimentos" por "remuneração" constante no parágrafo único art. 48.

Pela rejeição por contrariar parecer favorável oferecido à emenda no. 2p01546-8.

EMENDA:00870 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CRISTINA TAVARES (PMDB/PE)

Texto:

Aditiva a alínea "a" do Artigo 46 do Projeto de Constituição, a expressão:
"ou proporcionalmente" aos 35 anos para os homens e aos 30 anos para a mulheres.

Justificativa:

Oral, em plenário.

Parecer:

Emenda aditiva á alínea "a" do art. 46, sobre tempo de serviço para aposentadoria.
A redação da proposta parece-nos equivocada, além de introduzir alternativa que não se ajusta à realidade brasileira.
Pela rejeição.

EMENDA:00909 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

Dê-se ao § 2o. do artigo 46 a seguinte redação:
"Art. 46 -
§ 2o. - A lei disporá sobre aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários."

Justificativa:

A emenda visa a fazer justiça àqueles que se acham em exercício no cargo ou função de confiança há dez, quinze, vinte anos.

Parecer:

A emenda ensejará aposentadoria, inclusive a exercentes de cargos, funções ou empregos, há menos de dez anos. Tratamento claramente contrário ao princípio de isonomia.
Pela rejeição.

EMENDA:00921 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AUREO MELLO (PMDB/AM)

Texto:

Dê-se à alínea a) do inciso III do art. 46 do

Projeto de Constituição, da Comissão de

Sistematização, a seguinte redação:

a) voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço.

b) após 25 (vinte e cinco) anos de efetivo

exercício em funções de magistério

Justificativa:

Não se entende qualquer discriminação entre servidores da Administração Pública Federal. Num país em que a média de vida é baixíssima, o servidor público tem o direito de se aposentar após 30 (trinta) anos de serviço, daí a justeza da nossa proposição que equipara também o homem à mulher em termos de direitos.

Note-se que a mulher gestante tem ausência de 3 (três) meses do serviço público, mais as férias, antes ou após o parto.

Parecer:

Emenda que reduz o tempo de serviço para aposentadoria previsto no art. 46.

Pela rejeição nos termos do parecer oferecido à Emenda 2P01563-8.

EMENDA:01083 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS/SP)

Texto:

Dê-se ao item III do art. 46 do Projeto de

Constituição a redação seguinte:

"Art. 46

.....

III - Voluntariamente:

A) após trinta anos de efetivo exercício, se do sexo masculino ou vinte e cinco, se do feminino;

b) após vinte anos de efetivo exercício, com proventos proporcionais;

Justificativa:

A antecipação da aposentadoria é uma aspiração social legítima, consoante a realidade de um país cuja expectativa de vida situa-se em torno de sessenta anos, chegando, em algumas regiões a quarenta e três.

Contra a adoção da medida, o argumento por excelência, tem sido o ônus elevado para os cofres públicos e por via de consequência, para o contribuinte.

Em princípio, a objeção procede, porquanto a antecipação de aposentadorias e as substituições decorrentes vão necessariamente ocasionar aumento das despesas de pessoal, sobretudo com inativos.

O cerne da questão, todavia, não está na insuficiência de recursos. Os recursos existem e não são escassos. São indevidamente aplicados, quer pela alocação inadequada de prioridades, quer pela malversação inerente ao trato da coisa pública em nosso país.

Não se pode, destarte, punir o servidor público, o trabalhador, por falhas administrativas a que não deu causa. A alternativa adequada é a reformulação dos métodos e processos administrativos, aplicando-se as sanções legais aos responsáveis e reincidentes.

Parecer:

Emenda que modifica o tempo de serviço para aposentadoria previsto no art. 46 do projeto.

Pela rejeição nos termos do parecer oferecido à Emenda 2p01563-8.

EMENDA:01154 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALOYSIO TEIXEIRA (PMDB/RJ)

Texto:

Aditiva

Acrescente-se ao Art. 46 um parágrafo, que passará a ser o parágrafo 2o.:

"Art. 46.

Parágrafo 1o.

Parágrafo 2o. Lei da respectiva entidade da Federação poderá estabelecer regime jurídico próprio para os servidores policiais civis no tocante ao limite de idade e outras condições de transferência para a inatividade ou aproveitamento em outros setores do serviço público.

Parágrafo 3o.

Justificativa:

As Forças Armadas, e as Polícias Militares a elas equiparáveis nesse ponto, tem previsão constitucional que permite à lei ordinária estabelecer os limites de idade e outras condições de transferência dos seus integrantes para a inatividade.

Atende-se, assim, à necessidade de renovação dos quadros dessas instituições, cujo rejuvenescimento é indispensável à plena execução de suas tarefas.

Regra semelhante, contudo, inexistente para o serviço público civil, pelo que o rejuvenescimento dos quadros da Polícia Civil fica prejudicado, ainda que também absolutamente recomendável do ponto de vista operacional, não só pelo vigor físico exigível, como também em face das elevadas pressões físico-psíquicas a que submetidos os ocupantes dessa carreira.

O dispositivo ora proposto preenche essa lacuna constitucional, e será de grande valia no processo de melhoria funcional dos quadros policiais, ensejando salutar renovação.

Repete, o dispositivo, a regra já inserta para os militares no Artigo 51, parágrafo 8º, do texto constitucional proposto, acrescentando alguns detalhes específicos das carreiras civis, como a possibilidade de aproveitamento em outros setores do serviço público, de modo a não onerar extremamente a Administração.

Parecer:

Emenda que introduz parágrafo ao art. 46, instituindo possibilidade de regime próprio para servidores policiais.

O projeto já acolheu regra aplicável aos servidores das três esferas de Governo em geral, dentro do princípio da isonomia de tratamento da coisa pública.

Pela rejeição.

EMENDA:01385 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FELIPE CHEIDDE (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Altere-se a redação do inciso II do art. 46, do Projeto de Constituição (A), para desdobrá-lo e acrescentar-lhe uma nova forma de aposentadoria:

"II - Compulsoriamente:

a) - aos setenta anos de idade;

b) - por conveniência da administração, observadas as condições estabelecidas em lei, para quem já houver completado o tempo necessário para obtenção da aposentadoria voluntária.'

Justificativa:

Trata-se de agregar ao texto a chamada aposentadoria "expulsória" destinada a permitir que a administração, nos casos e nas condições estabelecidas em lei, promova a renovação de seus quadros, dando maior celeridade às carreiras, com maior estímulo à evolução funcional.

No fundo, estende-se aos servidores civis algo que já existe para os militares, conforme consta do art. 51, § 8º, deste mesmo Projeto.

Em certos casos, que a lei prudentemente disciplinará, não é conveniente a permanência no serviço ativo de quem já trabalhou o suficiente para aposentar-se, mas permanece em atividade, ou para incorporar maiores vantagens (sem estímulo para trabalhar) ou, então, como reserva de poder, bloqueando a evolução funcional dos mais novos.

Parecer:

Emenda ao art. 46, propondo a adoção de nova forma de aposentadoria. A proposta contém em si o vírus do autoritarismo, quando sugere a aposentadoria "expulsória" para quantos já tenham completado tempo de serviço para aposentadoria voluntária mas permanecem em atividade. Além disso, ensejará perseguições pessoais ou políticas. As disposições contidas no Projeto, sobre aposentadoria, consignam a mais legítima tradição jurídica e institucional sobre esse benefício. Pela REJEIÇÃO.

EMENDA:01395 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MENDES BOTELHO (PTB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à letra "b" do item "III" do art. 46 a seguinte redação:

"Art. 46 -

.....

III -

b) após vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções de magistério.'

Justificativa:

A proposta visa atribuir tratamento igual aos que exercem funções de magistério, independentemente de sexo. Não é justo que essa discriminação por motivo de sexo continue prevalecendo para o magistério. Tanto o professor como a professora estão sujeitos a um mesmo tipo de trabalho.

Parecer:

Emenda ao art. 46, modificando o tempo de serviço previsto no projeto para aposentadoria voluntária.

Pela rejeição nos termos do parecer oferecido à Emenda 2p01563-8.

EMENDA:01408 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO ROLLEMBERG (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o parágrafo único do art. 48, do Projeto de Constituição (A).

Justificativa:

O parágrafo a ser suprimido do texto constitucional estabelece que o benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido. A finalidade da aposentadoria é prover e manter o cidadão que atinge a inatividade. E ela é integral porque deve manter a família, como vinha fazendo durante o período de atividade. Com a morte do beneficiário é evidente que os encargos familiares diminuem e não é, portanto, lógico que a pensão se equipare à aposentadoria.

Tal disposição deve ficar a cargo das Constituições, estaduais que estabelecerão, o percentual do benefício da pensão por morte. Aliás a atual Carta Constitucional, acertadamente não regula tal matéria.

Parecer:

Emenda ao art. 48 do projeto, mandando suprimir o seu parágrafo único.
Pela rejeição em fase do parecer pela aprovação da Emenda 2p01546-8.

EMENDA:01478 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

A letra "b" do item III do Artigo 46 do

Projeto de Constituição (A) passa a ter a seguinte redação:

Artigo 46:

III -

a) -

b) - após trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério ou de bancário, se do sexo masculino, e vinte e cinco anos, se do sexo feminino.

Justificativa:

A referida emenda busca estender a aposentadoria aos trinta anos de trabalho, para o bancário, e aos vinte e cinco anos para a bancária.

O trabalho exercido pelo bancário é dos mais desgastantes física, mental e psicologicamente. As pessoas que trabalham em bancos, lidando diariamente com fabulosas somas de dinheiro alheio, diariamente padecem da angustia de poder constatar no final da jornada de trabalho, uma possível "diferença de caixa", a ser pode ela paga. De outro lado a tensão referente a possibilidade permanente de assaltos violentos e muitas outras situações aflitivas atormentam aqueles que trabalham com valores. As exigências e o nível de responsabilidade da função de bancário credenciam a que a aposentadoria aos 25 anos para as mulheres e aos trinta anos, para os homens, venha a ser consagrada pelo texto constitucional.

De outro lado os lucros mirabolantes que a atividade dos Bancos proporcionam aos seus proprietários e acionistas permite perfeitamente e sem dificuldades a cobertura do benefício proposto, sem o mínimo arranhão na lucratividade das privilegiadas entidades financeiras brasileiras.

Parecer:

Emenda que reduz o tempo de serviço para aposentadoria previsto no art. 46.
Pela rejeição nos termos do parecer oferecido à Emenda 2p01563-8.

EMENDA:01515 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao "caput" do art. 48 do Projeto de Constituição (A), a seguinte redação:

"Art. 48 - Sempre que, por motivo de alteração no poder aquisitivo da moeda, forem revistos os vencimentos dos servidores em atividade, também serão reajustados, na mesma proporção, os proventos da inatividade."

Justificativa:

É justo, é equânime, que se assegure aos inativos a recuperação do poder aquisitivo dos proventos que lhes competem, sempre que tal tratamento for reconhecido aos servidores da ativa. Entretanto, estender aos inativos o benefício correspondente à alteração real de vencimentos do pessoal da ativa é questão que deve ser decidida em lei ordinária. Com efeito, as circunstâncias peculiares de cada caso, à vista das quais se hajam decidido estas alterações, é que comandarão soluções justas. Em alguns deles serão meras revalorizações de carreira, em outras reestruturações que imporão aos servidores da ativa ônus, restrições, aperfeiçoamentos que não incidiriam e não incidirão sobre os inativos. Daí a inconveniência de generalizar, no texto constitucional, a indiscriminada equiparação de vencimentos e proventos quando elevados os primeiros.

Cabe salientar que a Constituição em vigor proíbe a reclassificação de inativos. O texto do projeto transforma em direito essa proibição, numa alteração de 180º graus. A prudência recomenda que se fique no meio termo, deixando ao legislador ordinário a prerrogativa de decidir em cada caso concreto.

Parecer:

Emenda que modifica o "caput" do art. 48 do Projeto.
Pela rejeição nos termos do parecer oferecido à Emenda 2p01706-1.

EMENDA:01546 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WILSON MARTINS (PMDB/MS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 48 e seus parágrafos a seguinte redação:

"Art. 48. Os proventos da inatividade e as pensões por morte serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificada a remuneração dos servidores em atividade, atendendo-se à transformação ou classificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a morte do servidor.

§ 1o. - O benefício de pensão por morte será calculado tomando por base a remuneração ou o provento do servidor público falecido, na forma da lei.

§ 2o. - Lei especial disporá sobre as aposentadoria e pensões relativas a cargos empregos ou funções que expõem a vida de seus titulares a risco permanente."

Justificativa:

Todos são unânimes em reconhecer a defasagem existente, e que se aprofunda a cada dia, entre a remuneração dos servidores públicos ativos e os proventos dos inativos. O artigo que se quer emendar visa evitar essa defasagem. A nosso ver, todavia, não é feliz em sua redação, além de silenciar quanto à pensão por morte, contemplada na presente emenda.

Parecer:

Emenda substitutiva ao art. 48 do Projeto.
A proposta aprimora e expande a disposição do artigo, tornando-a mais justa e atual, representando

um avanço extraordinário do ponto de vista institucional.
Pela aprovação.

EMENDA:01560 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

Texto:

As alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 46
passam a ter a seguinte redação:

Art. 46 -

I -

II -

III - voluntariamente:

a) após 30 anos de serviço, se do sexo
masculino ou vinte e cinco se do feminino;

Justificativa:

Temos afirmado reiteradamente que não pretendemos um país de aposentados tampouco desejamos que a aposentadoria não permita a satisfação e realização de profundos desejos acalentados na incansável luta do exercício funcional. Luta exaustiva da burocracia administrativa, quase rotineira, mas que leva à saturação, antes que seja superada a metade da caminhada do serviço a ser executado.

Infelizmente, este é um país que não se preocupa com as estatísticas, para que possa ser feita uma avaliação da sua realidade. Assim, poderíamos calcar esta bandeira em dado precioso, de que o aposentado brasileiro se frustra nas filas da previdência e no imobilismo dos sonhos desfeitos. As gerações que se sucedem nenhuma ou bem pouca lição de vida. Quase sempre desestimulante. Acima de tudo, ao fazermos justiça aos brasileiros, é preciso que desde já seja tornado realidade o preâmbulo do Projeto de Constituição que está redigido de forma a jurar o propósito dos constituintes de "construirmos uma grande Nação baseada... na certeza de que a grandeza da Pátria está na saúde e felicidade do povo..."

Abreviando o tempo de serviço, consoante a emenda ora proposta estaremos enaltecendo a coerência da bandeira constitucional.

Parecer:

Emenda que reduz o tempo de serviço para aposentadoria, previsto no art. 46.
Pela rejeição nos termos do parecer oferecido à Emenda 2p01563-8.

EMENDA:01563 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON CARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Inclua-se no item III do art. 46 a seguinte letra "c":
Após trinta anos de serviço, se do sexo
masculino, ou vinte e cinco anos de serviço, se do
feminino, com vencimentos proporcionais.

Justificativa:

Já tem sido concedida a aposentadoria proporcional aos trabalhadores (art. 237, I, Cabral III), nada mais justo do que estendê-la aos funcionários públicos.

Parecer:

Emenda que reduz o tempo de serviço para fins de aposentadoria previsto no art. 46 para 30 e 25 anos.
O projeto somente consagra 30 e 25 anos para professor.

Aos demais servidores a regra geral é 35/30 anos. Ainda que humana a proposta não se compadece com a realidade econômico-social do País.
Pela rejeição.

EMENDA:01590 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GIL CÉSAR (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA (Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização)

Dê-se ao Artigo 6, Inciso II, a seguinte redação:

II : Compulsoriamente aos setenta anos, ou a seu pedido, aos sessenta e cinco anos de idade.

Justificativa:

Equiparação a idade de aposentadoria de Previdência Social, Artigo 237.

Parecer:

Emenda ao art. 46, reduzindo a faixa etária prevista no projeto para aposentadoria compulsória. A proposta não se compadece da tradição firmada no direito Constitucional Brasileiro a respeito, nem tampouco com a realidade nacional.
Pela rejeição.

EMENDA:01615 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

Emenda Substitutiva

No Projeto de Constituição (A)

O art. 46-item III-alínea b para a ter a seguinte redação:

Art. 46. O servidor será aposentado:

I -

II -

III - voluntariamente:

a) após trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta, de do feminino, facultado àquele requerer, nos termos da lei, aposentadoria proporcional aos trinta anos de trabalho e a esta, aos vinte e cinco.

Justificativa:

Por uma questão de isonomia, o servidor público deve ter o mesmo direito de, voluntariamente, requerer a aposentadoria proporcional após 30 anos (25 p/ mulher) de exercício, direito esse concedido aos trabalhadores que não são servidores públicos (art. 237, item I do Projeto de Constituição). Trata-se, também, de um meio de diminuir a despesa pública com pessoal.

Parecer:

Emenda ao art. 46, item III, permitindo aposentadoria voluntária aos 30/25 anos de tempo de serviço, com proventos proporcionais.

Pela rejeição nos termos de parecer oferecido à emenda 2p91563-8.

EMENDA:01706 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Altere-se o texto do art. 48 do Projeto da Comissão de Sistematização para:

Art. 48 - Os proventos da inatividade e as pensões serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, de modo a manter a paridade entre o pessoal ativo e inativo existente na ocasião da aposentadoria ou da percepção da pensão.

Parágrafo único - A pensão dos dependentes, por morte do servidor, corresponderá à totalidade da remuneração ou dos proventos da aposentadoria.

Justificativa:

A paridade para as aposentadorias e pensões é um antigo sonho da totalidade dos servidores públicos deste País, por tratar-se de uma medida de imperiosa justiça e grande alcance social, pois que o servidor contribui durante toda sua vida funcional sobre a totalidade de sua remuneração, tendo direito, portanto, a uma aposentadoria que sempre guarde a paridade com a remuneração dos que permanecem em atividade. O mesmo espírito de justiça social se aplica às pensões, pois com a morte do servidor não pode o Estado deixar de amparar seus dependentes, conferindo-lhes condições para terem uma existência condigna.

Parecer:

Emenda modificativa do art. 48, que dispõe sobre atualização de proventos de servidores públicos. A proposta é restritiva. O projeto é mais abrangente a esse respeito e contempla uma gama mais ampla de hipóteses passíveis de ocorrência. Pela rejeição.

EMENDA:01710 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VALTER PEREIRA (PMDB/MS)

Texto:

TÍTULO III - Da Organização do Estado
CAPÍTULO VII - Da Administração Pública
SEÇÃO II - Dos Servidores Públicos Civis
Altera a redação do § 2o., do art. 46, que passa a ter o seguinte texto:

Art. 46 -

§ 2o. - "Não haverá aposentadoria por tempo de serviço em cargos, funções ou empregos temporários".

Justificativa:

A norma que consta do parágrafo em questão, cria uma situação extremamente injusta. Por ele, o servidor temporário que ficar inválido para o serviço, mesmo que tenha sido vítima de acidente de trabalho, não pode aposentar-se.

Esta emenda visa corrigir essa injustiça, limitando a restrição constitucional à aposentadoria por tempo de serviço.

Parecer:

Emenda ao § 2o. do art. 46, restringindo o sem âmbito á aposentadoria por tempo de serviço. A proposta tem caráter contrário ao espírito do Projeto, o qual se mostra consentâneo com os anseios

moralizadores da sociedade brasileira.
Pela rejeição.

EMENDA:01774 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RUBEM MEDINA (PFL/RJ)

Texto:

1. Dê-se à alínea "a" do inciso III do art. 46 a seguinte redação:

"Art. 46

"Art. 46

III

a) após trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou após trinta, se do sexo feminino, facultado ao primeiro requerer, nos termos da lei, aposentadoria proporcional aos trinta anos de serviço e, à última, aos vinte e cinco:

2. Dê-se, consequentemente, ao art. 47, a seguinte redação:

"Art. 47 os proventos da aposentaria serão:

I - integrais, nos casos previstos no artigo anterior, ressalvados os referidos no inciso seguinte;

II - proporcionais, no caso previsto no inciso II do artigo anterior, quando o servidor contar menos de vinte anos de serviço, e no caso explicitado na parte final da alínea "a" do inciso III do mesmo artigo." (redação supra)

Justificativa:

Visa a presente Emenda a corrigir graves distorções verificadas na redação do Projeto de Constituição, no que concerne ao disciplinamento da aposentadoria do servidor público. Com efeito, contrariamente ao disposto quanto ao trabalhador em geral (art. 237), a aposentadoria decorrente de invalidez, no caso de servidor, não recebe o mesmo tratamento conferido àquela, concedida em razão do tempo de serviço, somente equiparando-se a esta no caso de a invalidez fundar-se em acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave.

Parecer:

Emenda à alínea "a" do item III do art. 46 do projeto, facultando aposentadoria após 30/25 anos de serviço.

Pela rejeição nos termos do parecer oferecido à Emenda 2p01563-8.

EMENDA:01893 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MÁRCIO LACERDA (PMDB/MT)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

O artigo 48 passa a ter a seguinte redação:

Art. 48. Os proventos da inatividade e as pensões serão reajustados, na mesma proporção e na mesma data dos servidores em atividade.

Parágrafo único - O benefício de pensão por morte equivalerá a cinquenta por cento da

remuneração do servidor público falecido, de ambos os sexos, acrescido de dez por cento por dependente econômico, até o limite da totalidade de remuneração ou provento.

Justificativa:

A redação atual do artigo 48 concerne dois privilégios ao servidor público em relação aos demais trabalhadores, além do que já é concedido pelo artigo 47, que concede aos servidores aposentadoria com salário integral: a) garante paridade permanente com os servidores ocupantes dos cargos ou funções anteriormente ocupadas pelo inativo; b) garante que a pensão por morte corresponderá a totalidade dos vencimentos do falecido, com direito também a paridade.

Tais dispositivos, que não encontram paralelo em qualquer sistema previdenciário, são exemplos acabados de paternalismo bem-intencionado, mas de efeitos sociais totalmente contrários à intenção. Não se pode estabelecer normas extremamente onerosas como essas sem se perguntar com muito rigor quem as paga e escrutinar sua justiça. Quem pagará tais privilégios serão os contribuintes em geral, 70% dos quais ganham abaixo de cinco salários mínimos. No País às voltas com grave crise de financiamento do setor público, incapaz de arcar com investimentos e despesas essenciais para o desenvolvimento, é difícil de aceitar os privilégios do artigo.

Adicionalmente é de se perguntar se é justo, por exemplo, pagar-se a viúva e mais tarde à filha, mesmo maior de idade, de um servidor que ganha 40 salários-mínimos este salário integral, enquanto todos os demais trabalhadores recebem pensão dentro dos limites estabelecidos pelo teto de benefícios previdenciários e reduzidos a 50% dos proventos mais 10% por dependente. No mundo todo é assim que se calcula o valor das pensões.

Por não haver justiça nesses privilégios e porque sua manutenção acarretaria grande ônus para o Tesouro e, conseqüentemente para os contribuintes, propõe-se apenas retornar a redação do artigo do substitutivo do Relator (segundo) conforme a emenda.

Parecer:

Emenda ao art. 48, no sentido de se admitir um caráter incrementalista à pensão, a partir de 50% da remuneração do servidor, acrescidos de 10% para cada dependente até o limite de 100% dessa remuneração.

A emenda limita e até restringe os termos em que o Projeto alcança a questão, admitindo um real avanço no trato desse problema de alta significação social. Não há porque retroceder do ponto de vista institucional.

Pela rejeição.

EMENDA:01937 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LEITE CHAVES (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA ADITIVA

A alínea (b) do artigo 46 passa a ter a seguinte redação:

b) "Após trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério do primeiro grau, se professor, ou vinte e cinco, se professora".

Justificativa:

Milhões de trabalhadores em atividade estafantes e mal remuneradas, como na construção civil e no campo, não tem direito a aposentadoria antecipada. Este direito, portanto, que é pago pelo conjunto dos trabalhadores através das contribuições previdenciárias, tem que ser concedido com extrema parcimônia e rigor.

Genericamente, não há na atividade dos professores condições excepcionalmente penosas, insalubres ou perigosas que justifiquem a aposentadoria precoce. Lembre-se, ao contrário, que os professores tem jornada de trabalho inferior as demais categorias e férias mais longas. Se sua remuneração, eventualmente, é insatisfatória, trata-se de problema genérico dos trabalhadores brasileiros que não pode ter na previdência social um paliativo.

Entretanto, se se quer beneficiar com distinção os professores, pelo menos que se restrinja o privilégio àqueles que realmente exercem um trabalho mais estafante e pior remunerado ou seja os professores do 1º grau, já que é escandaloso, garantir tal benesse para os professores universitários, por exemplo, que não estão entre as categorias profissionais oprimidas seja em relação aos salários ou demais condições de trabalho.

Parecer:

Emenda ao artigo 46, restringindo a Concessão da aposentadoria por atividade de magistério apenas aos professores do 1o. grau.

A imensa maioria que exerce atividade docente o faz no chamado ensino fundamental e se situa no âmbito dos municípios brasileiros de um modo geral. Não há de fato classe - ou melhor, estrato de classe - mais sacrificado no País. Com honrosas diferenças, paga-se mal, muito mal às professoras e professores (estes em menor número) do 1o. grau, e a atividade em si é penosa, seja pela pressão psicológica decorrente do abismo trágico entre o ideal e o real, seja pelas condições físicas em que o ensino é propiciado. A emenda impõe ao dispositivo do art. 46 um caráter seletivo, ao excluir dessa modalidade de benefício os professores dos outros graus e reduz o impacto previdenciário da medida.

Pela aprovação.

EMENDA:02026 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Substitua-se os artigos 46, 47 e 48 do Projeto de Constituição (A) da Comissão de Sistematização, pelo seguinte artigo:

Art. - O servidor será aposentado e seus dependentes terão pensão por sua morte, nos termos da lei.

Parágrafo único - Os proventos da inatividade e as pensões serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.

Justificativa:

Os privilégios e deformações existentes na legislação brasileira com relação a aposentadorias precoces para determinadas classes sociais, constituem-se numa vergonha e em esbulho das camadas menos protegidas que nunca são por eles abrangidos.

O texto da Comissão de Sistematização, que trata do assunto, consolidada, constitucionalmente, estas injustiças, tornando-as quase impossíveis de serem corrigidas no futuro. Sem falar na incompatibilidade econômica que se foi gerando quando, à medida que o tempo de vida médio da população ia aumentando, criava-se reduções do tempo de trabalho para se aposentar.

A Nação marca, se não corrigimos esta legislação, para se um novo Uruguai, um País de "jubilados", inviabilizando de vir a ser converter numa pátria desenvolvida, justa e sem o quadro atual, iníquo, de miséria absoluta.

Já não podemos pagar valores de aposentadoria sequer razoáveis para os velhos que dela dependem, frente ao exército de jovens aposentados que a cada dia passam a viver mal, e, às custas do trabalho dos outros.

Teremos, se aprovado o texto da Comissão que, partir para aumentos gigantescos da contribuição dos poucos que remanescerão na produção com o seu trabalho, o que os levará a ter ainda mais reduzido o seu já baixíssimo poder aquisitivo.

Vale a pena ensaiar uma pequena equação de insensatez que se está consolidando: - uma professora pode, tranquila e eficientemente, iniciar a lecionar com dezoito anos. Utilizando ela as licenças-prêmios poderá aposentar-se com vinte e dois anos de trabalho, ou seja, aos quarenta anos de idade. A expectativa de vida para as mulheres com mais de dezoito anos, na próxima década, certamente, será maior que setenta e cinco anos. Isto significa que esta professora deverá receber durante trinta e cinco anos salários iguais, em valor real, aos que receber quando se aposentar, no ápice da carreira, tendo para isto contribuído apenas vinte e dois anos. Em tese, ela deveria pagar para a previdência, durante o seu período de trabalho, uma vez e meia do que ganhasse, para que a equação fosse solúvel.

A emenda proposta não retira nenhum dos direitos e privilégios atuais. Apenas remete para a legislação ordinária, como é a praxe em quase todas as Constituições do mundo, o detalhamento dos planos previdenciários, permitindo, assim, que, numa reflexão madura nos próximos anos possamos corrigir as injustiças, deformações e iniquidades que hoje são cometidas.

Parecer:

Emenda substitutiva aos art. 46,47 e 48 do Projeto, versando sobre revisão de proventos e pensões de servidores públicos.

Pela rejeição nos termos de parecer oferecido à Emenda 2p01706-1.

EMENDA:02039 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALDECK ORNÉLAS (PFL/BA)

Texto:

Dispositivo emendado – TÍTULO III

Dê-se ao Título III do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

[...]

CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[...]

SEÇÃO II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

[...]

Art. 45. O servidor será aposentado:

I – por invalidez.

II – compulsoriamente, aos setenta anos para o homem e aos sessenta e cinco para a mulher.

III – voluntariamente:

a) Após trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta, se do feminino.

b) Após trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, ou vinte e cinco, se professora.

Parágrafo único. Lei Complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, alíneas “a” deste artigo, no caso de exercício de atividades consideradas insalubres ou perigosas.

Art. 46. Os proventos da aposentadoria serão:

I – integrais, quando o servidor:

a) Contar com o tempo de serviço exigido, na forma do disposto no item III do artigo anterior

b) Sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa incurável, específica em lei.

II – proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos.

Art. 47. Os proventos ad inatividade e as pensões por morte serão revistos, na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade. Serão estendidos aos inativos, na forma a lei, outros benefícios e vantagens concedidos aos servidores em atividade.

Parágrafo único. O benefício da pensão por morte, será estabelecido com base na totalidade da

remuneração do servidor falecido, observado o disposto no “caput” deste artigo e as regras do artigo 233, VI.
[...]

Assinaturas

- | | | |
|---------------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| 1. Waldeck Ornellas | 56. Amaral Netto | 112. Francisco Carneiro |
| 2. José Dutra | 57. Antônio Salim Maia | 113. Meira Filho |
| 3. Sadie Hauache | 58. José Luiz Maia | 114. Márcia Kubitscheck |
| 4. Ézio Ferreira | 59. Carlos Virgílio | 115. Milton Reis |
| 5. Carreu Benevides | 60. Arnaldo Martins | 116. Joaquim Sucena |
| 6. José Egreja | 61. Simão Sessim | 117. Siqueira Campos |
| 7. Ricardo Izar | 62. Osmar Leitão | 118. Aluizio Campos |
| 8. Afif Domingos | 63. Julio Campos | 119. Eunice Micheles |
| 9. Jaime Paliarin | 64. Ubiratan Spinelli | 120. Samir Achôa |
| 10. Delfim Netto | 65. Jonas Pinheiro | 121. Maurício Nasser |
| 11. Farabulani Júnior | 66. Louremberg Nunes Rocha | 122. Francisco Dornelles |
| 12. Fausto Rocha | 67. Roberto Campos | 123. Mauro Sampaio |
| 13. Irapuan Costa Júnior | 68. Cunha Bueno | 124. Stélio Dias |
| 14. Roberto Balestra | 69. Sérgio Werneck | 125. Airtton Cordeiro |
| 15. Luiz Soyer | 70. Raimundo Rezende | 126. José Tinoco |
| 16. Délio Braz | 71. José Geraldo | 127. Mattos Leão |
| 17. Naphali Alves de Souza | 72. Álvaro Antonio | 128. José Tinoco |
| 18. Jalles Fontoura | 73. Tito Costa | 129. João Castelo |
| 19. Paulo Roberto Cunha | 74. Caio Pompeu | 130. Guilherme Pelmeira |
| 20. Pedro Canedo | 75. Felipe Cheide | 131. Carlos Chiarelli |
| 21. Lúcia Vânia | 76. Virgílio Galassi | 132. Expedito Machado |
| 22. Nion Albernaz | 77. Manoel Moreira | 133. Manoel Viana |
| 23. Fernando Cunha | 78. Maria Lúcia | 134. Luiz Marques |
| 24. Antonio Cunha | 79. Maluly Neto | 135. Orlando Bezerra |
| 25. Djenal Gonçalves | 80. Carlos Alberto | 136. Furtado Leite |
| 26. José Luorenço | 81. Gidel Dantas | 137. José Mendonça Bezerra |
| 27. Luiz Eduardo | 82. João de Deus Antunes | 138. Vinicius Cansanção |
| 28. Eraldo Tinoco | 83. Adalto Pereira | 139. Ronaro Corrêa |
| 29. Benito Gama | 84. Aécio de Borba | 140. Paes Landin |
| 30. Jorge Vianna | 85. Bezerra de Melo | 141. Alécio Dias |
| 31. Angelo Magalhaes | 86. José Elias | 142. Mussa Demes |
| 32. Jonival Lucas | 87. Rodrigues Palma | 143. Jessé Freire |
| 33. Sérgio Brito | 88. Levy Dias | 144. Gandi Jamil |
| 34. Roberto Balestra | 89. Rubem Figueiró | 145. Alexandre Costa |
| 35. Waldeck Ornêlas | 90. Rachid Saldanha Derzi | 146. Albérico Cordeiro |
| 36. Francisco Benjamim | 91. Ivo Cersósimo | 147. Iberê Ferreira |
| 37. Etevaldo Nogueira | 92. Enoc Vieira | 148. José Santana de Vasconcelos |
| 38. João Alves | 93. Joaquim Haickel | 149. Cristóvam Chiaridia |
| 39. Francisco Diógenes | 94. Edison Lobão | 150. Rosa Prata |
| 40. Antonio Carlos Mendes Thame | 95. Victor Trovão | 151. Mário de Oliveira |
| 41. Jairo Carneiro | 96. Onofre Corrêa | 152. Sílvio Abreu |
| 42. Paulo Marques | 97. Albérico Filho | 153. Luiz Leal |
| 43. Rita Furtado | 98. Vieira da Silva | 154. Genésio Bernardino |
| 44. Jairo Azi | 99. Costa Ferreira | 155. Alfredo Campos |
| 45. Fábio Raunheitti | 100. Eliézer Moreira | 156. Theodoro Mendes |
| 46. José Carlos Martinez | 101. José Teixeira | 157. Amílcar Moreira |
| 47. Feres Nader | 102. Nyder Barbosa | 158. Oswaldo Almeida |
| 48. Eduardo Moreira | 103. Pedro Ceolin | 159. Ronaldo Carvalho |
| 49. Manoel Ribeiro | 104. José Lins | 160. José Freire |
| 50. Leur Lomanto | 105. Homero Santos | 161. José Carlos Coutinho |
| 51. José Melo | 106. Chico Humberto | 162. Odacir Soares |
| 52. Jesus Tajra | 107. Osmundo Rebolças | 163. Mauro Miranda |
| 53. Eleiel Rodrigues | 108. Annibal Barcellos | 164. Fernando Gomes |
| 54. Rubem Branquinho | 109. Geovanni Borges | 165. Wagner Lago |
| 55. Joaquim Benvilaqua | 110. Eraldo Trindade | 166. Mário Bouchardet |
| | 111. Antonio Ferreira | |

167. Melo Freire	210. José Agripino	253. Arnold Fioravante
168. Leopoldo Bessoni	211. Divaldo Suruagy	254. Álvaro Pacheco
169. Aloísio Vasconcelos	212. Érico Pegoraro	255. Felipe Mendes
170. Messias Góis	213. Antônio Carlos Franco	256. Alysson Paulinelli
171. Telmo Kirst	214. Messias Soares	257. Aloysio Chaves
172. Darcy Pozza	215. Inocêncio Oliveira	258. Sotero Cunha
173. Arnaldo Prietro	216. Osvaldo Coelho	259. Gastone Righi
174. Osvaldo Bender	217. Salatiel Carvalho	260. Dirce Tutu Quadros
175. Adylson Motta	218. Marco Maciael	261. José Elias Murad
176. Hilário Braun	219. Gilson Machado	262. Mozarildo Cavalcanti
177. Paulo Mincaroni	220. Ricardo Fiuza	263. Flávio Rocha
178. Adroaldo Streck	221. Ismael Wanderley	264. Gustavo De Faria
179. Victor Faccioni	222. Antônio Câmara	265. Flávio Palmier da Veiga
180. Luís Roberto Ponte	223. Henrique Eduardo Alves	266. Gil César
181. Asdrubal Bentes	224. Oscar Corrêa	267. João da Mata
182. Jorge Arbage	225. Maurício Campos	268. Dionísio Hage
183. Jarbas Passarinho	226. Roberto Torres	269. Leopoldo Peres
184. Gerson Peres	227. Arnaldo Faria de Sá	270. Hélio Rosas
185. Carlos Vinagre	228. Carlos De Carli	271. Francisco Sales
186. Fernando Velasco	229. Carlos Santanna	272. Assis Canuto
187. Arnaldo Moraes	230. Nabor Júnior	273. Chagas Neto
188. Fausto Fernandes	231. Geraldo Sobrinho	274. José Viana
189. Domingos Juvenil	232. Osvaldo Sobrinho	275. Lael Varella
190. Albano Franco	233. Edivaldo Motta	276. Arolde de Oliveira
191. Sarney Filho	234. Paulo Zarzur	277. Rubem Medina
192. Francisco Coelho	235. Nilson Gibson	278. Denisar Arneiro
193. Chagas Duarte	236. Marcos Lima	279. Jorge Leite
194. Narluce Pinto	237. Milton Barbosa	280. Aloysio Teixeira
195. Ottomar Pinto	238. Ubiratan Aguiar	281. Rovertto Augusto
196. Olavo Pires	239. Daso Coimbra	282. Dalton Canabrava
197. César Cals Neto	240. João Rezek	283. Matheus Iensen
198. João Machado Rollemberg	241. Roberto Jefferson	284. Antonio Ueno
199. João Lobo	242. João Menezes	285. Dionísio Dal Prá
200. Evaldo Gonçalves	243. Vinth Rosado	286. Jacy Acanagatta
201. Raimundo Lira	244. Cardoso Alves	287. Basílio Villani
202. Miraldo Gomes	245. Paulo Roberto	288. Osvaldo Trevisan
203. Victor Fontana	246. Lourival Bartista	289. Renato Johnsson
204. Orlando Pacheco	247. Cleonânio Fonseca	290. Ervin Bonkoski
205. Ruberval Polotto	248. Bonifácio de Andrada	291. Jovanni Mesini
206. Jorge Bornhausen	249. Agripino de Oliveira Lima	292. Paulo Pimentel
207. Alexandre Puzyna	250. Narciso Mendes	
208. Artermir Werner	251. Marcondes Gadelha	
209. Cláudio Ávila	252. Mello Reis	

Justificativa:

As alterações introduzidas neste Título visam, em especial, retirar do texto do Projeto preceitos que o tornavam extremamente estatizante, haja vista alguns dos incisos do artigo 22, em virtude dos quais a União passaria a ter o domínio das riquezas do subsolo e dos recursos minerais de maneira geral.

Isto significaria a estatização de um setor econômico que, em nosso País, nunca pertenceu ao Estado, ao contrario do que alguns podem pensar, com graves repercussões na atividade econômica.

De outra parte, no que diz respeito às competências legislativas e administrativas dos entes federados busca-se, igualmente, escoimar o texto de alguns excessos e improbidade que, da mesma forma, tendiam a permitir um maior avanço do Estado no meio econômico, sem prejuízo de melhoria da redação que se impunha para adequação mais precisa do texto às finalidades a que se propõe.

Parecer:

Acolho, na forma regimental, e em atenção ao elevado número de ilustres signatários. Ademais, adianto que votarei pela aprovação, nos termos da emenda "Centrão".

CAPÍTULO I

PELA APROVAÇÃO: Art. 19 ("caput"), §§ 1º, 2º, 4º, 5º Art. 20 ("caput"), incisos I, II, III.

PELA REJEIÇÃO: § 3º do Art. 19.

CAPÍTULO II:

PELA APROVAÇÃO: Art. 21 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI, IX, X, §§ 1º, 2º; Art. 22 ("caput"), incisos I a IX, X, XI e alíneas "b", "c", "d" e "f", XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, alíneas "a", "b", "c", XXIII, XXIV~ Art. 23 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII; Art. 24 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, IX, XI, Parágrafo único; Art. 25 ("caput"), incisos I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, § 2º.

PELA REJEIÇÃO: incisos VII, VIII do Art. 21; alínea "a" do inciso XI do Art. 22; inciso XI do Art. 23 e Parágrafo único; incisos, VIII, X; Art. 24; inciso V (Emenda nº 97-5, Mendes Thame) e § 1º (Emenda nº 1080-6, Konder Reis).

CAPÍTULO III:

PELA APROVAÇÃO: Art. 26 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 27 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V; Art. 28 ("caput"), §§ 1º, 3º; Art. 30.

PELA REJEIÇÃO: § 22 do Art. 28 (Emenda nº 1950, Antonio Britto); Art. 29.

CAPÍTULO IV:

PELA APROVAÇÃO: Art. 31 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V; Art. 32 e Parágrafo único;

Art. 34; Art. 35; Art. 36 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX; Art. 37, ("caput") e §§ 2º, 3º, 4º.

PELA REJEIÇÃO: Art. 33; § 1º do Art. 37.

CAPÍTULO V:

SEÇÃO I:

PELA APROVAÇÃO: Art. 38 e §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º.

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

SEÇÃO II:

PELA APROVAÇÃO: Art. 39 e §§ 1º, 2º.

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

CAPÍTULO VI:

PELA APROVAÇÃO: Art. 40 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, alíneas "a", "b"; incisos VI, VII, alíneas "a", "b", "c", "d"; Art. 41 ("caput"), incisos I, II, III, IV; Art. 42 ("caput"), incisos I, II, III, IV e §§ 1º, 2º, 3º, 4º.

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

CAPÍTULO VII:

SEÇÃO I:

PELA APROVAÇÃO: §§ 2º, 5º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 14 do Art. 43.

PELA REJEIÇÃO: Art. 43 ("caput") e §§ 1º, 3º, 4º, 6º, 13.

SEÇÃO II:

PELA APROVAÇÃO: Art. 44 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º; Art. 45 ("caput") e

incisos I, II, III, alíneas "a" e "b", e Parágrafo único; Art. 46 ("caput") e inciso I, alíneas "a", "b"; inciso II; Art. 48 e incisos I, II; Art. 49 e Parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: §§ 8º e 9º do Art. 44; Art. 47 e seu Parágrafo único.

SEÇÃO III:

PELA APROVAÇÃO: Art. 50 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10.

PELA REJEIÇÃO: § 11 do Art. 50.

SEÇÃO IV:

PELA APROVAÇÃO: Art. 51 ("caput"), Parágrafo único, incisos I e II; Art. 52; Art. 53 e seus incisos I, II, III.

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

FASE U

EMENDA:00082 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

Texto:

Texto Atual:

Art. 41, Inciso III, § 4º. - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, e estendido aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

Texto resultante da correção de linguagem -

Técnica Legislativa:

Art. 41, Inciso III, § 4º. - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, e estendido aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores

em atividade, inclusive, na forma da lei quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Justificativa:

Visa a presente emenda por Técnica Legislativa tornar mais claro o texto que objetiva dar ao aposentado os mesmos direitos e benefícios do servidor em atividade sendo assim uma Lei Constitucional.

Como está redigido pode gerar dúvida que cada modificação de salário do servidor em atividade necessite de uma Lei Complementar Específica, ficando assim prejudicado o texto constitucional no seu espírito básico de justiça salarial.

Deste modo, com a promulgação da nova Constituição, entrará em vigor um texto cujos benefícios estarão evidentes em favor dos aposentados, os quais têm sido apesar dos relevantes serviços prestados à Pátria – marginalizados – sofrendo, no final da vida privações e dificuldades que serão sanadas com este importante texto legal corrigido.

Assim é necessário e imprescindível que somente seja sujeita a Lei Complementar os casos em que houver transformação ou reclassificação de cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Parecer:

Propõe o ilustre Constituinte, através de sua Emenda, correção de linguagem para § 4o. do artigo 41 do Projeto de Constituição (B), permutando de lugar a expressão "na forma da lei", localizada in fine do texto original.

Entendemos que a matéria envolvida pelo dispositivo tem uma abrangência que não pode dispensar um disciplinamento mais específico a nível de lei ordinária.

Por isto, somos contrário à Emenda proposta.

EMENDA:00083 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

Texto:

Texto Atual:

Art. 41, inciso III, § 5o. - O benefício por morte corresponderá a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Suprimir: "até o limite estabelecido em lei,"

Texto Resultante:

Art. 41, inciso III, § 5o. - O benefício da pensão por morte corresponderá a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no parágrafo anterior.

Justificativa:

A supressão ora proposta é justa, pois vem de encontro ao que expressa o texto do parágrafo anterior (art. 41, inciso III, § 4º), quando ele equipara, automaticamente os salários dos inativos, sendo portanto, absurdo que seja necessário criar a cada caso uma Lei Complementar limite – quando o próprio espírito do legislador o define clara e indiscutivelmente, quanto ao direito de ser a família do servidor após a sua morte amparada por uma pensão justa, o que hoje não ocorre, fazendo com que os pensionistas, sejam penalizados, além da perda do seu ente querido, com momentos de penúria e privação.

Parecer:

O § 5o. do artigo 41 do Projeto de Constituição (B) remete à lei ordinária o estabelecimento de um limite para a pensão decorrente da morte do servidor público.

O princípio geral é o de que este benefício corresponde à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido.

A Emenda proposta objetiva suprimir a remissão à lei, extinguindo, em decorrência, limites para a pensão por motivo de falecimento.

Não foi este o consenso da Assembleia Nacional Constituinte ao gerar o dispositivo em exame, que preferiu impor limites ao benefício, opinião com a qual concordamos em 1o. turno e não vemos razão para modificar nesta fase do processo constituinte.

Pela rejeição, pois.

EMENDA:00208 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MIRO TEIXEIRA (PMDB/RJ)

Texto:

Suprima-se do parágrafo 4o. do artigo 41 a expressão "na forma da lei".

Justificativa:

A expressão "na forma da lei" neste parágrafo só poderá ter um sentido. O de determinar que em cada caso a norma constitucional ficará dependendo de o legislador ordinário dizer "sim, esta lei aplica-se aos aposentados".

Ora, tal dependência configuraria uma completa subversão de hierarquia das leis – a lei ordinária valendo mais, a lei ordinária sobrepondo-se à disposição constitucional.

A segunda constatação que forçosamente se nos apresenta de tal colocação é que para ficar-se dependendo de o legislador ordinário vir e dizer "esta lei aplica-se aos aposentados" não seria necessária uma norma constitucional, porque o legislador ordinário hoje, na vigência da Constituição atual (bem assim como durante a vigência da Constituição atual (bem assim como durante a vigência das Constituições anteriores) é livre para dizer "esta lei aplica-se aos aposentados". Nenhuma norma existe que impeça (e norma assim impeditiva só poderia ser norma constitucional, o que seria um contrassenso) que impeça a lei ordinária de dizer aplica-se aos aposentados".

Assim, a norma constitucional ficar ungida à vontade do legislador ordinário seria um fenômeno que configuraria um absurdo jurídico, que ainda se casaria com outro absurdo jurídico, o da norma constitucional ociosa, pois nenhum sentido tem uma norma constitucional que não seja imperativa, que não seja um mandamento.

O que a norma do parágrafo 4º do artigo 41 da Constituição que estamos elaborando visa, e como tal é uma conquista social, é justamente tornar obrigatória essa extensão aos servidores aposentados, para impedir os abusos que se vem cometendo contra eles através de artifícios legais.

Por todas essas razões, proponho a supressão da expressão "NA FORMA DA LEI".

Parecer:

Ademais desta Emenda - que pretende suprimir a expressão "na forma da lei" na parte final do § 4o. do artigo 41 do Projeto de Constituição (B) -, existem duas outras, dos Constituintes Mussa Demes e Paulo Macarini, visando ao mesmo objetivo.

A argumentação de seus autores é substantiva, mas não conta com o nosso endosso. Entendemos que a harmonização dos proventos do aposentado com a remuneração do servidor público em atividade, inclusive quanto à transformação do cargo em que se deu a aposentadoria, é matéria muito abrangente, e deve contar com um necessário disciplinamento a nível de lei ordinária. Os princípios básicos - dos quais não se poderá desviar o legislador ordinário - por si só não são suficientes para conter todos os seus envolvimento e implicações, de maneira a permitir a sua aplicabilidade nas situações peculiares que, certamente, serão criados.

EMENDA:00411 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LOUREMBERG NUNES ROCHA (PTB/MT)

Texto:

Suprima-se a expressão: " decorrente de acidente em serviço" do inciso I do art. 41, o qual ficará com a seguinte redação:
"Art. 41 - O servidor será aposentado:
I - por invalidez permanente, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificadas em lei com proventos integrais."

Justificativa:

A invalidez permanente, qualquer que seja sua causa, traz consequências para o servidor, semelhantes à da doença grave ou incurável.

Não há porque, restringir a aposentadoria com proventos integral apenas aos casos decorrentes de acidente em serviços.

Corroborar com nossa argumentação o disposto no art. 98, VI que estabelece para a magistratura:

"A aposentadoria com vencimentos integrais é compulsória por invalidez". Não se faz qualquer referência ao acidente em serviço como causa da invalidez, para assegurar o direito à percepção da aposentadoria integral. Não há porque diferenciar os magistrados e os membros do Ministério Público, para os quais se aplica norma idêntica conforme disposto no § 4o. do art. 135, dos demais servidores públicos. Há que se atender o princípio geral de que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". (art. 5º) Impõe-se a supressão.

Parecer:

O assunto já foi melhor disciplinado, com a adoção da redação proposta pela Emenda no. 1584-4, do Senador José Fogaça. Com a aprovação desta Emenda, a qual propõe nova redação para o inciso I do artigo 41 (para corrigir omissão), o servidor público será aposentado com proventos proporcionais no caso de invalidez permanente que não decorra de acidente em serviço. Assim, somos pela rejeição da presente Emenda.

EMENDA:00566 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PSDB/DF)

Texto:

Dê-se ao item I do art. 41 a seguinte redação:

"I - por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, ou com proventos integrais se causada por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei."

Justificativa:

O dispositivo, na forma em que será apresentado ao segundo turno, simplesmente eliminou a modalidade de invalidez simples para fins de aposentadoria e definição dos proventos respectivos.

A eliminação implica em retrocesso lamentável quando se sabe que a partir de 1946 as Constituições já consignavam as duas modalidades de invalidez de forma a considerar com equidade tanto o interesse do servidor quanto o do Estado.

A emenda proposta supre uma lacuna ao mesmo tempo em que apresenta uma forma redacional mais consentânea com o próprio espírito do Projeto.

Parecer:

O ilustre Senador José Fogaça sugere, com sua Emenda, que houve uma omissão na redação do vencido, a qual deixou de contemplar a aposentadoria do servidor público no caso de sua invalidez permanente, quando esta invalidez não decorra de acidente em serviço.

Concordamos com Sua Excelência e acatamos sua Emenda, pelo seu evidente mérito. Em decorrência, estamos acatando as Emendas 920-8, 566-1, dos Constituintes Ruy Nadel, Geraldo Campos e Octávio Eliseo, respectivamente, nos termos da redação proposta pelo Constituinte José Fogaça.

EMENDA:00604 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DORETO CAMPANARI (PMDB/SP)

Texto:

Elimine-se do § 1o. do artigo 41 a palavra "complementar", ficando o dispositivo com a redação seguinte:

"A lei poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas."

Justificativa:

Na parte que a Constituição cogita da inatividade dos militares dá competência ao legislador ordinário para dispor sobre a matéria. No caso, porém, dos servidores civis, mantendo tradição constitucional sobre o assunto, fixa as hipóteses e condições em que a aposentadoria pode ser obtida, mas exige para concessão

da aposentadoria pelo exercício de atividades penosas, insalubres ou perigosa, que a matéria seja objeto de lei complementar.

Como todos sabem a Lei Complementar exige para sua aprovação quórum qualificado e nada justifica sejam criados obstáculos à regulamentação de normas constitucionais principalmente as que tenham conteúdo nitidamente social.

Parecer:

Em que pesem os doutos argumentos do ilustre Autor da Emenda, continuo na opinião de que a matéria deva ser objeto de disciplinamento em Lei Complementar.

EMENDA:00674 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL/RJ)

Texto:

Capítulo VII

Da Administração Pública

Seção II - Dos Servidores Públicos

Suprimir do Inciso I, do art. 41 a seguinte expressão:

"... por acidente em serviço..."

Justificativa:

A aposentadoria com vencimentos integrais aos servidores públicos por acidente em serviço não se justifica a partir do momento em que qualquer trabalhador que sofra um acidente após seu horário de expediente quando se dirige à sua residência, ou quando no gozo de suas merecidas férias, merece ser tratado como se estivesse em pleno gozo de seus direitos trabalhistas.

Temos o dever de corrigir esta distorção.

Parecer:

O assunto já foi melhor disciplinado, com a adoção da redação proposta pela Emenda no. 1584-4, do Senador José Fogaça. Com a aprovação desta Emenda, a qual propõe nova redação para o inciso I do artigo 41 (para corrigir omissão), o servidor público será aposentado com proventos proporcionais no caso de invalidez permanente que não decorra de acidente em serviço.

Assim, somos pela rejeição da presente Emenda.

EMENDA:00737 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ PAULO BISOL (PSDB/RS)

Texto:

O tema "formas de aquisição da aposentadoria" aparece em vários dispositivos do Projeto de Constituição (B), recebendo tratamentos diferenciadas de acordo com cada categoria profissional.

Por isso, propomos que haja apenas uma norma básica válida para todas as categorias, e que os dispositivos dela diferenciados sejam suprimidos.

A norma básica que sugerimos é derivada dos artigos 41 e 207 e deve ser mantida no TÍTULO VIII

- DA ORDEM SOCIAL:

"Art. 207. É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

I - aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzidos em cinco anos o limite de idade para os

trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam as atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;
 II - após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, prejudiciais à saúde ou integridade física, definidas em lei;
 III - por invalidez permanente, decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificadas em lei, com proventos integrais;
 IV - compulsoriamente, no caso dos servidores públicos, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviços;
 V - aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco, à mulher.

§ 1º. - Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social compensar-se-ão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 2º. - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos públicos temporário.

§ 3º. - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 4º. - A lei estabelecerá as categorias profissionais que poderão obter aposentadoria em tempo de serviço inferior ao estipulado no inciso II." Estabelecida esta norma básica, os demais dispositivos do Projeto de Constituição (B), que tratam diferentemente a matéria, serão suprimidos, tais como:

- . Art. 41, inciso III, letra b);
- . Art. 98, inciso VI, expressão "aos trinta anos de serviço";
- . Art. 207, inciso III;
- . Art. 60 das Disposições Transitórias, inciso V.

Além da supressão dos dispositivos contraditórios, suprimir-se-ão, também, aqueles que, embora não conflitantes, tratem do tema "formas de aquisição da aposentadoria" em outras partes do texto constitucional.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Com o nobre propósito de reunir e uniformizar as "formas de aquisição da aposentadoria" que, no Projeto, recebem tratamentos diversificados de acordo com cada categoria profissional, a presente emenda, tomando como matriz o disposto no art. 207, busca deslocar para o Título VIII todos os dispositivos que cuidam do tema e propõe a supressão, em todas as disposições referentes à matéria, tais como nas dos arts. 41, III, "b", 98, VI, da expressão "aos trinta anos de serviço", 207, III, e 60 (Disposições Transitórias).

Por fim, a proposição, além de determinar a supressão dos dispositivos contraditórios, manda que se elimine, também, aqueles que, embora não conflitantes, tratem do tema "formas de aquisição da aposentadoria", em outros pontos de texto constitucional.

Sobre subverter, ainda que com as melhores intenções, a sistemática do Projeto e as normas regimentais, a iniciativa inova quando impõe a supressão dos dispositivos que, embora não conflitantes, tratem do mesmo assunto.

Pela rejeição.

EMENDA:00738 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ PAULO BISOL (PSDB/RS)

Texto:

O tema "formas de aquisição da aposentadoria" aparece em vários dispositivos do Projeto de Constituição (B), recebendo tratamentos diferenciados de acordo com a categoria profissional.

Por isso, propomos que haja apenas uma norma básica, válida para todas as categorias, e que os dispositivos dela diferenciados sejam suprimidos. A norma básica que sugerimos é derivada dos artigos 41 e 207 e deve ser mantida no TÍTULO VIII - DA ORDEM SOCIAL:

"Art. 207. É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

I - aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher;

II - após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher;

III - por invalidez permanente, decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificadas em lei;

IV - compulsoriamente, no caso dos servidores públicos, aos setenta anos de idade, com proventos integrais ao tempo de serviço;

V - aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco, à mulher.

§ 1º. - Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social compensar-se-ão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 2º. - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos públicos temporários.

§ 3º. - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 4º. - A lei estabelecerá as categorias profissionais que poderão obter aposentadoria com idade ou tempo de serviço inferior aos estipulados nos incisos I e II deste artigo, desde que sujeitas a trabalho sob condições especiais, prejudiciais à saúde ou integridade física; Estabelecida esta norma básica, os demais dispositivos do Projeto de Constituição (B), que tratam diferentemente a matéria, serão suprimidos,

tais como:

- . Art. 41, inciso III, letra b);
- . Art. 98, inciso VI, expressão "aos trinta anos de serviço";
- . Art. 207, inciso I, expressão "reduzido em cinco anos pescador artesanal";
- . Art. 207, inciso III;
- . Art. 60 das Disposições Transitórias, inciso V.

Além da supressão dos dispositivos contraditórios, suprimir-se-ão, também, aqueles que, embora não conflitantes, tratem do tema "formas de aquisição da aposentadoria" em outras partes do texto constitucional.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Opino pela rejeição, nos termos do parecer dado à Emenda 2T00737-0.

EMENDA:00772 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MUSSA DEMES (PFL/PI)

Texto:

Suprima-se do § 4o., "in fine", do artigo 41 do Projeto de Constituição (B), a expressão "na forma da lei".

Justificativa:

A expressão é despicienda, uma vez que o teor do dispositivo reflete, em termos necessários e suficientes, o objetivo de garantir a equivalência entre a remuneração dos servidores ativos e os proventos dos inativos, resguardando estes de perdas ocasionadas, quase sempre, por legislação posterior discriminatória. Com efeito, é justamente através de artifícios da legislação ordinária que se tem processado e alargado a insuportável defasagem que hoje se verifica entre os proventos da inatividade e a remuneração da atividade, em cargos ou funções equivalentes, ainda que de nomenclatura arditosa ou solertemente alterada. Portanto, insista-se: a eliminação da expressão assegurará a correta interpretação teleológica do dispositivo, enquanto que a sua manutenção poderá ensejar, ao legislador ordinário e ao Poder Executivo, eventualmente tendenciosos, tentativas de distorcer o seu real sentido ou alcance, para, desse modo, torna-lo inócuo.

Parecer:

Ademais desta Emenda - que pretende suprimir a expressão "na forma da lei" na parte final do § 4o. do artigo 41 do Projeto de Constituição (B) -, existem duas outras, dos Constituintes Miro Teixeira e Paulo Macarini, visando ao mesmo objetivo.

A argumentação de seus autores é substantiva, mas não conta com o nosso endosso. Entendemos que a harmonização dos proventos do aposentado com a remuneração do servidor público em atividade, inclusive quanto à transformação do cargo em que se deu a aposentadoria, é matéria muito abrangente, e deve contar com um necessário disciplinamento a nível de lei ordinária. Os princípios básicos - dos quais não se poderá fiar o legislador ordinário - por si só não são suficientes para conter todos os seus envolvimento e implicações, de maneira a permitir a sua aplicabilidade nas situações peculiares que, certamente, serão criados.

EMENDA:00920 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RUY NEDEL (PMDB/RS)

Texto:

Incluir no art. 41 um inciso com a seguinte redação:
"por invalidez, com proventos proporcionais;"

Justificativa:

Incluir no art.41 o caso de aposentadoria, por invalidez, que não seja decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Neste caso, os proventos serão integrais.

A fusão das emendas entre as quais se encontra a 2p00110, do Deputado Joaquim Bevilacqua, era composta de 2 artigos e previa, claramente, as várias hipóteses.

O Relator, no vencido, suprimiu a aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais.

Parecer:

O ilustre Senador José Fogaça sugere, com sua Emenda, que houve uma omissão na redação do vencido, a qual deixou de contemplar a aposentadoria do servidor público no caso de sua invalidez permanente, quando esta invalidez não decorra de acidente em serviço.

Concordamos com Sua Excelência e acatamos sua Emenda, pelo seu evidente mérito. Em decorrência, estamos acatando as Emendas 920-8, 566-1, dos Constituintes Ruy Nadel, Geraldo Campos e Octávio Elíseo, respectivamente, nos termos da redação proposta pelo Constituinte José Fogaça.

EMENDA:01524 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OCTÁVIO ELÍSIO (PSDB/MG)

Texto:

REFERÊNCIA: item I do artigo 41 do Projeto de Constituição "B".

OBJETIVO: restabelecer o texto resultante da fusão das emendas de n. 921, 110, 538, dentre outras.

Justificativa:

O texto resultante da fusão das emendas nºs 921, 110, 538, dentre outras, aprovado pelo Plenário no primeiro turno de votação, tinha a redação seguinte.

Art. – O servidor será aposentado.

I – por invalidez permanente, decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificadas em lei, com proventos integrais, com proventos proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos”.

A omissão, ocorrido certamente durante o trabalho de composição do texto e perfeitamente compreensível em trabalho dessa extensão e complexidade, deve ser suprida nesta oportunidade.

Parecer:

O ilustre Senador José Fogaça sugere, com sua Emenda, que houve uma omissão na redação do vencido, a qual deixou de contemplar a aposentadoria do servidor público no caso de sua invalidez permanente, quando esta invalidez não decorra de acidente em serviço.

Concordamos com Sua Excelência e acatamos sua Emenda, pelo seu evidente mérito. Em decorrência, estamos acatando as Emendas 920-8, 566-1, dos Constituintes Ruy Nadel, Geraldo Campos e Octávio Elíseo, respectivamente, nos termos da redação proposta pelo Constituinte José Fogaça.

EMENDA:01563 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

Texto:

Suprima-se o inciso IV do artigo 207 e a alínea "c" do inciso III do artigo 41 (dispositivo correlatos).

Justificativa:

Os dispositivos em questão encerram um critério de passagem para a inatividade (aposentadoria proporcional) que não possui qualquer fundamento de ordem técnica ou social.

Se a própria aposentadoria por tempo de serviço é contestada por forte corrente doutrinária, por ensejar indesejáveis aposentadorias precoces, a redução do tempo de serviço para aposentaria proporcional voluntária torna-se um critério absolutamente insustentável. Não pode haver justificativa socialmente aceitável para uma trabalhadora ou servidora pública passar para a inatividade em torno dos 45 anos de idade.

Os casos de aposentadoria com menor exigência de tempo de serviço devem ser regulados por lei ordinária, e o texto do Projeto contém dispositivos que dão respaldo a iniciativas legislativas nesse sentido. (Ver § 1º do art. 41 e inciso II, in fine, do art. 207).

Parecer:

Pretende a emenda suprimir o item IV do art. 207 e a alínea "c" do item III do art. 41 do Projeto de Constituição, isto é, dispositivos que asseguram aos servidores públicos civis e aos trabalhadores direito à aposentadoria proporcional.

É inteiramente desaconselhável num país como o Brasil, que atravessa sérios problemas de ordem social, econômica e financeira, permitir-se que servidores públicos ou trabalhadores passem para a inatividade precocemente, às vezes com menos de 45 anos de idade, quando o que mais precisamos é de trabalho, de produção e, por isso mesmo, não podemos pretender que, intempestivamente, um enorme contingente de pessoas capazes deixe de integrar essa força produtiva.

Pela aprovação da emenda.

EMENDA:01584 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ FOGAÇA (PMDB/RS)

Texto:

Artigo 41, inciso I - Projeto (B)

"Art. 41 -

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;"

Justificativa:

A redação final do Projeto (B) omitiu a aposentadoria por invalidez permanente por causas diversas daquelas qualificadas no inciso I e que dão direito a proventos integrais, em virtude da forma como redigiu o inciso questionado. Corrige-se o problema com a presente emenda.

Parecer:

O ilustre Senador José Fogaça sugere, com sua Emenda, que houve uma omissão na redação do vencido, a qual deixou de contemplar a aposentadoria do servidor público no caso de sua invalidez permanente, quando esta invalidez não decorra de acidente em serviço.

Concordamos com Sua Excelência e acatamos sua Emenda, pelo seu evidente mérito. Em decorrência, estamos acatando as Emendas 920-8, 566-1 e 1524-1, dos Constituintes Ruy Nedel, Geraldo Campos e Octávio Eliseo, respectivamente, nos termos da redação proposta pelo Constituinte José Fogaça.

EMENDA:01626 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

Suprima-se no - 4o.

do Artigo 41,

a expressão final NA FORMA DA LEI.

Justificativa:

O texto deste parágrafo é autoaplicável eis que determina que "os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data..." de modo que não haverá necessidade de lei para determinar a forma e a modalidade dos procedimentos para aplicação do texto constitucional.

Desnecessária, pois, lei para a aplicação do texto.

Parecer:

Ademais desta Emenda - que pretende suprimir a expressão "na forma da lei" na parte final do § 4o. do artigo 41 do Projeto de Constituição (B) -, existem duas outras, dos Constituintes Miro Teixeira e Paulo Macarini, visando ao mesmo objetivo.

A argumentação de seus autores é substantiva, mas não conta com o nosso endosso. Entendemos que a harmonização dos proventos do aposentado com a remuneração do servidor público em atividade, inclusive

quanto à transformação do cargo em que se deu a aposentadoria, é matéria muito abrangente, e deve contar com um necessário disciplinamento a nível de lei ordinária. Os princípios básicos - dos quais não se poderá fiar o legislador ordinário - por si só não são suficientes para conter todos os seus envolvimento e implicações, de maneira a permitir a sua aplicabilidade nas situações peculiares que, certamente, serão criados.

EMENDA:01783 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

Texto:

Dê à alínea "b" do inciso III do art. 41, a seguinte redação:

"b) aos trinta anos de serviço, ao professor, e aos vinte e cinco, à professora, por efetivo exercício de função de magistério de primeiro e segundo grau, com proventos integrais".

Justificativa:

A emenda tem o propósito de adequar o dispositivo a preceito correlato contido no inciso III do artigo 207 do Projeto.

Trata-se de uniformizar o critério de aposentadoria especial do professor nos dois regimes, o da Previdência Social e o dos Servidores Públicos Civis.

Parecer:

A aprovação da redação proposta pelo ilustre Constituinte implicaria em adicionar uma condição para a aposentadoria do professor servidor público - a de que esteja exercendo o magistério de primeiro ou segundo graus. Não foi este o espírito da Assembleia Nacional Constituinte ao aprovar a matéria em 1o. turno. Pela rejeição.

FASE W

EMENDA:00124 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHICO HUMBERTO (PDT/MG)

Texto:

Onde se lê vencimentos, inscreva-se remuneração.

Justificativa:

A redação atual foge ao objetivo geral da manifestação do plenário, que almejou conceder aos pensionistas a integridade do estipêndio do finado, alvitando-se, a fim de proteger a vontade real da Assembleia, a exata categorização jurídica.

EMENDA:00160 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAX ROSENMAN (PMDB/PR)

Texto:

"Os proventos da aposentadoria e os valores das pensões serão atualizados monetariamente na mesma proporção e na mesma data em que se modificar a remuneração dos servidores em

atividade, bem como estendidos aos inativos e pensionistas todos benefícios ou vantagens que venham a ser concedidos aos servidores ativos, inclusive quando decorrerem de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei".

Justificativa:

Impõe-se a inclusão dos pensionistas no texto do dispositivo por tratar-se a pensão de benefício intrinsecamente, vinculado à aposentadoria.

A modificação proposta envolveu, sem dúvida, matéria redacional.

EMENDA:00167 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ FREIRE (PMDB/PE)

Texto:

"Os proventos da aposentadoria e os valores das pensões serão atualizados, na mesma proporção e na mesma data, quando ocorrer alteração na remuneração dos servidores em atividade, bem como estendidos aos inativos e pensionistas todos os benefícios ou vantagens que venham a ser concedidos aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes a transformação ou classificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, conforme definido em lei".

Justificativa:

A modificação proposta visa, basicamente, incluir, de forma expressa e taxativa, os pensionistas, cuja não-referência ao texto só pode ser explicada por omissão redacional, por tratarem-se de benefícios intrinsecamente vinculados.

EMENDA:00170 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

TEOTÔNIO VILELA FILHO (PMDB/AL)

Texto:

Substitua-se, na redação oferecida ao § 5o., do artigo 39, do projeto de Constituição "C", a expressão "vencimentos" pela expressão "remuneração".

Justificativa:

O projeto de constituição, aprovado em segundo turno, consagra o termo "remuneração" para definir o somatório dos ganhos conferidos ao servidor público. Aliás, essa terminologia faz parte de um vocabulário já consagrado no Direito Administrativo brasileiro que sempre dele se utiliza para especificar o total conferido ao servidor público à título de retribuição pelo exercício de cargo, emprego ou função.

Vencimento, legalmente definido no Estatuto do Servidor Público, por outro lado, significa uma das parcelas integrantes da remuneração.

Na verdade, o espírito do § 5º do art. 39, ao proteger o beneficiário da pensão por morte reclama a expressão "remuneração" ao invés de "vencimentos", razão que justifica a apresentação da presente emenda.

EMENDA:00249 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ULDURICO PINTO (PMDB/PB)

Texto:

Dê-se ao parágrafo a seguinte redação:
"Os proventos da aposentadoria e os valores da pensão serão revistos, juntamente com as pensões, na mesma proporção e na mesma data em que se modificar a remuneração total dos servidores em atividade, bem como estendidos aos inativos e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes de transformação ou de reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, conforme a lei".

Justificativa:

A modificação proposta tem por objetivo incluir, expressamente, os pensionistas, já que a pensão é benefício intimamente ligada à aposentadoria.

EMENDA:00253 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PSDB/DF)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo:
"O benefício da pensão por morte, cujo número será estabelecido em lei, corresponderá à totalidade da remuneração ou dos proventos do servidor falecido, observado o disposto no parágrafo anterior".

Justificativa:

A proposta corrige vício redacional presente no texto, primeiro, porque elimina a contradição flagrante entre benefício deixado por servidor aposentado e por servidor falecido na atividade; segundo, porque deixa claro que a limitação refere-se ao número (isto é, à quantidade admissível de pensões por pessoa beneficiada) e não ao valor do benefício (que já está delimitado no próprio texto do parágrafo).

Além disso, a sugestão resguarda o mérito do dispositivo na sua inteireza, em pleno respeito à vontade dos ilustres constituintes.

EMENDA:00256 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PSDB/DF)

Texto:

Substitua-se a expressão "os vencimentos" pelo termo REMUNERAÇÃO.

Justificativa:

Para que não se quebre a isonomia de tratamento em matéria igual ou correlata, é imperioso substituir nesse inciso a expressão "vencimentos" por remuneração, pois, ex-vi do § 4º desse mesmo artigo, fica cristalinamente claro que a pensão deixada por servidor aposentado será igual à remuneração, e que a deixada por servidor que falece na atividade será igual "aos vencimentos".

O ilustre relator, constituinte Bernardo Cabral já havia chamado a atenção para essa deformação do preceito, na página XI da "Proposta à Comissão de Redação", de 8/9/88, nos seguintes termos: "Sugere-se a substituição da palavra "vencimentos" por remuneração, para se corrigir erro a se refletir no valor da pensão legada a seus beneficiários por servidor que falecer quando ainda em atividade. Vale observar que a regra é procedente e admite a correção..."

A correção é, portanto, mais que necessária, é de justiça.

EMENDA:00391 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT/RJ)

Texto:

Proposta ou observações para a redação do 2o. turno

§ 4o. - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive aqueles decorrentes, na forma da lei, de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Justificativa:

Trata-se de esclarecer o texto, cuidando de especificar a hipótese final será inconstitucionalizável pela via legal, resguardando-se a aplicabilidade imediata do restante da matéria versada no dispositivo.

EMENDA:00748 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

Dê-se ao § 3o. do artigo 39 a seguinte redação:

Art. 39.

§ 3o. - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria, disponibilidade e pensão."

Justificativa:

A contagem de tempo de serviço influi no cálculo da importância a ser paga ao servidor a título de aposentadoria ou disponibilidade. Deve, portanto, também ser computado para fins de cálculo da pensão a ser paga aos dependentes do servidor; caso contrário, terem, o absurdo de beneficiar os dependentes de servidor que falece após a aposentadoria, quando já teve esse tempo computado, e, prejudicar os dependentes do servidor que falece quando ainda em atividade, quando essa contagem recíproca ainda não foi feita.

Impõe-se a correção, por isonomia.

EMENDA:00751 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

Dê-se ao § 5o., do art. 39, a redação seguinte:

Art. 39 -

§ 5o. - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Justificativa:

O § 4º do art. 201 estabelece que os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios".

Desta forma, tanto a aposentadoria como a pensão não serão calculados sobre a remuneração, ou seja, sobre os ganhos habituais do empregado.

Não se justifica que os servidores civis tenham um tratamento diferente. É o que ocorrerá, se não se corrigir o texto do § 5º, do art. 39, que estabelece que o “benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos”.

Ora, vencimento é o salário base, excluídas as vantagens que integram a remuneração.

Já os “proventos” são calculados com base na remuneração e não nos vencimentos.

Mantido o texto atual, haverá diferenciação de tratamento para os dependentes beneficiários de pensão de servidor que faleceu após a aposentadoria, em detrimento do servidor que faleceu quando em atividade.

Impõe-se a correção por isonomia.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 40 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.